

Fernanda de Figueiredo Marques Mattos
Orientador: Prof. Dr. Romeu Duarte Junior

Identificação
Documentação
Proteção
Promoção



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA / UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ		ESCOLA DE ARQUITETURA - HISTÓRIA DA ARQUITETURA 1/1V
MONUMENTO TEATRO MUNICIPAL		N.º DO REGISTRO 141
ICÓ/CEARÁ		N.º DA FOLHA 01
PLANTA BAIXA NÍVEL I		N.º DE LEVANTAMENTO 31
EDIFÍCIO	ESCALA: 1:50	DATA: 08/01/71
PROJETO: _____		

**Patrimônio Cultural Edificado cearense:
a contribuição do acervo do CAU-UFC**



Universidade Federal do Ceará
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design

Fortaleza | 2019



Universidade Federal do Ceará

Centro de Tecnologia

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design

Mestrado em Arquitetura e Urbanismo

Identificação, documentação, proteção e promoção
do Patrimônio Cultural Edificado cearense:
a contribuição do acervo do CAU-UFC.

FERNANDA DE FIGUEIREDO MARQUES MATTOS

FERNANDA DE FIGUEIREDO MARQUES MATTOS

**Identificação, documentação, proteção e promoção
do Patrimônio Cultural Edificado cearense:
a contribuição do acervo do CAU-UFC.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico. Linha de pesquisa: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e da Urbanização.

Orientador: Romeu Duarte Júnior

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M391i Mattos, Fernanda de Figueiredo Marques.
Identificação, documentação, proteção e promoção do Patrimônio Cultural Edificado cearense: : a contribuição do acervo do CAU-UFC. / Fernanda de Figueiredo Marques Mattos. – 2019.
208 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Romeu Duarte Júnior.

1. Acervo. 2. Documentação. 3. Proteção. 4. Patrimônio. 5. Ceará. I. Título.

CDD 720

FERNANDA DE FIGUEIREDO MARQUES MATTOS

**IDENTIFICAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO, PROTEÇÃO E PROMOÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO CEARENSE:
A CONTRIBUIÇÃO DO ACERVO DO CAU-UFC.**

Versão Preliminar da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico. Linha de pesquisa: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e da Urbanização.

Aprovada em: 05 / 07 / 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Romeu Duarte Junior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Clóvis Ramiro Jucá Neto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Tiago, Marina e Adriano, por vocês. Por nós.

AGRADECIMENTOS

Ao Adriano, esposo, pai, companheiro e incentivador de todas as horas, por toda a ajuda e paciência. Tiago e Marina, meus pequenos de grandes corações, que souberam lindamente lidar com a pouca disponibilidade da mãe nos dois últimos anos (vou compensar!).

Mãe, Lúcia, sogra, Marília e sogro, Paulo, por, além do apoio, darem o suporte quando precisei estar mais indisponível ainda. Pai, Carlinhos, e boadrasta Sara, por serem presentes mesmo distantes.

A todos os amigos, que entenderam minha ausência em compromissos e eventos (vou compensar também!). Aos amigos arquitetos, por me ouvirem discorrer sobre a pesquisa sempre nos encontramos. Robledo quem o diga. E Karine, longe da arquitetura mas perto da academia, com quem discuti metodologias e sabe-se-mais-o-quê quando tínhamos folga.

Aos colegas de turma do PPGAU+D - 2017.2, com quem dividi momentos de alegria, apreensão, dúvidas e companheirismo.

Meu orientador Romeu, por todos os ensinamentos, acompanhamento, revisões e correções, os entrevistados, Liberal de Castro, cuja memória tanto invejo, Veloso e Linheiro, cujas entrevistas poderiam ser alongadas por tempos se não tivéssemos que nos ater a um assunto, Márcio Porto, Otávio Menezes, Alexandre Veras e Rubem Ryan, além de todo o pessoal da biblioteca do DAUD, IPHAN – em especial à Elisabete, SECULT-CE, Arquivo Central do Estado e SECULTFOR, pelas portas abertas e acolhida.

Esse trabalho tem um pouco de cada um e é de todos.

Muito obrigada.

“Só se preserva o que se conhece e só se conhece o que se preserva”

Rodrigo Melo Franco de Andrade

RESUMO

Embasado teoricamente nos preceitos de identificação e documentação para a preservação do patrimônio edificado, o presente estudo tem como objetivo demonstrar e consolidar a importância do acervo de levantamentos arquitetônicos da arquitetura antiga do Ceará, produzido pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, na preservação de bens materiais do Estado, através do estudo da sua utilização como fonte primária de dados nas instruções de tombamento produzidas pelos órgãos de patrimônio das esferas federal, estadual e municipal. Elaborados no período de 1965 a 1983, os desenhos que compõem tal acervo resultaram de atividades de inventariação conduzidas pelo Prof. Arq. José Liberal de Castro, contando mais de 500 desenhos relacionados a mais de uma centena de imóveis do Ceará e Maranhão. Este é o maior e mais relevante trabalho de identificação e documentação arquitetônica já realizado no Estado, o que levou o nosso patrimônio edificado a ser reconhecido nacionalmente e firmou o Prof. Liberal de Castro como expoente nacional na área.

Palavras-chave: Acervo. Documentação. Proteção. Patrimônio. Ceará.

ABSTRACT

The objective of this study is to demonstrate and consolidate the importance of the collection of architectural drawings of the ancient architecture of Ceará, produced by the Architecture and Urbanism Course of the Federal University of Ceará, in the preservation of state assets, through the study of their use as primary source of data in the protection instructions produced by federal, state and municipal government agencies. Elaborated in the period from 1965 to 1983, the drawings that compose this collection resulted from inventory activities conducted by Prof. Architect José Liberal de Castro, counting more than 500 drawings related to more than a hundred buildings of Ceará and Maranhão. This is the largest and most relevant work of architectural identification and documentation ever held in Ceará, which led our built heritage to be nationally recognized and established Prof. Liberal de Castro as national exponent in the area.

Palavras-chave: Architectural drawings. Ancient architecture. Heritage protection. Ceará.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Praça Tiradentes – Ouro Preto-MG	27
Figura 2 – Capa do Decreto-Lei Nº. 25/37, que funda o SPHAN	29
Figura 3 – Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade	30
Figura 4 – Oscar Niemeyer e Lucio Costa	30
Figura 5 – Primeira página do Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da D.P.H.A.N.	33
Figura 6 – Ficha técnica de estudo de tombamento oriundo de trabalho acadêmico	43
Figura 7 – Capa de estudo de tombamento oriundo de trabalho acadêmico	43
Figura 8 – Solicitação de informações feita por Rodrigo Melo Franco de Andrade ao eng. Amaury de Araujo e a Liberal de Castro	49
Figura 9 – Registro de fotos enviadas ao Arquivo Noronha Santos	50
Figura 10 – Exterior	50
Figura 11 – Exterior	50
Figura 12 – Registro do envio de levantamentos produzidos no CAU-UFC para o IPHAN, no Rio de Janeiro – por Liberal de Castro para Renato Soeiro	52
Figura 13 – Levantamento residência rua Cel. Alexanzito, 949, em Aracati-CE (fachada e pavimento térreo)	58
Figura 14 – Levantamento residência rua Cel. Alexanzito, 949, em Aracati-CE (pavimento superior e corte longitudinal)	59
Figura 15 – Levantamento residência pertencente ao acervo do CAU-UFC (planta, cortes, situação e cobertura)	62
Figura 16 – Levantamento residência pertencente ao acervo do CAU-UFC (fachadas, detalhe e porta)	62
Figura 17 – Exemplos de detalhes encontrados nas pranchas de levantamento do CAU-UFC	63
Figura 18 – Detalhe do carimbo das pranchas de levantamento	64
Figura 19 – Detalhe do visto do Prof. Liberal nas pranchas de levantamento	64
Figura 20 – Levantamento fachada pertencente ao acervo do CAU-UFC	65
Figura 21 – Livro de Tombo do acervo do CAU-UFC	65

Figura 22 – Detalhes anotação no Livro de Tombo do acervo do CAU-UFC	66
Figura 23 – Mapoteca do acervo do CAU-UFC	67
Figura 24 – Distribuição dos levantamentos desenvolvidos pelo CAU-UFC no Ceará	71
Figura 25 – Localização levantamentos desenvolvidos pelo CAU-UFC no município de Fortaleza	72
Figura 26 – Distribuição levantamentos desenvolvidos pelo CAU-UFC no município de Fortaleza	73
Figura 27 – Distribuição levantamentos desenvolvidos pelo CAU-UFC no município de Icó	74
Figura 28 - Distribuição levantamentos desenvolvidos pelo CAU-UFC no município de Aracati	74
Figura 29 - Distribuição levantamentos desenvolvidos pelo CAU-UFC no município de Sobral	75
Figura 30 - Técnicas de levantamento empregadas em desenho a lápis	80
Figura 31 - Levantamento finalizado a nanquim	80
Figura 32 - Parecer de Lucio Costa sobre a Igreja Matriz de Aracati	84
Figura 33 – Solicitação de tombamento da Casa de Câmara e Cadeia de Caucaia, 1959, por Liberal de Castro	88
Figura 34 – Solicitação de informações sobre a Igreja de Almofala, em 1960	89
Figura 35 – “Cobrança” feita por Liberal de Castro, em 1975, do tombamento da igreja de Almofala, citando, inclusive, o envio de levantamento feito pelos alunos do CAU-UFC	90
Figura 36 – Trecho da carta do Arquiteto José Liberal de Castro, de 4 de agosto de 1964, ao Dr. Rodrigo, sobre o Passeio Público	91
Figura 37 – Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Lucio Costa, a respeito do Passeio Público	92
Figura 38 - Resposta de Lucio Costa a Rodrigo Melo Franco de Andrade	92
Figura 39 – Trecho da carta do Arquiteto José Liberal de Castro, de 4 de agosto de 1964, ao Dr. Rodrigo”, sobre a Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim	93
Figura 40 – Trabalhos de alunos do prof. Liberal da disciplina de “História da Arquitetura II”, constantes entre os documentos do processo de tombamento da Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim	94
Figura 41 – Registro fotos antiga Câmara Municipal e detalhes da entrada	95
Figura 42 – Detalhes da fachada da antiga Câmara Municipal	96

Figura 43 – Registro fotos Igreja de Almofala, interior e exterior	97
Figura 44 – Solicitação de proteção da Igreja Matriz de Viçosa do Ceará	98
Figura 45 – Livro de Liberal de Castro sobre a Igreja Matriz de Viçosa do Ceará	98
Figura 46 - Levantamento da Casa de Câmara e Cadeia de Caucaia	99
Figura 47 – Registros de levantamentos constantes no acervo do IPHAN: casas de câmara e cadeia de Icó e Quixeramobim e Igreja de N. S. da Conceição de Almofala	100
Figura 48 - Levantamentos da Igreja do Bomfim reduzidos em uma folha formato A4 para para utilização na instrução de tombamento	101
Figura 49 - Ficha documental da instrução de tombamento da Igreja da Matriz de Sobral	102
Figura 50 – Levantamento da Casa de Câmara e Cadeia de Jaguaribe, que compõe o processo de tombamento da mesma	103
Figura 51 - Documentação de reporte de envio de levantamentos do CAU-UFC para o IPHAN	104
Figura 52 - Levantamento Sobrado Dr. José Lourenço, anexado ao processo de tombamento estadual	109
Figura 53 - Levantamento Sobrado Dr. José Lourenço, plantas	109
Figura 54 - Levantamento Sobrado Dr. José Lourenço, planta e cobertura	109
Figura 55 – Levantamento Sobrado Dr. José Lourenço, corte	110
Figura 56 – Levantamento Sobrado Dr. José Lourenço, fachada	110
Figura 57 - Levantamento Sobrado Dr. José Lourenço, cortes e fachada	110
Figura 58 – Levantamento Casa de Thomaz Pompeu (Av. Imperador, 498), digitalizado e anexado ao processo de tombamento estadual	111
Figura 59 – Levantamento da Casa de Câmara e Cadeia de Icó, no Guia dos Bens Tombados do Estado do Ceará	112
Figura 60 – Levantamento do Teatro São João, em Sobral, no Guia dos Bens Tombados do Estado do Ceará	113
Figura 61 - Cópia levantamentos CAU-UFC contantes no acervo do Arquivo Central do Estado: Teatro São João de Sobral e Instituto Museu Jaguaribano de Aracati	114
Figura 62 – Cópia levantamento CAU-UFC: residência à rua General Sampaio, 696, em Fortaleza (casa Juvenal Galeno)	114
Figura 63 – Cópias levantamentos CAU-UFC constantes no acervo do Arquivo Central do Estado	115

Figura 64 – Cópias levantamentos CAU-UFC não registrados no livro de tomo, constantes no acervo do Arquivo Central do Estado	116
Figura 65 – Projeto de Recuperação e adaptação do casarão na Rua da Matriz, 21, em Barbalha	117
Figura 66 – Detalhe carimbo	117
Figura 67 – Instrução de tombamento Mercado dos Pinhões, em convênio com a UFC	120
Figura 68 – Registro convênio SECULTFOR / IPHAN / UFC	120
Figura 69 – Levantamento Av. Barão do Rio Branco, 1477, e sua atual situação	129

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01 – Levantamentos pertencentes ao acervo do CAU-UFC, por município	68
Tabela 02 – Levantamentos e pranchas registradas no Livro de Tombo do CAU-UFC	75
Tabela 03 – Organização levantamentos na mapoteca do CAU-UFC	78
Tabela 04 – Levantamentos não registrados	79
Tabela 05 – Bens tombados pelo IPHAN no Ceará	82
Tabela 06 – Instruções em análise de tombamento pelo IPHAN no Ceará	86
Tabela 07 – Bens tombados pelo Estado do Ceará	106
Tabela 08 – Prédio ou bem em processo de tombamento pelo Estado do Ceará	108
Tabela 09 – Edificações tombadas pelo Município de Fortaleza	118
Tabela 10 – Bens tombados provisoriamente pelo Município de Fortaleza	121
Tabela 11 – Levantamentos utilizados para tombamento	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAU	Curso de Arquitetura e Urbanismo
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
COEPA	Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará
COPAHC	Coordenação de Patrimônio Histórico e Cultural
COPAM	Coordenadoria de Patrimônio Cultural e Memória
CPHC	Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural
DAUD	Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design
DET	Divisão de Estudos e Tombamentos
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EUA	Estados Unidos da América
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação
PPGAU+D	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo + Design
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SECULT-CE	Secretaria de Cultura do Estado do Ceará
SECULTFOR	Secretaria de Cultura de Fortaleza
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USAID	United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	História e políticas da preservação do patrimônio cultural brasileiro e a contribuição das práticas de identificação e documentação (1933 - 1981)	22
2.2	Inventários: identificação, seleção e documentação	39
3	O ACERVO DO CAU-UFC	45
3.1	Criação e condução: José Liberal de Castro	45
3.2	Os levantamentos do CAU-UFC	51
3.2.1	A seleção dos bens a inventariar	53
3.2.2	A produção dos levantamentos	55
3.3	O acervo do CAU-UFC	64
4	TOMBAMENTOS NO CEARÁ: os órgãos, a participação de Liberal de Castro e a contribuição do acervo do CAU-UFC	82
4.1	O IPHAN no Ceará	82
4.1.1	Liberal de Castro e o IPHAN	87
4.1.2	O acervo do CAU-UFC e o IPHAN	99
4.2	SECULT-CE	105
4.2.1	Liberal de Castro e a SECULT-CE	108
4.2.2	O acervo do CAU-UFC e a SECULT-CE	108
4.3	SECULTFOR	118
4.4	RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS	123
5	CONCLUSÃO	128
	REFERÊNCIAS	130
	BIBLIOGRAFIA DE APOIO	135
	ANEXO 1 - Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937	139
	ANEXO 2 - Instrução de tombamento do conjunto urbano de Aracati	146
	ANEXO 3 - Instrução de tombamento do conjunto urbano de Icó	159

1 INTRODUÇÃO

Acervo. [Do lat. *Acervu.*] *S. m.* **1.** Montão, acúmulo. **2.** V. *quantidade*. **3.** Conjunto de bens que integram um patrimônio. **4.** O conjunto das obras de uma biblioteca, de um museu, etc.; fundo. **5.** Patrimônio, riqueza. (FERREIRA, 1986, p. 28).

A definição acima foi transcrita do consagrado Dicionário Aurélio, elaborado pelo dicionarista Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. Parece muita coisa. E é. Porém os acervos são objetos (objetos?) pouco conhecidos da população em geral. A compreensão da sua importância na produção de conhecimento e seu reconhecimento, menos ainda.

A motivação dessa pesquisa veio do conhecimento da existência de um acervo de suma importância para o patrimônio cearense, confeccionado e armazenado na biblioteca do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará, longe dos olhos e, principalmente, do saber da população. Material que poderia ser utilizado para o ensino da nossa arquitetura antiga, pesquisado e utilizado em instruções de tombamento, por exemplo, desde que promovida sua existência.

Quando tratamos de arquitetura, o trabalho de inventariação – o ato de produzir inventários, que segundo a mesma fonte, é a “descrição ou enumeração minuciosa” ou ainda “lista discriminada, registro, relação” (FERREIRA, 1986, p. 964) - de bens que compõem um acervo passa pela identificação e documentação dos mesmos, através do seu levantamento gráfico. Demonstrar a relação entre o acervo documental e iconográfico arquitetônico composto por esses inventários e a preservação do patrimônio edificado é a forma mais direta de expor sua funcionalidade e importância.

A valorização e preocupação com a preservação do patrimônio data do Renascimento, quando, pela primeira vez, a arquitetura foi tratada como fenômeno cultural pelos “tratadistas” – Alberti, Serlio, Vignola, Bramante, entre outros – que passaram a ver os edifícios para além de suas funções e entendê-los como monumentos e repositórios de lições de arquitetura e se incumbiram da realização de inventários para a criação de modelos opostos à arquitetura da Idade Média.

Quando o edifício passa a ser percebido como objeto de transmissão de conhecimento e história através das gerações, a primeira ideia que se tem é a teoria do restauro. Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) inicia esse trabalho na França, através da identificação das edificações medievais e reconhecimento do seu valor histórico que o levam ao levantamento rigoroso e preciso de sua arquitetura através de desenhos, para o completo entendimento das suas características construtivas e estilísticas e assim basear as ações de restauro e proteção.

O papel das ações de identificação e documentação e a sua contribuição para a afirmação do mais popular instrumento de preservação - o tombamento – devem ser avaliados e difundidos para ressaltar a relevância dos inventários arquitetônicos na proteção do patrimônio edificado, tal como afirmam Mota e Rezende (p. 1, 2016): “Os inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio no século XVIII no contexto da construção dos Estados Nacionais. (...) e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural”.

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a demonstrar preocupação e a desenvolver medidas práticas com relação à preservação do patrimônio edificado urbano sendo intensificadas após a “Semana de 22”, quando Lúcio Costa e Mário de Andrade atuam pela proteção do patrimônio através do órgão federal de proteção, como descrito pela museóloga mineira Karyna Dultra e Márcia Polignano Vieira (2014) em seu artigo “A Institucionalização do Patrimônio Cultural”, sobre a implementação do IPHAN e sua contribuição para a preservação do patrimônio.

Em 1933 é tombada a cidade de Ouro Preto como “monumento nacional” através de Decreto Presidencial, quatro anos antes ainda da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Constituição de 1934, que dizia que “Cabe à União, aos Estados e aos Municípios (...) proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País”. Desde então, vêm sendo desenvolvidas institucionalmente ações de identificação e documentação, proteção e promoção do nosso patrimônio cultural.

Elaborado por Mário de Andrade, em 1936, o “Anteprojeto para criação do Serviço Histórico e Artístico Nacional” é considerado, segundo SANTOS (2012), o texto fundador do IPHAN, sendo preterido na prática em favor do Decreto-Lei n.25/37

(ANEXO 1), que “fornecer as diretrizes de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), marcando os critérios que orientariam a seleção dos bens a serem preservados por meio de tombamento” (GOLÇALVES, 2009)

Tais ações balizam hoje a elaboração das políticas de patrimônio, pois, como disse o Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, o patrono do IPHAN, “só se preserva o que se conhece e só se conhece o que se preserva”. Esta afirmação constituiu-se num dogma desde os primórdios do IPHAN e da preservação do patrimônio cultural no Brasil, o que diz da importância desse trabalho.

O foco da nossa pesquisa tem início em 1965 quando foi fundada a Escola de Arquitetura e Artes da Universidade Federal do Ceará, entre outros, pelo professor arquiteto José Liberal de Castro, cearense formado no Rio de Janeiro em 1955, que deu início ao trabalho de inventariação da arquitetura antiga¹ do Ceará com seus alunos.

Se Viollet-le-Duc viajou pela França no afã de conhecer a sua arquitetura medieval, aqui, no Brasil, Lúcio Costa muito trilhou pelas capitais e pelo interior do país em busca de igrejas, conventos, casas de câmara e cadeia e outros imóveis de valor. No Ceará, o Prof. Arq. José Liberal de Castro seguiu seus passos, não só no reconhecimento como também na condução dos levantamentos arquitetônicos produzidos para identificação e documentação, proteção e promoção de tais edificações.

Muitos desses registros serviram de base a processos de tombamento arquitetônico de imóveis isolados, bem como à proteção dos conjuntos arquitetônicos de Aracati, Icó e Sobral.

Esse acervo, por sua relevância, constitui-se em peça de inestimável valor patrimonial, tendo ainda grande potencial de utilização em estudos da história da arquitetura cearense e como base de dados para tombamentos futuros, sendo, portanto, de suma importância o seu conhecimento e promoção.

¹ Definida por Liberal de Castro, a arquitetura antiga do Ceará procede do século XIX, possui caráter popular e utilitário e é condicionada ao uso de materiais de construção locais. Começa a ser descaracterizada no início do século XX com a introdução de novas técnicas e materiais importados, tendo como marco final a Revolução de 1930, que dá início à sua gradativa destruição. (CASTRO, 1977, pp. 7-8)

A trajetória do professor José Liberal de Castro se confunde com a trajetória da documentação e preservação do patrimônio cultural edificado no Ceará, iniciada com a sua atuação como representante do SPHAN no estado, continuando com o seu trabalho na Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará (UFC) e na constituição do acervo de levantamentos arquitetônicos da arquitetura antiga cearense desenvolvidos por seus alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU), objeto deste estudo.

Um dos principais dados de entrada para um processo de tombamento é o levantamento arquitetônico da edificação. O CAU-UFC, possui um acervo com mais de 500 desenhos sobre cerca de uma centena de edificações, desenvolvidos pelos alunos e sob o comando do professor Liberal de Castro, elaborados entre 1965 e 1983.

Sendo o acervo tratado nesta pesquisa um inventário de levantamentos arquitetônicos, um passo além no seu conhecimento é a compreensão do seu processo de produção. Portanto, importa conhecer como foram selecionadas as edificações levantadas e conduzidos seus levantamentos, quais os métodos utilizados e como se deu a viabilização dos trabalhos, questões estas que devem ser abordadas para a ampla compreensão do objeto. É nesse ponto que o Prof. Arq. José Liberal de Castro aparece como o principal protagonista do processo.

Neste estudo, buscou-se demonstrar o primordial papel que o trabalho de identificação e documentação detém para a proteção do patrimônio cultural, notadamente o edificado. Local e temporalmente, através da análise do “objeto” – o acervo de levantamentos da arquitetura antiga no Ceará do CAU-UFC - e seu uso em instruções de tombamento com o objetivo de demonstrar a importância do trabalho de inventariação conduzido pelo Prof. Arq. José Liberal de Castro na preservação do patrimônio cultural edificado do estado, a contribuição do acervo CAU-UFC e do próprio Liberal de Castro nos processos de tombamento de imóveis e sítios históricos no estado do Ceará através da sua trajetória e execução dos levantamentos.

Metodologicamente, o estudo compreendeu três fases distintas, com processos de trabalho diferenciados. A primeira fase teve caráter exploratório e foi composta por pesquisa bibliográfica, documental, e entrevistas, tendo “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na

formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. (GIL, 1987, p. 44). Temos que ressaltar a importância da geração de dados primários oriundos das entrevistas desenvolvidas nessa fase, principalmente no que se refere ao trabalho de seleção e documentação das edificações componentes do acervo estudado.

Primeiramente, foi feita uma pesquisa bibliográfica através da leitura exploratória de títulos, seguida de um exame seletivo desse material para posterior aprofundamento do tema, em que se buscou definir conceitos e contextualizar os mesmos ao nosso objeto.

O referencial teórico aproximou-se dos escritos de teóricos clássicos tais como Viollet-le-Duc, Leon Battista Alberti e Camillo Boito, através da leitura de Beatriz Mugayar Kühl, daí levando ao panorama internacional por Françoise Choay e nos aproximando do contexto local gradativamente através de Marina Waisman, Lucio Costa, Lia Motta, Beatriz Setúbal, Leonardo Castriota, e Márcia Sant’Anna, que embasaram com seus trabalhos a relevância das ações de identificação e documentação do patrimônio cultural edificado, chegando por fim aos textos do Prof. Liberal de Castro e dos que corroboram e acrescentam, como Romeu Duarte, Beatriz Diógenes e Ricardo Paiva.

No estudo de fontes bibliográficas foi utilizada principalmente a biblioteca do hoje Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design (DAUD) da UFC, assim como pesquisa em publicações eletrônicas completas, o que foi complementado por leitura de teses, dissertações e artigos, além dos sítios de instituições como o IPHAN, na rede mundial de computadores.

A pesquisa documental desenvolvida na segunda fase foi feita em dois momentos. Primeiramente foi estudado o próprio objeto de pesquisa, o acervo de desenhos do CAU-UFC, tendo sido feita a listagem das edificações levantadas e dos desenhos produzidos para cada uma delas através de visitas ao mesmo. No segundo momento, foram estudados os acervos físico da Secretaria Regional do IPHAN no Ceará, da Coordenadoria de Patrimônio Cultural e Memória (COPAM) da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT-CE) e Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC) da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural cearense

nas esferas federal, estadual e municipal, em que foi analisada a documentação utilizada nas instruções de tombamento do patrimônio cultural edificado do Ceará por cada órgão. A pesquisa foi complementada por informações colhidas nos sítios das mesmas instituições, como o Acervo Digital e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do IPHAN.

Finalizando a fase de coleta de informações, foram gerados dados primários através de entrevistas semiestruturadas que compõem esse estudo, as quais trouxeram informações não disponibilizadas em fontes de pesquisa publicadas, pela ótica da UFC e pela ótica dos órgãos de preservação:

- José Liberal de Castro, arquiteto e urbanista, aposentado como docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC em 1993, mentor e condutor do inventário estudado, de cujas entrevistas extraímos as informações acerca da experiência pessoal que o levou a iniciar o trabalho desenvolvido por seus alunos, bem como suas técnicas e objetivos;
- Francisco Augusto Sales Veloso, arquiteto e urbanista, aluno da quinta turma da Escola de Arquitetura e ativo no trabalho de inventariação desde o início, tendo liderado as equipes de levantamento e posteriormente, à frente da diretoria da SECULT-CE, contribuído na sua operacionalização e condução, constituindo-se, portanto, em personagem primordial para o entendimento do processo;
- Romeu Duarte Junior, arquiteto e urbanista e docente do DAUD-UFC, pertenceu à última turma que executou os levantamentos conduzidos pelo Prof. Liberal. Sua contribuição foi de suma importância não só para o entendimento do processo prático dos levantamentos e a metodologia utilizada, como também para a relevância didática e acadêmica do trabalho desenvolvido. Também esteve à frente da diretoria regional do IPHAN entre 1997 e 2008;
- Domingos Cruz Linheiro, arquiteto, primeiro diretor regional do IPHAN no Ceará (1982 a 1990). Sua contribuição foi bastante elucidativa em relação ao início do trabalho oficial do órgão no estado;

- Francisco Alexandre Veras de Freitas, arquiteto da Coordenadoria de Patrimônio Cultural e Memória (COPAM) da SECULT-CE desde 2017, tendo pertencido ao corpo técnico do IPHAN entre 2004 e 2017. Trouxe-nos a visão de como age o órgão estadual de preservação;
- Francisco Otávio de Menezes, historiador, colaborador da SECULT-CE desde 1982. Foi coordenador de patrimônio da secretaria (COPAHC) entre 2007 e 2015 e hoje integra o quadro do Arquivo Intermediário do Governo Estadual. Além de discorrer sobre o funcionamento do órgão, informou como este está organizado quanto ao material dos tombamentos;
- Rubem Ryan Gomes de Oliveira, historiador, colaborador da Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC) da SECULTFOR desde 2016, imprescindível para o entendimento dos processos da instituição e localização de dados nos acervos físico e digital.

Na última fase, analítica, foi feito o cruzamento dos dados obtidos na fase anterior para se chegar às conclusões finais. Aqui foram estabelecidas as relações entre os levantamentos arquitetônicos pertencentes ao acervo do CAU-UFC e a documentação dos tombamentos dos órgãos competentes, através da análise da utilização dos primeiros nas instruções tombamentos dos edifícios e sítios históricos no Ceará.

O primeiro capítulo deste trabalho é composto por esta introdução, que traz explicitado o tema, define o objeto de pesquisa, justifica seu estudo, o objetivo desejado e a metodologia adotada para obtenção dos resultados, assim como apresenta o referencial teórico adotado.

No segundo, tratamos das referências teóricas do assunto. São abordadas as definições dos conceitos básicos para a compreensão do trabalho desenvolvido, como levantamento arquitetônico, inventário, acervo, patrimônio cultural edificado e preservação e a contextualização histórica e política da evolução da proteção do patrimônio.

No terceiro capítulo, mais descritivo, é dissecado o objeto em si deste trabalho. Partimos pela instalação do Curso de Arquitetura da UFC em 1965 e pelo arquiteto Liberal de Castro, professor que deu início às ações de levantamento

arquitetônico, a saber, como surgiu a atividade, como foram selecionados os imóveis levantados e como eram desenvolvidos os levantamentos pelos seus alunos, até 1983. Nesse aspecto as entrevistas foram primordiais e através delas o Prof. Liberal e os arquitetos Francisco Veloso e Romeu Duarte nos descortinam como se deu todo o processo. Encerramos o capítulo com o levantamento completo do material pertencente ao acervo e sua organização. Separadas por municípios, apresenta-se quais edificações foram levantadas, quantos e quais desenhos foram produzidos para cada uma delas, como estes estão armazenados e qual a sua disponibilidade de acesso ao público e possibilidade de utilização.

No quarto capítulo é feita a análise da documentação componente das instruções de tombamentos dos bens imóveis no Ceará, nas esferas municipal (Fortaleza), estadual e federal. Foram analisadas todas as pastas e materiais pertencentes aos processos, entre desenhos, pareceres e comunicação entre as partes interessadas.

Costurando o que foi levantado, é feito o cruzamento dos dados obtidos no estudo dos desenhos componentes do acervo do CAU-UFC e a documentação das instruções de tombamento dos órgãos competentes. Aqui conseguimos ver quantos e quais desenhos pertencentes à inventariação conduzida pelo Prof. Liberal foram utilizados para quantos e quais tombamentos, de edifícios ou sítios históricos, em cada esfera, e analisar sua contribuição, além da contribuição individual do próprio Prof. Liberal, como agente direto na solicitação de abertura de processos de tombamento, pareceres históricos e justificativos e citações referentes aos seus escritos e publicações. Aqui também fazemos um relato da continuidade do trabalho de inventariação que atualmente vem sendo desenvolvido no DAUD-UFC e a consequente ampliação do acervo pertencente a esse departamento.

O quinto e último capítulo conclui a pesquisa com uma reflexão sobre a relevância do acervo do CAU-UFC na proteção do patrimônio cultural edificado no Ceará e a importância dos inventários. Encerrando, sugerimos temas para pesquisa e trabalhos que podem ser desenvolvidos pautados na demonstração da importância dos pilares da salvaguarda do patrimônio cultural: identificação, documentação, proteção e promoção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História e políticas da preservação do patrimônio cultural brasileiro e a contribuição das práticas de identificação e documentação (1933 - 1981)

A atribuição de valor ao passado e seu reconhecimento histórico pode ser vista a partir do século XII, quando os *Mirabilia urbi Roma*, manuscritos de Benedictos, cônego de São Pedro, referência monumentos a lembranças literárias no “primeiro guia dedicado exclusivamente aos monumentos pagãos de Roma” (CHOAY, 2002, p. 38).

Ainda através da literatura, agora no século XV, temos os humanistas discorrendo sobre “o conhecimento e o prazer propiciados pelas obras da Antiguidade” (ibidem, p. 51) e o desejo de sua preservação, quando passam a colecionar de pequenos objetos a esculturas, chegando a construir edifícios para abrigar suas antiguidades, precedendo os museus.

Existe uma grande diferença quando se trata da conservação de objetos móveis e edifícios. Os monumentos da Antiguidade, na “dependência do domínio público e político” (ibidem, p.52), trazem dificuldades técnicas relativas à sua proteção, o que inviabilizou sua conservação imediata quando da tomada de consciência do seu valor histórico e artístico no *Quattrocento*². As cidades estavam se convertendo em ruínas e pedreiras, com templos sendo destruídos e seus mármores transformados em cal. “A partir da década de 1430 e do pontificado de Eugênio IV (1431-1447), os humanistas, em especial os da corte pontifical, são unânimes em preconizar a conservação e uma proteção vigilante dos monumentos romanos” (ibidem p.52), “momento em que surge o projeto, até então impensável, de estudar e conservar um edifício unicamente pelo fato dele ser um testemunho da história e uma obra de arte” (ibidem, p. 28).

Os papas, então, tomam à frente da preservação com um grande projeto de restauração de Roma e as ações de documentação são iniciadas quando Alberti é encarregado por Nicolau V do levantamento topográfico da cidade, além da

² Refere-se à era “dourada” do Renascimento Italiano, no século XV

identificação e seleção dos monumentos da Antiguidade, que ficariam em destaque quando restaurados os eixos antigos da cidade, como previa o projeto.

Numa visão moderna de conservação, a intenção de manter os edifícios intactos para que as gerações futuras pudessem conhecê-los faz com que surjam medidas de restauração e proteção dos monumentos, tratadas pelas bulas pontificiais, a primeira delas elaborada pelo papa Martinho V. Dentre elas, *Cum aliam mostram urbem*, publicada em 1462 pelo papa Pio II Piccolomini, traz não só medidas de restauração e proteção como ações de vigilância e atribuição de penalidades aos infratores que apenas poderiam ser anuladas pelo próprio pontífice.

Após o humanismo italiano, fase em que o ser humano é valorizado, e, como tal, sua obra, o conceito de valor das antiguidades foi apropriado pelos “letrados” de toda a Europa, que se valeram da mobilidade que caracterizava o continente nos séculos XVII e XVIII, “fazendo e refazendo (...) a viagem ritual a Roma para descobrirem seus monumentos”. (CHOAY, 2002, p. 61), ampliando a cada viagem as fronteiras estudadas e enriquecendo seu conhecimento.

Pouco a pouco, as antiguidades adquirem uma nova coerência visual e semântica, confirmada pelo trabalho epistêmico do século XVIII iluminista e por seu projeto de democratização do saber. O Museu, que recebe seu nome mais ou menos ao mesmo tempo que o monumento histórico, institucionaliza a conservação material das pinturas, esculturas e objetos de arte antigos e prepara o caminho para a conservação dos monumentos da arquitetura. (CHOAY, 2002, p. 62)

Artistas como Rubens, Piranesi e Pietro Santi Bartoli dividiam a mesma paixão pela Antiguidade com arquitetos como Serlio, Pirro, Ligorio, Desgodets e Mignard, e durante mais de dois séculos desenvolveram pesquisas iconográficas. O segundo grupo ainda produziu “verdadeiros dossiês” descritivos das antiguidades. (CHOAY, 2002, p.65), preconizando o surgimento do primeiro projeto de inventário sistemático, feito por F. R. de Gajgnières, que em 1695 reuniu monumentos desenhados acrescidos de explicações curtas. Iniciava aí o debate sobre “o que era importante” nos monumentos – estética ou história - que logo mais geraria a discussão acerca das teorias de restauração dos mesmos.

Indo da inventariação ao estudo dos bens inventariados, em 1767 Winckelmann é “o primeiro a apresentar uma periodização geral da arte antiga,

baseada em critérios formais que permitiam a crítica das ideias aceitas”. (CHOAY, 2002, p.84), fundando a história da arte por uma síntese crítica:

É o primeiro (...) a estudar a Antiguidade analisando as épocas, os povos, as escolas, os estilos, as nuances de estilo; (...) ele foi o primeiro que, classificando as épocas, aproximou a história dos monumentos e comparou-os entre si, descobriu características incontestáveis, princípios de crítica e um método (...). Conseguiu estabelecer um corpo a partir daquilo que não passava de um amontoado de fragmentos (*Lettres sur le projet d'enlever les monuments d'Italie*, Paris, 1796, p. 205 da edição de 1836, apud CHOAY, 2002, p. 84).

A destruição desencadeada pela Revolução Francesa, em 1792, não só deu origem ao termo “vandalismo” pelo abade Grégoire como também trouxe a análise da proteção do patrimônio francês, iniciando as primeiras discussões acerca de sua preservação. “Da noite para o dia, a conservação iconográfica abstrata dos antiquários cedia lugar a uma conservação real”-(CHOAY, 2002, p.95-96).

Para consolidação de uma nação recém-formada, a necessidade de criação de uma identidade impulsiona a instituição de símbolos, que possibilitem aos indivíduos partilharem de elementos nacionais comuns e assegurar o sentimento de pertencimento. (DULTRA, 2014, p.1)

O antagonismo anteriormente citado entre artistas e arquitetos por duas doutrinas de valorização que se defrontavam no fim do século XVIII, é enriquecido, no século XIX, por duas visões de restauração: uma intervencionista, europeia em geral, simbolizada por Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, e outra anti-intervencionista, inglesa, por John Ruskin e William Morris.

Para Viollet-le-Duc, “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (Viollet-le-Duc apud KÜHL, 2000, p. 29). A restauração poderia, logo, ser confundida com reconstrução, feita através de documentação da edificação original, ou até mesmo, através da interpretação e conhecimento estilístico. Não só sobre a edificação a ser restaurada, é fundamental o conhecimento de outras edificações para a compreensão do edifício através do seu estilo, como fez Viollet-le-Duc em seu monumental trabalho de inventariação do patrimônio edificado francês, notadamente o do acervo gótico, base para toda a sua atuação, conforme descrito por Françoise Choay (2002). Entre as formulações teóricas enunciadas em seu *Dictionnaire* sobre restauração, Viollet-le-Duc, cita “a importância de se fazer levantamentos pormenorizados da situação existente” (KÜHL, 2000, p. 23), aspecto

que foi usado “contra” o próprio quando da obra de “desrestauração” da igreja Saing-Sernin de Toulouse, onde, “procurou-se retornar ao estado da obra antes de 1860 e para isso existia um levantamento pormenorizado feito pelo próprio Viollet-le-Duc e também fotografias” (ibidem, p. 22)

Por outro lado, para Ruskin e Morris, o monumento degradado é intocável e para que as gerações presentes conheçam seu passado através dele, deve-se pausar sua degradação na medida do possível, com a manutenção constante até sua “morte”, sem jamais reconstituí-lo:

podemos viver sem ela, e orar sem ela, mas não podemos rememorar sem ela. (...) quantas páginas de registros duvidosos não poderíamos nós dispensar, em troca de algumas pedras empilhadas umas sobre as outras! (RUSKIN, 2008, p. 54)

Interpolando as duas visões, Boito surge com uma visão mais complexa de restauração, preconizando que cada caso deva ser tratado de uma forma diferente, propondo três tipos de intervenção:

para os monumentos da Antiguidade, uma restauração *arqueológica*, que busque antes de tudo a exatidão científica e, em caso de reconstituição, considere apenas a massa e o volume, deixando de certo modo em branco o tratamento das superfícies e sua ornamentação; para os monumentos góticos, uma restauração *pitoresca*, que se concentre principalmente no esqueleto (ossatura) do edifício, deixando a carne (estatuária e decoração) em deterioração; enfim, para os monumentos clássicos e barrocos, uma restauração *arquitetônica*, que leve em conta os edifícios em sua totalidade. (CHOAY, 2002, p. 166)

Para este autor, qualquer intervenção deve ser reconhecida como tal, através de materiais, cores e tratamento diferentes do original, jamais se passando por autêntico. Boito estabeleceu os fundamentos críticos da restauração como disciplina, na qual o levantamento dos edifícios a preservar constitui etapa essencial.

Boito fundamentou seu trabalho em análises aprofundadas da obra, procurando apreender seus aspectos formais e técnicos-construtivos, baseado em estudos documentais e na observação, bem como em levantamentos métricos do edifício. Fez largo uso de desenhos e também de fotografias (KÜHL, 2002, p. 13).

“Esse processo se foi consolidando no século XIX através de formulações teóricas, de experiências sistemáticas de inventário” (ibidem, p. 16).

Em 1883, na *I carta Italiana do Restauero*, também conhecida como *Carta de Boito*, oriunda do Congresso dos Engenheiros e Arquitetos Italianos realizado em

Roma, Boito propôs critérios de intervenção em monumentos históricos que depois seriam adotados pelo Ministério da Educação, onde enunciou sete princípios fundamentais, entre eles a “ênfase no valor documental dos monumentos e de registrar as obras, apontando-se a utilidade da fotografia para documentar a fase antes, durante e depois da intervenção” (KÜHL, 2000, p. 21-22).

Foi também o documento que expressamente referiu a necessidade e obrigatoriedade de documentar exaustivamente, através de desenhos, fotografias e textos, tanto o bem existente como todas as operações sobre ele executadas mantendo este acervo no local e em poder de uma entidade central. (DINIZ, 2014, p. 23)

No final do século XIX, com o advento da indústria e da sociedade industrial, tornou-se imperiosa a salvação da arquitetura e da cidade antiga:

O alto poder simbólico das obras de arquitetura, poder ao qual se somam os vínculos afetivos das populações que com elas convivem, porque as encontram nos espaços públicos, postas à vista de todos, permanente e gratuitamente. Diante de tal quadro, o envolvimento intelectual ou sentimental, estimulado por contatos sensoriais e reforçado pela memória pessoal ou coletiva, desencadeia preocupações e provoca reações ante a perspectiva de destruição das obras arquitetônicas (CASTRO, 2008, p. 105)

Transforma-se, assim, o que inicialmente se valorizava pelo caráter de propriedade coletiva (monumento), e por isso necessitava de preservação - como as igrejas para os cristãos e os castelos para a aristocracia da Idade Média, em “patrimônio”, que se constitui em um acervo de valores leigos (históricos e artísticos) merecedores de preservação como referências a uma identidade nacional:

Foi preciso, portanto, que a noção de *monumento* – no seu sentido moderno – fosse formulada, enquanto monumento histórico e artístico, para que a noção de *patrimônio* se convertesse em categoria socialmente definida, regulamentada e delimitada, e adquirisse o sentido de herança coletiva especificamente cultural. (FONSECA, 2009, p.55).

No Brasil, acredita-se que o primeiro ato legal de preservação esteja registrado em uma carta dirigida ao governador de Pernambuco pelo vice-rei do Brasil, André de Melo e Castro, em 1742, “com o objetivo de impedir a ocupação do Palácio das Duas Torres, obra de Maurício de Nassau, e de recomendar a sua restauração pelos portugueses” (DUARTE JUNIOR, 2012, p. 42).

No início do século XX, após a Semana de Arte Moderna de 1922, Lúcio Costa e Mário de Andrade encabeçam o movimento pela proteção do patrimônio nacional através da Agência Nacional de Proteção (DULTRA e VIEIRA, 2014, p. 2), tendo sido

um dos primeiros países do mundo a demonstrar preocupação e desenvolver medidas práticas com relação à preservação do patrimônio edificado urbano.

Intelectuais e modernistas como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, D. Olívia Guedes Penteado, Paulo Prado, dentre outros, “tomaram consciência da alienação vivida pela cultura brasileira e a certeza de que a construção de uma arte e uma cultura nacionais passava pelo resgate do passado como referencial” (NOGUEIRA, 2007, p. 260), criando o que foi conhecida como a “caravana paulista”, que em 1924 partiu para Minas Gerais em busca do reconhecimento de uma identidade arquitetônica nacional.

Desta “expedição” surge o reconhecimento do barroco mineiro como a única arquitetura genuinamente brasileira até então, por se traduzir na síntese das contribuições portuguesa, africana e indígena que constituem nossa civilização, adotando-a como estilo nacional e desprezando qualquer outro, identificando as cidades mineiras como o berço da nossa cultura.

Com isso, em 1933 é tombada a cidade de Ouro Preto (FIGURA 1) como “monumento nacional” através de Decreto Presidencial, dando início à institucionalização da promoção do nosso patrimônio cultural, “coroadada” no ano seguinte na Constituição de 1934, que trazia em seu texto que “cabe à União, aos Estados e aos Municípios (...) proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País (...)”.

Figura 1: Praça Tiradentes – Ouro Preto-MG



Fonte: IPHAN, 2019, *online*

No mesmo ano de 1934 a Inspeção dos Monumentos Nacionais, vinculada ao Museu Histórico Nacional, previa a realização de um *catálogo* “tanto quanto possível completo, dos objetos histórico-artísticos de notável valor existentes no país, no qual os particulares poderão requerer a inclusão dos de sua propriedade, o que será deferido após exame, identificação e notificação” (BRASIL, 1934 apud MAGALHÃES, 2004, p. 76) o que demonstra o início da preocupação com a documentação dos bens materiais no país.

Aos modernistas, outro grupo se opunha e disputava a implantação de uma política pública de preservação: os acadêmicos, cuja visão se unia à dos seus adversários pelo nacionalismo, porém se opunha pelo reconhecimento das arquiteturas eclética, neoclássica e até neocolonial, como válidas releituras de estilos do passado, o que, para os pensadores modernistas, não passavam de “cópias” que sintetizavam a “europeização das elites nacionais” que se via nas primeiras três décadas do século XX através da adoção de comportamentos e estilos importados. Em 1936, a escolha do primeiro grupo para o projeto do prédio do Ministério da Educação - obra que se tornou um ícone da arquitetura modernista brasileira - avalia seu pensamento e sua posição.

Tal reconhecimento faz com que no mesmo ano, a convite do Ministério da Educação e Saúde, Mário de Andrade³ elabore o “Anteprojeto para criação do Serviço Histórico e Artístico Nacional”, considerado como o texto fundador do IPHAN, estabelecendo os contornos do conceito de arte brasileira, qualificando objetos e fundamentando as práticas de conservação do que entendiam como “patrimônio histórico e artístico nacional” (SANT’ANNA, 2015, p. 154).

Aprovado pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, o anteprojeto de Mário de Andrade mostrava uma visão ampla de patrimônio e de valorização popular, que iam além das fronteiras dos bens materiais, extremamente avançada para seu tempo, antecipando preceitos da Carta de Veneza (1964).

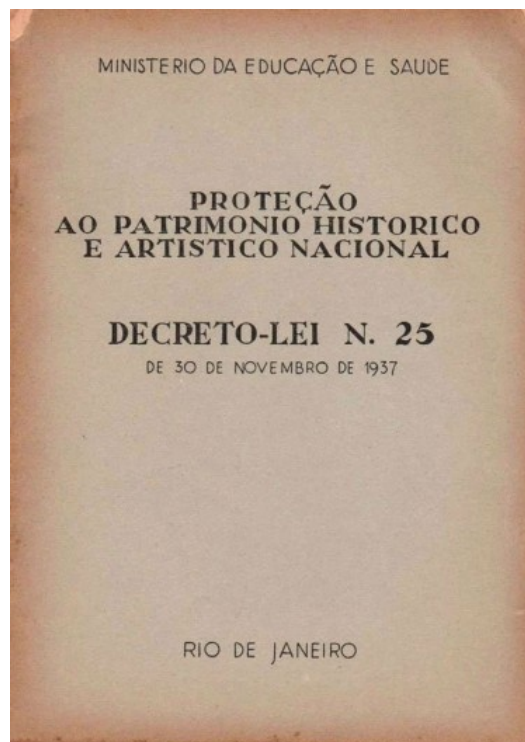
³ “Sua relação com a preservação de nossa memória e patrimônio é visceral. Em 1920 fruto de sua primeira viagem a Minas em 1919, publica *Arte Religiosa em Minas Gerais*, sobre os monumentos e igrejas das cidades mineiras do ciclo do ouro. Participa da lendária viagem a Minas, de 1924, em companhia de Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e do poeta e escritor francês Blaise Cendrars, que redescobrem o barroco como uma manifestação legítima de nossas mais caras raízes e matrizes, e Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, como seu mais importante intérprete” (IPHAN, 2015, online)

Tal projeto foi preterido na prática em favor do Decreto-Lei Nº 25/37 (FIGURA 2), que “forneceu as diretrizes de atuação do *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – SPHAN, marcando os critérios que orientariam a seleção dos bens a serem preservados por meio de tombamento⁴” (GONÇALVES, 2009, p.1):

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Para a direção do recém criado órgão, Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, indica Rodrigo Melo Franco de Andrade, responsável pela publicação de dez números da *Revista do Brasil*, “que se transformou em um importante instrumento de manifestação dos ideais modernistas” (IPHAN, *online*).

Figura 2: Capa do Decreto-Lei Nº. 25/37, que funda o SPHAN



Fonte: Google Imagens, 2019

4 o Decreto Nº 25/37 fez surgir o tombamento “como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais”, classificando os bens em “móveis” ou “imóveis”, o que descartava todos os tipos de manifestações culturais. (FONSECA, 2009, p.99 a 105).

A seleção de colaboradores feita por Rodrigo Melo Franco de Andrade para o SPHAN (FIGURAS 3 e 4) trazia importantes nomes brasileiros como Oscar Niemeyer, Sérgio Buarque de Holanda, Vinícius de Moraes, Gilberto Freyre, Carlos Drummond de Andrade, Renato Soeiro e Lucio Costa, escolhas baseadas, além das qualidades técnicas, pelas afinidades intelectuais, todos modernistas⁵, nacionalistas e imbuídos do reconhecimento de uma arquitetura nacional e sua valorização, trazendo uma visão não tão abrangente sobre preservação quanto à inicialmente proposta por Mário de Andrade.

Figura 3: Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade



Fonte: IPHAN, 2019, *online*

Figura 4: Oscar Niemeyer e Lucio Costa



Fonte: Google Imagens, 2019

⁵ O movimento modernista surge no Brasil como fundador de uma nova expressão artística e de recusa às "imitações" aos estilos europeus, em todos os campos da arte. (FONSECA, 2009, p.89)

A preservação de monumentos é “uma atividade necessariamente seletiva, uma constante opção entre o conservar e o destruir” (FONSECA, 2009, p.53), logo ficando essa atividade de seleção exclusivamente a cargo dos membros da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), que à época voltavam toda a sua atenção às manifestações da arquitetura e do urbanismo barrocos do período colonial, então tidas como o legítimo patrimônio edificado brasileiro,

Une-se o fato de não haver historiadores no quadro do SPHAN, situação que contribuiu para a valoração artística acima da histórica na sua criação na elaboração de critérios de seleção. “Os critérios adotados pelo SPHAN eram sustentados não tanto por estudos e pesquisas, pouco acessíveis à opinião pública, mas pela autoridade dos agentes e da instituição que respondia pelos tombamentos” (FONSECA, 2009, p. 109), visto que “a autoridade de Rodrigo M. F. de Andrade e, sobretudo, a de Lúcio Costa, considerado o *teórico* do grupo, era aceita sem maiores dificuldades (FONSECA, 2009, p. 117)”.

Antes ainda de sua criação, Mário de Andrade fundamenta o Anteprojeto para a criação do órgão com a criação de “quatro livros de tomo e quatro museus nacionais a eles associados, como instrumentos e lugares de preservação” (SANTOS, 2018, p.15), através de material colhido em suas “viagens de (re)descoberta do Brasil, com o registro multimídia do nosso patrimônio artístico e a “desmaterialização do patrimônio cultural” que “recolocou a necessidade dos inventários como instrumentos de reconhecimento da diversidade cultural e ponto de partida para as políticas públicas de patrimônio” (NOGUEIRA, 2007, *online*).

Por outro caminho, consolidado pelo Decreto-Lei 25/37, que cria o SPHAN, Lucio Costa coordena a coleta de material de inventário de bens materiais através dos Distritos Regionais do órgão e analisa suas propostas de inserção no livro de tomo do patrimônio e sua consequente proteção. Dessa forma o “primeiro Distrito, com sede em Recife, deveria cuidar da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas; o segundo abrangia Bahia e Sergipe, com sede em Salvador; o terceiro, Minas Gerais; e o quarto, São Paulo. A sede da instituição era localizada no Rio de Janeiro” (IPHAN, *online*).

Através dos trabalhos de identificação e documentação patrimonial e a partir do reconhecimento do seu valor histórico que se torna possível a criação e implementação de políticas de preservação por todas as esferas responsáveis. Tais

ações balizam hoje a elaboração das políticas de patrimônio, pois, como disse o Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, “só se preserva o que se conhece e só se conhece o que se preserva”.

Os inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio no século XVIII no contexto da construção dos Estados Nacionais. (...) e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural. (MOTTA; REZENDE, 2016)

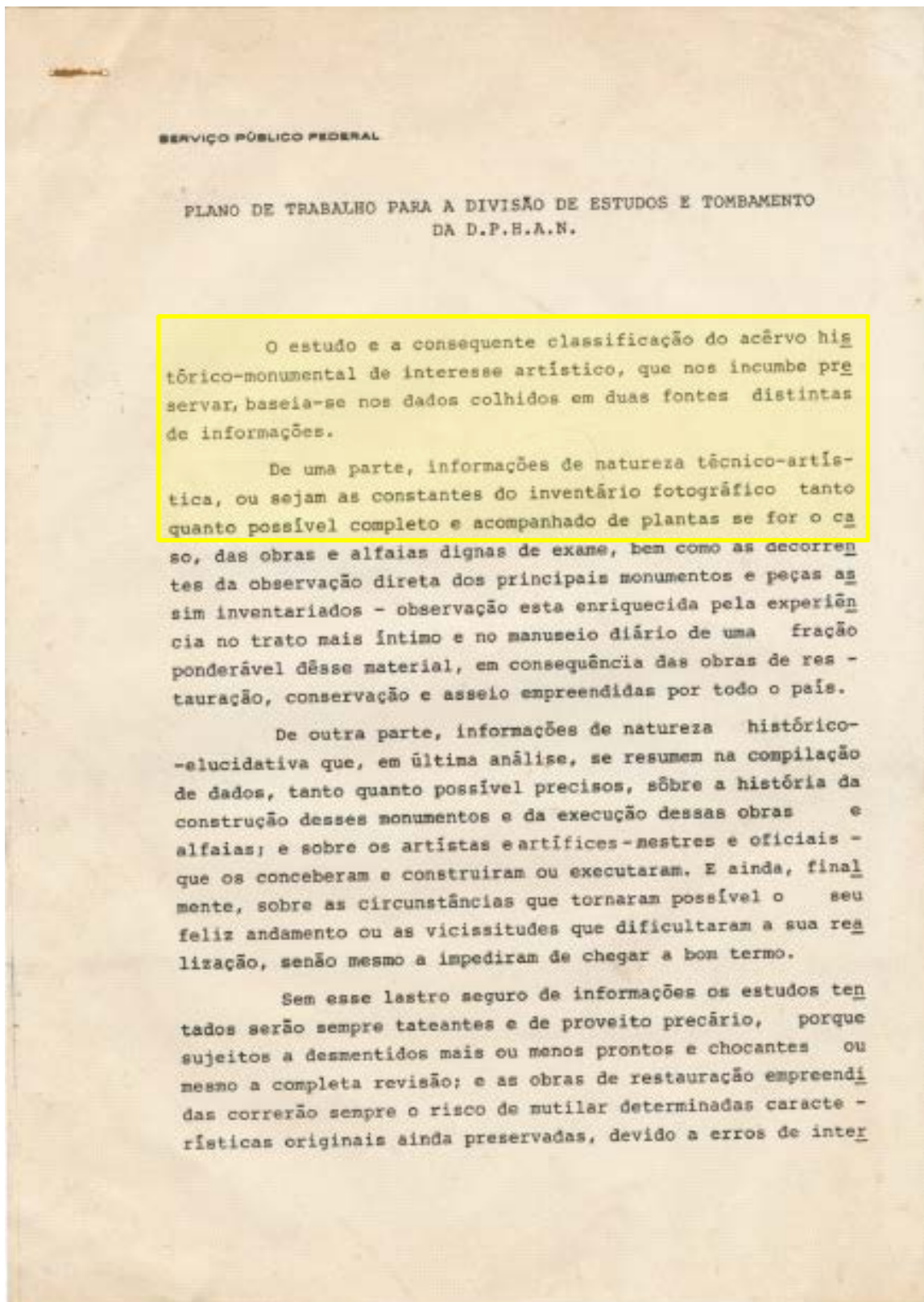
Lucio Costa, no prefácio do livro “Rodrigo e Seus Tempos”, diz que “com Rodrigo, o clima no patrimônio era universitário. Ele orientava, atraía os colaboradores mais qualificados, editava revistas, estimulava vocações. As portas estavam sempre abertas, acolhia a todos, era o *reitor*” (ANDRADE, 1986, pp.7 e 8).

Em pleno funcionamento e com a intenção de sistematizar o trabalho do órgão, em 1949, Lúcio Costa, à frente da “Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” do SPHAN, lança o “Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento”, no qual aponta “a produção do conhecimento, a criação de um corpo de especialistas, o inventário sistemático⁶, os esquemas de classificação da arquitetura e a identificação de séries tipológicas” (PESSOA, 2014, p.17) como questões necessárias à preservação do patrimônio. Neste documento (figura x) Lucio costa afirma que o estudo e classificação dos monumentos a serem preservados baseiam-se em dados colhidos de duas fontes distintas, uma de natureza histórica-elucidativa, e outra técnico-artística, onde são produzidas plantas que compõe a documentação junto ao registro fotográfico e descrição do bem.

Em seu “Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento”, Lúcio Costa expõe a importância do levantamento dos bens imóveis para sua preservação, como vemos na FIGURA 5.

⁶ “O inventário sistemático dos bens culturais visa ao conhecimento e à proteção do acervo, ajuda a fundamentar a seleção, a definição dos critérios que orientam a seleção e o registro. A realização de inventários foi e é ponto de partida e meio fundamental para a definição das políticas de patrimônio” (OLIVEIRA, 2008, p. 132)

Figura 5: Primeira página do Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da D.P.H.A.N



Fonte: COSTA, 1949, p. 1.

Desde o início, o trabalho no SPHAN demandou uma intensa atividade de pesquisa e inventariação. A seriedade com que os membros do grupo encaravam o seu papel de reveladores e descobridores do patrimônio cultural da nação, aliada à preocupação de legitimá-lo socialmente, os levavam a conduzir a instituição nos moldes de uma escola superior, onde a produção de conhecimento sobre o tema era obrigatória (SANT'ANNA, 2015, p.150).

Porém, não bastava a valorização da atividade, a seleção e reconhecimento das edificações. Era necessário por a documentação em prática. Nesse ponto, Lúcio Costa aponta como item faltante à realização de um bom trabalho à época, a “falta de pessoal técnico habilitado e possuído da necessária paixão pela tarefa especializada a empreender” (COSTA, 1949, p.3):-

Rodrigo realiza programas de treinamento de técnicos, coordena trabalhos de recuperação das instalações do SPHAN, empreende disputas judiciais, se empenha pela sobrevivência institucional da entidade, e se esforça em promover, no Brasil e no exterior, uma consciência nacional de preservação do patrimônio cultural do país- (IPHAN, 2013, online).

Ditados os preceitos, para o efetivo reconhecimento do patrimônio cultural Brasil afora, Rodrigo Melo Franco de Andrade contava com delegados regionais para a efetuação dos trabalhos de identificação e documentação das edificações consideradas relevantes, bem como da proposição de seu tombamento, através de desenhos e fotografias que eram enviadas acompanhadas de um memorial descritivo:

(...) instruídas pelo histórico da obra, sua descrição pormenorizada (técnica quanto possível; sic), informações sobre o seu estado atual de conservação, assim como as alterações que tiver sofrido, referências bibliográficas que houver a seu respeito e documentação fotográfica. (ANDRADE, 1987, p. 123)

Após as etapas de seleção e documentação, tinha-se em mãos o material necessário para o pedido de tombamento da edificação, o principal meio de proteção utilizado pelo SPHAN desde a sua criação. Segundo a definição atual do IPHAN (2019, online) para o instrumento, o tombamento “é o reconhecimento de um bem material, de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e/ou simbólico para uma comunidade, protegendo-o de descaracterização ou de destruição através da aplicação de legislação específica”. Apesar de toda a mudança conceitual ocorrida através dos anos em relação ao patrimônio cultural material, quanto à sua forma de preservação, não se recorreu a nenhuma outra forma (FONSECA, 2009, p.179). Para esta mesma autora, “atividade desenvolvida pelo SPHAN desde 1937, o tombamento tem se constituído no instrumento de preservação por excelência, a ponto de,

conforme observa Sônia Rabelo de Castro (1991, p. 5), “confundir-se tombamento com preservação” (FONSECA, 2009, p. 180).

O Prof. Arq. Liberal de Castro relata que, no início dos trabalhos do IPHAN, para se indicar um bem a ser tombado, “bastavam um levantamento fotográfico e arquitetônico e um breve texto” (PAIVA; DIÓGENES, 2013, s./p.). Constata-se, portanto, que o levantamento arquitetônico é a base primária do processo de tombamento, sendo imprescindível e fundamental para a preservação do patrimônio cultural edificado, o que coloca em posição de destaque os trabalhos de identificação e documentação arquitetônica.

Um bem cultural material, para ser tombado em nível federal, passa por um processo administrativo que avalia sua importância em âmbito nacional. Uma vez aceito, passa a ficar sob a vigilância rigorosa do órgão federal de preservação, que procura evitar que sejam feitas alterações ou demolições que “eliminem vestígios de fatos, épocas, do interesse da sociedade, ou ainda as áreas de interesse paisagístico” (ALVES, 2008, p. 67).

O pensamento modernista limitava a atuação do órgão ao tombamento de bens isolados, visto que para eles o tombamento amplo em áreas urbanas poderia tolher seu desenvolvimento, visão iniciada pela ideologia dos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAMs), através da Carta de Atenas, que, em 1933, decretava, quanto ao patrimônio edificado das cidades, como analisa ALMEIDA (2010, p.67):

a preservação da herança do passado, para o CIAM, é uma espécie de concessão que se faz à história. Reconhece-se que há testemunhos históricos que não devem ser desprezados, mas a avaliação é altamente seletiva e observa os mesmos critérios do século XIX: a observância ao bem monumental isolado do contexto urbano em que se insere.

e que fundamentaria a teoria da cidade-monumento que valorizava apenas edificações isoladas e com valores estéticos selecionados.

A industrialização, deflagrada a partir da década de 1950, acarreta na década seguinte um crescimento acelerado das cidades e uma especulação imobiliária que modifica a paisagem natural e o ambiente das áreas centrais que continham as edificações isoladamente tombadas, fazendo com que o SPHAN redirecione sua política após a Carta de Veneza, que em 1964, reconhece valor de

preservação no tecido urbano, indo além das edificações isoladas reconhecidas pela Carta de Atenas, bem como valorizando até as expressões arquitetônicas e urbanísticas modestas, porém dotadas de significação cultural. São essas duas cartas “os primeiros documentos preservacionistas de escala internacional, posteriormente, conhecidos como cartas patrimoniais, que, de certa forma, balizarão o ideário e a ação dos pioneiros do patrimônio no Brasil” (DUARTE JUNIOR, 2017, *online*). Assiste-se, portanto, à transformação da “cidade-monumento”, aquela em que são valorizadas as edificações isoladamente, sem levar em conta sua inserção urbanística ou histórica, em “cidade-documento”, uma ampliação da visão de patrimônio que passa a considerar, além do valor plástico e artístico dos edifícios, o processo sócio-histórico de conformação do bem cultural, mormente o dos sítios históricos (FONSECA, 2009).

Em 1966, Rodrigo Melo Franco de Andrade solicita o apoio da UNESCO para a formulação uma nova política de preservação através do planejamento urbano e do aproveitamento turístico, iniciando-se uma nova fase no IPHAN.

Em 1976, sob a nova gestão de Renato Soeiro, “diante da recusa de Lucio Costa a se envolver com questões burocráticas” (AZEVEDO, 2017, p.45), encerra-se a “fase *heroica* da instituição” (FONSECA, 2009, p. 126), ampliando-se a atividade de preservação a outras áreas e esferas governamentais.

Até então, a conduta técnica dos dirigentes do SPHAN havia tornado a instituição autônoma e apartada da política, originando uma “estrutura administrativa precária e uma constante falta de recursos financeiros” (SANT’ANNA, 2015, p.150). Ainda segundo a autora, o relatório oriundo da participação da UNESCO conclui que:

o IPHAN deveria ser reestruturado administrativamente, ter seu orçamento aumentado, investir no recrutamento e na formação de novos quadros técnicos e, sobretudo, repartir a tarefa da preservação com outras esferas de poder, descentralização vista como necessária para o atendimento das novas exigências da preservação nos moldes preconizados pela Carta de Veneza que definiu como monumento uma arquitetura trivial e menor, ampliando consideravelmente o universo a tombar e proteger (*ibidem*).

A década de 1970 traz consigo a expansão do patrimônio, definida por Soeiro em um plano no qual sinaliza a continuidade das ações que se iniciaram no final da gestão de Rodrigo de Melo Franco de Andrade desde a reestruturação administrativa e financeira do órgão até sua mudança de paradigmas:

Somente a extensão territorial, com seus acidentes e riquezas naturais, somada ao povo que a habita, não configura de fato o Brasil, nem corresponde à sua realidade. Há que computar também (,,,) a produção material e espiritual duradoura ocorrida de norte a sul e de leste a oeste do país, constituindo as edificações urbanas e rurais, a literatura, a música, assim como tudo mais que ficou em nossas paragens, como traços de caráter nacional, do desenvolvimento histórico do povo brasileiro (Andrade, 1987b:56 *apud* AZEVEDO, 2017, p. 47).

Segundo o curso de mudança da visão patrimonial, em 1970, uma reunião de governadores produziu o *Compromisso de Brasília*, visando à descentralização da política de patrimônio e recomendando que "estados e municípios exercessem uma atuação supletiva à federal na proteção dos bens culturais de valor nacional, e assumisse, sob a orientação técnica da então DPHAN, a proteção dos bens de valor regional" (FONSECA, 2009, p. 142, 143).

Em 1979, entra em cena Aloísio Magalhaes e completa-se o processo de modernização administrativa do IPHAN, com a incorporação ao órgão do Programa das Cidades Históricas (PCH) e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), além da criação da Fundação Nacional Pró-Memória, fusão que "vinha revitalizar o IPHAN e operacionalizar o CNRC" (FONSECA, 2009, p. 154).

O início do PCH "visava prioritariamente à recuperação das cidades históricas do Nordeste pela via da atividade turística como fator de revitalização urbana" (ANUÁRIO DO CEARÁ, *online*), e oferecia 80% do recurso "a fundo perdido" para os projetos aprovados. Através deste programa foram iniciados os trabalhos na cidade de Icó, especificamente a recuperação do Teatro Municipal, pelas mãos do arquiteto Francisco Veloso, à época, diretor do Departamento de Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, que convenceu o prefeito da cidade a integrar o programa, até então desconhecido por ele. As instruções de tombamento dos Centros Históricos de Aracati e Icó também foram criadas a partir desse programa.

O novo presidente do órgão, designer de profissão, inicia sua atuação sem seguir a linha tradicional da arquitetura, não sendo bem recebido pela turma da "pedra e cal"⁷ do IPHAN, privilegiando as áreas dos estudos culturais, embrião do que seria

⁷ É apelidada de "pedra e cal" a era que restringia as noções do patrimônio a bens concretos, edificações materiais, constituídas de "pedra e cal", do período barroco e colonial (séc. XVII e XVIII), prática adotada nos primórdios do IPHAN por seus membros.

o patrimônio imaterial – os saberes e fazeres, celebrações, formas de expressão e os lugares, com ênfase para o artesanato e o design popular:

Inserida na dinâmica de atuação adotada no CNRC estava a ideia de um organismo capaz de **identificar** (grifo nosso) ao longo do contexto cultural brasileiro formas peculiares de atuação, modo de vida, comportamento, etc, que são os tais indicadores latentes que se explicitados dariam uma configuração de identidade cultural (Entrevista concedida ao Jornal Correio Braziliense, em 1982, apud IPHAN, 2019, *online*)

A democratização da política cultural do país passou também pelos seus bastidores, quando Aloísio Magalhães, “visando a administrar inevitáveis conflitos entre interesses de áreas até então autônomas” (FONSECA, 2009, p.158), realiza seminários com técnicos de todas as instituições envolvidas – à época, com o CNRC vinculado ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), para discutir os rumos das políticas culturais.

É criado um documento denominado *Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC*, que se propunha à educação pelo esclarecimento dos valores histórico e artístico dos bens culturais, como na fase *heróica* do SPHAN, como também pelos benefícios das políticas de preservação dos mesmos principalmente para os grupos sociais economicamente fragilizados.

Mais que isso: era preciso que essas comunidades passassem a participar do processo de construção e de gerenciamento da produção cultural brasileira, inclusive do patrimônio cultural. É pela via da participação social, e não mais pela da seleção rigorosa de bens de valor excepcional – que se vai buscar legitimar a política de preservação dos anos 80 (FONSECA, 2009, p. 158).

A partir da gestão de Aloísio Magalhães, que esteve à frente do órgão até 1981, são utilizados termos como o “saber-fazer”, são reconhecidas técnicas artesanais de produção e são valorizadas diversas manifestações culturais de cunho popular, abrindo-se assim, generosamente, o leque do reconhecimento patrimonial brasileiro, sua identificação e documentação, mudando para sempre os rumos da nossa política pública ao reconhecer o valor dado pela sociedade aos bens, tanto quanto ou mais do que seu valor excepcional, dando início à valorização do patrimônio cultural imaterial.

2.2 Inventários: identificação, seleção e documentação

Segundo Guillermo Trimmiño Arango⁸, podemos dividir os inventários em três categorias: Identificação, Proteção e Científicos, de acordo com o aprofundamento das informações coletadas e seu objetivo.

No primeiro, os bens são fotografados e os dados básicos coletados, como localização, contextualização temporal e propriedade. Normalmente é feito no início do reconhecimento de uma área, por tornar possível o registro de um maior número de bens devido ao seu baixo grau de complexidade. Esse tipo de tomada de conhecimento é também conhecido como “inventário de varredura ou expedito”, pois tem como objetivo um levantamento extenso dos bens passíveis de inventariação, a serem posteriormente selecionados.

Após esse levantamento mais amplo, o processo pode ser “afunilado”, quando edificações reconhecidas como de maior valor são revisitadas e feito um inventário de Proteção, sendo desta vez coletados “dados necessários à tomada de decisões sobre a proteção dos bens” (GUEDES, 1987, p. 87 *apud* MOTTA; REZENDE, 2016).

Em uma última etapa, os inventários científicos “consistem em levantar e produzir informações necessárias a um conhecimento profundo para a identificação dos valores a serem preservados, visando orientar obras de conservação e restauração” (*ibidem*).

Assim que são oficialmente iniciados os trabalhos do SPHAN, seu primeiro presidente, Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, decreta a criação dos Distritos Regionais do órgão. Tomando como exemplos os inventários mais relevantes, podemos acompanhar o avanço do patrimônio em conjunto com os demais trabalhos desenvolvidos e a história da política pública de preservação.

O primeiro Distrito a ser criado é o de Pernambuco, ainda em 1937, à mesma época em que o arquiteto Ayrton Carvalho ingressou na docência neste estado. Tomado pelos preceitos da preservação, passou a aplicar em sua disciplina

⁸ “Arquiteto colombiano que coordenou os inventários desenvolvidos na Venezuela, abrangendo todo o território nacional, e esteve no Brasil como consultor da Unesco para tratar do tema dos inventários, no final da década de 1970” (GUEDES, 1987, p. 87 *apud* MOTTA; REZENDE, 2016)

de Urbanismo e Arquitetura “o saber construído *in loco*”, que se tratava de levar os alunos a viagens onde retratavam a arquitetura através de desenhos e assim aprendiam sobre história, materiais e técnicas construtivas, recurso que depois seria utilizado no Ceará pelo professor José Liberal de Castro.

No mesmo ano, José Rescala, recém saído da Escola Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, conquista um prêmio de viagens pelo Brasil, oferecido pelo Salão Nacional de Belas Artes e parte para explorar e conhecer o país, iniciando o périplo por Vitória e seguindo pelo Amazonas e Recife. “No retorno, tem contato com Mário de Andrade, com quem manteve importantes conversas acerca das viagens realizadas pelo Brasil” (NASCIMENTO, 2012, p. 3), chegando a conclusão de que “chegou a hora de eu viajar como representante do IPHAN” (MINC/SPHAN, 1988, p.1 *apud* NASCIMENTO, 2012). Sua grande vontade era viajar pelo Nordeste e em 1940 chega em terras alencarinhas, onde permanece por um ano e meio, gerando o primeiro inventário de identificação do Ceará:

Os relatórios consistiram basicamente de descrição do imóvel, onde constam os materiais, as técnicas construtivas e o estado de conservação dos bens listados, bem como alguns esboços de plantas baixas, e um importante acervo fotográfico (NASCIMENTO, 2012, p.37)

Outro dos primeiros trabalhos de inventariação a ser reconhecido foi o do arquiteto Luis Saia, em São Paulo, que participou do SPHAN desde o ano seguinte de sua criação, indicado por Mário de Andrade. À frente do órgão paulista, foi precursor na condução de pesquisas de arquitetura vernácula, e publicou já em 1939 “O alpendre nas casas brasileiras”. Deu início aos primeiros restauros completos de edifícios dos séculos XVII e XVIII e sua atuação no órgão foi marcada “pelo rigor teórico e metodológico, visão global e crítica e dedicação aos estudos históricos” (SODRÉ, 2014, *online*).

Também com uma trajetória que coincide com a do IPHAN, em 1939, em Minas Gerais, o arquiteto Sylvio de Vasconcellos assume a chefia do seu distrito a convite de Rodrigo Mello Franco de Andrade, como Ayrton de Carvalho, à mesma época que inicia sua atuação na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, *online*). Como docente, cria o *Laboratório de Fotodocumentação*, não se limitando a edificações oficiais, “contemplando uma grande diversidade tipológica, que chega até mesmo à “arquitetura espontânea” das

favelas de então” (CASTRIOTA, 2005, p. 9). Estava despontando a arquitetura moderna. Este trabalho gerou um acervo composto por cerca de 30 mil fotogramas, hoje mantidos pelo *Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos*, sob tutela da Escola de Arquitetura da UFMG, contando atualmente com cerca de 50 mil negativos, segundo o sítio da instituição na internet (2019, *online*).

No final da década de 1960, na Bahia, Paulo Ormino de Azevedo inicia o trabalho de documentação e coordena o *Inventário do Patrimônio Cultural da Bahia* através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. “Este documento descende diretamente do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu, cujas diretrizes metodológicas foram publicadas em 1970, na Itália” (KALB; FLORES. 2017, p. 209) Durante as décadas de 1970 e 1980 realizou o que é considerado o maior inventário de arquitetura antiga feito até hoje no Brasil, tornando-se consultor da Unesco para assuntos de restauração de monumentos e sítios, como descrito por Guerra (2017, *online*).

Em 1965, no Ceará, José Liberal de Castro – “informal” representante do SPHAN, que só teria oficialmente uma Diretoria Regional em 1983 - inicia sua vida docente com a fundação da Escola de Arquitetura e Artes da Universidade Federal do Ceará, onde conduz trabalho similar ao de Ayrton de Carvalho, e que culminou no acervo de levantamentos arquitetônicos da Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (CAU-UFC), foco da nossa pesquisa e que será alvo do próximo capítulo.

Nestor Goulart Reis Filho, em São Paulo, ainda com Rodrigo de Melo Franco à frente do IPHAN, porém já em sua fase “de transição” e abertura de conceitos, partiu dos levantamentos das edificações para estudar e interpretar a evolução urbana, segundo ele, até então ignorada pelo IPHAN e a “velha geração”, lançando em 1968 pela Universidade de São Paulo (USP) “Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)”. Apesar disso, não nega que a visão de Lúcio Costa seja “a base” da preservação do patrimônio (MELENDEZ e SERAPIÃO, 2004, *online*).

Gunter Weimer, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FRGS), não por acaso orientado de Nestor Goulart Reis Filho, junto ao colega Júlio Nicolau Barros de Curtis conduziu trabalhos de inventariação, no Rio Grande do Sul, da

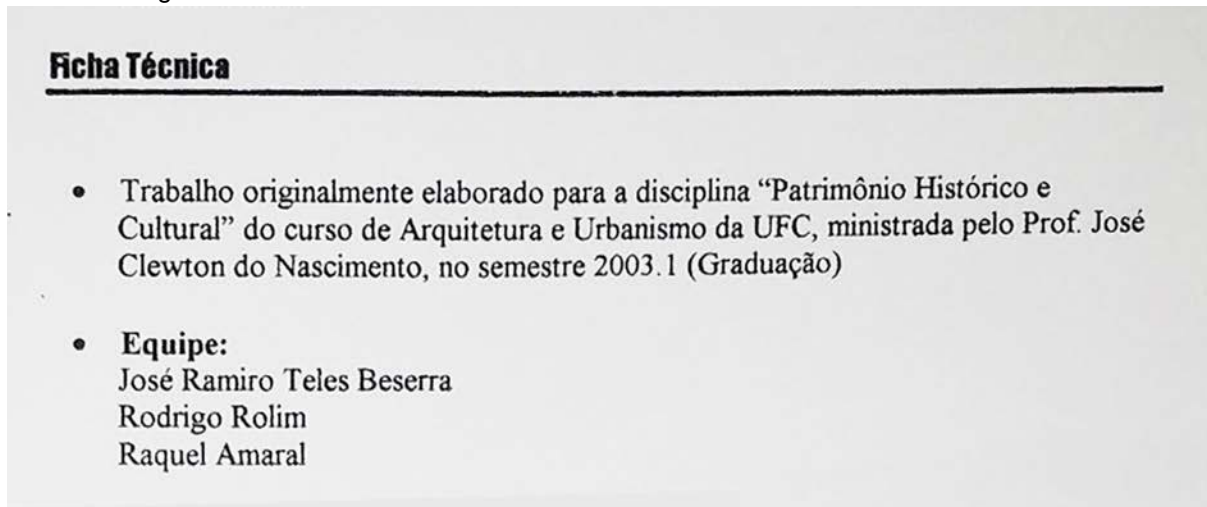
arquitetura popular à moderna, fazendo aprofundados estudos não só da configuração das edificações, mas também da urbanização das cidades e das influências sofridas pelos processos arquitetônicos e urbanísticos. Seus estudos locais originaram a primeira publicação, em 1983, do livro “Arquitetura da Imigração Alemã – Um Estudo sobre a Adaptação da Arquitetura Centro-Europeia ao Meio Rural do Rio Grande do Sul” e expandiram as fronteiras rio-grandenses, até “Arquitetura Indígena – sua evolução desde suas origens asiáticas”, em 2018, onde “debruçou-se sobre a história dos povos nativos, especialmente das Américas” (ORTÁCIO, 2018, *online*).

Todo esse trabalho de inventariação tem sua relevância reconhecida quando a constituição de 1988 coloca em seu Art. 216 a questão do acatamento e do inventário como trabalhos que se somam, com os levantamentos como base de toda e qualquer instrução de tombamento e entendendo que se pode fazer uma lista de tombamentos de bens e conjuntos urbanos a partir de uma inventariação de bens, reconhecendo o esforço desenvolvido ao longo de mais de meia década:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acatamento e preservação (BRASIL, 1988)

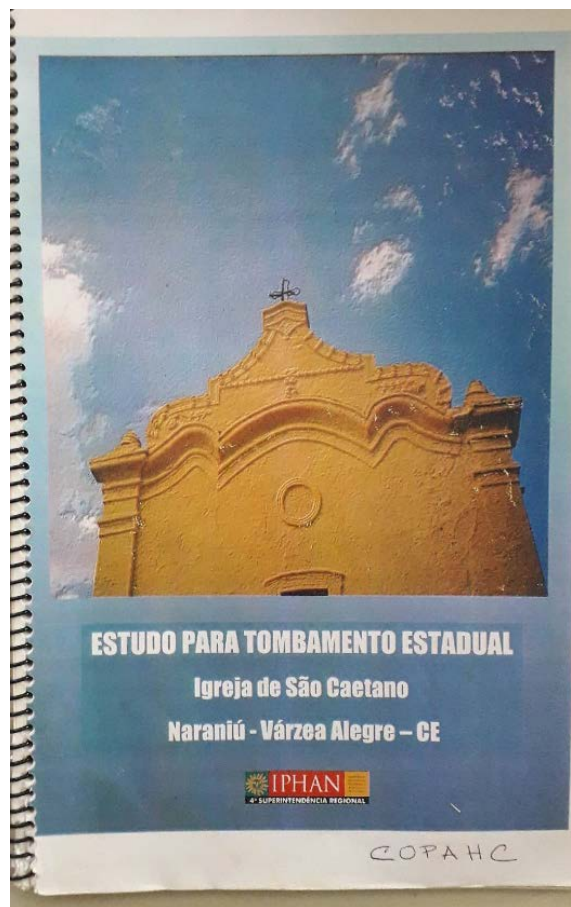
Trabalhos de inventariação como os citados contribuem para a construção do mosaico da arquitetura do Brasil através da inventariação de bens, muitas vezes compondo a documentação dos processos de tombamento de edificações isoladas e de sítios históricos, contribuindo não só para o conhecimento da riqueza e diversidade da arquitetura brasileira como para sua proteção e a participação da academia na realização desses trabalhos é significativa e deve ser ressaltada, não só nos levantamentos sistemáticos, como vimos nos casos apresentados, mas também através da participação de trabalhos acadêmicos isolados, como o que gerou o “Estudo para Tombamento Estadual” da Igreja de São Caetano, em Várzea Alegre-CE (FIGURAS 6 e 7):

Figura 6: Ficha técnica de estudo de tombamento oriundo de trabalho acadêmico



Fonte: Acervo da SECULT-CE (registro da autora)

Figura 7: Capa de estudo de tombamento oriundo de trabalho acadêmico



Fonte: Acervo da SECULT-CE (registro da autora)

Atualmente temos trabalhos de inventariação sendo desenvolvidos através de laboratórios em diversas universidades; no caso da UFC, temos o Ateliê de Patrimônio Cultural (APC), coordenado pelo Prof. Dr. Clovis Ramiro Jucá Neto com a participação do Prof. Dr. Romeu Duarte, Prof. Dra. Beatriz Diógenes e Prof. Dra. Margarida Julia Sales Andrade e o desenvolvimento de projetos de extensão como o “Inventário da Arquitetura Rural Cearense”, “Inventário da Arquitetura Moderna de Fortaleza (1960-1980)”, “Inventário da Arquitetura Industrial do Ceará (FIEC)”, além de trabalhos desenvolvidos em parceria com outras entidades, como o “Inventário da Arquitetura de Interesse Cultural de Fortaleza” e o “Inventário de Bens Culturais Imóveis” (SECULTFOR / IPHAN / PMF)”, que demonstram a importância da atuação da academia na identificação e documentação dos nossos bens de relevância histórica e cultural.

3 O ACERVO DO CAU-UFC

3.1 Criação e condução: José Liberal de Castro

Nascido aos vinte e um dias do mês de maio de 1926, o caçula da família perdeu o pai aos 7 anos, cresceu com sua mãe e irmãs e aos 18 anos “se largou no mundo” como o próprio diz, para estudar no Rio de Janeiro: “Uma doidice danada, sabe? E foi, digamos assim, quebrei a cara logo de saída. Tinha que trabalhar, pois se não trabalhasse não comia, nada daquela coisa romântica, nada disso, e arranjei trabalho numa empresa multinacional, que era o ideal das pessoas naquela época, trabalhar nessas grandes empresas, “fazer carreira””.

Nessa empresa do ramo petrolífero, a *Standard Oil Company* (no Brasil, *Esso Brasileira de Petróleo*), eram acolhidos funcionários de todos os ramos profissionais e nela Liberal, uma vez admitido, passou a desempenhar uma função técnica, nada ligada à arquitetura. Bem antes do esperado, alcançou o degrau máximo na carreira, percebendo que era melhor deixá-la antes que fosse parar na “Sala das Camélias”. O tal ambiente, descrito por ele como uma sala grande, era o lugar onde outros que haviam chegado ao topo das suas carreiras passavam o dia, “sentados, um na mesa fazendo seus risquinhos, outro na janela olhando para a paisagem maravilhosa do Rio de Janeiro, outro lendo o jornal”. Eram os que não queriam fazer acordo com a empresa para sair porque não sabiam do que iriam viver, já que a aposentadoria era pequena, e não tinham mais função interna – “o pessoal que caiu do galho, como diz a música da jardineira”. Ele não se imaginava ali

Tendo ingressado na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, antiga Escola Nacional de Belas Artes, o Prof. Liberal relata a escassez que havia de livros sobre arquitetura brasileira em português (toda a bibliografia relativa aos assuntos de arquitetura era vazada em francês). Diante de tal problema, o diretório decidiu executar o procedimento que chamavam de “gesto” - uma espécie de compactação de leituras, na qual o responsável lia um texto, marcava ao lado a lápis o que interessava e copiava para que ficasse à disposição dos demais. Numa palavra: uma espécie de fichamento. Ao pesquisar esse material, se o leitor tinha interesse, buscava a edição completa na biblioteca.

Incumbido de fazer uma dessas compactações sobre um artigo intitulado “A arquitetura jesuíta no Brasil”, publicado na Revista do Patrimônio, em 1941, da autoria de Lucio Costa, - um nome já de altíssimo prestígio no âmbito de sua profissão e que viria a tornar-se figura nacional com o plano de Brasília, alguns anos depois - José Liberal, diante da responsabilidade de recortar um texto de tal renome e embasado nos conhecimentos adquiridos em uma cadeira do curso de Arquitetura chamada “Deontologia”⁹, resolve procurar o autor do artigo em seu local de trabalho. À época, Lúcio Costa dava expediente diário na Divisão de Estudos e Tombamentos – DET do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituição popularmente conhecida como “Patrimônio”, a qual funcionava na metade do 8º andar do prédio do Ministério da Educação e era responsável por tudo sobre o assunto no Brasil.

Lá chegando à procura de Lucio Costa, é informado de que o mesmo estava externo, em serviço. Na segunda tentativa, reconhecendo sua fisionomia, um arquiteto puxa assunto: “Mas me diga uma coisa, você quer falar com ele o quê, é particular?”. “É sim, particular, sim. Queria pedir a ele permissão para fazer esse trabalho no texto dele”. E começa a conversa. “Você se interessa? Está fazendo que ano? Não quer ir à biblioteca, não? Dra. Fulana, leva esse moço aqui...”. E dessa forma o estudante foi “envolvido” pela instituição e, quando percebeu, já até fazia parte do grupo “Amigos do Patrimônio”.

O “Patrimônio” era uma referência cultural no ambiente cultural do Rio de Janeiro, tendo como presidente o Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, considerado um refúgio acessível para poucos. Toda quinta-feira havia reunião e José Liberal fazia parte da turma da “segunda fila”, de papel na mão, anotando, quando não sabia o que era uma coisa, para perguntar depois. “Ele [Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade] ficava sentado “aqui” [apontando], “aí” ficava o Lucio Costa e “aqui” o Carlos Drummond de Andrade. Por aí o padrão”.

Dois anos depois, decidido a sair da empresa em que trabalhava antes de virar uma “Camélia”, de férias e passeando com a mãe na Praça do Ferreira, em

⁹ “Estudo dos princípios, fundamentos e sistemas de moral” (FERREIRA, 1986, p. 537).

Fortaleza, encontra um colega engenheiro com quem trabalhara na obra do Edifício Sul América, pertencente à empresa “Sul América Capitalização”, e o rapaz, por conta própria e em tom festivo, decreta que ele voltaria a morar aqui, o que o deixa, segundo ele, “numa situação insustentável do ponto de vista ético com a minha mãe”, e o faz sentir obrigado a retornar.

Concluído o curso em 1955, após a experiência carioca, o arquiteto José Liberal volta a Fortaleza e traz consigo um compromisso para com o assunto do patrimônio semelhante aos de seus colegas em todo o Brasil:

Desde o início, o trabalho no SPHAN demandou uma intensa atividade de pesquisa e inventariação. A seriedade com que os membros do grupo encaravam o seu papel de reveladores e descobridores do patrimônio cultural da nação, aliada à preocupação de legitimá-lo socialmente, os levaram a conduzir a instituição nos moldes de uma escola superior, onde a produção de conhecimento sobre o tema era obrigatória (SANT’ANNA, 2014, p. 150).

Recém chegado, certo dia bate um homem à sua porta perguntando se era arquiteto. A resposta é rápida e seca: “Eu sou diplomado em arquitetura. Arquiteto eu tenho que demonstrar que sou”. O tal homem diz que estava com um problema muito sério com a Universidade Federal do Ceará, no pequeno departamento de obras, e pergunta se não quer examinar. Assim, conhece uma pessoa, outra, se vê num ambiente de nível alto da cidade e com o tempo resolve permanecer. A essa altura, a Universidade, que tinha sido a sétima universidade brasileira criada e instalada também em 55, estava se estruturando e ele acaba sendo contratado por esta.

O sistema de ensino era padronizado no chamado modelo “Universidade do Brasil”, criado no Estado Novo, que servia de padrão para qualquer escola superior que se quisesse abrir no país. A recém-criada Escola de Engenharia não tinha professor na parte de desenho que cumprisse as exigências impostas. Então, para as cadeiras de desenho, passaram a chamar arquitetos. E assim foi convidado a lecionar: “Eu nunca quis na minha vida ensinar, e fiquei deslumbrado. Gente jovem, inteligente, brincalhões e, ao mesmo tempo, sérios”.

O ensino era aberto, regido pelos catedráticos, que ditavam o que se ia fazer e o que se ia ou não estudar, sem qualquer interferência. O Prof. Liberal faz amizade com pessoas interessadas em realizar a reforma universitária com base em dois elementos: primeiro, criar carreira para os professores, que não havia, pois, fora os catedráticos, todos tinham contratos que eram renovados como assistentes destes

(tal qual assessores parlamentares, como compara o Prof. Liberal), de forma que, se o titular da cátedra morria, se afastava, ou se aposentava, acabavam “soltos” e tinham que ir embora, perdendo o emprego. O outro ponto basilar consistia em que os assuntos fossem tratados dentro dos limites dos próprios departamentos.

Porém, com o regime militar, surge outra reforma em um acordo entre o governo e os EUA (MEC/USAID) para criar um sistema de ensino que não permitisse a integração dos alunos, já que uma das marcas internas da Universidade do Brasil era muita agregação de amizade. Todas as universidades antigas procuraram, digamos assim, “enganar” a tal reforma universitária, que aqui foi implantada como originalmente proposta.

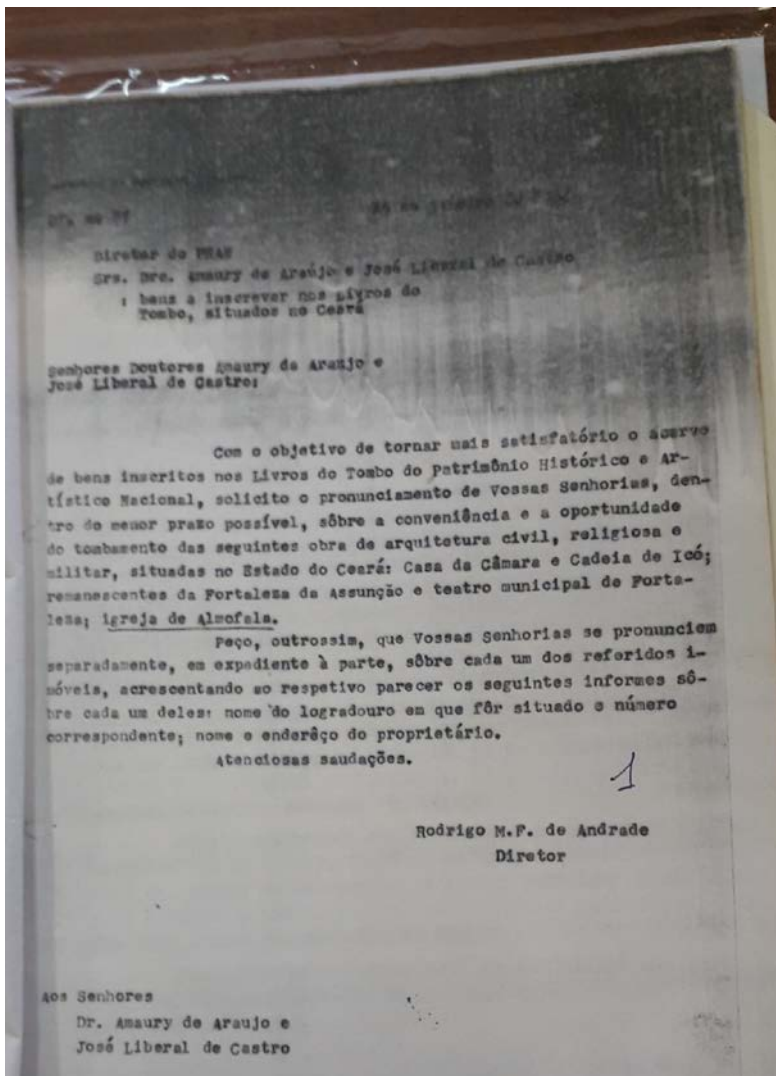
Passados poucos meses dessa mudança, a inquietação surge mediante o encontro com alguns conhecidos de infância, todos deslocados, e a comparação com a vida no Rio de Janeiro, onde tudo no país acontecia. Principalmente onde vivia, o Centro carioca, com a Escola de Arquitetura, o Museu de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, a Cinelândia, o Ministério da Educação, tudo ali, junto, e já integrado até à *molecagem* local, sentando na balaustrada do prédio para pregar peças nos transeuntes, como amarrar uma moeda a um fio e puxar quando alguém se abaixasse para pegar: “Quando eu voltei foi duro, viu (riso). E para mim, foi uma educação porque tive referenciais muito altos na minha formação.”

Formado e com a oportunidade surgida na universidade, Liberal se vê de mudança definitiva de volta para o Ceará e vai se despedir de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nesta despedida, surge a oportunidade de colaborar com o IPHAN. Dr. Rodrigo relata ao recém-formado arquiteto um problema que chegou do Ceará, acerca de “uma briga num lugar chamado Aracati, de um padre com um prefeito por causa de uma igreja” e o questiona sobre a possibilidade de averiguar o que está havendo e reportar ao Patrimônio. Proposta aceita, em 1956 Liberal assume o cargo de primeiro representante do estado junto ao IPHAN, que ainda não possuía oficialmente uma diretoria regional (criada apenas em 1983).

Como representante do patrimônio no Estado, Liberal efetuou o levantamento arquitetônico de inúmeros edifícios, estabelecendo um roteiro operativo, “realizando trabalhos de orientação em processos de tombamento de edificações, além de restauração de significativos exemplares, como a Igreja Matriz de Aracati”.

(PAIVA; DIÓGENES, 2013, online) com o auxílio de dois engenheiros do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, Amaury de Araújo e Amauri Castro, sendo o primeiro, o citado engenheiro do edifício Sul-América – que, como estudante, havia trabalhado com patrimônio em Ouro Preto e se empolgou com a ideia: “Da igreja eu comecei a olhar para as outras coisas, a cadeia, não sei o quê”. Assim, deu-se continuidade ao trabalho de documentação (FIGURA 8).

Figura 8: Solicitação de informações feita por Rodrigo Melo Franco de Andrade ao eng. Amaury de Araujo e a Liberal de Castro



“Com o objetivo de tornar mais satisfatório o acervo de bens inscritos nos Livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, solicito o pronunciamento de vossas senhorias, dentro do menor prazo possível, sobre a conveniência e a oportunidade do tombamento das seguintes obras de arquitetura civil, religiosa e militar, situadas no Estado do Ceará: Casa de Câmara e Cadeia de Icó; remanescentes da Fortaleza de Assunção e teatro municipal de Fortaleza; Igreja de Almofala.

Peço, outrossim, que Vossas senhorias se pronunciem separadamente, em expediente à parte, sobre cada um dos referidos imóveis, acrescentando ao respectivo parecer os seguintes informes sobre cada um deles: nome do logradouro em que fôr situado e número correspondente, nome e endereço do proprietário.”

Fonte: Arquivo IPHAN-CE (registro da autora)

A documentação levantada era enviada para o Arquivo Noronha Santos (FIGURAS 9, 10 e 11), o arquivo central do DPHAN, para conhecimento e muitas vezes gerava instruções de tombamento.

- Casa de Fazenda
Pacoti-CE
Data: 1959

Figura 9: Registro de fotos enviadas ao Arquivo Noronha Santos

MINISTERIO DA EDUCACAO - DPHAN - ARQUIV

Estado: _____ CEARÁ _____

Município: _____ PACOTI _____

Localidade: _____

Monumento: Casa: _____ (fazenda)

50.358
Fot. N. 52.359 Neg. N. 10.640 Oper.: Dr. Liberal

Dia: _____ Mes: _____ Ano: 1959

Fonte: Rede de Arquivos IPHAN, *online*

Figura 10: Exterior



Figura 11: Exterior



Fonte: Rede de Arquivos IPHAN, *online*

Logo surgem os rumores da criação da Escola de Arquitetura do Ceará. O então reitor Martins Filho chama para conversar sobre o assunto o Prof. Liberal, que ensinava na universidade ao lado de outros três arquitetos, a saber, Neudson Braga, José Armando Farias e Ivan Brito.

O Reitor da Universidade, prof. Martins Filho, já então muito ligado aos arquitetos, quem em diferentes tarefas militavam na Universidade, convocou-os, fazendo-lhes ver a situação difícil em que se encontrava, pois tinha de cumprir as determinações do legislativo, sancionadas pelo Presidente da República (CASTRO, 1982, P.13).

Segundo o Prof. Liberal, foi o seguinte o discurso do reitor: “Sou obrigado a abrir esse negócio aqui e estou convidando vocês para tomarem conta. Se vocês

não quiserem aceitar eu saio aí por Pernambuco, Bahia, aonde for, vou até à Argentina, mas arranjo gente para ensinar aqui”. A saber, a criação da Escola de Arquitetura da UFC foi iniciativa de um deputado federal, em fins de 1964 e logo decretada (CASTRO, 1982, p.13).

Com receio na contratação de profissionais apadrinhados para a fundação da Escola, os quatro se reuniram, chegaram à conclusão de que “ruim com a gente, pior sem a gente” e foram falar com o reitor, aceitando a proposta com a condição primeira de que ficassem responsáveis pela indicação dos professores. Em segundo, solicitaram que fosse trazido um professor também indicado por eles, da Universidade de São Paulo, para dirigir a escola durante um ano, o Prof. Hélio de Queiroz Duarte, que ainda trazia consigo a grande vantagem de ter assento no conselho universitário, por ser professor catedrático, “servindo de barreira para os invasores”, como relata o Prof. Liberal. É criada então, em 1965, a Escola de Arquitetura e Artes da UFC, a primeira escola de arquitetura do Brasil a contar apenas com arquitetos nos seus quadros funcionais.

Desafio aceito, Liberal viaja para o Rio de Janeiro e São Paulo com a incumbência de comprar livros e montar a biblioteca para a inauguração da escola, arrimado nas indicações do grupo de “Amigos do Patrimônio”, que conheciam muitos livros de arquitetura antiga e sabiam aonde os encontrar à venda, inclusive usados, comprados anteriormente por “gente rica”, como diz o professor.

Após sua saída sua saída da UFC, Liberal de Castro seguiu produzindo pesquisa e material sobre arquitetura. Atuou como membro do Conselho Consultivo do IPHAN (2000 - 2014) e foi nomeado Representante da Sociedade Civil do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará (COEPA), além de ser assíduo colaborador da Revista do Instituto do Ceará, onde pode ser encontrada boa parte de sua produção intelectual.

3.2 Os levantamentos do CAU-UFC

Em 1965, após a fundação da Escola de Arquitetura e Artes da UFC e ainda trabalhando pessoalmente na produção de levantamentos em Aracati, para o IPHAN, como professor de História da Arquitetura e Evolução Urbana, passa a incluir os

estudantes nesse ofício e adota a condução sistemática do exercício de levantamento como trabalho acadêmico das disciplinas, transformando-o, portanto, em atividade pedagógica, o que já havia merecido reflexão por parte de profissionais mais antigos:

Como prática de pesquisa histórica (ou crítica), o redesenho não visa apenas produzir uma documentação (apurada ou simplificada) para o estudo de determinado projeto, mas é claramente uma técnica que se ampara historicamente nas formas pedagógicas de transmissão do conhecimento das artes, em que se aprende fazendo. (RAMOS, 1916, online)

Ao mesmo tempo, direcionava os levantamentos (FIGURA 12) antevendo sua utilização como suporte para a proteção do patrimônio cultural edificado e como ação subsidiária à construção de acervos, baseado no “Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da D.P.H.A.N.”:

O estudo e a conseqüente classificação do acervo histórico-monumental de interesse artístico, que nos incumbe preservar, baseia-se nos dados colhidos em duas fontes distintas de informações. De uma parte, informações de natureza técnico-artística, ou seja as constantes do inventário fotográfico tanto quanto possível completo e acompanhado de plantas se for o caso, das obras e alfaias dignas de exame (COSTA, Lucio. 1949, p. 1).

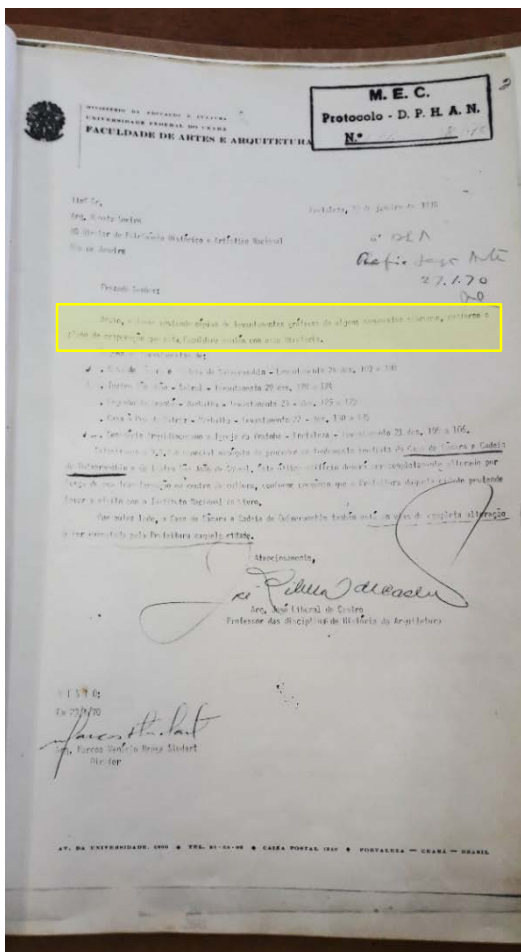


Figura 12: Registro de envio de levantamentos produzidos no CAU-UFC para o IPHAN, no Rio de Janeiro – por Liberal de Castro para Renato Soeiro.

“Anexo, estamos enviando cópias de levantamentos gráficos de alguns monumentos cearenses, conforme plano de cooperação que esta faculdade mantém com essa Diretoria.”

Fonte: Arquivo IPHAN-CE (registro da autora)

Ao final do semestre letivo e na conclusão das disciplinas, segundo o professor, a nota de todos era 10: “Todo o sistema insuportável de ensino estava eliminado. Era uma universidade que você ia fazer com ensino, pesquisa e extensão”.

A equilibrada visão das precárias possibilidades do meio nascia do amparo crítico fornecido pelo cotidiano do curso, consubstanciado principalmente na análise despreconcebida das fraquezas urbanas e do estudo sistemático da notável arquitetura popular cearense, das velhas casas de fazenda, dos raros sobrados, dos engenhos de rapadura, das casas de farinha, dos mercados sertanejos, criteriosamente documentados em minuciosos levantamentos gráficos (CASTRO, 1982, p.15)

3.2.1 A seleção dos bens a inventariar

À época do início dos trabalhos de inventariação do Prof. Liberal, “a seleção de bens para tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN privilegiou exclusivamente a arquitetura colonial (...) e a arquitetura moderna da *escola carioca*” (ANDRADE JUNIOR, 2011, p.146). Lúcio Costa compartilhava desse pensamento, chegando a se referir ao Theatro José de Alencar como “bolo de noiva”, como vimos, desdenhando do seu valor por se tratar de uma obra de arquitetura eclética.

Porém, ainda que amante da arquitetura monumental colonial, Lúcio Costa não desmerecia a preservação de obras menores, “que fugiam da definição de obra de arte excepcional constante na legislação, mas que eram testemunhos da evolução arquitetônica brasileira, sendo, em muitos casos, a sua parte mais significativa” (PESSOA, 2004, p. 17).

Liberal de Castro reconhecia o valor da arquitetura sob várias óticas, dos “bolos de noiva” do ecletismo à arquitetura popular cearense:

As circunstâncias e a pobreza sempre impuseram o emprego de soluções criativas, contudo, às vezes, precária. No Ceará, a luta contra um meio adverso conduziu à busca e à adaptação de materiais e técnicas de construção compatíveis com a realidade, a fim de atender, no possível, aos programas edificatórios impostos pelas necessidades imediatas (CASTRO, 2014, p. 32).

Arrimando-se ainda na Carta de Veneza, que afirma que “reconhece-se, conseqüentemente, um valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos, quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana” (NASCIMENTO, 2016, online), o Prof. Liberal de Castro buscou conduzir

o levantamento de edificações dos mais diversos tipos, valorizando não só as obras construídas no século XVIII, alvo principal do seu estudo, como também aquelas erguidas posteriormente, tendo como limite temporal a década de 1930, que marca a industrialização e o início da “favelização e periferação” de Fortaleza, símbolos da total supremacia desta em relação aos núcleos urbanos interioranos.

Quanto à ampliação do campo patrimonial (preservação urbana, patrimônio imaterial), Liberal sempre se mostrou cético e limitado às suas possibilidades materiais e de recursos, sempre trabalhando no trilho da “pedra e cal”, mesmo tendo lançado, em 1971 e 1972, as propostas de tombamento federal das cidades de Icó e Aracati. Os levantamentos conduzidos nestas cidades para subsidiar tais propostas foram utilizados anos depois para a conclusão dos processos.

Edificações urbanas, tais como as residenciais de diversas escalas, casas de câmara e cadeia, mercados, prédios institucionais e imóveis religiosos, além de construções rurais, a saber, sedes de fazenda, engenhos, casas de farinha, entre outros, eram escolhidos para inventariação desde que se apresentassem em bom estado de conservação construtiva e arquitetônica.

Não incomum, a cidade onde se fariam levantamentos era conhecida pela equipe e até pelo professor Liberal no momento da chegada para o desenvolvimento do trabalho. A já então vasta cultura arquitetônica do professor, seu amplo conhecimento bibliográfico e sua experiência pessoal o guiavam a buscar contato com as prefeituras dessas cidades para a realização dos levantamentos, mesmo sem saber exatamente o que iriam levantar, mas sabendo avaliar os exemplares de arquitetura significativa.

Também acontecia de aparecerem convites por parte dos próprios prefeitos, ao saber do desenvolvimento do trabalho dos alunos fora dos limites da cidade de Fortaleza, em troca de pouso e alimentação. “Nunca houve um plano sistematizado, nem podia haver”, diz Liberal.

A base teórica passada em sala de aula embasava os alunos no início dos trabalhos em cada cidade. As edificações não eram escolhidas previamente, raras eram as vezes em que isso se dava. Em sua maioria, era um processo de “varredura”, que dependia muito também das informações colhidas no local e da “garimpagem” em campo.

3.2.2 A produção dos levantamentos

Por volta do 3º ano de fundação do curso de arquitetura, lecionando a disciplina de Arquitetura Antiga, o Prof. Liberal possuía entre seus alunos alguns mais velhos, uns saídos da Escola Técnica Federal do Ceará e outros que já trabalhavam como desenhistas. Resolve, então, aplicar um sistema lancasteriano¹⁰ de ensino, no qual, como ele explica, formava equipes de maneira que todos ficavam juntos e os mais adiantados, chamados de “capitães”, ensinavam os de menor experiência e, assim, ia se formando uma “escadinha”.

Ao convidar os alunos a participar, o professor explicava que tal trabalho substituiria as “notas parciais de conhecimento” (NPCs) e a “nota de exame final” (NEF) da disciplina, deixando bem claro ser o inventário arquitetônico um exercício cansativo, trabalhoso e responsável - no qual não há como enganar – vez que, se o desenho não fechar, não há como fazê-lo “a martelo”, e a forma do trabalho de campo, que seria feito por equipes com, no mínimo, duas pessoas.

A existência de algum manual, algum guia que o Prof. Liberal utilizasse, oriundo do IPHAN, até hoje não é uma questão esclarecida, nunca tendo qualquer material dessa natureza sido apresentado ou mesmo assumido como fundamentação teórico-prática. Se existia algo do tipo, estava em sua biblioteca ou apenas em sua cabeça. Diferente de hoje, quando existem diversos procedimentos teórico-práticos expressos em manuais, esse processo para ele era tratado informalmente. Um manual operativo entregue a quem não tem interesse no assunto termina sendo engavetado ou tendo a lata de lixo como destino. “O ato de passar diretamente o conhecimento é diferente. Se é notada a falta de interesse da outra parte, não se perde mais tempo e está resolvido”, explica o arquiteto Francisco Veloso, colaborador próximo do mestre.

¹⁰ Como explica MENEZES (2001) no *Dicionário Interativo da Educação Brasileira*, o método lancasteriano, também conhecido como “ensino mútuo” ou “sistema monitoral”, é baseado na obra do pedagogo inglês Joseph Lancaster e foi implantado oficialmente no Brasil pela Lei de 15 de outubro de 1827, que definia, em linhas gerais, as diretrizes do ensino geral. Tal método consistia na formação de grupos de alunos a serem ensinados por outro aluno mais adiantado, treinado e supervisionado pelo professor.

Os trabalhos eram feitos aproveitando-se os feriados da Semana Santa, no primeiro semestre, e a Semana da Pátria, no segundo, e ainda, segundo o arquiteto Francisco Veloso, aluno da quinta turma da Escola e que “capitaneou” as primeiras equipes, também na semana dos Jogos Universitários, quando a Escola de Arquitetura praticamente fechava porque seus alunos não eram exatamente os mais dedicados às práticas esportivas na época. Dessa forma, podiam desfrutar de nove dias livres (unindo a semana dos jogos com os fins de semana anterior e posterior) para o desenvolvimento das atividades.

Antes de iniciar o trabalho propriamente dito em campo, eram ministradas aulas em Fortaleza, na própria Escola de Arquitetura, onde eram repassadas informações sobre as cidades a visitar (histórico do processo sócio-histórico de formação e evolução urbana, morfologia urbana, tipologias arquitetônicas principais, estado de conservação e manutenção das edificações), bem como avaliadas as capacidades de representação e expressão nos campos do desenho técnico a lápis e a nanquim, do desenho de observação e da fotografia. Eram também ministradas técnicas de levantamento métrico-gráfico, com destaque para as tomadas de medida em diagonal, necessárias à informação sobre o esquadro das paredes, como vemos na FIGURA 13.

Eram constituídas equipes de três alunos, lideradas pelos mais experientes no trabalho. Com base na técnica de levantamento descrita acima, o professor justificava essa formação pelo fato de que dois segurariam a trena em suas extremidades e um operaria como cursor de leitura das medidas, o que tornava mais rápida a execução do trabalho. Essa técnica de coleta de medidas, assim como outras repassadas pelo Prof. Liberal, ainda hoje são utilizadas e indicadas para a confecção dos levantamentos do IPHAN (FIGURAS 13 e 14):

Nas medições a serem efetuadas sobre o edifício, alguns axiomas devem ser observados:

- Em princípio, uma sequência de medidas **deve ser sempre cumulativa** e obtida com uma só *trenada*;
- Cada espaço a ser medido deverá ter, no mínimo, duas diagonais de amarração (...) (OLIVEIRA, 2008, p.33).

Chegando ao local eram distribuídas as edificações entre as equipes. A primeira ação era uma vistoria no imóvel, seguida do seu levantamento fotográfico. Este registro era de primordial importância para que se pudesse rever e sanar qualquer dúvida na volta à capital, evitando uma nova visita à cidade e algum

retrabalho.

Durante o dia era feito o levantamento métrico-gráfico e fotográfico da edificação. Inicialmente se produziam croquis das plantas, cortes, fachadas e detalhes, tudo a lápis, e, só após concluídos esses desenhos, eram feitas as medições. Materiais tais como varas e cordas, e até mesmo pessoas, eram utilizados no registro das medidas dos imóveis, obtidas muitas vezes pelo recurso matemático da “regra-de-três”.

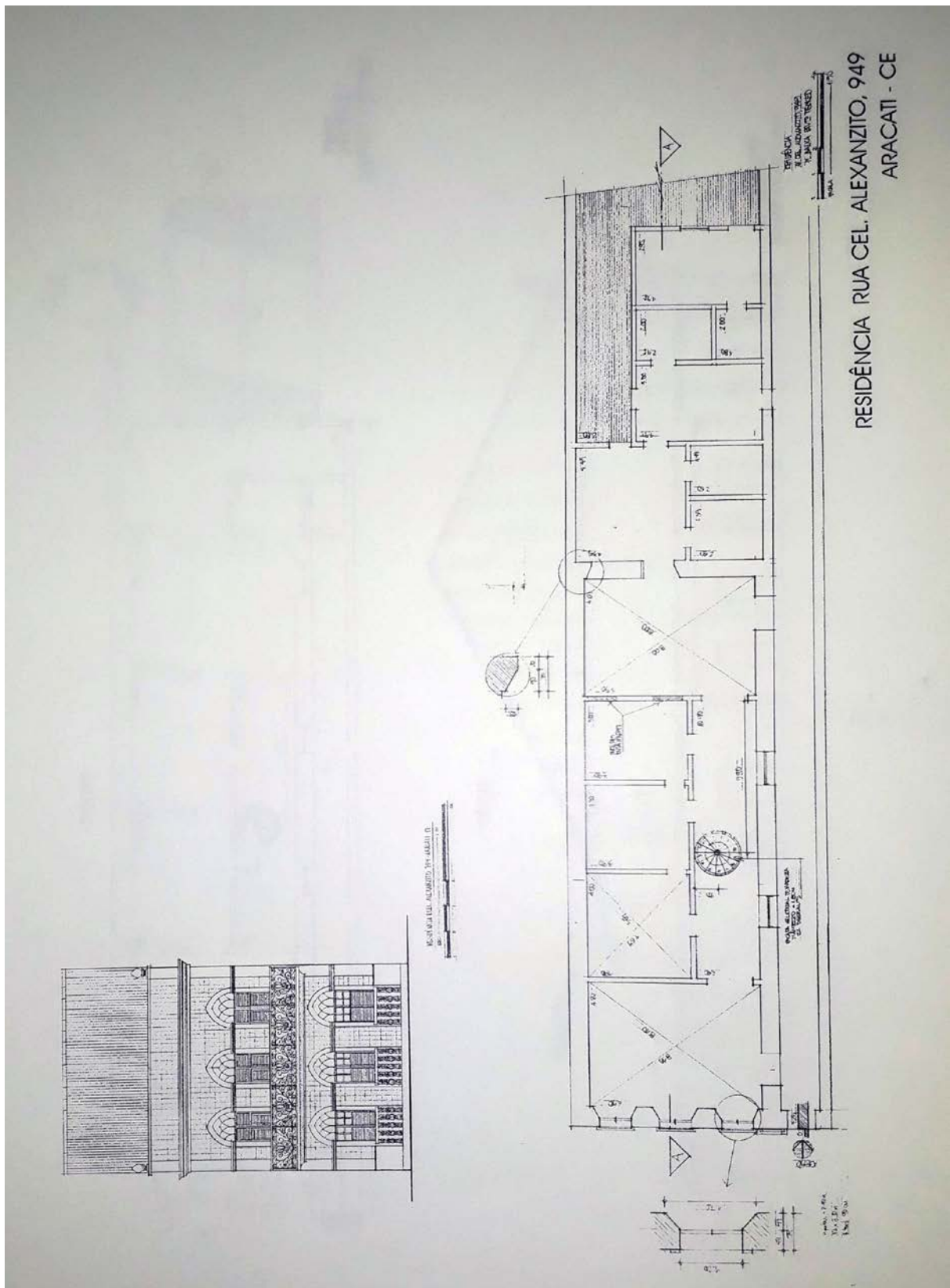
À noite, eram confeccionados os desenhos técnicos em pranchas de papel manteiga, ainda a lápis. Os desenhos eram conferidos de maneira a se produzir todas as informações na cidade visitada, para que não houvesse necessidade posterior de retorno.

De volta a Fortaleza, eram produzidos os desenhos finais a nanquim, executados com caneta *Graphos*, sobre papel vegetal. As pranchas tinham formato pré-definido, com carimbo, penas, legendas e demais elementos de representação e expressão específicos, de forma a constituir um acervo organizado. O destaque ia para os gabaritos feitos de acetato para o desenho de elementos decorativos (gradis, bandeiras de porta etc.) e as barras de terra nos cortes, rigorosamente definidas com isolamentos em fita adesiva (durex), e pintadas com graxa de sapato nas cores preto ou marrom, com sujidades anteriormente retiradas com benzina. Esse trabalho durava de três a quatro dias e se as edificações a levantar eram de pequena escala, adicionavam-se outras, para ampliação do acervo pesquisado.

O Prof. Liberal poucas vezes não acompanhou pessoalmente os levantamentos. Na volta do campo, quando os alunos estavam na prancheta, lá estava ele dizendo: “Olha, esse desenho aqui não é assim, isso é assado, vai procurar no livro tal”, fazendo a supervisão final do procedimento liderado pelos “capitães”. Assim foi feito, por exemplo, o primoroso levantamento do Theatro José de Alencar.

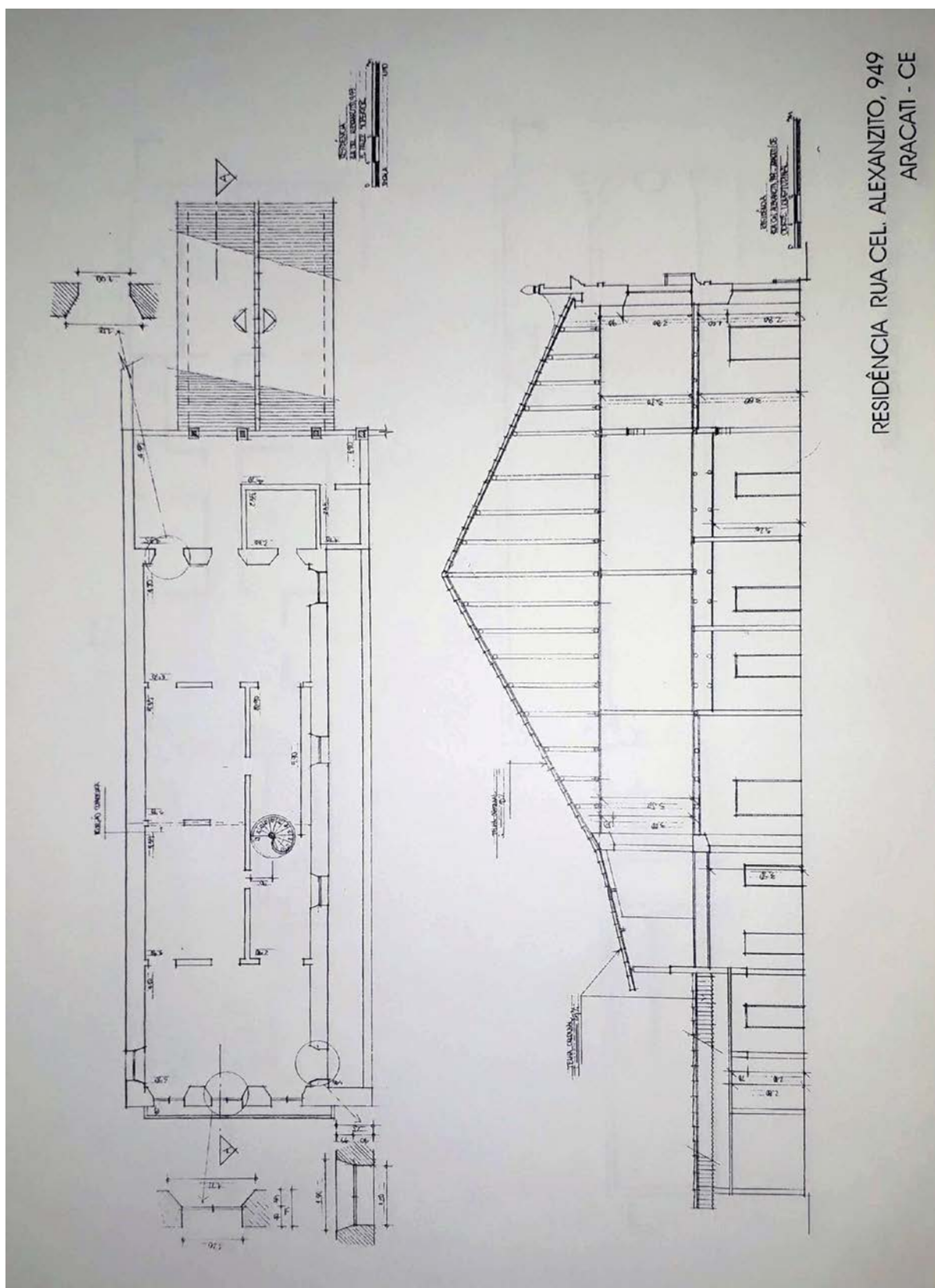
O rigor na elaboração de desenhos de alta qualidade gráfica chegou a causar mal estar junto aos desenhistas do IPHAN, que eram profissionais pagos, não tinham mais o prazer, o deslumbramento que o aluno tinha. “Ah, mas não dá para fazer desse jeito não, desenhar essa grade todinha assim...; isso aí é trabalho de artista, de ‘bordadeiras’”, diziam eles, segundo Veloso.

Figura 13: Levantamento residência rua Cel Alexanzito, 949, em Aracati-CE (fachada e pavimento térreo)



Fonte: Acervo IPHAN (instrução tombamento de Aracati-CE)

Figura 14: Levantamento residência rua Cel. Alexanzito, 949, em Aracati-CE (pavimento superior e corte longitudinal)



Fonte: Acervo IPHAN (instrução tombamento de Aracati-CE)

Era praticamente uma aula de anatomia da arquitetura. O que *a priori* era representado por dois traços inclinados, como um telhado, a partir do levantamento era entendido que havia o brabo, o caibro, a ripa, a terça, a tesoura, a cumeeira, num exercício de mergulho no estudo da arquitetura, processo tão marcante para os alunos que fez com que quatro semestres de História da Arquitetura e Evolução Urbana virassem seis ou oito para que seguissem fazendo os trabalhos.

Após concluir o curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC e trabalhando na Secretaria Estadual da Cultura, na Direção do Departamento de Patrimônio, o arquiteto Francisco Veloso volta a ter contato com o trabalho desenvolvido pelo Prof. Liberal. O departamento era responsável por bibliotecas, arquivos e museus, além do patrimônio arquitetônico em si, tendo lhe dado a oportunidade de viajar por todo o estado, estabelecer contato e “abrir portas” junto a prefeituras de diversos municípios através do Sistema Estadual de Bibliotecas, programa que se iniciava à época.

Dada a oportunidade, quando o Prof. Liberal declara sua intenção de conduzir o trabalho em alguma cidade com seus alunos, Veloso passou a intermediar o processo, fazendo o contato institucional da Secretaria com as Prefeituras, que geralmente forneciam hospedagem e alimentação às equipes. O transporte era assumido pela UFC (além da mão-de-obra dos alunos), enquanto que a Secretaria Estadual da Cultura contribuía com os recursos materiais (filme, revelação, papel e uma pequena ajuda de custo para despesas extras).

Tais levantamentos passam a provocar um interesse duplo: de parte do Prof. Liberal, que queria os desenhos em excelente apresentação, com a intenção de remetê-los ao Arquivo Noronha Santos do IPHAN e de publicá-los, e de parte da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, que se interessava pelos levantamentos dos imóveis para fins de recuperação, elaboração de projetos de conservação e restauro e tombamento das edificações, solicitando todo o material dos alunos, os cadernos de campo, com desenhos e cotas, para serem utilizados posteriormente. É necessário ressaltar que à época a atividade dos tombamentos era concentrada na proteção de edifícios isolados, geralmente públicos ou religiosos, não existindo ainda a preocupação com o tombamento de sítios históricos (apesar das solicitações de tombamento para os conjuntos urbanos de Icó e Aracati, produzidas em 1971 e 1972, respectivamente, como se informou anteriormente).

Em 1982, instala-se no Ceará a 4ª Delegacia Regional do IPHAN, para cuja

direção o Prof. Liberal foi convidado a assumir, não tendo, entretanto, aceito a incumbência. Assume o cargo o arquiteto Domingos Linheiro, que se soma ao processo, tendo-se, então, três instituições apoiando diretamente o trabalho de inventariação, que se seguiu ao longo de anos, viabilizando e concretizando seu desenvolvimento – UFC, SECULT e IPHAN.

Segundo o arquiteto Romeu Duarte, atualmente professor do DAUD-UFC e ex-superintendente do IPHAN no Ceará, esse processo, misto de educação profissional acadêmica e de produção de informações através de fontes primárias, era uma forma de interação tátil entre o aluno e a obra de arquitetura, fundamental à constituição de uma consciência preservacionista e de um sólido conhecimento de arquitetura e construção, uma espécie de “educação pela pedra”. Dessa forma, teoria e prática se irmanavam e a história da arquitetura e do urbanismo cearense passava a fazer sentido e ser melhor compreendida, não apenas como um conjunto de informações ilustrativas, mas como um poderoso instrumento de trabalho e reconhecimento da realidade. Todos que participavam dos trabalhos de inventário mereciam do professor, a seu final, a nota máxima; para muitos, mais do que esta excelente avaliação, essa atividade foi o que fez se descobrirem realmente como arquitetos.

Veloso complementa que o aprendizado trazido por estes levantamentos foi ainda maior do que o arquitetônico. A convivência por dias com os colegas em outra cidade e a responsabilidade imbuída aos alunos pelo Prof. Liberal na organização, execução e controle de todas as atividades envolvidas – transporte, abastecimento, hospedagem, alimentação - foi responsável pela formação humana, além da profissional, de todos os envolvidos.

Findo o processo de levantamento, os desenhos eram finalizados a nanquim, por vezes, sendo concluídos tempos depois do levantamento. O levantamento básico para edificações mais simples, como grande parte das residências pertencentes ao acervo, era composto por localização, plantas, cortes, fachadas e coberta, podendo variar de acordo com o imóvel (FIGURAS 15 e 16).

A depender da complexidade dos elementos encontrados no imóvel eram incluídos outros desenhos, tais como detalhes construtivos ou até mesmo decorativos, como mostra a FIGURA 17.

Figura 15 : Levantamento residência pertencente ao acervo do CAU-UFC
(planta, cortes, situação e cobertura)

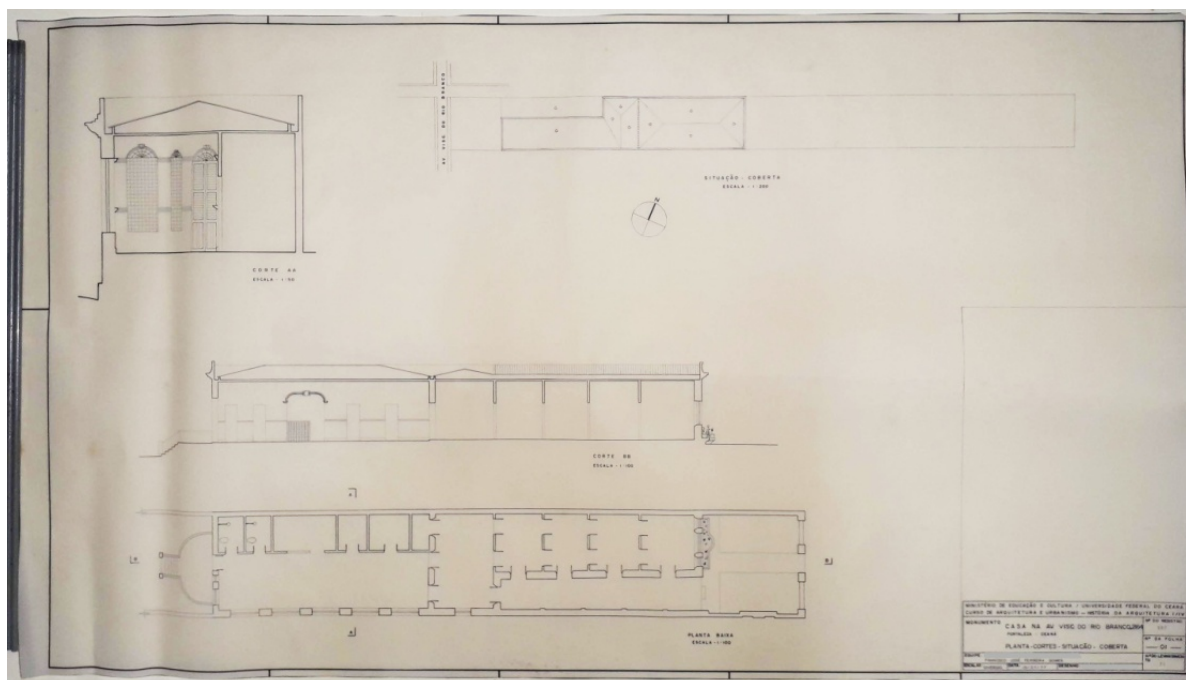
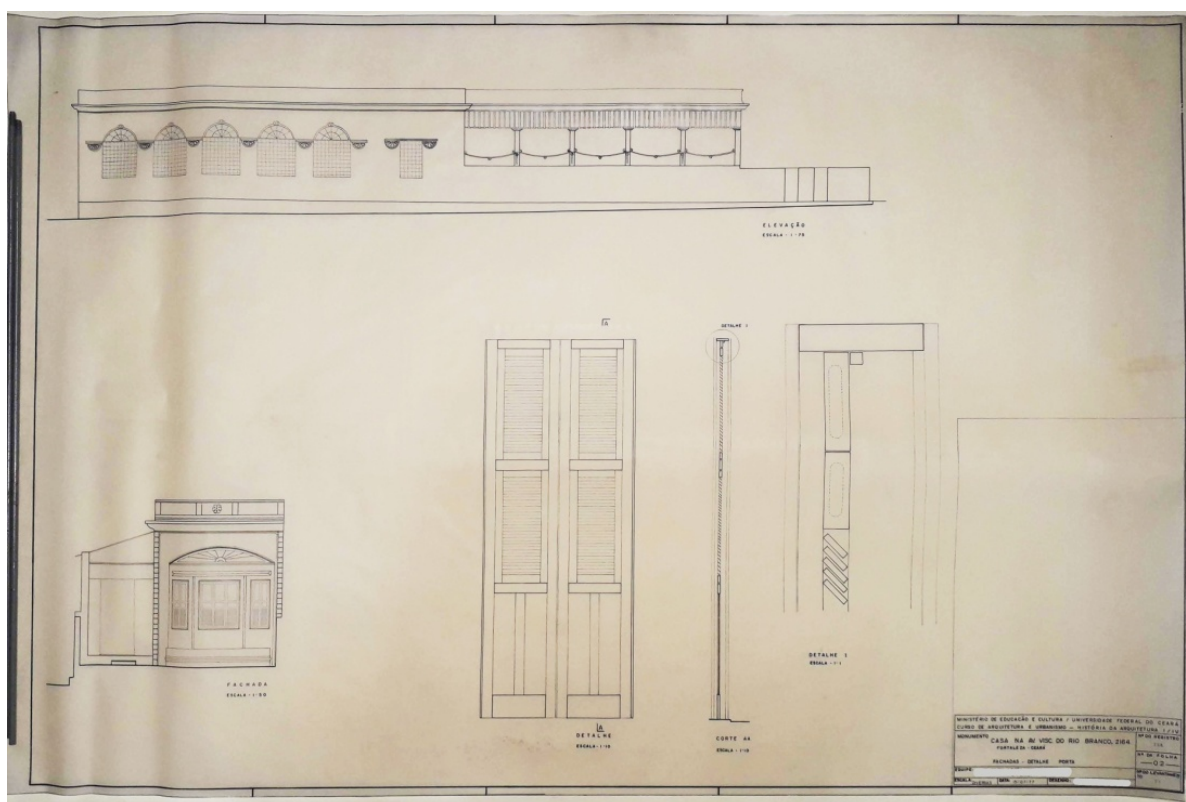
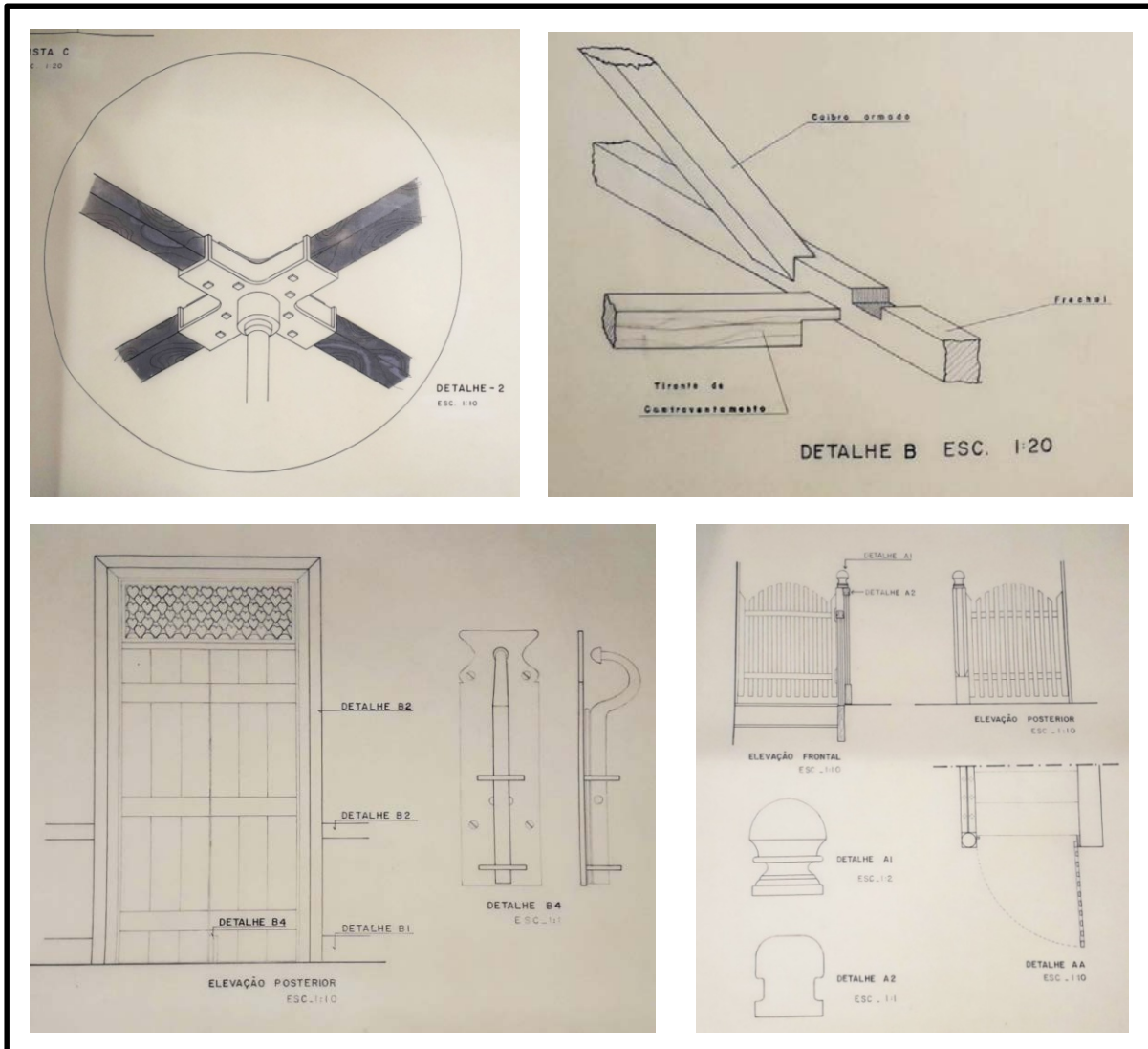


Figura 16 : Levantamento residência pertencente ao acervo do CAU-UFC
(fachadas, detalhe e porta)



Fonte: Acervo CAU-UFC (registro da autora)

Figura 17: Exemplos de detalhes encontrados nas pranchas de levantamento do CAU-UFC



Fonte: Acervo CAU-UFC (registro da autora)

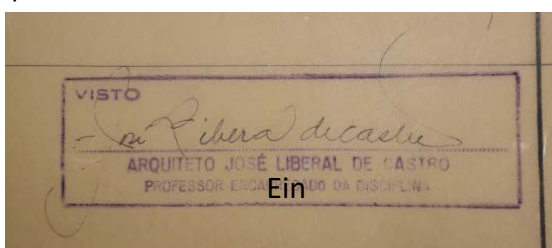
3.3 O acervo do CAU-UFC

Inicialmente as pranchas produzidas, após sua conclusão, recebiam um carimbo da universidade com os dados básicos de conteúdo (FIGURA 18), eram revisadas pelo Prof. Liberal e, uma vez aprovadas, eram assinadas por ele em outro carimbo (FIGURA 19) e encaminhadas para guarda. Tal sistema foi perdido com o tempo, quando os próprios alunos já faziam o carimbo oficial com os dados de registro no próprio exercício do desenho.

Figura 18: detalhe do carimbo das pranchas de levantamento

Fonte: Acervo CAU-CE (registro da autora)

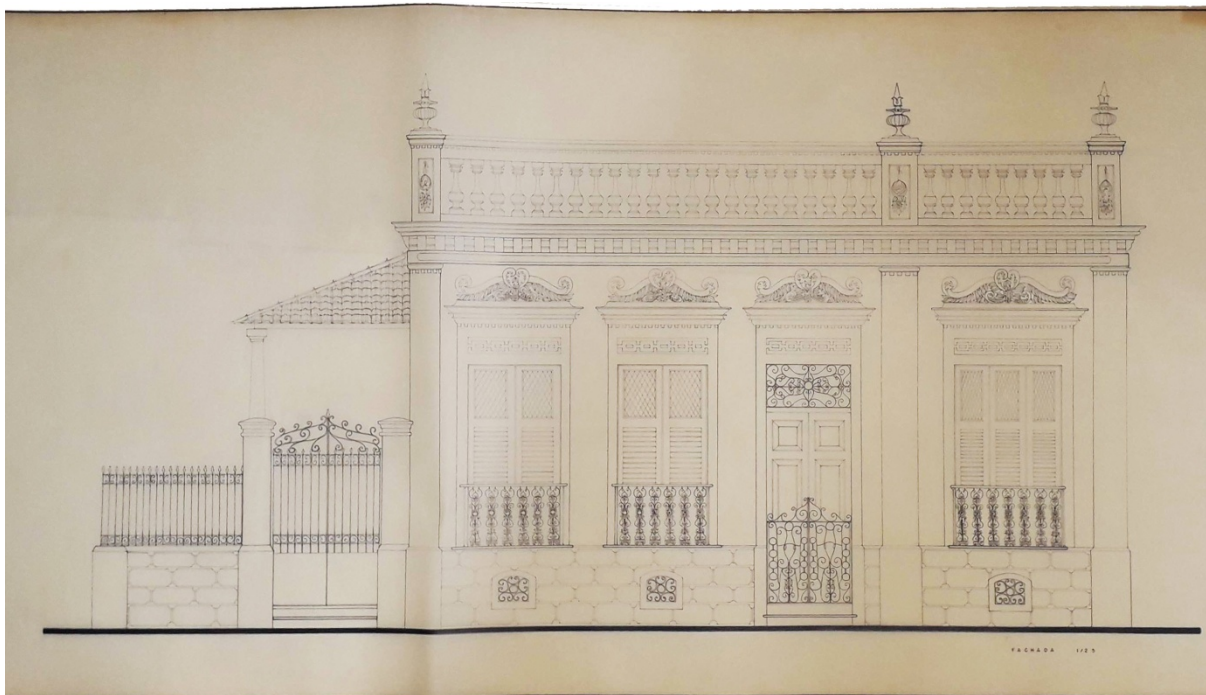
Figura 19: detalhe do visto do Prof. Liberal nas pranchas de levantamento



Fonte: Acervo CAU-CE (registro da autora)

No exemplo mostrado na FIGURA 20 podemos ver o primor com que eram desenvolvidos os levantamentos, ultrapassando a técnica até chegar ao artístico.

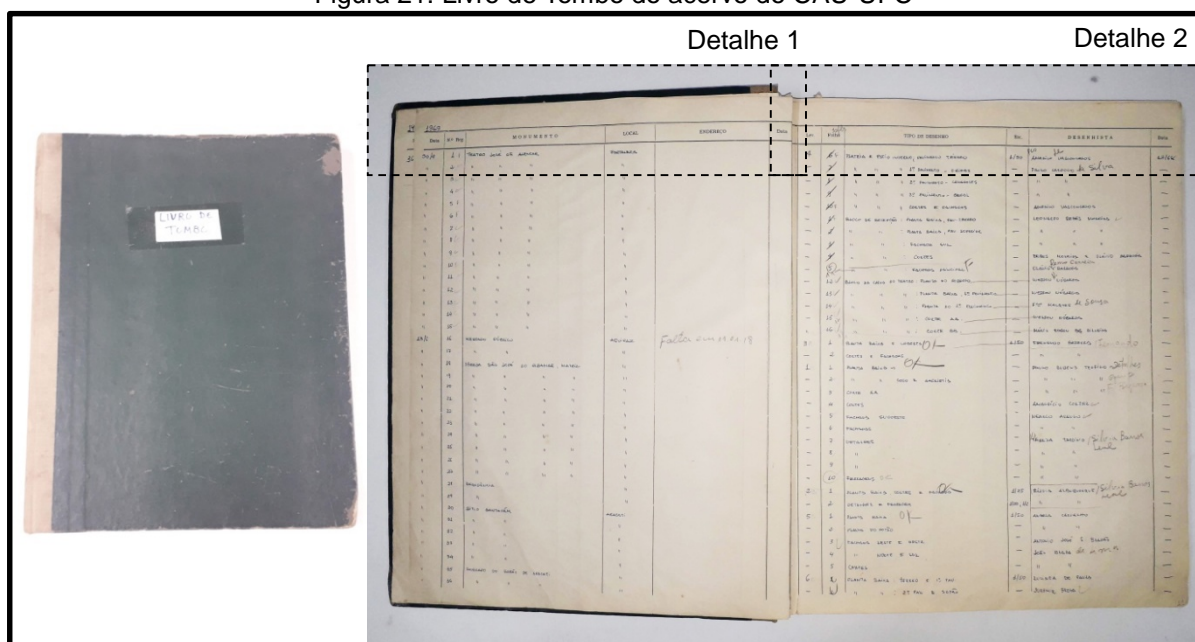
Figura 20: Levantamento fachada pertencente ao acervo do CAU-UFC



Fonte: Acervo CAU-CE (registro da autora)

A catalogação deste material começou a ser feita em 1969, quando cada prancha armazenada foi registrada em um *Livro de Tombo* (FIGURA 21).

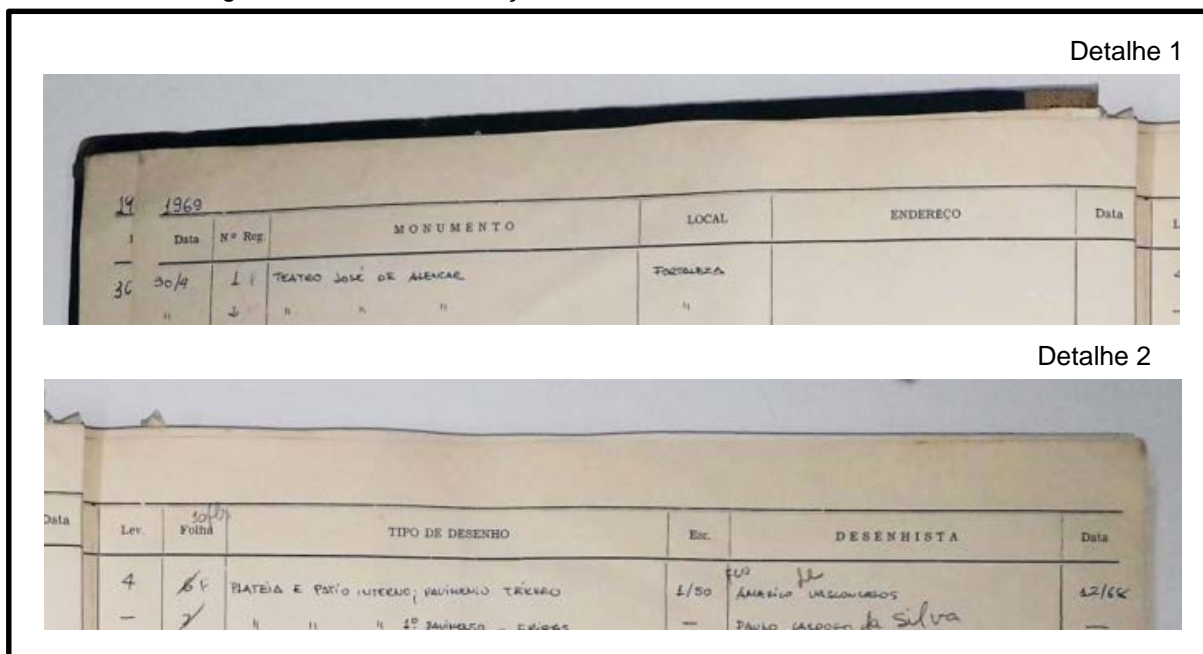
Figura 21: Livro de Tombo do acervo do CAU-UFC



Fonte: Acervo CAU-CE (registro da autora)

Neste eram anotados: “ DATA / Nº REG. / MONUMENTO / LOCAL / ENDEREÇO / DATA / LEV. / FOLHA / TIPO DE DESENHO / ESC. / DESENHISTA / DATA”, como pode ser visto nos detalhes da FIGURA 22.

Figura 22: Detalhes anotação no Livro de Tombo do acervo CAU-UFC



Fonte: Acervo CAU-CE (registro da autora)

O registro das pranchas não respeita a ordem cronológica em que foram produzidos os levantamentos, visto que, devido à complexidade, umas demandavam muito mais trabalho, logo tempo mais longo, do que outras. Ao analisar o Livro de Tombo, primeiramente é evidente que o início dos registros se deu já com algum material armazenado, visto que principia pelo levantamento do Teatro José de Alencar, obviamente pela sua importância, trabalho que, na verdade, é o de número 04. Dessa forma podemos ver diversos “retornos”, como pranchas isoladas de um dado levantamento sendo registradas algum tempo depois das primeiras, o que evidencia o prazo de produção ou até mesmo uma complementação necessária feita *a posteriori*. O apanhado também faz-nos constatar a celeridade da produção, ao vermos várias edificações simples serem registradas rapidamente entre outras mais complexas, isso também pelo fato da realização de um número maior de levantamentos de pequenos imóveis em relação aos maiores e de mais difícil inventariação.

É possível também verificar que inicialmente esse registro se deu sistematicamente, conforme eram concluídas as pranchas, prática que foi alterada

com o tempo, passando as entradas a serem feitas de um grande número de pranchas de uma só vez, algumas vezes por ano.

Figura 23: Mapoteca do acervo do CAU-UFC



Fonte: Acervo CAU-CE (registro da autora)

O acervo encontra-se armazenado em uma sala de acesso restrito da Biblioteca Setorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC, distribuído em doze gavetas de três mapotecas. Em cada uma, as pranchas estão envoltas em plástico e identificadas por etiqueta com os dados principais – nome, número do levantamento e números dos registros (FIGURA 23).

Ao fazer a análise do material, foram encontrados dados incongruentes, o que nos fez compatibilizar as informações individualmente, como a falta do registro 520 e a observação de que os levantamentos 14 e 15 referem-se à mesma edificação. Entre as últimas anotações do Livro do Tombo, a lápis, encontram-se os registros de números 551 a 557, referentes à Casa de Câmara e Cadeia de Icó-CE, dado como o levantamento de número 32. Tais registros foram feitos recentemente, durante a organização para a publicação do acervo que está sendo preparada, assim como as anotações que encontramos nas demais páginas.

Na mesma situação, porém sem número de registro, o levantamento 115 contabiliza três folhas, o 116, duas (sob o registro único 558), e sem registro nem

número de folhas, o 117. Os números 112, 113 e 114, “saltados”, não foram encontrados.

Dessa forma foi necessária a organização das informações constantes no Livro de Tombo para chegarmos a dados precisos sobre o conteúdo do acervo. Após sistematizadas as informações, chegamos ao número final de 563 pranchas, as quais constituem 114 levantamentos em 13 cidades no Ceará e 02 no Maranhão, como apresentados na tabela 01:

Tabela 01: Levantamentos por município

CIDADE / IMÓVEL	LEVANTAMENTOS
ALMOFALA - CE	1
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	
AQUIRAZ - CE	4
Igreja Matriz de São José do Ribamar	
Residência	
Mercado Público	
Residência - Casa do Capitão-Mor	
ARACATI - CE	9
Sítio Santarém	
Residência - Sobrado do Barão de Aracati	
Residência - Sobrado do Barão Azevedo	
Residência - Rua Cel. Alexanzito, 1093	
Residência - Rua Cel. Alexanzito, 978	
Residência - Rua Cel. Alexanzito, 353	
Residência - Rua Santos Dumont, 968	
Residência - Rua Cel. Alexanzito / Travessa Barão de Messejana	
Residência – Sobrado Rua Coronel Alexanzito, 178/9	
BARBALHA - CE	2
Residência - Rua da Matriz, 21	
Engenho Tupinambá	
CAUCAIA - CE	1
Casa de Câmara e Cadeia	
FORTALEZA - CE	36
Teatro José de Alencar	
Residência - Rua Solon Pinheiro, 46	
Residência - Rua Sen. Pompeu / R. Lib. Barroso	
Residência - Rua Alberto Nepomuceno	
Residência - Rua Gal. Sampaio, 669	
Loja Maçônica Igualdade - Rua Sen. Pompeu, 578	

Igreja do Pequeno Grande - Praça Justiniano de Serpa
 Residência - Rua Floriano Peixoto, 898
 Residência do Barão de Ibiapaba - Rua Major Facundo / R. Sen.Alencar
 Residência - Rua Gal. Sampaio, 696
 Vila Itapuca - Rua Guilherme Rocha, 1055
 Sítio Cabedelo - Rua Dragão do Mar, 104
 Residência - Dr. Eliezer Studart - Rua Gal. Sampaio, 1320
 Residência - Rufino Alencar - Avenida Alberto Nepomuceno
 Seminário e Igreja da Prainha - Rua Monsenhor Tabosa
 Residência - Avenida da Universidade, 2486
 Casa Johnson - Avenida Beira Mar
 Residência - Avenida da Universidade, 1940
 Residência - Rua Barão do Rio Branco, 922
 Residência - Rua Major Facundo, 661
 Residência - Avenida do Imperador, 498
 Residência - Avenida Visconde do Rio Branco, 3211
 Residência - Avenida Visconde do Rio Branco, 2194
 Residência - Avenida Visconde do Rio Branco, 3338
 Residência - Avenida Visconde do Rio Branco, 2904
 Residência - Avenida Visconde do Rio Branco, 1924
 Residência - Avenida Visconde do Rio Branco, 1886
 Residência - Avenida Visconde do Rio Branco, 2505
 Residência - Avenida da Universidade, 2619
 Residência - Vila São José: - Rua Maria Luiza - Jacarecanga
 Residência - - Rua Monsenhor Bruno
 Residência - Avenida Santos Dumont
 Mercado dos Pinhões
 Residência – Rua D. Tereza Cristina

ICÓ - CE

21

Teatro Municipal
 Casa de Câmara e Cadeia
 Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte
 Casa do Barão do Crato
 Igreja de Nosso Senhor do Bonfim
 Residência - Rua Ilídio Sampaio, 2203
 Residência - Rua Ilídio Sampaio, 2066
 Residência - Rua Ilídio Sampaio, 2122
 Residência - Rua Ilídio Sampaio, 2076
 Residência - Rua Inácio Dias, 2083
 Residência - Rua Ilídio Sampaio, 2073
 Residência - Rua Grande, 2180

Residência - Rua Grande, 2048	
Residência - Rua Larga	
Residência - Rua Grande, 2	
Residência - Sobrado - Rua José Bastos, 60	
Residência - Rua Grande, 2193	
Residência - Rua Grande, 1928	
Residência - Rua Grande, 2028	
Residência - Casarão - Rua Grande, 2173	
Residência - Rua Grande, 1961	
JAGUARIBE - CE	1
Casa de Câmara e Cadeia	
MARANGUAPE - CE	8
Residência - Casa no Sítio Cachoeira	
Residência - Rua Major Agostinho, 490	
Residência - Família Viana	
Engenho da família Hebster	
Prédio residencial	
Capela - Sítio Cachoeira	
Sociedade Artística Maranguapense	
Vila Almir	
MESSEJANA - CE	1
Engenho - Sítio Alagadiço Novo	
PACOTI - CE	3
Casa de Engenho Pau D'Alho	
Posto de Saúde	
Casa dos moradores	
QUIXERAMOBIM - CE	1
Casa de Câmara e Cadeia	
SOBRAL - CE	9
Teatro São João	
Residência - Sobrado da família Radier	
Residência - Casa do Capitão-Mor José Xerez Furna Uchoa - Rua Major Galdino - Praça da Matriz	
Câmara Municipal	
Catedral	
Residência - Sobrado da família Saboia	
Residência - Rua Ernesto Deocleciano, 103	
Residência	
Fábrica de Chapéus	
ALCÂNTARA - MA	8
Prefeitura Municipal	

Residência - Casarão Cavallo de Troia
 Residência - Casarão Praça do Pelourinho
 Residência - Sobrado Rua Gomes de Castro, 84
 Casa de Câmara e Cadeia
 Palácio dos Jacarés - Rua das Mercês, s/n
 Residência - Palácio do Cid - Rua Direita, s/n
 Casas com mirantes - Largo do Pelourinho

SÃO LUIS - MA

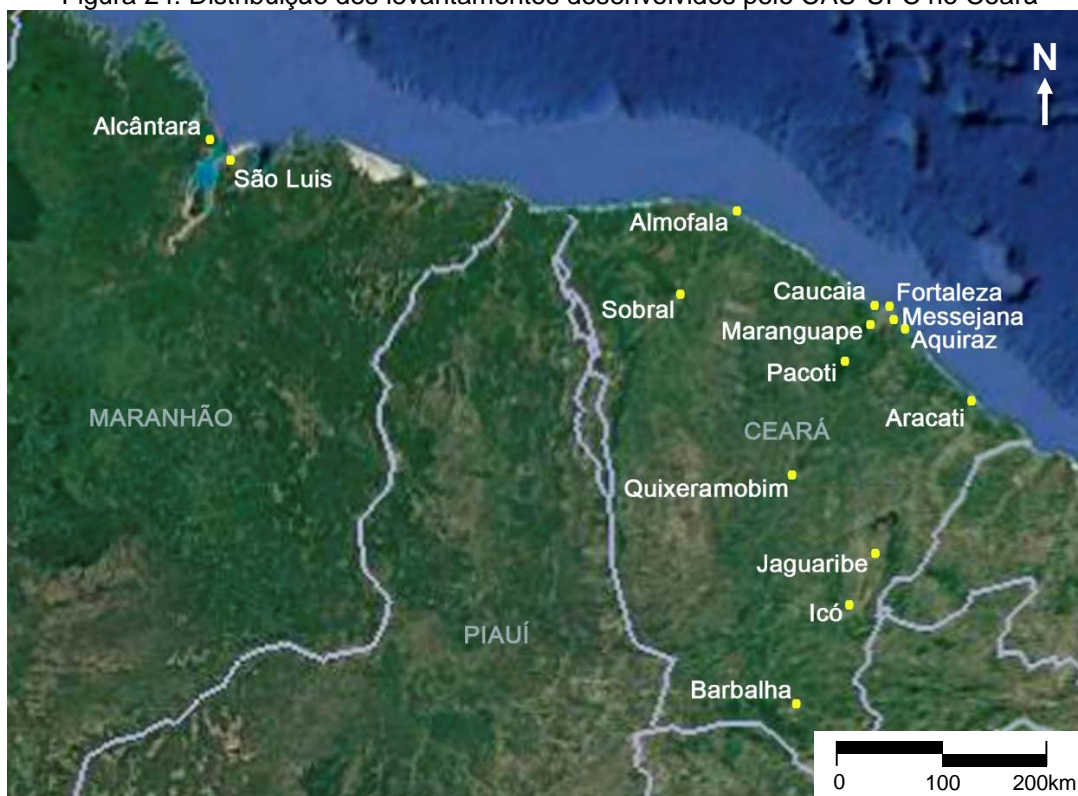
9

Residência - Casarão Rua do Comércio
 Pacotilha - Largo do Carmo
 Residência - Casarão Graça Aranha - Rua do Passeio / R. Grande, 782
 Residência - Rua da Palma, 220
 Residência - Praça Pedro II, 199
 Residência - R. do Egito, 106
 Palácio Episcopal – Praça Pedro II
 Residência - Rua da Paz, 439
 Residência - Rua do Sol, 567

Fonte: Acervo CAU-UFC (levantamento de dados da autora)

No mapa a seguir (FIGURA 24), são apresentados em mapa os municípios objeto dos levantamentos realizados.

Figura 24: Distribuição dos levantamentos desenvolvidos pelo CAU-UFC no Ceará



Fonte: Google Earth (tratamento da autora)

Analisando a localização dos levantamentos, salvo um ou outro mais longínquo, escolhido em razão da qualidade do seu acervo (Icó, por exemplo), fica clara a concentração dos trabalhos em municípios próximos às capitais, devido à limitação de tempo e à dificuldade de deslocamento, o que restringia a realização da operação em cidades mais distantes. Ainda assim, não se pode desconsiderar o número significativo de levantamentos fora da faixa litorânea. Riscando um raio de 100 km da capital, até a cidade de Pacoti, temos 53 levantamentos do total de 114, em 6 municípios. Com exceção dos levantamentos realizados no Maranhão, o município mais distante da capital a ser alcançado pelos trabalhos de identificação e documentação arquitetônica foi Barbalha, a 505 km da cidade de Fortaleza.

Na cidade de Fortaleza é evidente a concentração dos levantamentos no Centro, como pode ser visto na FIGURA 25.

Figura 25: Localização levantamentos desenvolvidos pelo CAU-UFC no município de Fortaleza



Fonte: Google Earth, PMF e acervo CAU-UFC (tratamento da autora)

Ampliando a informação cartográfica, como se vê na FIGURA 26, vê-se que a maioria das edificações inventariadas (número dos levantamentos na TABELA 02)

encontram-se dentro do limite do bairro Centro, continuando ao longo da Av. da Universidade e Av. Visconde do Rio Branco. Entre as exceções, o levantamento 30 refere-se à Casa Johnson, na Av. Beira Mar, uma das primeiras obras do arquiteto Oscar Niemeyer, em 1942, e que foi completamente descaracterizada com o tempo. Nota-se também a prevalência de imóveis residenciais, sendo eles 31 dos 36 levantados, somados a dois institucionais e três religiosos.

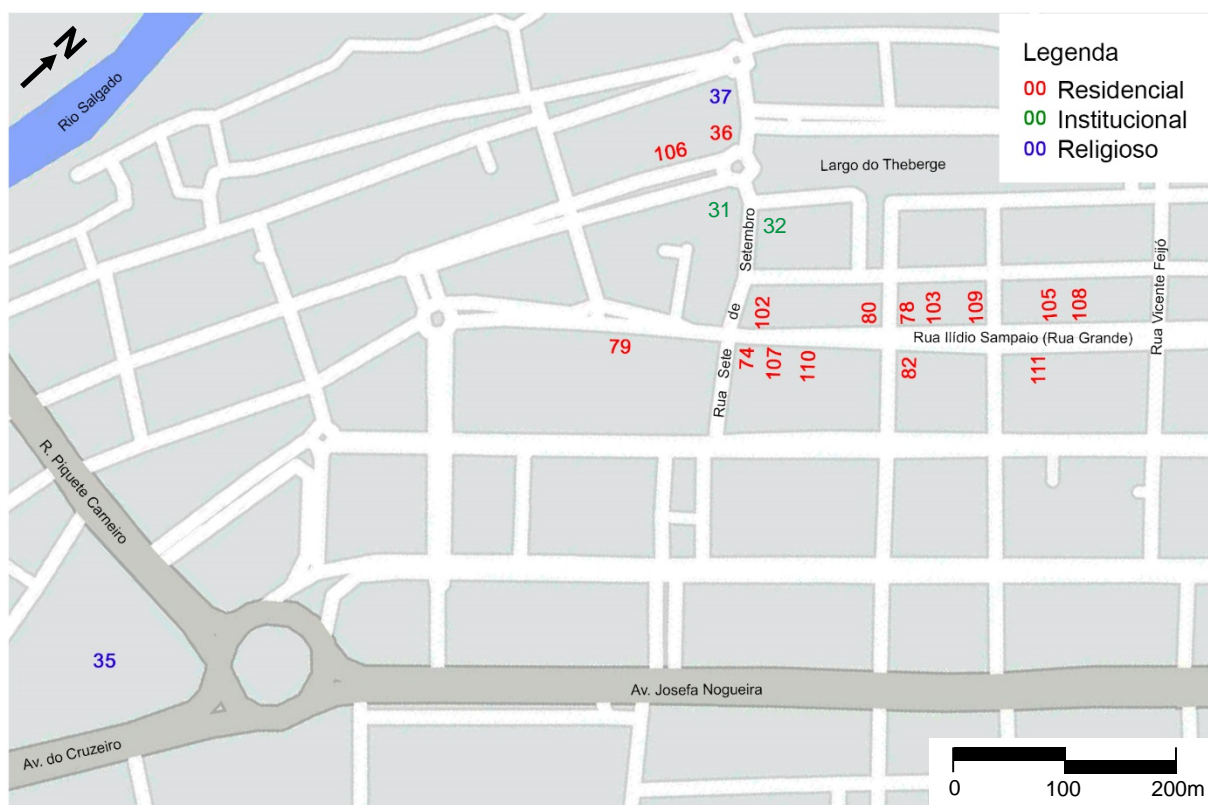
Depois de Fortaleza, os municípios com maior número de levantamentos são Icó (FIGURA 27), com 21 edificações, Aracati (FIGURA 29) com 9 e Sobral (FIGURA 29), também com 9. Como na capital, em todos esses casos podemos notar a concentração do interesse nas áreas centrais das cidades, demonstrando a identificação de valor do conjunto além da edificação isolada.

Figura 26: Distribuição levantamentos desenvolvidos pelo CAU-UFC no município de Fortaleza



Fonte: Google Earth e acervo CAU-UFC (tratamento da autora)

Figura 27: Distribuição levantamentos desenvolvidos pelo CAU-UFC no município de Icó



Fonte: Google Earth e acervo CAU-UFC (tratamento da autora)

Figura 28: Distribuição levantamentos em Aracati



Fonte: Google Earth e acervo CAU-UFC (tratamento da autora)

Figura 29: Distribuição levantamentos em Sobral



Fonte: Google Earth e acervo CAU-UFC (tratamento da autora)

Nem todas as edificações puderam ser localizadas nos mapas devido a informações incompletas de endereço ou ausência de planta de situação nas pranchas dos levantamentos.

Para se ter acesso ao material nas mapotecas, é necessário o número do levantamento. Para tanto, deve-se utilizar a TABELA 02, organizada por este número e que lista também as pranchas registradas e o endereço do imóvel.

Tabela 02: Numeração levantamentos e registro pranchas

LEV.	No REG.	MONUMENTO	LOCAL
1	18-27	Igreja Matriz de São José do Ribamar	Aquiraz
2	28-29	Residência	Aquiraz
3	16-17	Mercado Público	Aquiraz
4	1-15	Teatro José de Alencar	Fortaleza
5	30-34	Sítio Santarém	Aracati
6	35-39	Residência - Sobrado do Barão de Aracati	Aracati
7	40-41	Residência - Rua Solon Pinheiro, 46	Fortaleza
8	42-45	Residência - Rua Sen. Pompeu / Rua Lib. Barroso	Fortaleza
9	46-52	Residência - Rua Alberto Nepomuceno	Fortaleza
10	53-55	Residência - Rua Gal. Sampaio, 669	Fortaleza
11	56-60	Loja Maçônica Igualdade - Rua Sen. Pompeu, 578	Fortaleza
12	61-65	Igreja do Pequeno Grande	Fortaleza
13	66-67	Residência - Rua Floriano Peixoto, 898	Fortaleza
14/15	68-73	Residência Barão de Ibiapaba - Rua Major Facundo / Rua Sen. Alencar	Fortaleza

16	82-84	Residência - Rua Gal. Sampaio, 696	Fortaleza
17	85-92	Residência - Vila Itapuca - Rua Guilherme Rocha, 1055	Fortaleza
18	94-96	Sítio Cabedelo - Rua Dragão do Mar, 104	Fortaleza
19	97-99	Residência - Dr. Eliezer Studart - Rua Gal. Sampaio, 1320	Fortaleza
20	100-103	Residência – Rufino Alencar - Avenida Alberto Nepomuceno	Fortaleza
21	105-106	Seminário e Igreja da Prainha	Fortaleza
22	130-135	Residência - Rua da Matriz, 21	Barbalha
23	125-129	Engenho Tupinambá	Barbalha
24	107-108	Casa de Câmara e Cadeia	Quixeramobim
25	109-111	Casa de Engenho Pau D´Alho	Pacoti
26	112-113	Posto de Saúde	Pacoti
27	114-117	Residência - Avenida da Universidade, 2486	Fortaleza
28	118-119	Casa dos moradores	Pacoti
29	120-124	Teatro São João	Sobral
30	136-140	Casa Johnson - Avenida Beira Mar	Fortaleza
31	141-147	Teatro Municipal	Icó
32	551-557	Casa de Câmara e Cadeia	Icó
33	155-159	Casa de Câmara e Cadeia	Jaguaribe
34	160-163	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Almofala
35	164-174	Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte	Icó
36	175-180	Casa do Barão do Crato	Icó
37	181-188	Igreja de Nosso Senhor do Bonfim	Icó
38	189-198	Residência - Sobrado da família Radier	Sobral
39	150-152	Residência - Casa do Capitão-Mor - Praça da Matriz	Sobral
40	153-154	Câmara Municipal	Sobral
41	201-206	Catedral	Sobral
42	207-212	Residência - Sobrado da família Saboia	Sobral
43	213-215	Residência - Rua Ernesto Deocleciano, 103	Sobral
44	216-218	Residência	Sobral
45	219-220	Casa de Câmara e Cadeia	Caucaia
46	272-276	Prefeitura Municipal	Alcântara
47	245-251	Residência - Casarão Cavalos de Troia	Alcântara
48	252-257	Residência - Casarão - Rua do Comércio	São Luiz
49	227-231	Residência - Casarão - Praça do Pelourinho	Alcântara
50	277-288	Pacotilha - Largo do Carmo	São Luiz
51	259-264	Residência - Casarão Graça Aranha - Rua do Passeio / Rua Grande, 782	São Luiz
52	237-244	Residência - Rua da Palma, 220	São Luiz

53	265-270	Residência - Sobrado - Rua Gomes de Castro, 84	Alcântara
54	221-226	Casa de Câmara e Cadeia	Alcântara
55	291-297	Residência - Praça Pedro II, 199	São Luiz
56	304-310	Residência - Rua do Egito, 106	São Luiz
57	313-318	Palácio Episcopal	São Luiz
58	321-326	Residência - Rua da Paz, 439	São Luiz
59	327-328	Residência - Rua do Sol, 567	São Luiz
60	331-337	Palácio dos Jacarés - Rua das Mercês, s/n	Alcântara
61	338-340	Residência - Palácio do Cid - Rua Direita, s/n	Alcântara
62	345-352	Casas com mirantes - Largo do Pelourinho	Alcântara
63	355-359	Residência - Avenida da Universidade, 1940	Fortaleza
64	232-236	Residência - Sobrado do Barão Azevedo	Aracati
65	368-371	Residência - Rua Barão do Rio Branco, 922	Fortaleza
66	372-379	Residência - Rua Major Facundo, 661	Fortaleza
67	380-389	Residência - Avenida do Imperador, 498	Fortaleza
68	360-367	Residência - Casa no Sítio Cachoeira	Maranguape
69	390-392	Residência - Rua Major Agostinho, 490	Maranguape
70	393-395	Residência - Av. Visconde do Rio Branco, 3211	Fortaleza
71	397-398	Residência - Av. Visconde do Rio Branco, 2194	Fortaleza
72	399-402	Residência - Av. Visconde do Rio Branco, 3338	Fortaleza
73	403-404	Residência - Av. Visconde do Rio Branco, 2904	Fortaleza
74	405-410	Residência - Rua Ilídio Sampaio, 2203	Icó
75	411-413	Residência - Av. Visconde do Rio Branco, 1924	Fortaleza
76	415-417	Residência - Av. Visconde do Rio Branco, 1886	Fortaleza
77	418-420	Residência - Av. Visconde do Rio Branco, 2505	Fortaleza
78	421-423	Residência - Rua Ilídio Sampaio, 2066	Icó
79	424-427	Residência - Rua Ilídio Sampaio, 2122	Icó
80	428-438	Residência - Rua Ilídio Sampaio, 2076	Icó
81	440-445	Residência - Rua Inácio Dias, 2083	Icó
82	311-312	Residência - Rua Ilídio Sampaio, 2073	Icó
83	302	Residência - família Viana	Maranguape
84	454-460	Engenho da família Hebster	Maranguape
85	461-466	Prédio residencial	Maranguape
86	258	Residência - Avenida da Universidade, 2619	Fortaleza
87	298-301	Residência - Vila São José: Rua Maria Luiza - Jacarecanga	Fortaleza
88	414	Residência - Rua Monsenhor Bruno	Fortaleza
89	467-468	Residência - Avenida Santos Dumont	Fortaleza
90	469-471	Residência - Rua Cel. Alexanzito, 1093	Aracati
91	472-474	Residência - Rua Cel. Alexanzito, 978	Aracati

92	475-477	Residência - Rua Cel. Alexanzito, 353	Aracati
93	478-480	Residência - Sítio Alagadiço Novo	Messejana
94	481-483	Capela - Sítio da Cachoeira	Maranguape
95	484-487	Residência - Rua Santos Dumont, 968	Aracati
96	488-490	Residência - Rua Cel. Alexanzito / Trav. Barão de Messejana	Aracati
97	491-493	Residência - Casa do Capitão-Mor	Aquiraz
98	494-496	Sociedade Artística Maranguapense	Maranguape
99	497-499	Vila Amir	Maranguape
100	500-502	Fábrica de Chapéus	Sobral
101	503-505	Mercado dos Pinhões	Fortaleza
102	506-509	Residência - Rua Grande, 2180	Icó
103	510-516	Residência - Rua Grande, 2048	Icó
104	517-519	Residência - Rua Larga	Icó
105	521-524	Residência - Rua Grande, 2	Icó
106	525-529	Residência - Sobrado - Rua José Bastos, 60	Icó
107	530-535	Residência - Rua Grande, 2193	Icó
108	536-538	Residência - Rua Grande, 1928	Icó
109	539-542	Residência - Rua Grande, 2028	Icó
110	543-544	Residência - Casarão - Rua Grande, 2173	Icó
111	545-550	Residência - Rua Grande, 1961	Icó
115	(3 folhas)	Residência - Rua Sena Madureira	Fortaleza
116	494-495	Residência – Rua D. Tereza Cristina	Fortaleza
117	(1 folha)	Residência – Sobrado Rua Cel. Alexanzito 178/9	Aracati

* O número do registro refere-se ao Livro de Tombo.

Fonte: Acervo CAU-UFC (levantamento de dados da autora)

As pranchas estão armazenadas em uma mapoteca pelo número do levantamento, indicado nas gavetas das mapotecas conforme a TABELA 03.

Tabela 03: Organização levantamentos na mapoteca do CAU-UFC

MAPOTECA 01	LEVANTAMENTOS
Gaveta 01	45 a 52
Gaveta 02	08 a 20
Gaveta 03	01 a 07
Gaveta 04	32 a 41
Gaveta 05	21 a 31

MAPOTECA 02	LEVANTAMENTOS
Gaveta 01	57, 62, 65, 68, 69, 72, 74, 76, 77 e 78
Gaveta 02	55, 56, 61
Gaveta 03	67 a 73, 75, 76, 78 a 86
Gaveta 04	53 a 55, 58, 60, 63, 65, 66
Gaveta 05	42 a 44, 81 a 90
MAPOTECA 03	LEVANTAMENTOS
Gaveta 02	101 a 108, 110, 115
Gaveta 03	91 a 104, 109, 111, 116

* o 117 não foi localizado

Fonte: Acervo CAU-UFC (levantamento de dados da autora)

Por fim, em uma gaveta da mapoteca 05 foram encontrados levantamentos incompletos, que não constam do Livro de Tombo, em um total de 44 pranchas referentes a 13 levantamentos, como mostra a TABELA 04:

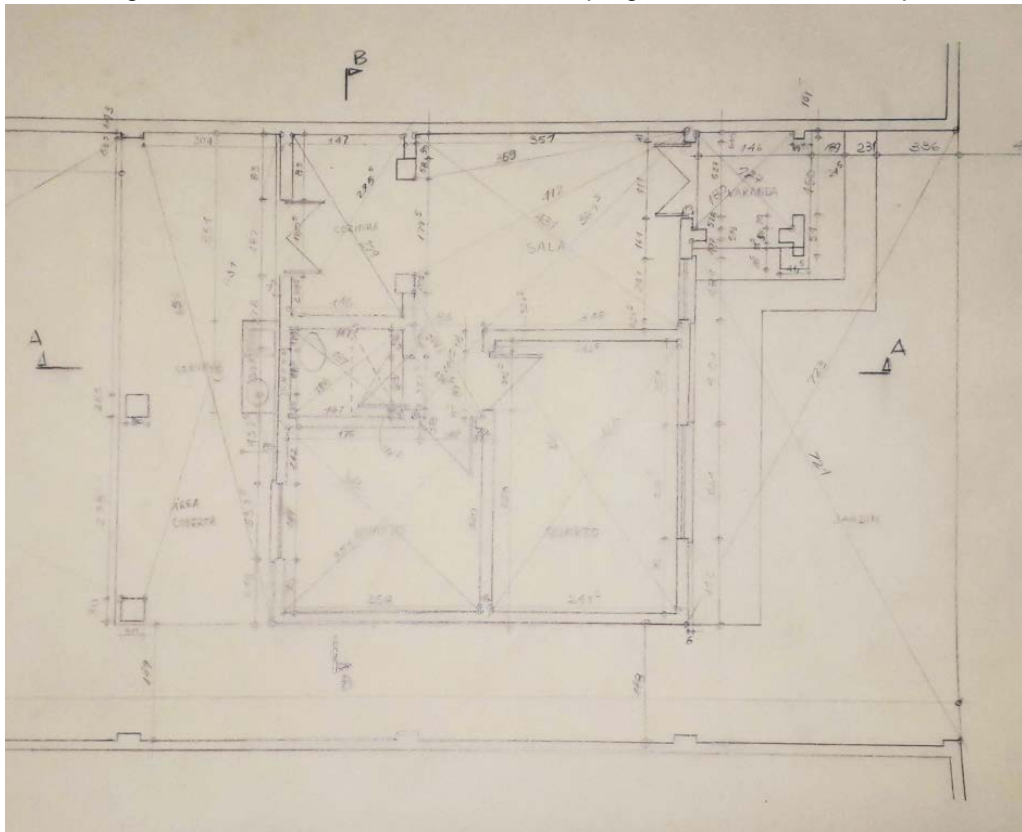
Tabela 04: Levantamentos não registrados

DATA	QUANT. PRANCHAS	IMÓVEL	ENDEREÇO
17/07/1975	3	Residência	Rua Barão do Rio Branco, 1477
12/07/1975	2	Residência	Rua Gal. Sampaio, 696
13/07/1976	2	Residência	Avenida Tristão Gonçalves, 120
12/07/1976	3	Residência	Rua Guilherme Rocha, 1960
12/07/1976	2	Residência	Rua Gal. Bizerril, 724
13/07/1976	5	Residência	Avenida Visconde do Rio Branco, 2694
19/07/1979	7	Residência	
04/02/1997	3	BEC	Avenida Pontes Vieira, 134
dez/97	4	Residência	Avenida Dom Manuel, 1051
Sem data	4	Residência	Pacatuba
Sem data	2	Residência	Vila operária da RFFSA
Sem data	5	Residência	Pacatuba
Sem data	2	Residência	Rua Barão do Rio Branco, 1808

Fonte: Acervo CAU-UFC (levantamento de dados da autora)

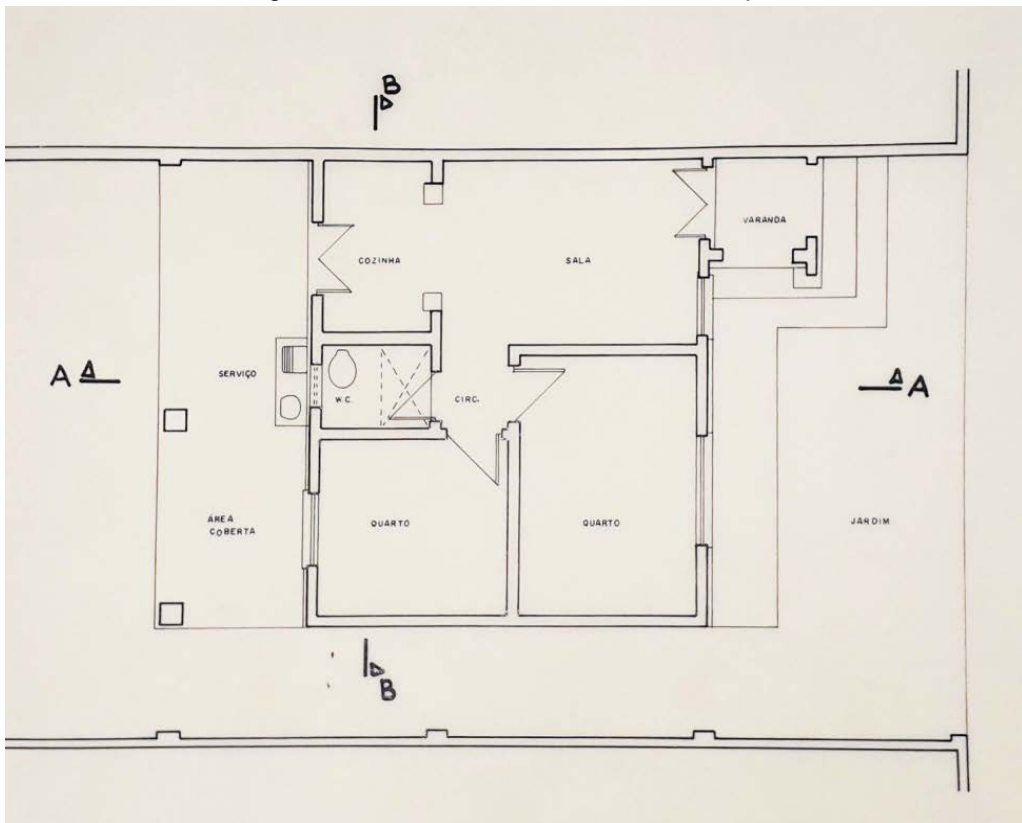
Nas FIGURAS 30 e 31, de um levantamento efetuado, porém não registrado, em Pacatuba pode-se perfeitamente observar o uso das técnicas de levantamento aplicadas, conforme ensinado pelo Prof. Liberal, ainda a lápis na FIGURA 30, tendo na FIGURA 31 o mesmo levantamento finalizado a nanquim.

Figura 30: Técnicas de levantamento empregadas em desenho à lápis



Fonte: Acervo CAU-CE (registro da autora)

Figura 31: Levantamento finalizado à nanquim



Fonte: Acervo CAU-CE (registro da autora)

A análise das datas de execução desses levantamentos não registrados - inclusive uma residência levantada em 1975 - já registrada oficialmente no Livro de Tombo em 1969, fruto do trabalho desenvolvido por outros alunos – comprova a continuidade dada ao trabalho iniciado pelo Prof. Liberal por professores do CAU-UFC, alguns deles ex-alunos seus e executores desses inventários.

Parte integrante do patrimônio cultural da UFC, o acervo de desenhos de arquitetura antiga do Ceará pode ser pesquisado pelo público em geral mediante solicitação direta à biblioteca. Sua utilização para instrução de tombamento pode ser requerida através de solicitação formal à coordenação do curso, em conjunto com a direção da biblioteca setorial.

Atualmente, o acervo está sendo digitalizado. Espera-se que seja publicado dentro de pouco tempo, o que não só realizará a intenção inicial de seu idealizador como também tornará público seu conteúdo, o que, além de exaltar a beleza artística de suas peças e a sua relevância cultural, facilitará o conhecimento de seu conteúdo e maximizará a possibilidade de sua utilização.

4 TOMBAMENTOS NO CEARÁ: os órgãos, a participação de Liberal de Castro e a contribuição do acervo do CAU-UFC

4.1 O IPHAN no Ceará

Ainda nos dias de hoje é o já citado Decreto-Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937, o diploma legal que rege os tombamentos federais, o chamado “Decreto 25/37” (ANEXO 1), que em seu “CAPÍTULO I – DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL”, define:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Mediante essa legislação, temos nossos bens materiais identificados e documentados enquadrados como “patrimônio” cultural tombado no âmbito federal”.

O IPHAN é responsável pelo tombamento de 17¹¹ bens imóveis (edificações) distribuídos em 10 municípios do estado do Ceará – Fortaleza, Aracati, Caucaia, Itarema, Icó, Quixeramobim, Iguatu, Aquiraz, Sobral e Viçosa do Ceará, como constante na Tabela 05¹².

Tabela 05: Bens tombados pelo IPHAN no Ceará

NOME ATRIBUÍDO	MUNICÍPIO	ANO abertura	ANO conclusão
Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	Aracati	1956	1957
Casa de Câmara e Cadeia	Caucaia	1959	1973
Teatro José de Alencar	Fortaleza	1962	1964

¹¹ Os outros três bens tombados pelo órgão no Ceará referem-se a uma coleção arqueológica – Museu da Escola Normal Justiniano de Serra, um jardim histórico – Passeio Público e um equipamento urbano/infraestrutura – Açude do Cedro

¹² Levantamento realizado e atualizado na página do IPHAN na internet em maio de 2019.

Conjunto Constituído pela Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, com o Material de Artilharia Composto pelos Canhões de n. 01 a 06, e pelo Antigo Quartel da Guarnição do Ceará, Atual Quartel da 10ª RM	Fortaleza	1962	2012
Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com todo o seu recheio	Itarema	1962	1980
Prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia na Praça da Matriz	Icó	1962	1975
Casa de Câmara e Cadeia	Quixeramobim	1964	1972
Igreja Matriz de Santana: fachadas	Iguatu	1971	1974
Antigo edifício da Assembléia Provincial, antiga sede da Assembléia Legislativa Estadual	Fortaleza	1972	1973
Prédio da casa de câmara e cadeia na Rua Liberato Barroso esquina com a Praça da Independência	Aracati	1973	1980
Icó, CE: conjunto arquitetônico e urbanístico	Icó	1978	1998/2015
Aracati, CE: conjunto arquitetônico e paisagístico	Aracati	1978	2001
Mercado de Carne e Lojas Adjacentes	Aquiraz	1981	1984
Prédio da antiga sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, na Rua Pedro Pereira, nº 683, esquina com a rua General Sampaio	Fortaleza	1982	1983
Sobral, CE: conjunto arquitetônico e urbanístico	Sobral	1997	2000
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção e seu acervo móvel e integrado, especialmente os painéis pintados no teto da capela-mor	Viçosa do Ceará	1999	2004
Viçosa, CE: conjunto Histórico e Arquitetônico	Viçosa do Ceará	2002	2005

Fonte: IPHAN, 2019

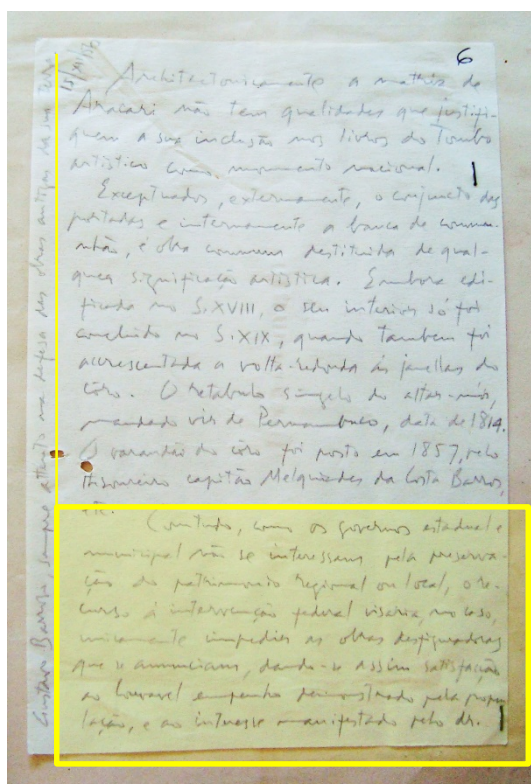
Podemos ver que todos se referem a edifícios institucionais ou religiosos, podendo ser encontradas edificações civis apenas no interior das poligonais de tombamento dos conjuntos urbanos.

A primeira edificação tombada, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Aracati, dá início à proteção federal do patrimônio no estado em 1957,

momento em que o arquiteto Liberal de Castro atuava como representante extra-oficial da instituição.

A visão da nossa arquitetura antiga como expressão arquitetônica não alinhada ao modelo idealizado de patrimônio cultural edificado seguido pelo IPHAN no seu início, de acordo com os técnicos pioneiros desta instituição, fez com que algumas solicitações de tombamento fossem indeferidas. Por outro lado, a não existência de órgãos de proteção estadual ou municipal levaram o órgão federal a atender aos apelos e abrigar algumas edificações antes que fossem destruídas ou descaracterizadas, como podemos ver em vários pareceres, como esse de Lucio Costa sobre a própria Igreja Matriz de Aracati (FIGURA 32):

Figura 32: Parecer de Lucio Costa sobre a Igreja Matriz de Aracati.



“Contudo, como os governos estadual e municipal não se interessam pela preservação do patrimônio regional ou local, o recurso à intervenção federal visaria, no caso, unicamente a impedir as obras desfiguradoras que se anunciam, dando-se assim satisfação ao louvável empenho demonstrado pela população e ao interesse manifestado pelo Dr. Gustavo Barroso, sempre atento na defesa das obras antigas da sua terra”

Fonte: Arquivo IPHAN-CE

Ao analisarmos os anos dos tombamentos, logo após o primeiro, temos um em 1964, outro em 1965 e após essa data uma pausa até 1972, a qual podemos associar ao início do regime militar e à paralisação das atividades em vários setores culturais.

A retomada em 1972 coincide com o início da citada expansão do patrimônio na década de 1970 e a abertura do IPHAN para a valorização de outras

manifestações arquitetônicas que não barrocas ou ligadas ao movimento moderno no Brasil, sobretudo a arquitetura vernacular, como o Mercado da Carne de Aquiraz.

De 1974 a 1984 houve dez tombamentos. Outra pausa se verifica até os tombamentos em sequência dos sítios históricos de Icó, em 1998, Sobral em 1999 e Aracati, em 2000. Se analisarmos apenas a data de abertura dos processos, a pausa se deu de 1983 a 2007. De acordo com o arquiteto Domingos Linheiro, primeiro diretor regional do IPHAN no Ceará, à frente do órgão entre 1982 e 1990, tal lacuna na aberturas de processos de tombamento deve-se, primeiro, ao tempo consumido na estruturação do escritório regional, coleta de informações e composição do corpo técnico, à produção de material para as instruções de Aracati e Icó, e o desenvolvimento de projetos e acompanhamento de obras de manutenção de bens já tombados como a Igreja de Almofala.

A partir daí os tombamentos federais no estado voltaram-se principalmente para os conjuntos arquitetônicos, com exceção da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, cujo processo havia sido aberto em 1962, e da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, em Viçosa do Ceará.

Em relação aos conjuntos arquitetônicos, segundo Liberal de Castro (1977, p. 12), “o conjunto arquitetônico do Aracati é, em termos de meados do século XIX, ainda o mais importante do Ceará”. Ele “guarda o desenho setecentista em seu traçado urbano”. Seu conjunto arquitetônico e paisagístico é formado por mais de 2.500 edificações, incluindo igrejas e sobrados, alguns destes decorados com azulejos portugueses de alto valor. (IPHAN, online).

No município de Icó temos aproximadamente 320 imóveis na sua área de proteção, que engloba, além de diversos sobrados particulares, como a Casa do Barão do Crato, o Teatro Municipal, as igrejas de Nossa Senhora da Conceição do Monte e do Senhor Bonfim e a Casa de Câmara e Cadeia, entre outros relevantes.. “Historicamente, pode-se dizer de Icó o mesmo do Aracati, pois no passado uma cidade fazia pendant com a outra” (CASTRO, 1977, p. 26). Para o IPHAN (online), seu conjunto arquitetônico “é considerado o melhor da arquitetura tradicional feita no Ceará, inclusive no plano popular”

Sobral é a que possui a mais extensa instrução para tombamento, por não considerar apenas as edificações mas também o processo sócio-histórico de

formação e evolução da cidade, com sua área tombada compreendendo 1.227 imóveis (DUARTE JUNIOR, 2012, p. 319).

A investigação espacial do sítio histórico baseada na apreensão e interpretação da forma da cidade tomada analítica e sinteticamente, é a grande novidade metodológica apresentada pelo ETF/Sobral, até então ainda não desenvolvida em qualquer outra instrução de tombamento e completamente diferente (para não dizer antagônica) em relação às demais elaboradas para Icó, Aracati e Viçosa do Ceará (DUARTE JUNIOR, 2012, p. 223).

Inseridas na poligonal de tombamento, além de várias residências, temos o Teatro São João, a Câmara Municipal (antiga Casa de Câmara e Cadeia) e as igrejas Matriz de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Rosário.

Viçosa do Ceará, último sítio histórico cearense a ser tombado pelo IPHAN, é “uma das mais importantes vilas de índios do Brasil do século XVIII” (IPHAN, online), compreendendo 72 imóveis de comprovado valor arquitetônico em sua área tombada, que abriga também a Praça Clóvis Beviláqua, onde se localiza a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.

Completando a ação do IPHAN no estado do Ceará temos ainda 18 instruções em análise de tombamento, como nos mostra a TABELA 06:

Tabela 06: Instruções em análise de tombamento pelo IPHAN no Ceará¹³

NOME ATRIBUIDO	MUNICÍPIO	ANO abertura
Diversos Monumentos	Aracati	1963
Casá à rua Cel Guilherme Rocha 33 a 45; Caixa Econômica Federal do Ceará - sede; Palacete Ceará; Rotisserie Sportman *	Fortaleza	1963
Casa: Umbuzeiro (Sítio)	Aiuaba	1974
Igreja: Capela do Cemitério Público	Quixeramobim	1979
Igreja: N. Sra das Mercês, Arapari	Itapipoca	1981
Cadeia Velha	Limoeiro do Norte	1982

¹³ * Bem tombado pelo Estado

** Bem em análise de tombamento pelo Estado e pelo Município de Fortaleza

Farol do Mucuripe *	Fortaleza	1982
Igreja: São Gonçalo da Serra dos Cocos (Matriz)	Ipueiras	1986
Casa onde nasceu Antônio Conselheiro *	Quixeramobim	1996
Seminário do Crato	Crato	1998
Casa da Cadeira Pública do Crato *	Crato	1998
Prédio da Estação Ferroviária de Crato *	Crato	1998
Igreja de Nossa Senhora da Conceição no Distrito de Cococi	Parambu	1998
Casa de Câmara e Cadeia	Jaguaribe	2016
Casa de Câmara e Cadeia	Santa Quitéria	2017
Escola Normal Rural	Juazeiro do Norte	2018
Náutico Atlético Cearense**	Fortaleza	2018
Capela Nossa Senhora da Conceição de Itans	Itapiúna	2018

Fonte: IPHAN, 2019, *online*

4.1.1. Liberal de Castro e o IPHAN

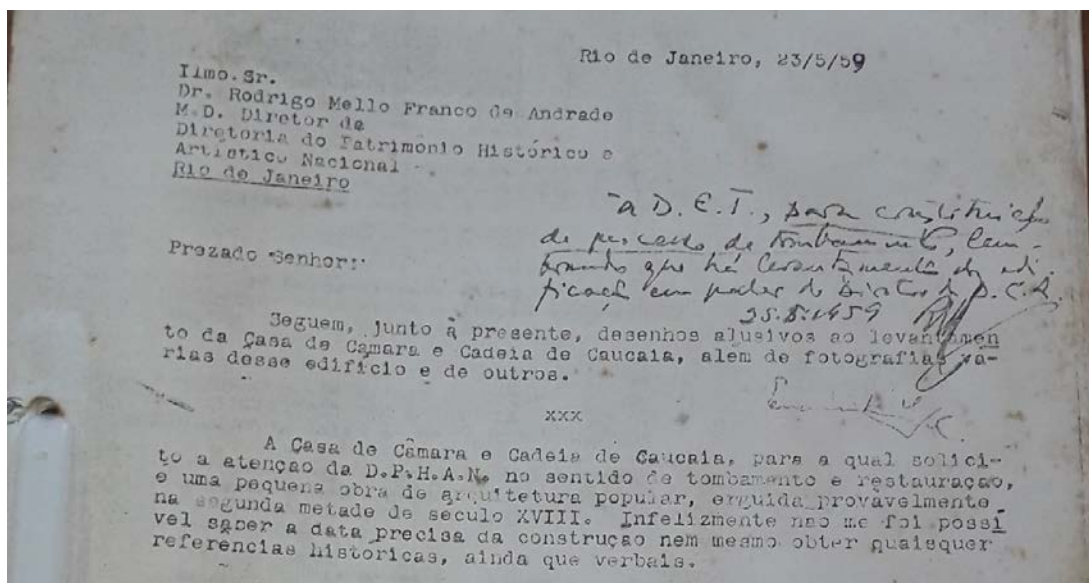
Logo após assumir como representante regional do IPHAN no Ceará, em 1956, Liberal de Castro é enviado para Aracati a pedido de Rodrigo M. F. de Andrade para checar as condições da *Matriz de Nossa Senhora do Rosário*, trabalho que dá origem à elaboração da instrução escrita por Gustavo Barroso. O tombamento ocorrido em 1957 deu início oficialmente aos trabalhos de preservação do patrimônio edificado no estado, abrindo perspectivas para seu reconhecimento no país, destacando ainda o arquiteto Liberal de Castro no meio patrimonial.

A aproximação com Rodrigo Melo Franco de Andrade e principalmente com Lúcio Costa facilitou a efetuação dos tombamentos locais iniciais, pois, à época, esse instrumento constituía-se em um processo burocrático “insuportável”, nas palavras do Prof. Liberal, que dependia pessoalmente do autor do risco de Brasília, então diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do IPHAN.

Após o tombamento da Matriz de Aracati, em 1957, até 1964, foram abertos os processos de tombamento da Casa de Câmara e Cadeia de Caucaia em 1959 (FIGURA 33), do Teatro José de Alencar e da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em Fortaleza, da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Itarema

(Almofala) e da Casa de Câmara e Cadeia de Icó em 1962 e do Passeio Público de Fortaleza e da Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim em 1964, todos com interferência direta de Liberal de Castro.

Figura 33: Solicitação de tombamento Casa de Câmara e Cadeia de Caucaia, por Liberal de Castro



Fonte: Arquivo IPHAN-CE (registro da autora)

Analisando comunicação estabelecida entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Liberal de Castro, pode-se constatar o interesse mútuo na documentação e preservação dos bens materiais do Ceará e o objetivo do DPHAN de “ampliar, na proporção possível, o tombamento do acervo de arquitetura antiga do Ceará”, através da solicitação de mais informações sobre a igreja de Almofala (FIGURA 34). Vemos na FIGURA 35 que após 15 anos o processo ainda não estava concluído.

Figura 34: Solicitação de informações sobre a Igreja de Almofala, em 1960

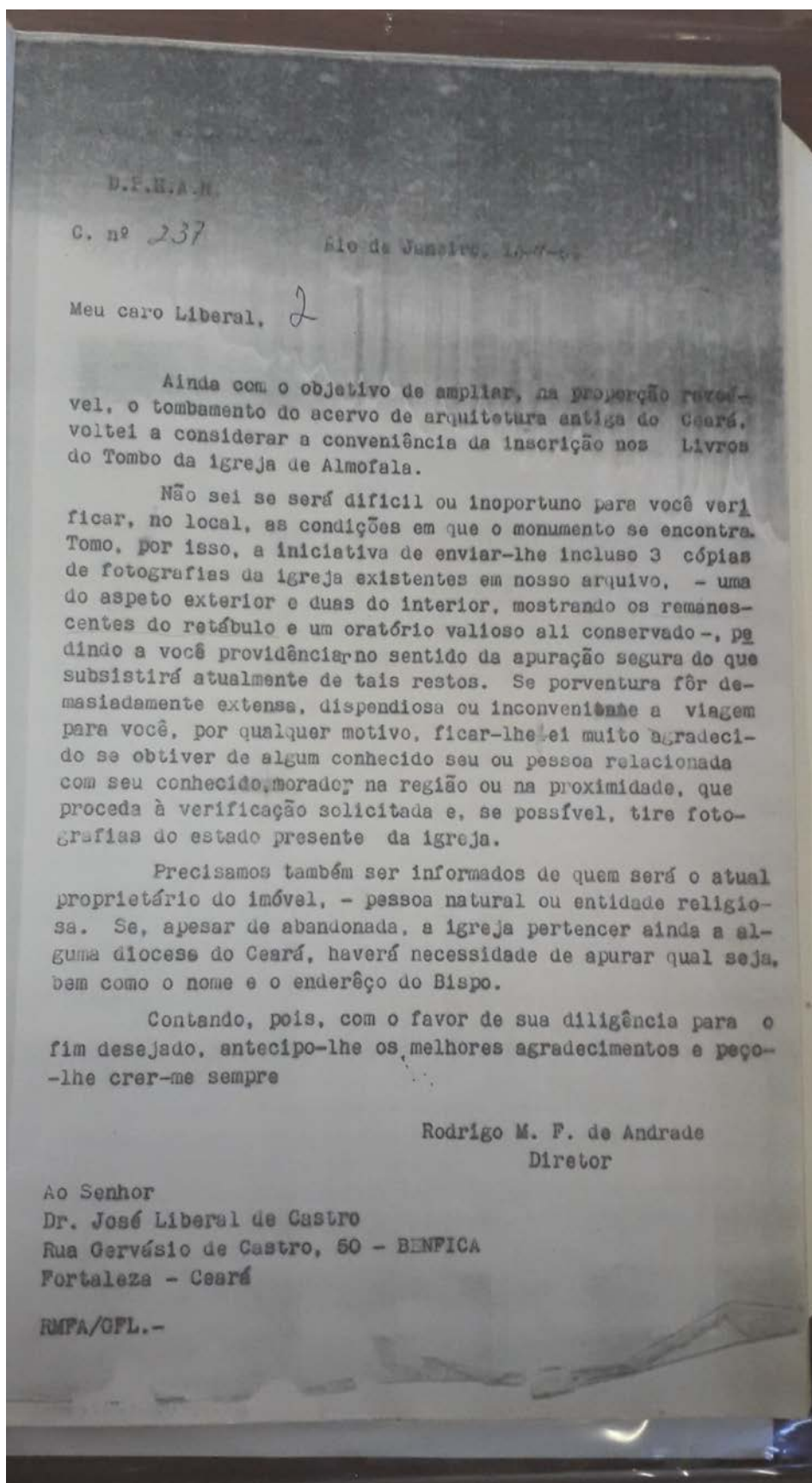
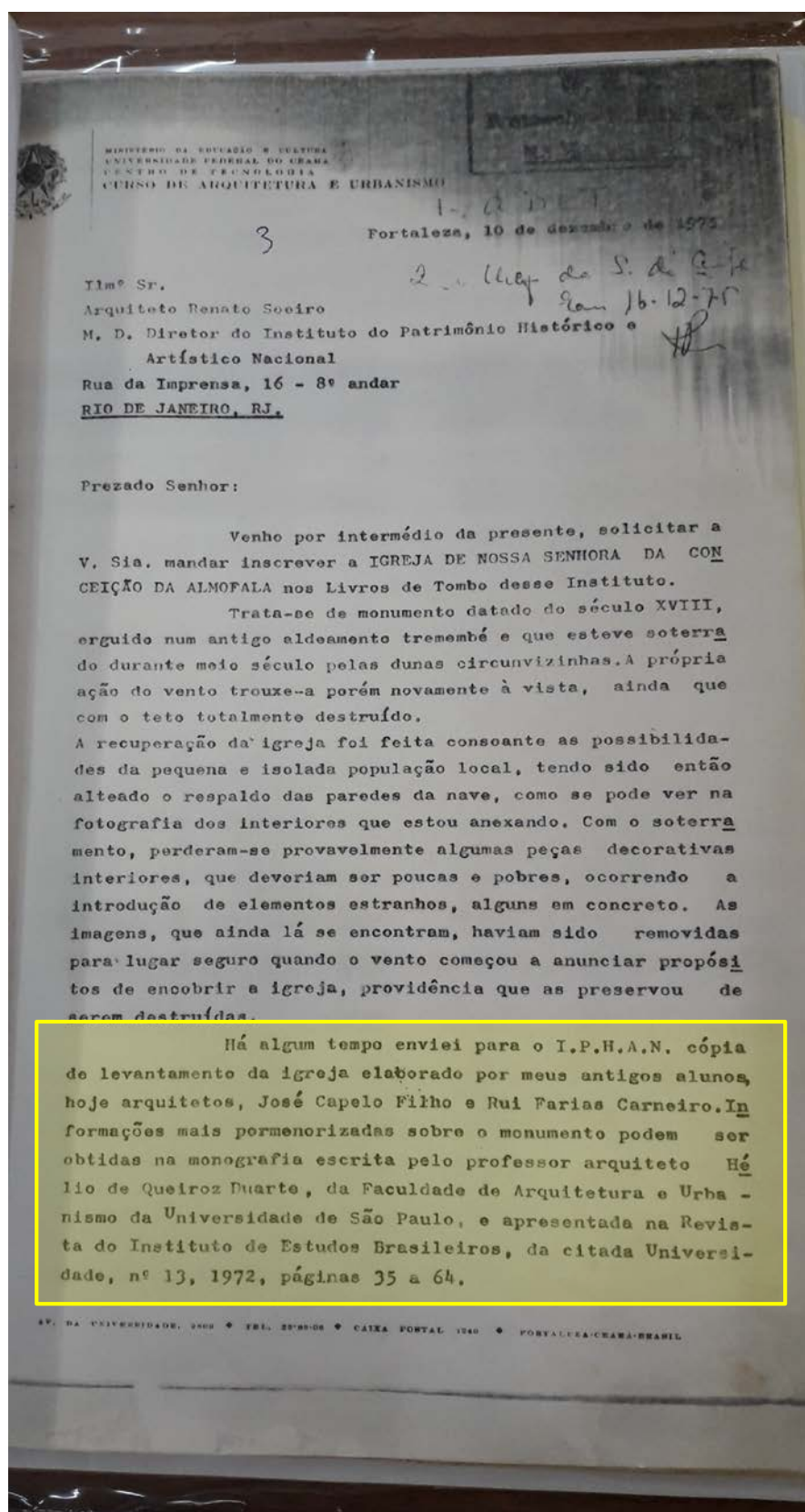


Figura 35: “Cobrança” feita por Liberal de Castro, em 1975, do tombamento da igreja de Almofala, citando, inclusive, o envio de levantamento feito pelos alunos do CAU-UFC



Todos os processos eram discutidos não só entre a representação regional e o escritório central do IPHAN, mas também entre aquela e técnicos da repartição federal, como vemos nas FIGURAS 36, 37 e 38, em que Rodrigo Melo Franco de Andrade se reporta a Lucio Costa acerca de carta enviada por Liberal de Castro sobre o Passeio Público:

Figura 36: Trecho da carta do Arquiteto José Liberal de Castro, de 4 de agosto de 1964, ao Dr. Rodrigo, sobre o Passeio Público

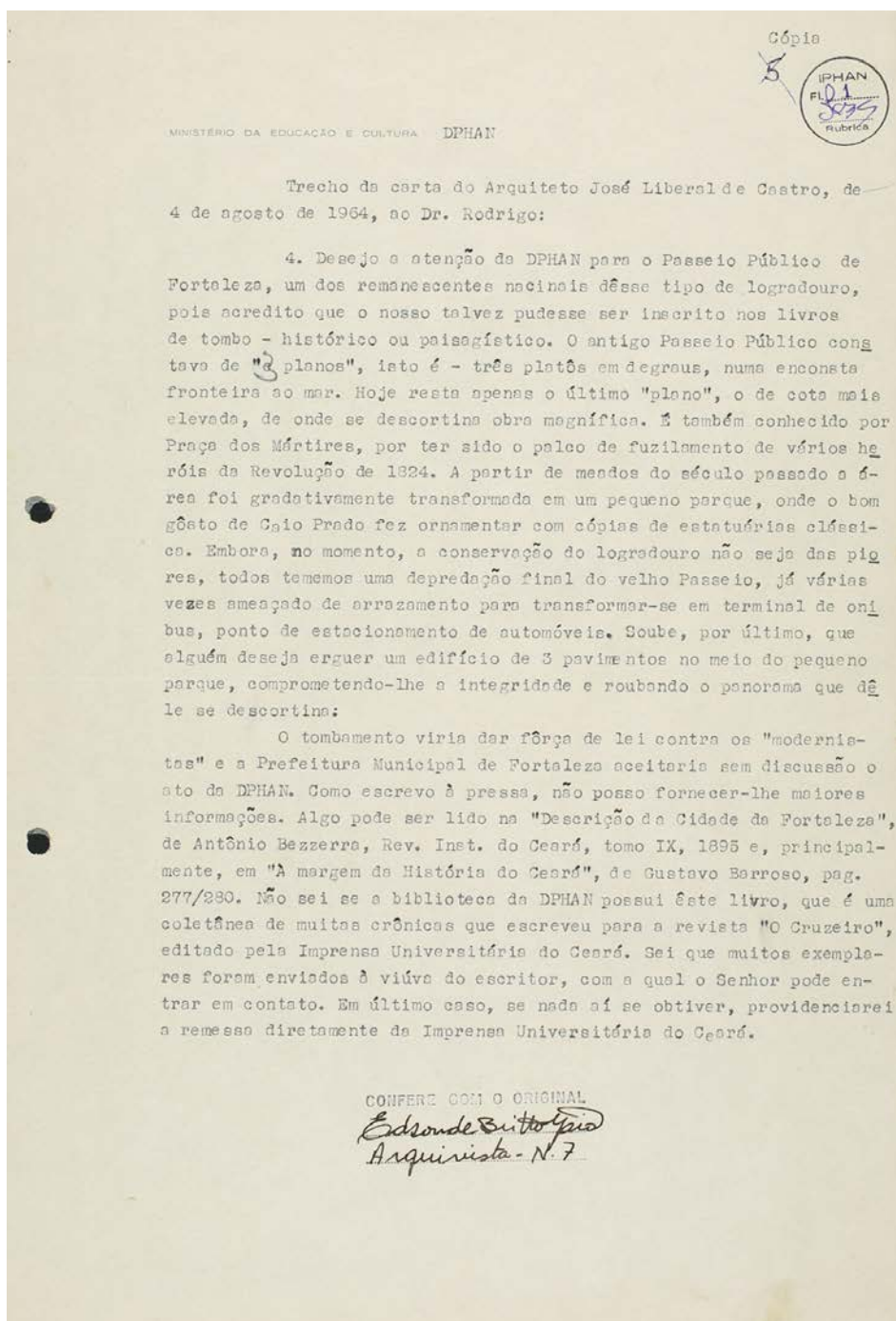
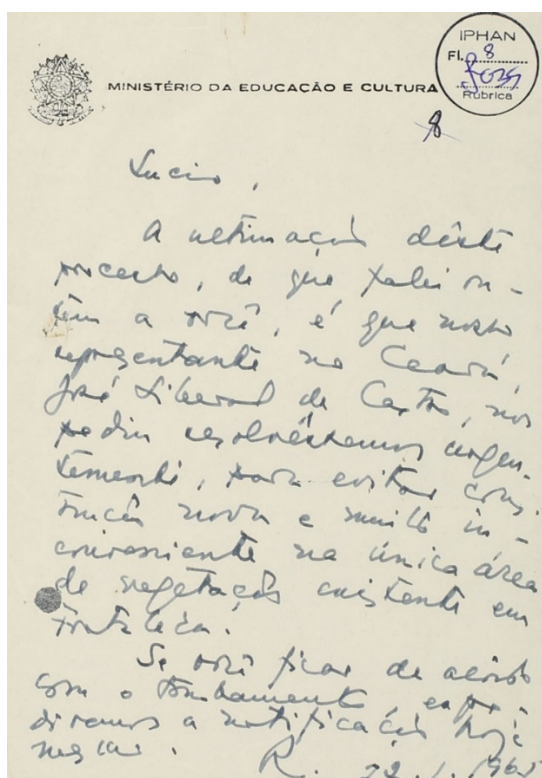


Figura 37: Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Lucio Costa, a respeito do Passeio Público



Fonte: Rede de Arquivos IPHAN, online

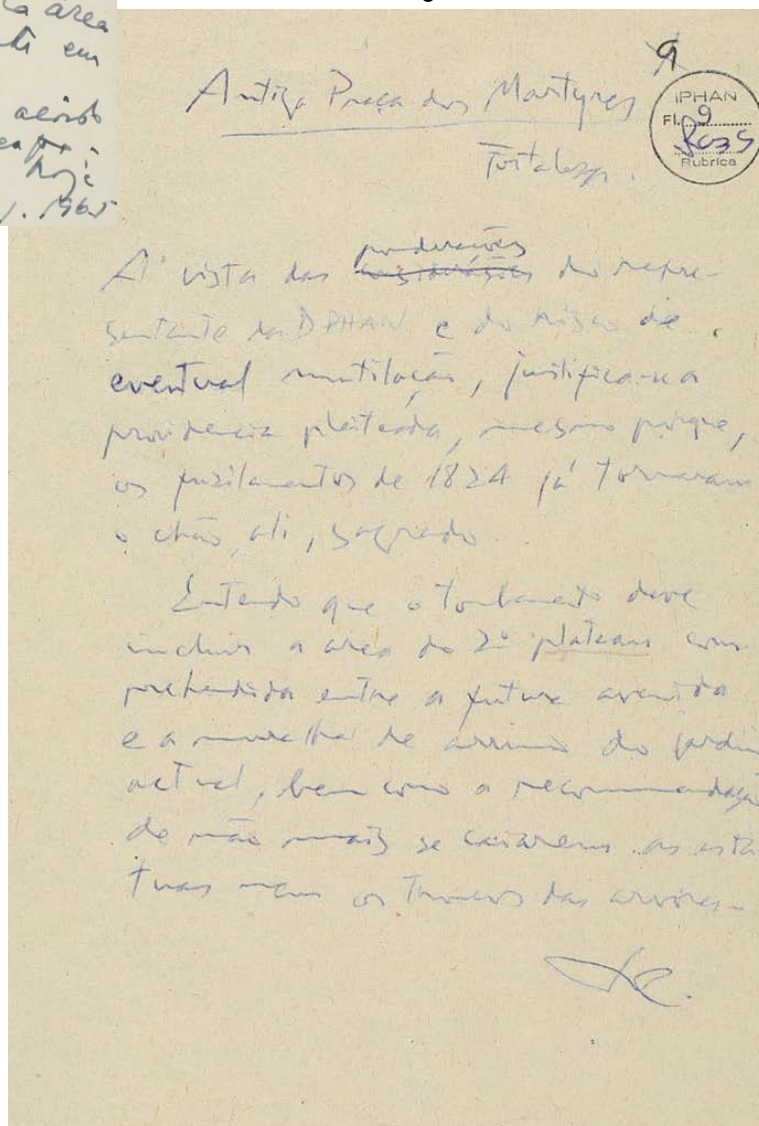
“À vista das ponderações do representante da DPHAN e do risco de eventual mutilação, justifica-se a proposta pleiteada, mesmo porque, os fuzilamentos de 1824 já tornaram o chão, ali, sagrado.

Entendo que o tombamento deve incluir a área do 2º plateau compreendida entre a futura avenida e a muralha de arrimo do jardim atual, bem como a recomendação de não mais se caíarem as estátuas nem os troncos das árvores.”

“A ultimação deste processo, de que falei ontem a você, é que nosso representante no Ceará, José Liberal de Castro, nos pediu [que] resolvêsemos urgentemente, para evitar construção nova e muito inconveniente na única área de vegetação existente em Fortaleza.

Se você ficar de acordo com o tombamento, expediremos a notificação hoje mesmo.”

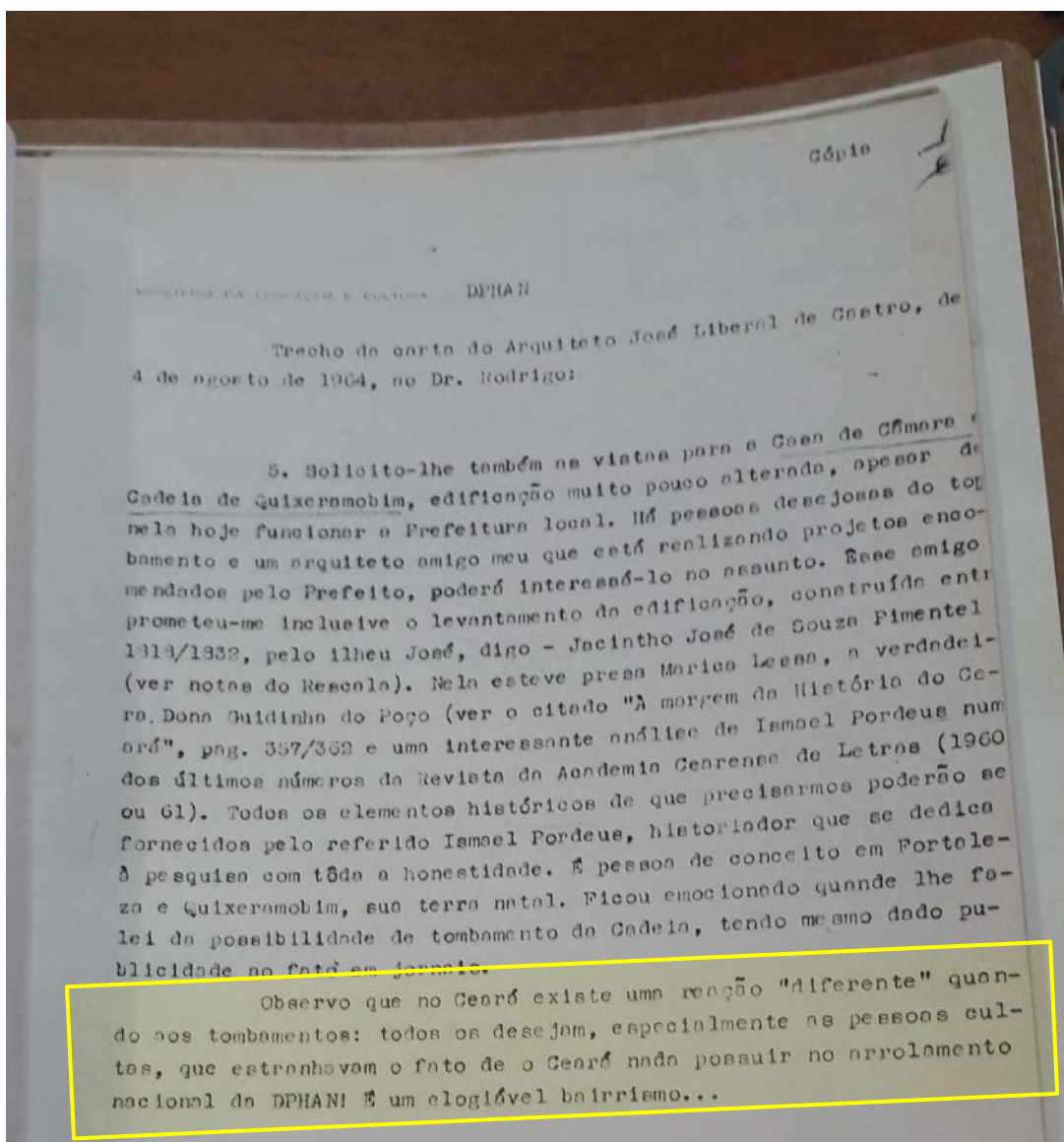
Figura 38: Resposta de Lucio Costa a Rodrigo Melo Franco de Andrade



Fonte: Rede de Arquivos IPHAN, online

Nesta outra situação (FIGURA 39), temos Liberal de Castro exaltando o desejo, principalmente das “pessoas cultas” do Ceará, quanto ao reconhecimento do patrimônio local pelo órgão nacional, num claro apelo à abertura da visão “barroco-modernista” da sua direção.

Figura 39: Trecho da carta do Arquiteto José Liberal de Castro, de 4 de agosto de 1964, ao Dr. Rodrigo”, sobre A Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim



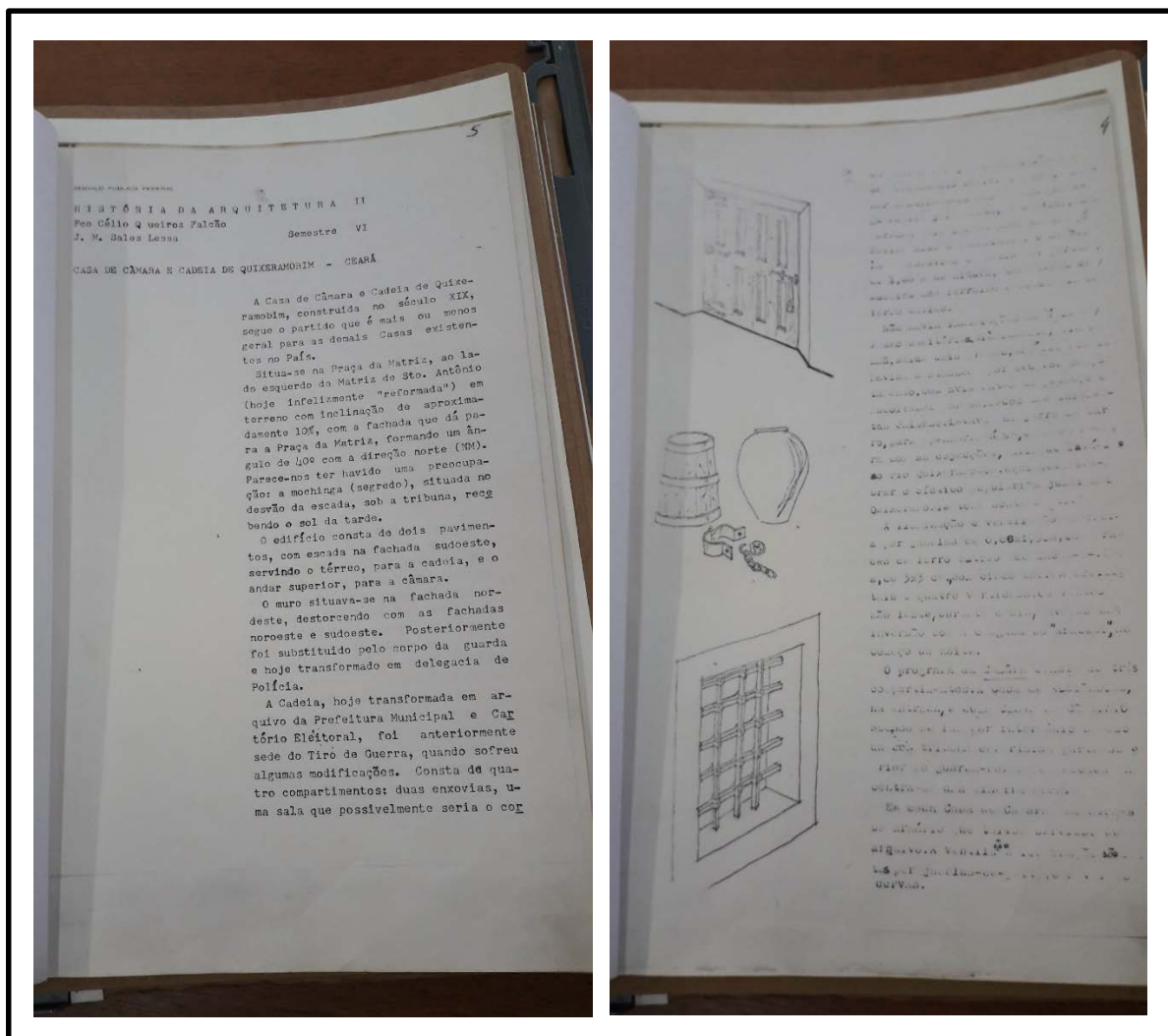
Fonte: Arquivo IPHAN-CE (registro da autora)

Em outra ocasião, em diálogo narrado por Liberal de Castro que confirma sua proximidade com Lucio Costa, aquele mostrava a este registros de casas de fazenda do interior do Ceará recebidos pelo órgão enquanto questionava sua situação atual. Liberal então viu a oportunidade de mostrar o Teatro José de Alencar, que, na sua expectativa, prontamente Lucio Costa classificaria como “bolo de noiva”, como

bom modernista puro e declaradamente contra a arquitetura eclética. Para sua surpresa, ouve: “É bonito, né? Curioso, né? Bom projeto, vamos tombar?”. E assim o Theatro José de Alencar teve seu processo de tombamento aberto em 1962 e concluído em 1964.

Não só os desenhos de levantamentos mas também trabalhos descritivos desenvolvidos nas disciplinas de História da Arquitetura e Evolução Urbana foram anexados a processos de tombamento, como os que vemos na FIGURA 40, constantes na documentação do processo da Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim, que apesar de ter sido aberto em 1964 só foi concluído em 1972.

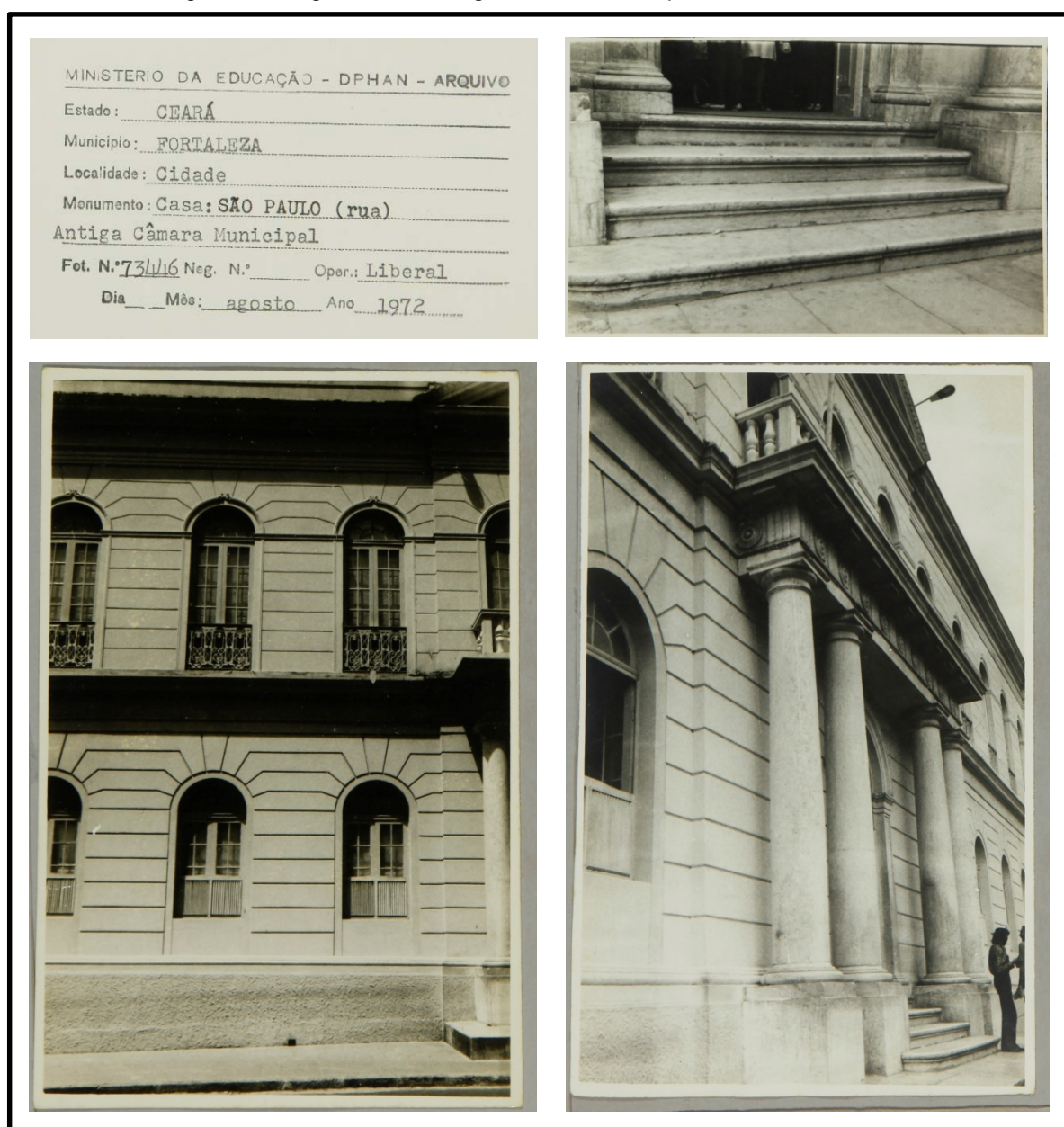
Figura 40: Trabalhos de alunos do prof. Liberal da disciplina de “História da Arquitetura II”, constantes entre os documentos do processo de tombamento da Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim



Fonte: Arquivo IPHAN-CE (registro da autora)

Em paralelo ao trabalho docente, Liberal de Castro como representante do IPHAN no estado seguia com o trabalho identificação e documentação arquitetônica e iconográfica, através de registro fotográfico a qual era frequentemente enviada à central para compor o conteúdo das instruções de tombamento, como se pode ver nos registros do Arquivo Noronha Santos, da antiga Câmara Municipal de Fortaleza (FIGURAS 41 e 42) e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala (FIGURA 43):

Figura 41: Registro fotos antiga Câmara Municipal e detalhes da entrada



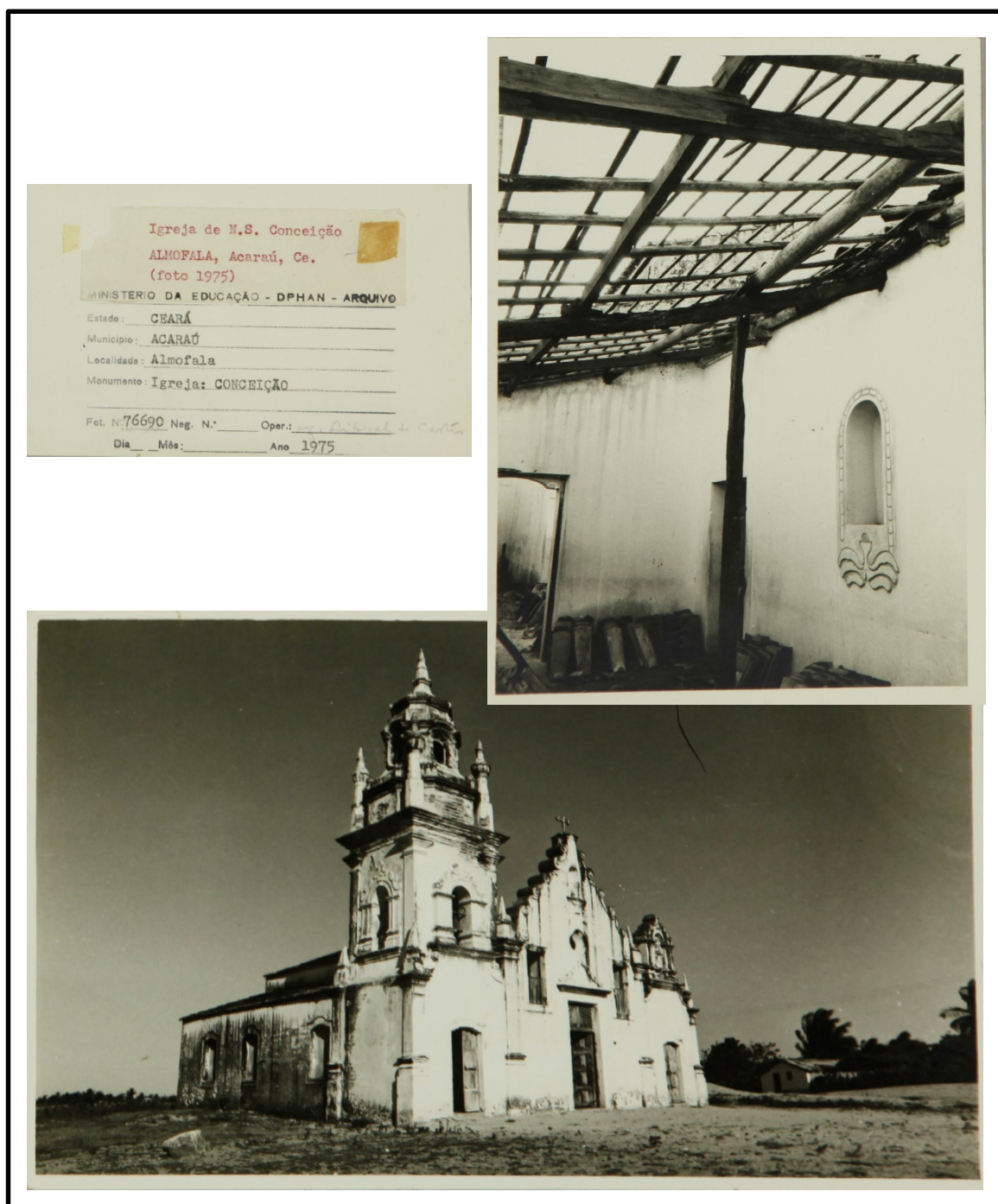
Fonte: Rede de Arquivos IPHAN, *online*

Figura 42: Detalhes da fachada da antiga Câmara Municipal



Fonte: Rede de Arquivos IPHAN, *online*

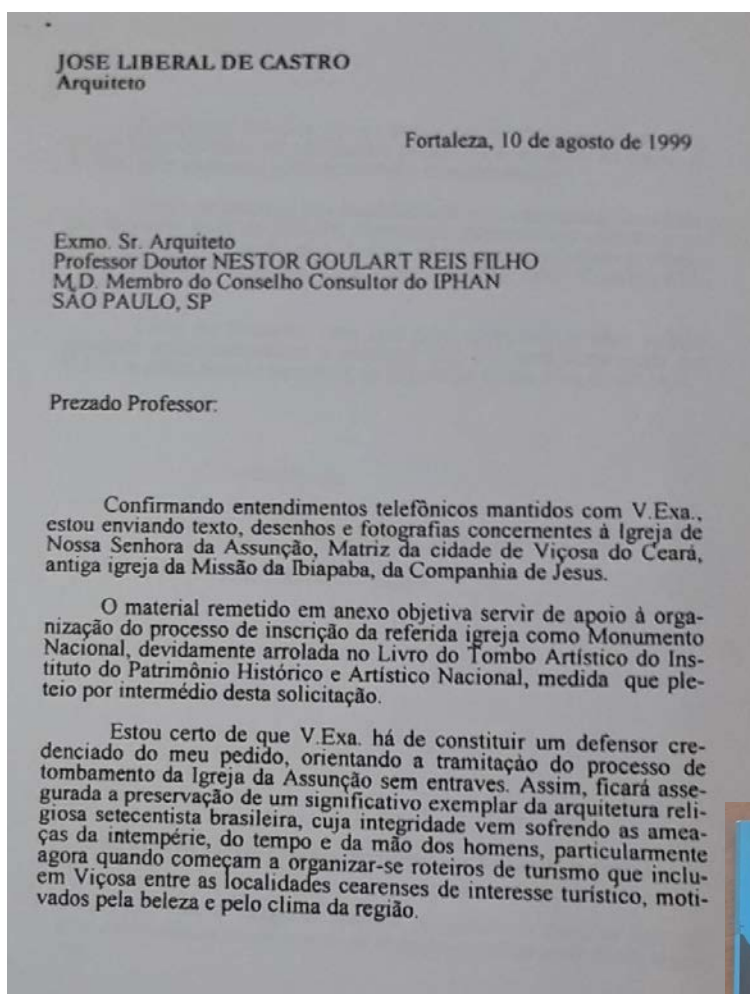
Figura 43: Registro fotos Igreja de Almofala, interior e exterior



Fonte: Rede de Arquivos IPHAN, *online*

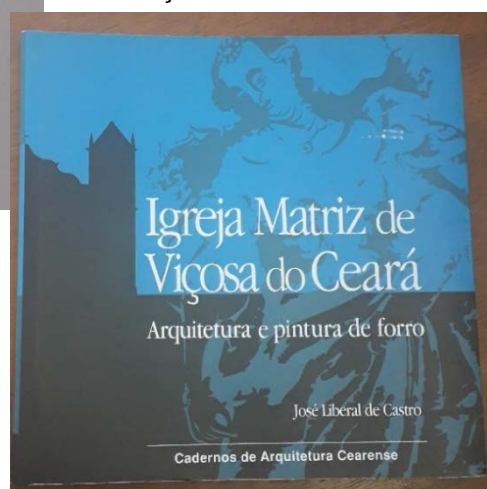
Constata-se também a atuação de Liberal de Castro no processo de tombamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, de Viçosa do Ceará, desde a solicitação de proteção da edificação (FIGURA 44) ao livro escrito por ele (FIGURA 45), anexado à documentação do processo, a saber, "Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: arquitetura e pintura do forro".

Figura 44: Solicitação de proteção da Igreja Matriz de Viçosa do Ceará



Fonte: Arquivo IPHAN-CE (registro da autora)

Figura 45: Livro de Liberal de Castro sobre a Igreja Matriz de Viçosa do Ceará



Fonte: Arquivo IPHAN-CE (registro da autora)

Em 1998 também foi responsável pela elaboração da instrução de tombamento do Prédio da Estação Ferroviária do Crato, ainda em análise pelo IPHAN.

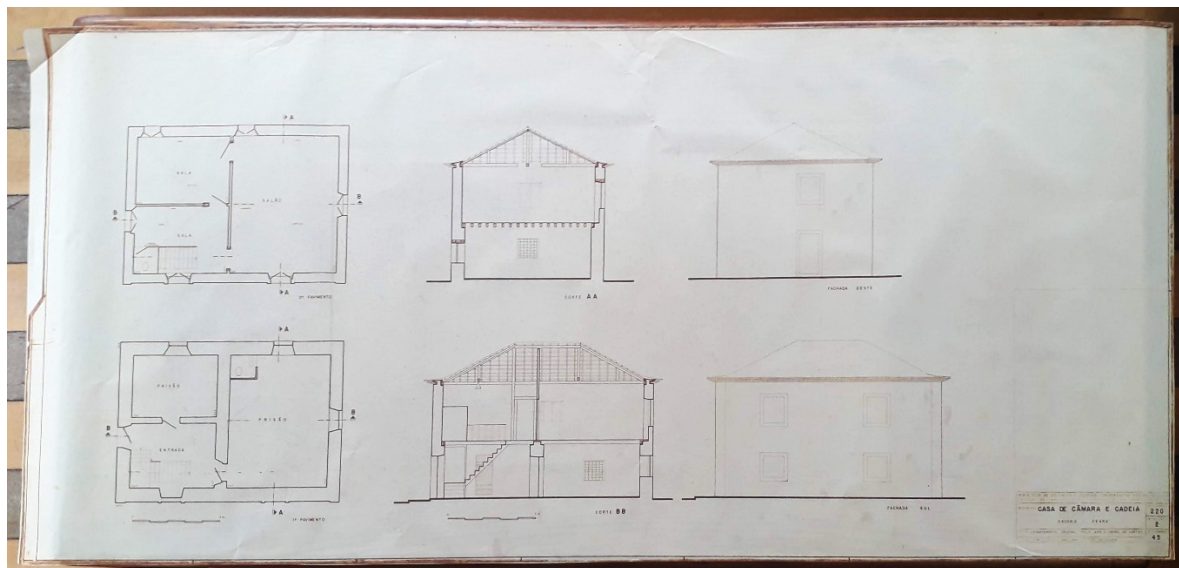
Recentemente, em 2012, foi concluído o processo de tombamento da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, aberto em 1962, com um artigo memorável redigido por Liberal de Castro intitulado “Bicentenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção: o caso singular de uma obra de arquitetura militar com função simbólica” (CASTRO, 2012), publicado na Revista do Instituto do Ceará.

4.1.2. O acervo do CAU-UFC e o IPHAN

Mesmo entre os processos abertos antes da fundação do Curso de Arquitetura da UFC podemos encontrar material produzido pelos alunos do Prof. Liberal, visto que as produções alguns deles duraram anos e a documentação foi sendo completada durante o percurso até a aprovação.

É o caso das casas de câmara e cadeia de Caucaia (FIGURA 46), Icó e Quixeramobim e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, (FIGURA 47), cujos processos abertos respectivamente em 1959, 1962, 1962 e 1964, foram concluídos em 1973, 1975, 1972 e 1980, respectivamente, tendo sido os levantamentos (números 45, 32, 24 e 34 no livro de tomo da escola) anexados durante a elaboração dos estudos.

Figura 46: Levantamento da Casa de Câmara e Cadeia de Caucaia



Fonte: Arquivo IPHAN-CE (registro da autora)

Figura 47: Registros de levantamentos constantes no acervo do IPHAN: casas de câmara e cadeia de Icó e Quixeramobim e Igreja de N. S. da Conceição de Almofala



Fonte: Arquivo IPHAN-CE (registros da autora)

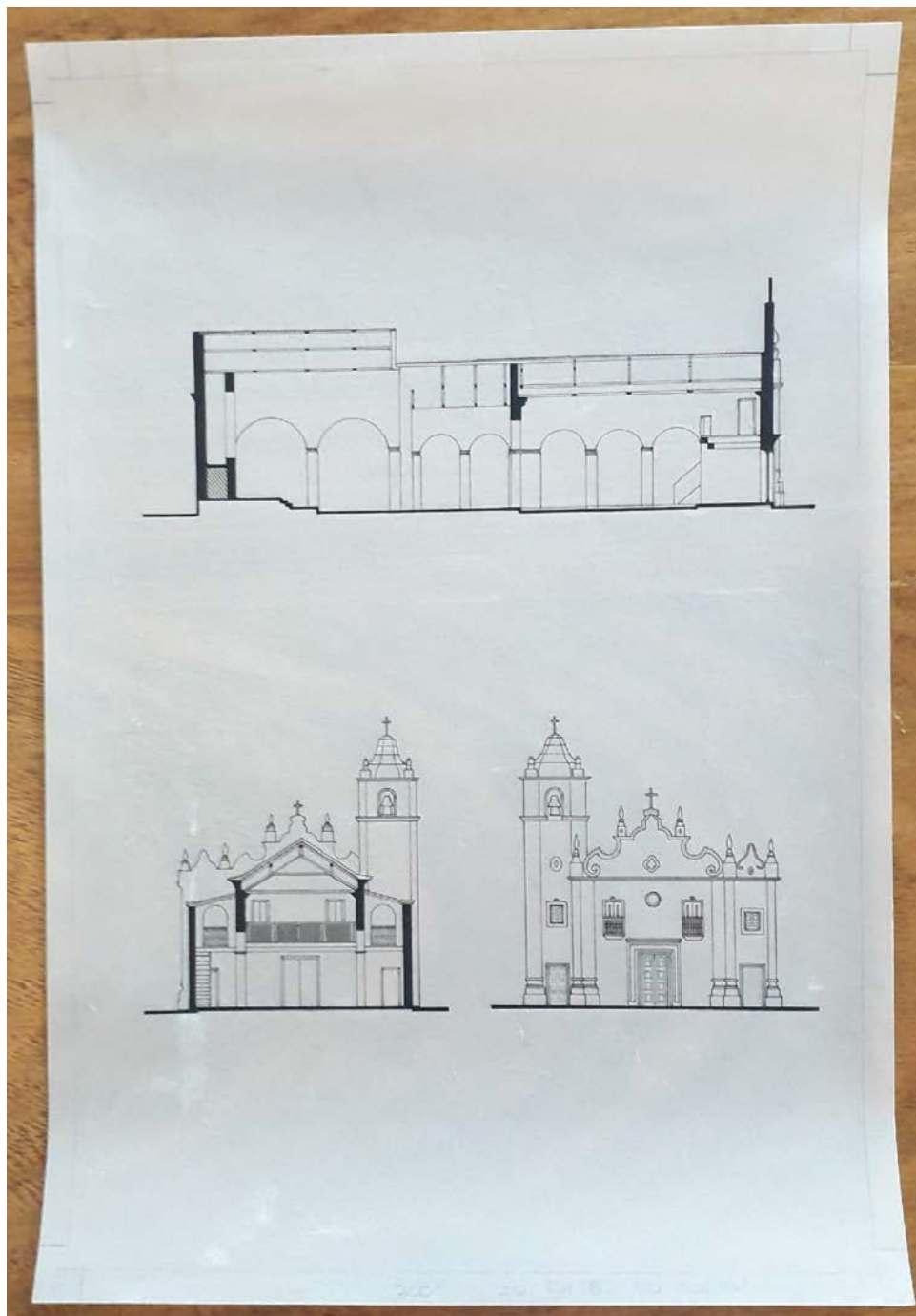
Diversas edificações levantadas localizam-se no interior das poligonais de proteção definidas nas instruções de tombamento dos conjuntos urbanos e foram citadas nas mesmas, sendo três em Aracati, dezoito em Icó e quatro em Sobral.

Nos casos de Aracati e Icó, além dos levantamentos originais constarem da documentação, estes foram reduzidos e compõe também as ilustrações dos cadernos das instruções, como constante nos ANEXOS 2 e 3.

Um trabalho interessante a ser mostrado é que os levantamentos de Icó foram redesenhados e reduzidos à mão para compor o caderno da instrução de tombamento, como, por exemplo, o da FIGURA 48.

Também como curiosidade, alguns dos desenhos produzidos pelos alunos do professor Liberal sobre as edificações de Sobral, já como esboços para a proteção do patrimônio, renderam, em 1973, uma exposição pela comemoração dos 200 anos da cidade. Algumas pranchas foram extraviadas havendo ainda, entretanto, exemplares expostos no Museu Dom José.

Figura 48: Levantamentos da Igreja do Bomfim reduzidos em uma folha formato A4 para para utilização na instrução de tombamento



Fonte: Arquivo IPHAN-CE (registros da autora)

Desta mesma cidade, quatro edificações levantadas pelos alunos do CAU-UFC são mencionadas na instrução de tombamento do seu sítio histórico: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (FIGURA 49), o Sobrado Radier, a Casa do

Capitão-Mor e a Câmara Municipal (antiga Casa de Câmara e Cadeia de Sobral); contudo seus levantamentos não foram incluídos na documentação.

Figura 49: Ficha documental da instrução de tombamento da Igreja da Matriz de Sobral

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - 4. CR

Levantamento do Patrimônio Imóvel da Cidade de Sobral/CE
 Área de Abrangência 1 - Setor 1 - Levantamento de Identificação

Denominação: Igreja da Matriz
 Endereço: Pça. da Sé
 urbano () rural datação: -----

OBS:
 Lote indefinido espacialmente;
 Estilo Barroco Pernambucano;
 Valor Histórico.


MORFOLOGIA URBANA	ENTORNO	Homogêneo	Heterogêneo
	Época		<input checked="" type="checkbox"/>
	Estilo		<input checked="" type="checkbox"/>
	Uso		<input checked="" type="checkbox"/>
	Altura	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Alinhamento	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Recuo	<input checked="" type="checkbox"/>	

USO
 Público Serviço Hab. Uni. Abandonado
 Comer. Indústria Hab. Plu. Misto

CONSTRUÇÃO	ABERTURAS:	Tipo de Verga			
		Reta	A. Abat.	A. Plen.	Ogiv. Outros
	Janela	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> circular
	Porta	<input checked="" type="checkbox"/>			
	ESQUADRIAS	<input checked="" type="checkbox"/> Originais	<input type="checkbox"/> Ausentes	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira	<input type="checkbox"/> Aço
	COBERTURA:	TELHA:			
	N. de Águas -----	<input type="checkbox"/> Francesa			
	<input type="checkbox"/> com Beiral	<input type="checkbox"/> Canal			
	<input checked="" type="checkbox"/> com Platibandas	<input type="checkbox"/> Canal Manufaturada			
	<input type="checkbox"/> Água Furtada	<input type="checkbox"/> Canal Industrial			

Peculiaridades Ornamentais:
 Relógio na torre direita;
 Pináculos na platibanda;
 Portadas em pedras de Liois;
 Portas, originais, em madeira almofadada.

TIPOLOGIA	TIPO: RELIGIOSA	Localização	
	IMPLANTAÇÃO: <input type="checkbox"/> Recuo Alinhamento <input type="checkbox"/> Recuo Lateral Esq. <input type="checkbox"/> Recuo Lateral Dir. <input checked="" type="checkbox"/> Ocupa Todo Lote	N. de Pavimentos: ----- <input type="checkbox"/> Pé Direito: ----- <input type="checkbox"/> Porão <input type="checkbox"/> Sotão <input type="checkbox"/> Outros: -----	



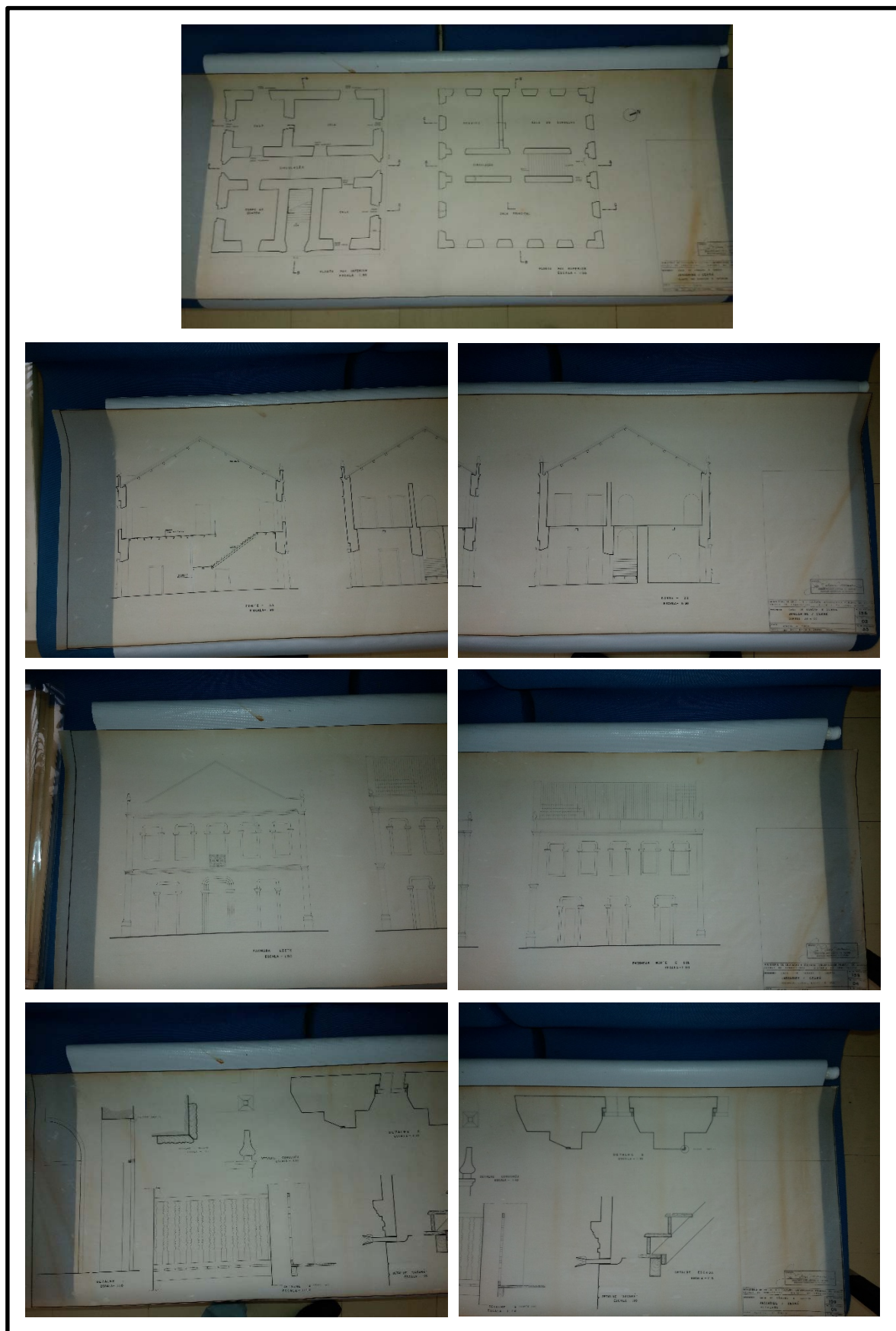
Valor:
 Formal
 Raridade Formal
 de Uso Atual
 Tradicional e/ou Evocativo
 Ambiental
 de Conservação
 Regional por Recorrência e/ou Raridade Formal
 de Raridade Funcional
 Risco de Desaparecimento
 por Antiguidade

assunto: A1 S1 Q27 F1 revisor: Mafra data: 08/95

Fonte: Arquivo digital IPHAN-CE

Dentre os processos de tombamento em análise temos a Casa de Câmara e Cadeia de Jaguaribe correspondente ao levantamento 33 do acervo do CAU, cujos originais foram fotografados e compõe a documentação digital que compõe o processo de tombamento, ainda em análise (FIGURA 50):

Figura 50: Levantamento da Casa de Câmara e Cadeia de Jaguaribe, que compõe o processo de tombamento da mesma



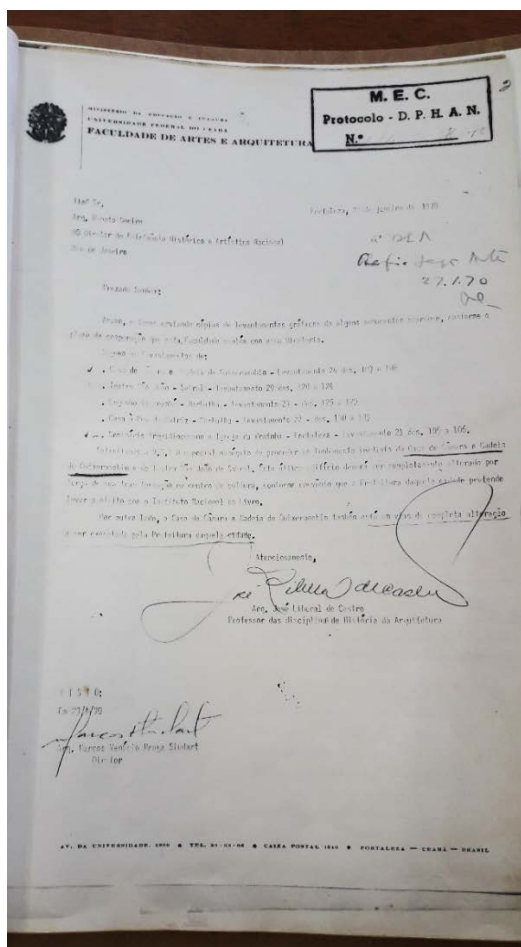
Fonte: Arquivo digital – IPHAN

Os desenhos do levantamento 45, relativos ao Theatro José de Alencar não foram utilizados para o tombamento do mesmo, cujo processo se deu entre 1962 e 1964, data anterior à fundação do Curso de Arquitetura da UFC, porém foram utilizados para a sua grande primeira reforma, concluída em 1975 e conduzida pelo arquiteto Francisco Veloso, não por acaso ex-aluno e participante ativo dos trabalhos de inventariação conduzidos pelo Prof. Liberal mesmo após graduado.

Por fim, registra-se o envio de levantamentos ao IPHAN sem nenhuma relação com instruções ou pedidos de tombamento federais, em atenção ao termo de colaboração técnica anteriormente firmado entre as duas instituições como se vê no documento da FIGURA 51 .

Tais levantamentos constituem acervo documental constante do Arquivo Noronha Santos do IPHAN, no Rio de Janeiro, sendo também importante para o registro nacional da nossa arquitetura antiga.

Figura 51: Documentação de reporte de envio de levantamentos do CAU-UFC para o IPHAN.



“Anexo, estamos enviando cópias de levantamentos gráficos de alguns monumentos cearenses, conforme o plano de cooperação que esta faculdade mantém com essa Diretoria.

Seguem os levantamentos de:

- Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim
– Levantamento 24, des. 107 e 108;
- Teatro São João – Sobral
– Levantamento 29, des. 120 a 124;
- Engenho Tupinambá – Barbalha
– Levantamento 22, des. 130 a 135;
- Seminário Arquidiocesano e Igreja da Prainha – Fortaleza
– Levantamento 21, des. 105 a 106.”

Fonte: Arquivo IPHAN-CE (registro da autora)

4.2 SECULT-CE

Em 1966 é criada a SECULT-CE - Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, através do desmembramento da Secretaria de Educação, antes mesmo da realização do Compromisso de Brasília anteriormente citado. A SECULT constitui-se, portanto, na pasta estadual de cultura mais antiga do Brasil, tendo como missão “executar, superintender e coordenar as atividades de proteção do patrimônio cultural do Ceará (...)” (SECULT, 2019), para tanto contando, desde a sua fundação, com um departamento de patrimônio cultural.

Mesmo tendo sido criada em 1966 como mencionado, o primeiro bem tombado pela Secretaria, o edifício da Secretaria da Fazenda, se deu em 1982 através de decreto e não há qualquer documentação anexada ao mesmo. Como nos relatou o historiador Otávio Menezes, até a criação do COEPA – Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará, em 2000, todos os tombamentos se davam desta forma e apenas a partir da atuação do conselho foram exigidos documentos iconográficos e justificativos para o embasamento dos tombamentos, antes feito muitas vezes por fundamentação oral de um conselheiro de cultura. Segundo ele, os levantamentos arquitetônicos que compuseram as instruções de tombamento (pós-COEPA) eram desenvolvidos pelos desenhista da própria secretaria por desejarem que fossem atualizados e retratassem o estado da edificação à data da solicitação, não sendo utilizados levantamentos externos, assim afirma como não ter havido qualquer “termo de convênio” ou de “colaboração técnica” com outros órgãos ou instituições para seu desenvolvimento.

O arquiteto Alexandre Veras ressalta ainda que além da não existência de “levantamentos, justificativas, recomendações ou diagnósticos” muitos dos decretos de tombamento se deram por pressões políticas ou da comunidade, pelo “clamor popular” para que o poder público tomasse medidas de conservação.

A maior parte da documentação iconográfica referente ao patrimônio do Estado encontra-se armazenada no Arquivo Central, que passou por uma recente mudança de instalações e a busca de material é bastante complexa por não se encontrar organizado e catalogado. Em entrevista com seu coordenador, o historiador Márcio Porto, este lamenta a não existência de um convênio entre a secretaria e a universidade, que já houve outrora, que possibilitasse não só a organização física do

arquivo, mas sua catalogação por estagiários multidisciplinares que contribuissem para a promoção do acervo.

Em maio de 2019 o estado havia tombado 45 bens imóveis e haviam outros 12 em processo de tombamento, como pode-se ver na TABELA 07, acervo este composto por edificações isoladas, predominantemente institucionais ou religiosas. Em conversa com o arquiteto Alexandre Veras, essa é uma predileção dos órgãos de proteção devido aos desdobramentos causados pelo tombamento de um imóvel particular, como a dificuldade de controle e manutenção. Fato que nos leva a ressaltar o imóvel onde residiu Rodolfo Teófilo, na Av. da Universidade, demolido logo após decretado o tombamento por sua importância cultural e construído um edifício residencial no terreno.

Tabela 07: Bens tombados pelo Estado do Ceará¹⁴

DATA	PRÉDIO OU BEM TOMBADO	MUNICÍPIO
1982	Secretaria Estadual da Fazenda	Fortaleza
1982	Casa de Detenção ou Antiga Cadeia Pública (Centro de Turismo)	Fortaleza
1983	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Fortaleza
1983	Palácio da Luz (Academia Cearense de Letras)	Fortaleza
1983	Teatro da Ribeira dos Icó	Icó
1983	Farol do Mucuripe *	Fortaleza
1983	Casarão Hotel (Sobrado à Rua da Matriz)	Barbalha
1983	Estação Ferroviária Dr. João Felipe	Fortaleza
1983	Palacete Ceará (Caixa Econômica Federal da Praça do Ferreira) *	Fortaleza
1983	Casa da Câmara e Cadeia (Museu Sacro São José Ribamar)	Aquiraz
1983	Igreja Matriz São José Ribamar	Aquiraz
1983	Teatro Municipal São João	Sobral
1983	Sobrado Barão de Aracati (Instituto do Museu Jaguaribano)	Aracati
1985	Edifício Residencial Unifamiliar (Prédio onde residiu Rodolfo Teófilo)	Fortaleza

¹⁴ * Bens em análise de tombamento pelo IPHAN

** Bem tombado pelo Município de Fortaleza

*** Bem em análise de tombamento pelo IPHAN e pelo Município de Fortaleza

1991	Igreja de Nossa Senhora da Soledade	São Gonçalo do Amarante
1991	Cine São Luiz **	Fortaleza
1991	Praça General Tibúrcio (Praça dos Leões)	Fortaleza
1995	Solar Fernandes Vieira (Arquivo Público)	Fortaleza
1995	Antiga Escola Normal (atual sede do IPHAN-CE)	Fortaleza
1995	Banco Frota Gentil	Fortaleza
1995	Hotel do Norte (Sede do Museu da Indústria)	Fortaleza
1995	Casa de Câmara e Cadeia de Barbalha	Barbalha
2004	Casa de Câmara e Cadeia do Crato *	Crato
2004	Sobrado do Dr. José Lourenço	Fortaleza
2004	Galpões da RFFSA (Extensão do Conjunto da Estação João Felipe)	Fortaleza
2004	Estação Ferroviária do Crato *	Crato
2004	Casa de Thomaz Pompeu	Fortaleza
2005	Estação Ferroviária de Camocim	Camocim
2005	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	Tauá
2005	Igreja de Jesus, Maria e José (Igreja de Marrecas)	Tauá
2005	Sítio Caldeirão	Crato
2005	Antiga Alfândega	Fortaleza
2006	Igreja de São Caetano	Várzea Alegre
2006	Casa de Antônio Conselheiro *	Quixeramobim
2006	Casa do Capitão-Mor	Aquiraz
2007	Palacete Jeremias Arruda (Instituto do Ceará)	Fortaleza
2007	Escola Jesus Maria e José	Fortaleza
2008	Seminário da Prainha	Fortaleza
2010	Basílica de São Francisco de Canindé	Canindé
2011	Conjunto Palácio da Abolição e Mausoléu Castelo Branco	Fortaleza
2013	Sítio Fundão em Crato	Crato
2015	Igreja de Nossa Senhora do Desterro	Ipú
2016	Museu da Imagem e do Som (MIS)	Fortaleza
2016	Casa de Juvenal Galeno	Fortaleza
2017	Colégio Marista de Fortaleza	Fortaleza

Fonte: SECULT, 2019

Tabela 08: Prédio ou bem em processo de tombamento pelo Estado do Ceará¹⁵

DATA	PRÉDIO OU BEM EM PROCESSO DE TOMBAMENTO	MUNICÍPIO
	Estação Ferroviária	Ipu
	Casa de Câmara e Cadeia	Cascavel
	Escola Jesus, Maria e José	Fortaleza
	Igreja Nossa Senhora da Palma	Baturité
	Secretaria Municipal de Saúde	Baturité
	Cadeia Pública	Baturité
	Palácio Entre Rios	Baturité
	Igreja Santa Luzia	Baturité
	Estação Ferroviária	Baturité
	Casa do José Felício	Quixeramobim
	Náutico Atlético Cearense **	Fortaleza
	Sítio Bebida Nova	Crato

Fonte: SECULT, 2019

4.2.1. Liberal de Castro e a SECULT-CE

Desde a criação do COEPA no ano 2000, todos os pedidos de tombamento são analisados pelo conselho. Como membro ativo, Liberal de Castro compõe as reuniões como representante da sociedade civil e tem participação nos pareceres finais de aprovação dos pedidos de tombamento.

É responsável também pelas instruções de tombamento do Sobrado Dr. José Lourenço, em 2004 e do Palacete Jeremias Arruda (Instituto do Ceará), em 2006.

4.2.2. O acervo do CAU-UFC e a SECULT-CE

Como esperado após entrevista com os servidores da secretaria, S Dos levantamentos constantes no acervo do CAU-UFC, temos anexado o de número 15 (FIGURAS 52 a 57) ao processo de tombamento do Sobrado Dr. José Lourenço, em

¹⁵ * Bens em análise de tombamento pelo IPHAN

** Bem tombado pelo Município de Fortaleza

*** Bem em análise de tombamento pelo IPHAN e pelo Município de Fortaleza

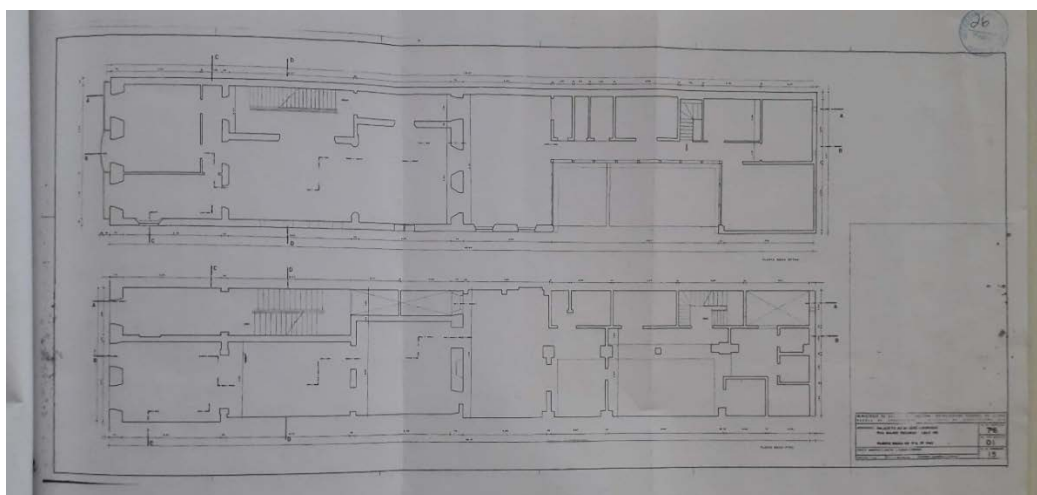
2004, o segundo após a criação do COEPA (o primeiro, do mesmo ano, trata da Casa de Câmara e Cadeia do Crato), cuja instrução de tombamento foi escrita pelo arquiteto José Liberal de Castro.

Figura 52: Levantamento Sobrado Dr. José Lourenço, anexado ao processo de tombamento estadual

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA / UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	
ESCOLA DE ARQUITETURA - HISTÓRIA DA ARQUITETURA - I/IV	
MONUMENTO PALACETE DO DR. JOSÉ LOURENÇO RUA MAJOR FACUNDO 154 E 156	N.º DO REGISTRO 76
PLANTA BAIXA DO 1.º E 2.º PAV.	N.º DA FOLHA 01
EQUIPE MAURÍCIO P. CORTEZ & WESSON M. HÓRREGA	N.º DO LEVANTAMENTO 15
ESCALA: 1:50	DATA: 20/06/69
DESENHO: MAURÍCIO P. CORTEZ	

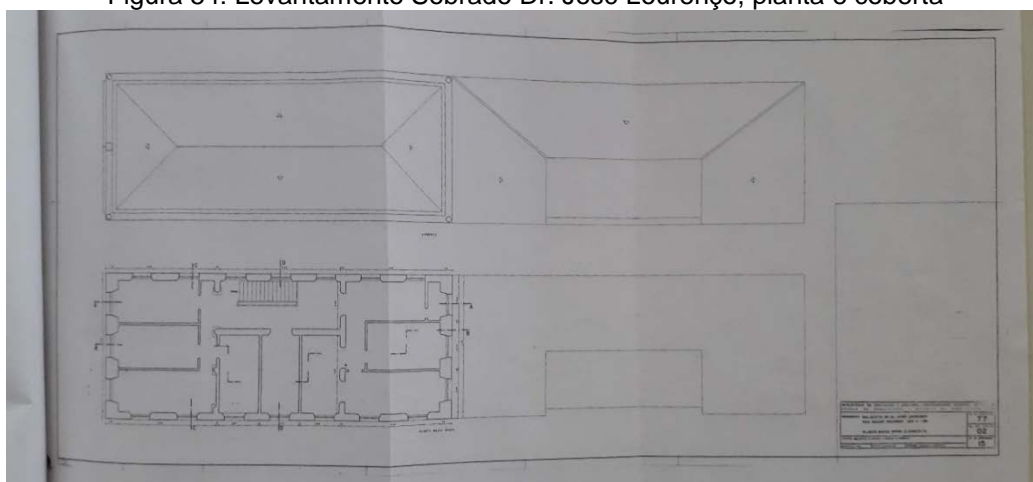
Fonte: Arquivo SECULT-CE (registro da autora)

Figura 53: Levantamento Sobrado Dr. José Lourenço, plantas



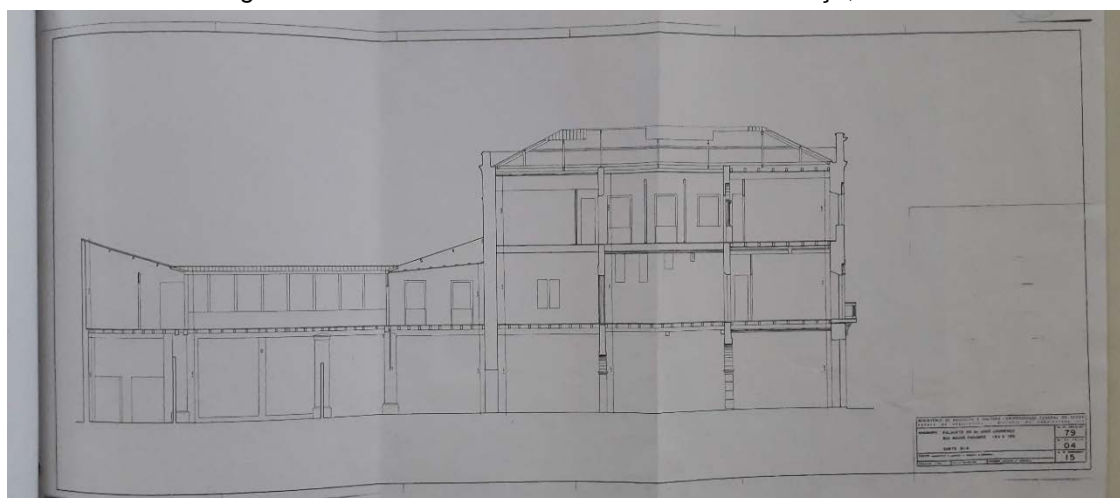
Fonte: Arquivo SECULT-CE (registro da autora)

Figura 54: Levantamento Sobrado Dr. José Lourenço, planta e coberta



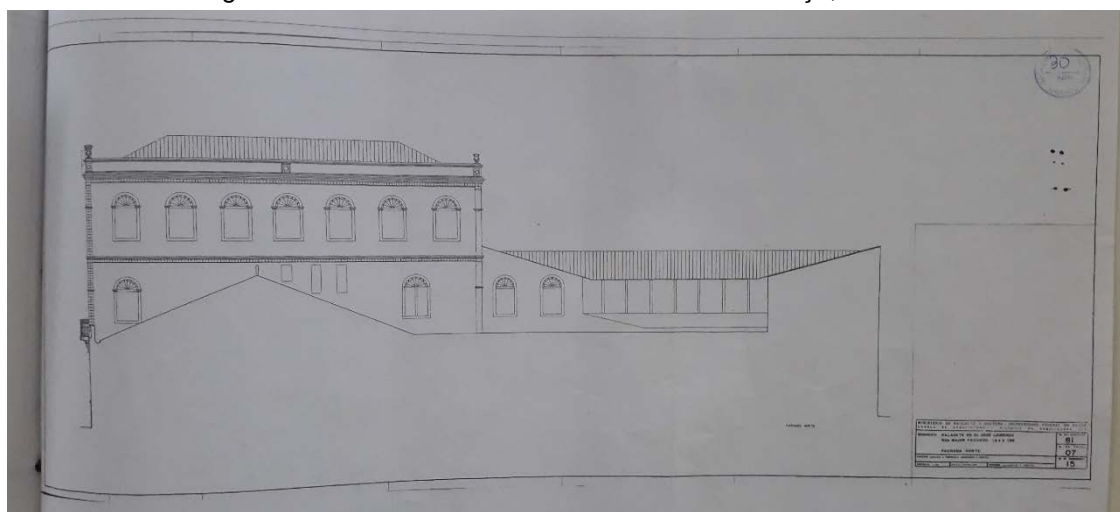
Fonte: Arquivo SECULT-CE (registro da autora)

Figura 55: Levantamento Sobrado Dr. José Lourenço, corte



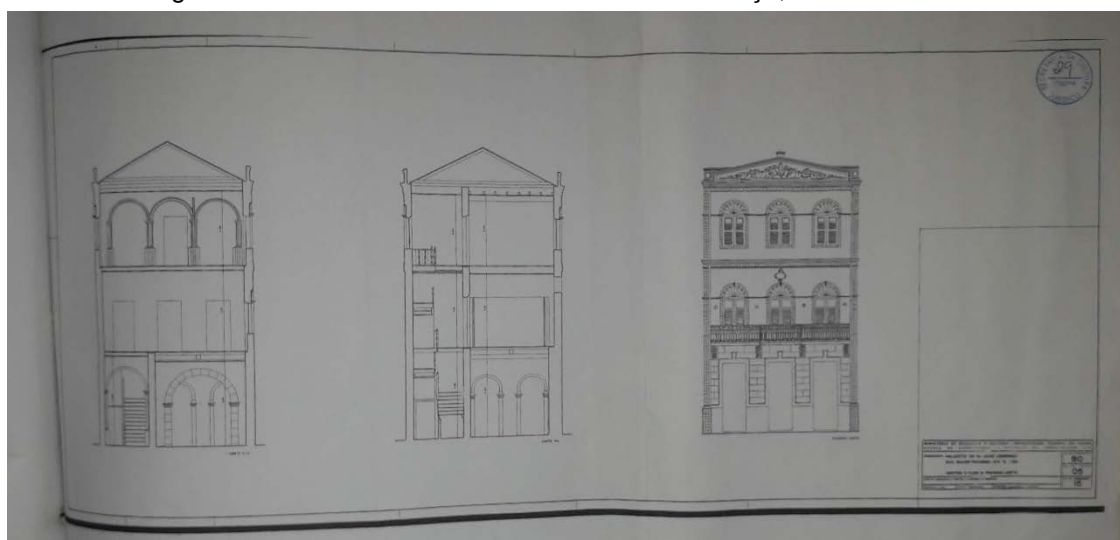
Fonte: Arquivo SECULT-CE (registro da autora)

Figura 56: Levantamento Sobrado Dr. José Lourenço, fachada



Fonte: Arquivo SECULT-CE (registro da autora)

Figura 57: Levantamento Sobrado Dr. José Lourenço, cortes e fachada



Fonte: Arquivo SECULT-CE (registro da autora)

No mesmo ano, também foi anexado o levantamento 67 à documentação da instrução de tombamento da Casa de Thomaz Pompeu (FIGURA 58), neste caso, redesenhado pela equipe do órgão em software de representação gráfica:

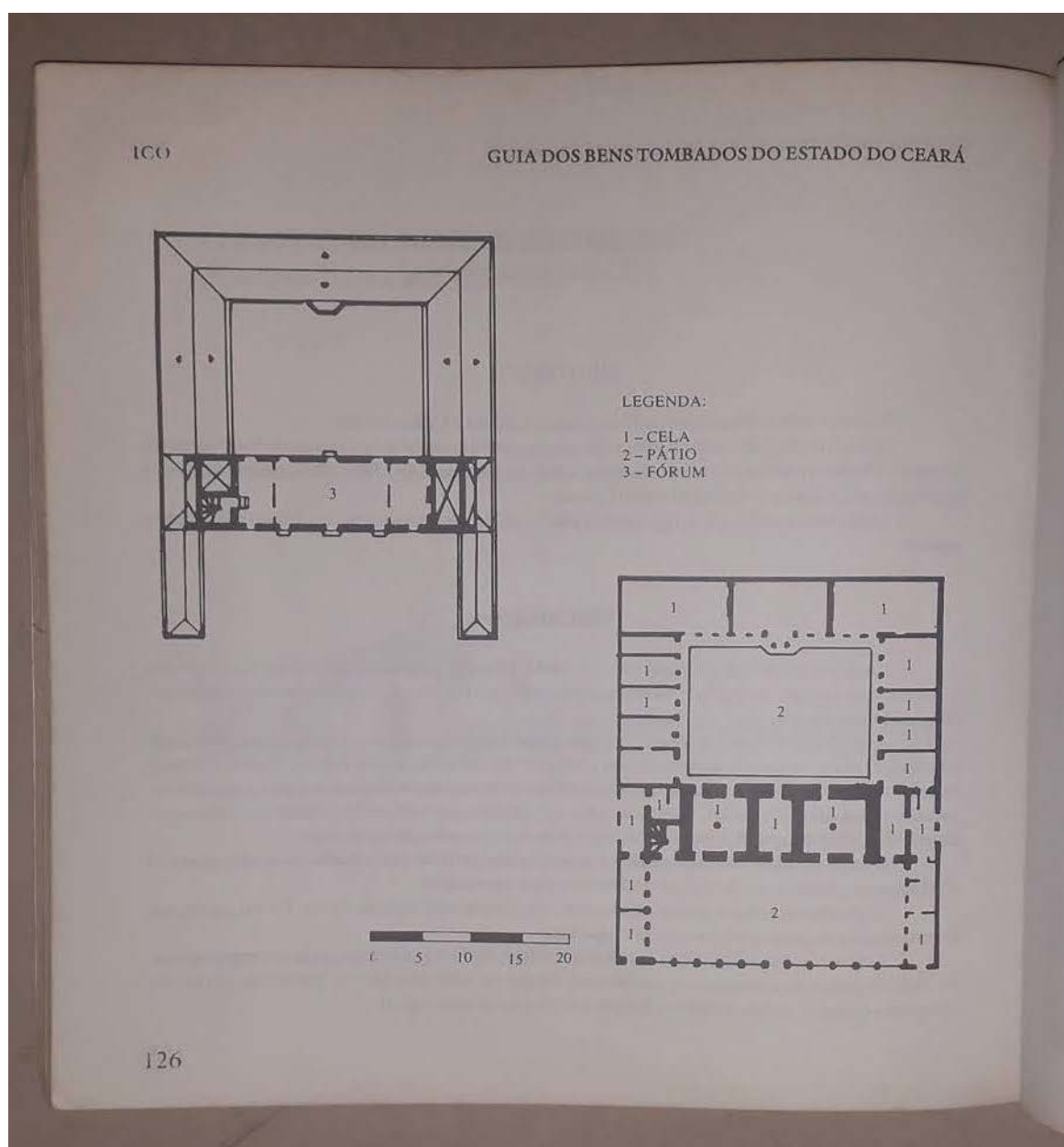
Figura 58: Levantamento Casa de Thomaz Pompeu (Av. Imperador, 498), digitalizado e anexado ao processo de tombamento estadual



Fonte: Arquivo SECULT-CE (registro da autora)

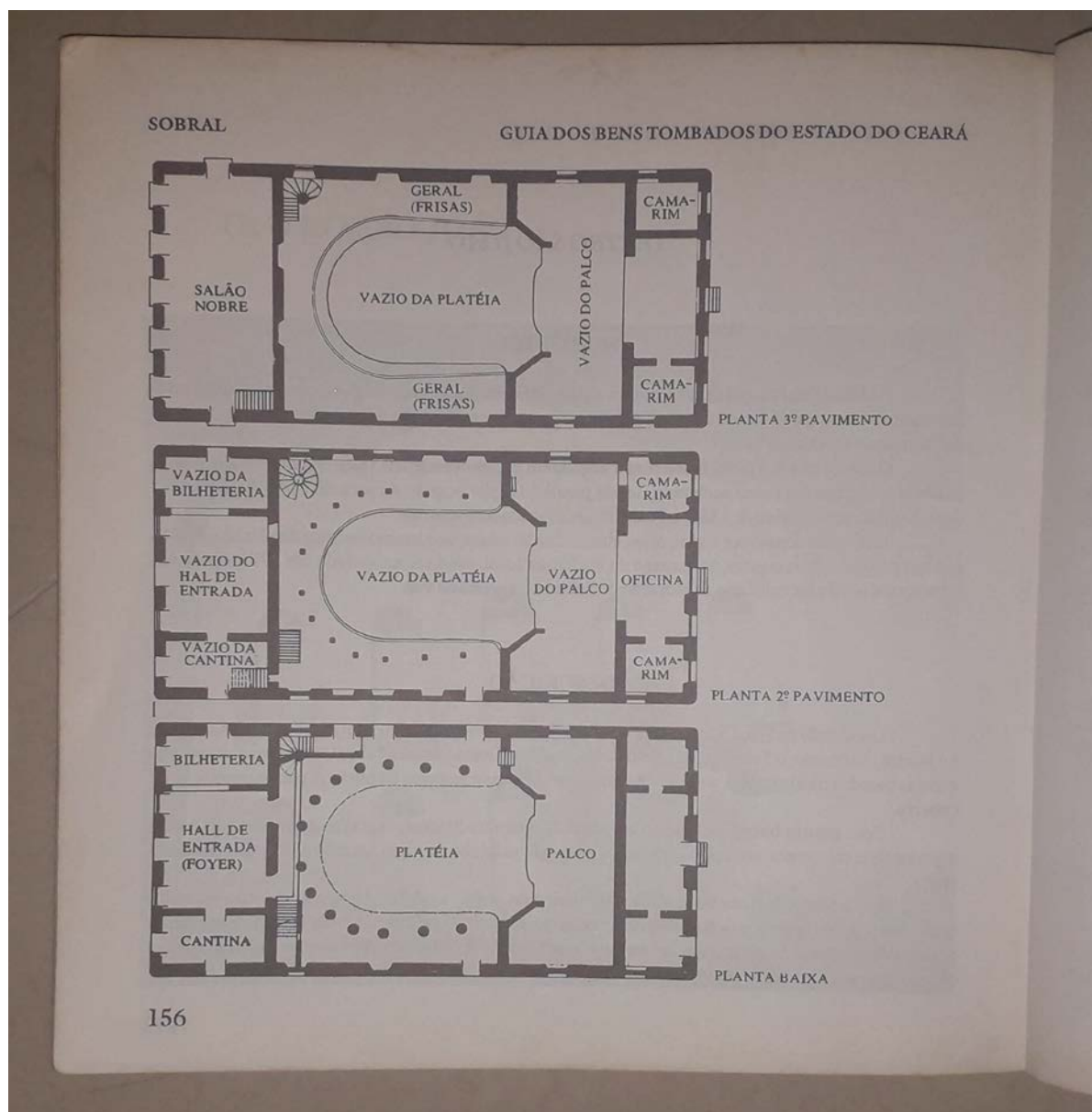
No “Guia dos Bens Tombados do Estado do Ceará” (CEARÁ, 1995), lançado pela SECULT (à época Secretaria da Cultura e Desporto), encontramos também referências ao levantamento 32, da Casa de Câmara e Cadeia de Icó, como “PLANTAS CEDIDAS POR: IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – Planta levantada pelo curso de Arquitetura da UFC” (CEARÁ, 1995, p. 127)”, (FIGURA 59), e ao 29, do Teatro São João de Sobral, “PLANTAS CEDIDAS POR: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- UFC” (CEARÁ, 1995, p. 157), (FIGURA 60):

Figura 59: Levantamento da Casa de Câmara e Cadeia de Icó, no Guia dos Bens Tombados do Estado do Ceará



Fonte: Guia dos Bens Tombados do Estado do Ceará (registro da autora)

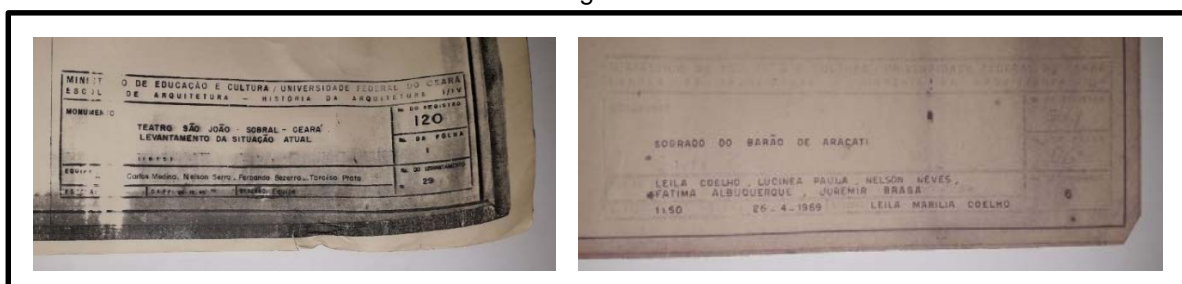
Figura 60: Levantamento do Teatro São João, em Sobral, no Guia dos Bens Tombados do Estado do Ceará



Fonte: Guia dos Bens Tombados do Estado do Ceará (registro da autora)

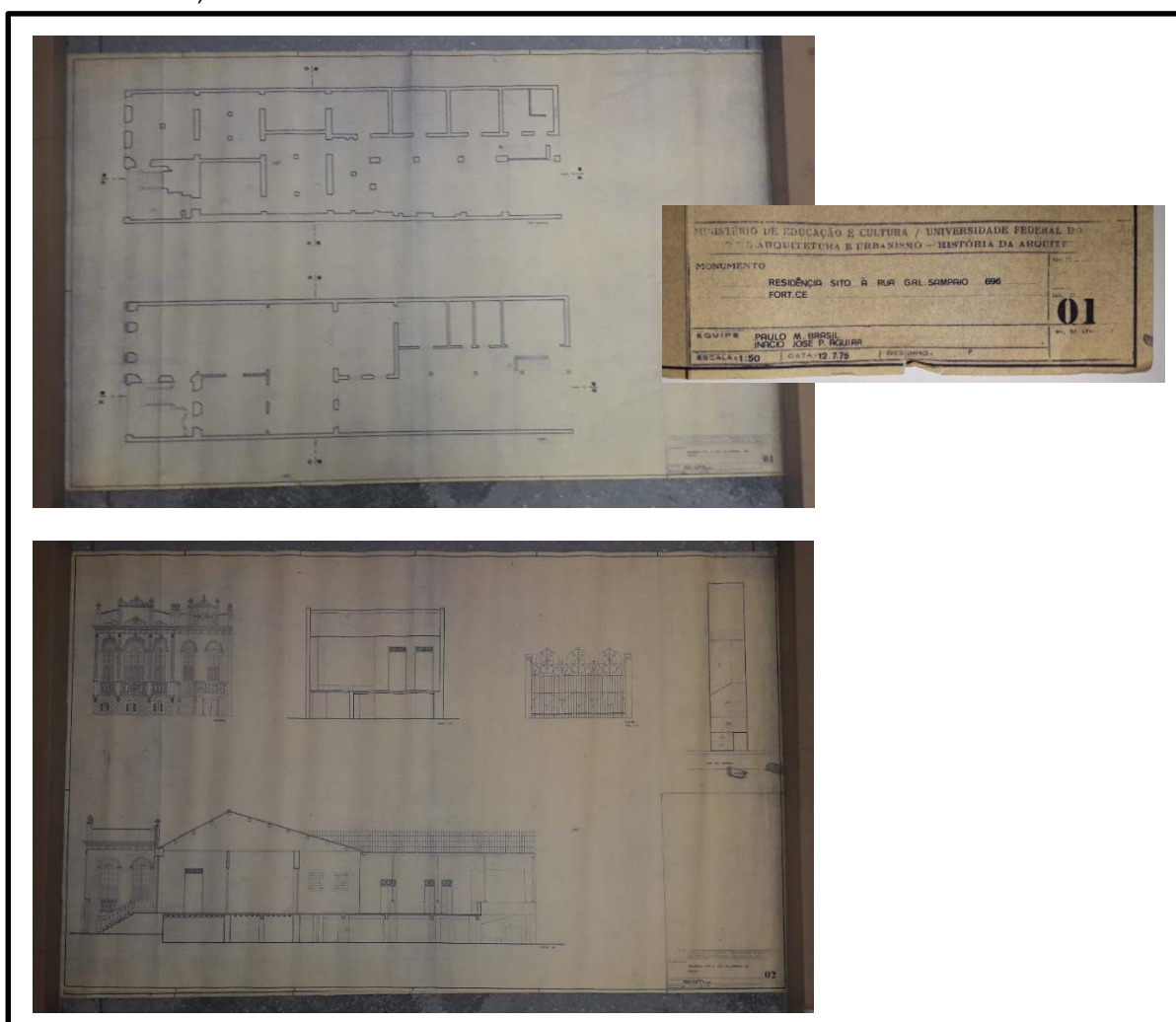
No Arquivo Central do Estado, encontramos cópias de 18 levantamentos oriundos do acervo do CAU-UFC. Destes, três de bens tombados pelo estado: Teatro São João de Sobral e Instituto Museu Jaguaribano de Aracati (FIGURA 61), Casa de Juvenal Galeno (FIGURA 62).

Figura 61: Cópia levantamentos CAU-UFC contantes no acervo do Arquivo Central do Estado: Teatro São João de Sobral e Instituto Museu Jaguaribano de Aracati



Fonte: Arquivo Central do Estado (registro da autora)

Figura 62: Cópia levantamento CAU-UFC: residência à rua General Sampaio, 696, em Fortaleza (casa Juvenal Galeno)



Fonte: Arquivo Central do Estado (registro da autora)

Dentre os demais, dez estão no livro de tomo do acervo (FIGURA 63):

Figura 63: Cópias levantamentos CAU-UFC constantes no acervo do Arquivo Central do Estado



Fonte: Arquivo Central do Estado (registro da autora)

Ainda foram encontradas cópias de desenhos produzidos no CAU-UFC (FIGURA 64) sem registro no livro de tomo de levantamentos da instituição porém localizados no DAUD quando do levantamento do seu acervo:

Figura 64: Cópias levantamentos CAU-UFC não registrados no livro de tomo, constantes no acervo do Arquivo Central do Estado

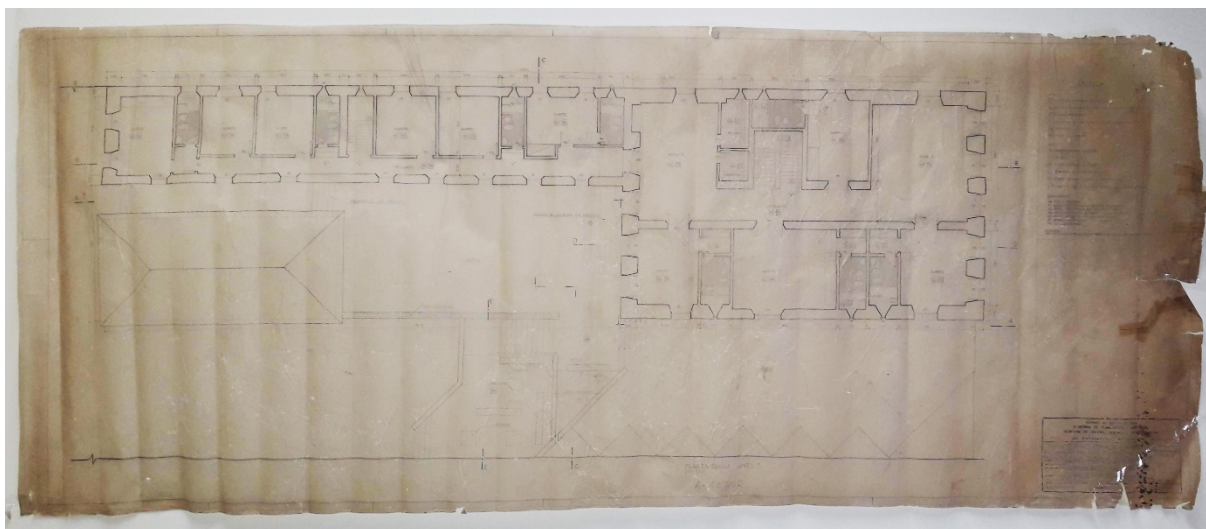


Fonte: Arquivo Central do Estado (registro da autora)

Por fim, o acreditamos que o “Projeto de Recuperação e adaptação do casarão na Rua da Matriz, 21 pra pousada “Senzala”, Barbalha”, (FIGURAS 65 e 66) datado de 1978, tenha utilizado o levantamento dessa edificação feito no CAU-UFC, porém não foi encontrada cópia do mesmo.

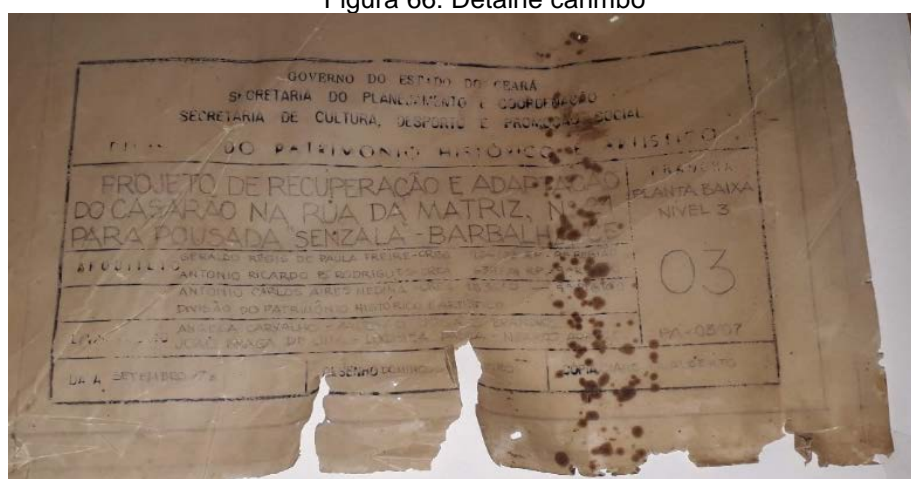
Com o exposto vemos que os desenhos do CAU-UFC tem maior representação no acervo do Arquivo Geral do Estado, onde encontramos 18 cópias de levantamentos, do que participação nos tombamentos da SECULT, onde encontramos apenas 2 levantamentos anexados às instruções, além de outros 2 constantes no guia publicado pela instituição.

Figura 65: Projeto de Recuperação e adaptação do casarão na Rua da Matriz, 21, em Barbalha



Fonte: Arquivo Central do Estado (registro da autora)

Figura 66: Detalhe carimbo



Fonte: Arquivo Central do Estado (registro da autora)

4.3. SECULTFOR

A Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), vinculada ao Gabinete do Prefeito e integrada ao Sistema Municipal de Cultura, por sua vez, foi criada através da Lei Complementar nº 005 de 28 de dezembro de 2007, que aponta em seu Art. 1º a finalidade de desenvolver “ações que visem à proteção da memória e do patrimônio histórico, artístico e cultural”, sendo o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHIC), responsável pela proteção do patrimônio cultural, criado apenas no ano seguinte.

Dentre os 33 tombamentos municipais, segundo lista fornecida pelo historiador Rubem Ryan, do corpo técnico do órgão, 27 referem-se a edificações (TABELA 09). Os outros 6 são os espelhos d’água das lagoas de Messejana e Parangaba, o riacho e o bosque do Pajeú, a pavimentação da rua José Avelino e o Passeio Público.

Tabela 09: Edificações tombadas pelo Município de Fortaleza ¹⁶

TOMBAMENTO DEFINITIVO	
1986	Capela de Santa Teresinha
1986	Estoril
1988	Teatro São José
1989	Ponte dos Ingleses
2005	Palácio João Brígido
2005	Bosque do Pajeú
2006	Escola Jesus Maria José
2006	Casa do Barão de Camocim
2006	Estação Ferroviária da Parangaba
2006	Mercado dos Pinhões
2006	Paróquia do Senhor do Bom Jesus dos Aflitos (Igreja da Parangaba)
2006	Mercado da Aerolândia

¹⁶ * Bem tombado pelo Estado

** Bem em análise de tombamento pelo Estado e pelo Município de Fortaleza

2009	Casa Rachel de Queiroz
2012	Ideal Club
2012	Colégio Doroteias
2012	Náutico Atlético Cearense **
2012	IMPARH
2012	Santa Casa de Misericórdia
2012	Igreja de São Pedro dos Pescadores
2012	Casa do Português
2012	Antiga Sede do Sport Club Maguary
2012	Farmácia Oswaldo Cruz
2013	Colégio Marista Cearense
1993	Passeio Público
1994	Edifício Antônio Gomes Guimarães
2005	Cine São Luiz *
2006	Comando Geral do Corpo de Bombeiros

Fonte: SECULTFOR, 2019

Nenhum levantamento pertencente ao acervo do CAU-UFC foi anexado aos processos, assim como não há registros de solicitação de tombamento feita diretamente pelo prof. Liberal de Castro. Nesta instituição, a maior parte dos tombamentos se deu através de decreto-lei, outros por solicitação da Associação dos Amigos da Jacarecanga, por procuradores do Ministério Público ou pela própria coordenação da secretaria, além dos solicitados pelos próprios proprietários ou parentes, como nos esclarece Rubem Ryan.

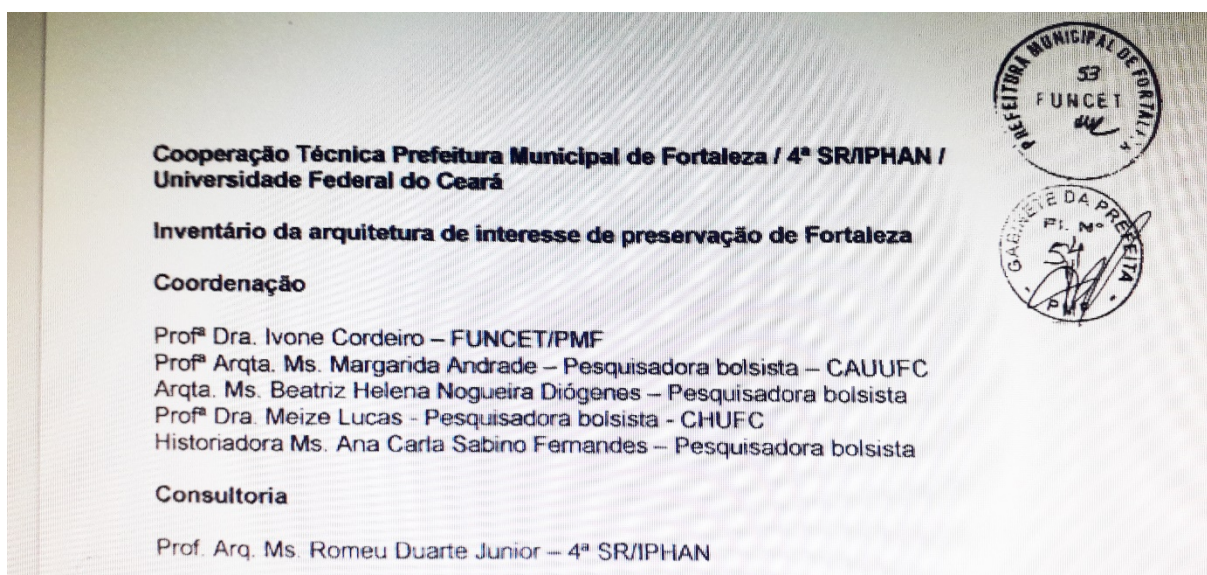
São poucos os processos de tombamento da SECULTFOR que possuem instrução. Entre os bens tombados verificamos apenas 13, sendo 2 feitos pela própria instituição – Colégio Marista Cearense e Farmácia Oswaldo Cruz. Os outros 11 são oriundos dos “Inventário de Bens Culturais Imóveis” (FIGURA 67) e “Inventário da arquitetura de interesse de preservação de Fortaleza” (FIGURA 68), desenvolvidos através de convênio de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, a 4ª Secretaria Regional do IPHAN e a Universidade Federal do Ceará, como vemos na figura x.

Figura 67: Instrução de tombamento Mercado dos Pinhões, em convênio com a UFC



Fonte: Arquivo SECULTFOR (registro da autora)

Figura 68: Registro convênio SECULTFOR / IPHAN / UFC



Fonte: Arquivo SECULTFOR (registro da autora)

Por este convênio foram desenvolvidas as instruções da Escola Jesus Maria José, Casa do Barão de Camocim, Estação Ferroviária da Parangaba, Mercado dos Pinhões, Paróquia do Senhor do Bom Jesus dos Aflitos (Igreja da Parangaba), Mercado da Aerolândia, Ideal Club, Colégio Dorotéias, Náutico Atlético Cearense, IMPARH e Santa Casa de Misericórdia, reforçando a participação da academia na proteção do patrimônio edificado.

Outros 53 bens encontram-se em situação de tombamento provisório¹⁷, como mostra a TABELA 10:

Tabela 10: Bens tombados provisoriamente pelo Município de Fortaleza ¹⁸

TOMBAMENTO PROVISÓRIO	
2006	Bar Avião
2006	Lord Hotel
2006	Casa da câmara da Villa de Arronches e Intendência Municipal da Villa de Porangaba
2011	Casa Frei Tito de Alencar
2007	Bangalô de Aristides Capibaribe
2008	Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
2008	Capela do Sagrado Coração de Jesus – Asilo de Parangaba
2009	V Batalhão da Polícia Militar
2010	Casa antiga da rua Franklin Távora
2010	Círculo Operário do Montese
2011	Colégio Militar de Fortaleza
2011	Casa na Rua Floriano Peixoto
2011	Associação Beneficente do Pessoal da Rede de Viação Cearense
2011	Associação Comercial
2012	Procuradoria da União no Estado do Ceará
2012	Bangalô Amarelo
2012	Vila Filomeno

¹⁷ Quando é solicitado o tombamento de um imóvel, tem início imediato seu tombamento provisório e o mesmo fica impedido de sofrer qualquer alteração sem a autorização do órgão de preservação até a conclusão do processo. “Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta Lei, o tombamento provisório se equiparará ao definitivo” (BRASIL, 1937).

¹⁸ * Bem tombado pelo Estado

** Bem em análise de tombamento pelo Estado e pelo Município de Fortaleza

2012	Casa do Acrísio (atual delegacia antisequestro)
2012	Associação Beneficente dos Motoristas do Estado do Ceará
2012	Prédio na Avenida Francisco Sá
2012	Prédio na Rua Major Facundo
2012	Associação dos Merceeiros
2012	Casa na Rua Clarindo de Queiroz, nº 615
2012	Casa na Rua da Assunção, nº 398
2012	Casa na Rua da Assunção, nº 390
2012	Prédio na Rua Santo Inácio, nº 596
2012	Casa na Rua 25 de março, nº 747
2012	Igreja do Cristo Rei
2012	Imóvel na Av. Imperador, nº 1313
2012	Vila na Rua 25 de março (números 1028, 1034, 1036 e 1042)
2012	Imóvel na Av. Santos Dumont, nº 1020
2012	Imóvel na Av. Santos Dumont, nº 1112
2012	Imóvel na Av. Santos Dumont, nº 938
2012	Imóvel na Rua 25 de março, nº 964
2012	Imóvel na Av. Santos Dumont, nº 1028
2012	Colégio Externato São Vicente de Paulo
2012	Igreja Nossa Senhora do Patrocínio
2012	Igreja de Santa Edwiges e a Estátua de Santa Edwiges
2013	Imóvel residencial no Montese
2014	Seminário Salvatoriano (Colégio Evolutivo da Parangaba)
2015	Hotel Excelsior
2015	Condomínio Residencial Iracema
2015	Edifício Dona Bela
2015	Edifício São Pedro
2006	Escola de Música Luís Assunção
2011	Casa na Rua General Sampaio
2015	Conjunto Educacional do Centro
2016	Vila Estância Vicentina
2018	Restaurante Albertu´s, Praça Alberto de Souza e o Pier da Barra do Ceará
2018	Colégio Liceu do Ceará
2018	Palacete Avenida Central (Casarão dos Fabricantes)

Nestes últimos ressaltamos mais uma vez o envolvimento da academia através do DAUD, nos processos do Residencial Iracema¹⁹ e da Vila Vicentina²⁰. No primeiro, o arquiteto e professor do DAUD Romeu Duarte atuou como conselheiro dos antigos moradores, que solicitaram o tombamento do local, por ser um importante exemplar do modernismo na capital. No segundo, novamente Romeu Duarte, juntamente com o vereador Guilherme Sampaio e o ex-vereador João Alfredo impediram a continuidade da demolição ao entrarem com o pedido de tombamento da mesma, visto que “representa uma tipologia arquitetônica residencial extinta em nossa cidade” (LEHAB, 2018, *online*).

4.4 RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS

A primeira constatação após a realização da coleta de dados do acervo e dos tombamentos é que em torno de 70% dos levantamentos do acervo do CAU-UFC diz respeito a residências ou imóveis privados, prevalecendo nos tombamentos edifícios institucionais e religiosos. Tal fato se deve, no primeiro caso, aos edifícios mencionados serem de menor área e complexidade arquitetônica, sendo, portanto, mais acessíveis ao desenvolvimento dos trabalhos letivos realizados no âmbito da disciplina ministrada pelo Prof. Liberal de Castro. No segundo, à grande dificuldade para efetuar a fiscalização e a manutenção de bens privados existente à época, mormente de sítios históricos, conforme foi levantado pelos entrevistados que atuaram ou continuam atuando nos corpos técnicos dos órgãos de preservação. Pelo mesmo motivo o professor Liberal de Castro nunca quis se envolver com o tombamento de

¹⁹ O projeto é do pernambucano Porto Lima, professor das primeiras turmas de profissionais formados na UFC (...) “A obra demarca o início da nossa profissão na Cidade, e boa parte desta produção já desapareceu por estar em bairros valorizados pela especulação imobiliária”, diz [Romeu Duarte] (BRITO, 2015, *online*)

²⁰ Vila Vicentina da Estância, tipologia de vila popular construídas na década de 1940, é um dos poucos exemplares que ainda resistem, e mantendo boa parte das características originais. Situada no bairro Dionísio Torres, atualmente é alvo da pressão do mercado imobiliário, porém permanece como testemunho físico do processo de urbanização da cidade e de modos de convivência quase esquecidos (como por exemplo um poço comunitário hoje desativado), a despeito das graves ameaças a que tem sido submetida (LEITE; MIYASAKI; LOPES. 2017, p. 1)

sítios históricos, principalmente por ter de enfrentar sozinho a população e as autoridades das cidades históricas.

Ao analisarmos a documentação dos tombamentos e cruzarmos os dados com o levantamento do conteúdo do acervo, temos que de um total de 117 levantamentos, 30 foram usados diretamente em tombamentos, tendo sido incluídos como documentação nas instruções de 7 dos 20 tombamentos federais e em 2 dos 45 estaduais, abrangendo 7 municípios, como mostra a TABELA 11:

Tabela 11: Levantamentos utilizados para tombamento

BENS TOMBADOS IPHAN	MUNICÍPIO	LVTO Nº
Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala	Itarema	34
Casa de Câmara e Cadeia	Caucaia	45
Casa de Câmara e Cadeia	Icó	32
Casa de Câmara e Cadeia	Quixeramobim	24
Sobrado do Barão de Aracati (C.A.) Museu Jaguaribano - Rua Cel. Alexanzito, 743	Aracati	6
Residência à Rua Cel. Alexanzito, 353 (C.A.)	Aracati	92
Residência à Rua Cel. Alexanzito, 1093* (C.A.)	Aracati	90
Teatro Municipal (C.A.)	Icó	31
Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte (C.A.)	Icó	35
Igreja de Nosso Senhor do Bonfim (C.A.)	Icó	37
Sobrado do Barão do Crato (C.A.)	Icó	36
Residências à Rua Ilídio Sampaio (Rua Grande): 1928, 2028, 2048, 2066, 2073, 2076, 2122 2173, 2180, 2193, 2203 (C.A.)	Icó	108, 109, 103, 78, 82, 80, 79, 110, 102, 107, 74
Residência à Rua Inácio Dias, 2083 (C.A.)	Icó	81
Residência à Rua José Bastos, 60 (C.A.)	Icó	106
Casa de Câmara e Cadeia (Câmara Municipal) (C.A.)	Sobral	40
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Sé Catedral) (C.A.)	Sobral	41
Sobrado da família Radier (C.A.)	Sobral	38
Casa do Capitão-Mor (C.A.)	Sobral	39

BENS TOMBADOS SECULT-CE	MUNICÍPIO	LVTO Nº
Sobrado do Dr. José Lourenço, em Fortaleza	Fortaleza	15
Casa de Thomaz Pompeu, em Fortaleza	Fortaleza	67

(C.A.) = pertencente ao tombamento do Conjunto Arquitetônico

* A numeração “1093” consta no livro de tombo do acervo do CAU. Na prancha de levantamento, porém, consta “1039”. Acreditamos se tratar da mesma edificação com erro de registro em uma das partes.

Fonte: dados da autora

Entre os processos de tombamento ainda em análise, temos também o levantamento da Casa de Câmara e Cadeia de Jaguaribe anexada ao processo.

No caderno da instrução de tombamento do conjunto arquitetônico de Icó encontram-se dois levantamentos cuja fonte indicada remete aos “Alunos do Curso de Arquitetura - UFC”; porém, estes desenhos não constam do acervo nem no livro de tombo, referentes a uma “Casa de sobrado” à Av. Ilídio Sampaio, 2056 e a uma “Residência térrea com caráter popular” à Rua General Piragibe (Rua do Meio), 1924.

Além desses, registra-se também o levantamento do Teatro José de Alencar, imóvel tombado pelo IPHAN em 1964, logo, antes da fundação da Escola, tendo sido utilizado posteriormente na reforma do imóvel realizada em 1974 e como complementação da sua instrução de tombamento, contribuindo para assim para sua preservação.

A maior utilização do cadastro de imóveis antigos levantados pertencentes ao CAU-UFC se deu no âmbito federal devido ao entrosamento entre o arquiteto Liberal de Castro, condutor de sua elaboração, com a diretoria e o corpo técnico do IPHAN, situação que criou uma maior aproximação entre a universidade, detentora do acervo, e o órgão. Á época dos primeiros tombamentos, não havia corpo técnico de arquitetos e desenhistas nos órgãos de patrimônio recém-criados (o próprio curso de arquitetura era de implantação recente), o que fez com que a universidade atuasse como produtora de dados primários.

A demora na deflagração dos trabalhos de tombamento por parte do órgão estadual contribuiu para a menor utilização dos levantamentos do CAU-UFC. Quando a Secretaria de Estado da Cultura começou a atuar na área de tombamentos a Coordenação de Patrimônio Histórico e Cultural (**COPAHC**) possuía equipe técnica

designada a desenvolver os levantamentos arquitetônicos necessários ao processo. Tal fato não impediu, portanto, que cópias de diversos levantamentos do acervo do CAU-UFC fossem enviadas e armazenadas pelo Arquivo Geral do Estado, o que contribui para sua divulgação.

No órgão municipal não houve contribuição direta do acervo ou do prof. Liberal de Castro nos tombamentos; porém, registra-se a recente participação do CAU-UFC, que observamos ser resultado acadêmico e de cooperação iniciado pelo trabalho do professor. Através do convênio entre a SECULTFOR, na gestão Luizianne Lins, o IPHAN, com consultoria do arquiteto Romeu Duarte, na época à frente da Secretaria Regional do Ceará, e o CAU-UFC, a as professoras Margarida Andrade e Beatriz Diógenes coordenaram quase 30 instruções de tombamento municipal, a maior parte dos bens tombados pelo município de Fortaleza atualmente.

Além do desenvolvimento dos levantamentos, observamos a importância do arquiteto Liberal de Castro na construção de uma cultura de inventariação no âmbito da universidade, o que levou ao desenvolvimento de outros diversos trabalhos que vêm contribuindo para a identificação e documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural edificado cearense, muitos destes arriados nos seus escritos sobre o tema.

Mais ainda, vimos que a metodologia desenvolvida e aplicada pelo professor Liberal foi não só utilizada para a construção do acervo, como também para a disseminação de uma cultura de ensino que se fez enraizada no curso que ele ajudou a criar. Esse método de atuação acadêmica, que conjuga pesquisa, ensino e extensão, foi reproduzido por alguns professores que o sucederam, os quais deram continuidade ao seu trabalho através do desenvolvimento de outros inventários e outras formas de participação acadêmica na proteção do patrimônio, enfatizando uma postura política na condução dos trabalhos. Como exemplo, cita-se o caso dos estudos realizados para a fundamentação do tombamento municipal da Vila Vicentina²¹, tipologia arquitetônica residencial extinta em nossa cidade” (LEHAB,

²¹ A Vila Vicentina da Estância, tipologia de vila popular construída na década de 1940, é um dos poucos exemplares que ainda resistem em Fortaleza, mantendo boa parte das características originais. Situada no bairro Dionísio Torres, atualmente é alvo da pressão do mercado imobiliário, permanecendo, entretanto, como testemunho físico do processo de urbanização da cidade e de modos de convivência quase esquecidos (como, por exemplo, um poço comunitário hoje desativado), a despeito das graves ameaças a que tem sido submetida (LEITE; MIYASAKI; LOPES. 2017, p. 1)

2018, *online*), desenvolvidos e coordenados pelo arquiteto e professor do DAUD Romeu Duarte, os quais serviram para impedir a continuidade da demolição iniciada no conjunto residencial no fim de 2016 e justificar o pedido de tombamento do mesmo²². Na mesma linha, deve-se mencionar também a instrução de tombamento municipal elaborada pelos arquitetos e professores do DAUD Clóvis Jucá e Romeu Duarte, ambos participantes do Atelier de Patrimônio Cultural deste departamento, para o Residencial Iracema²³, conjunto residencial situado no bairro Praia de Iracema, os quais também atuaram como consultores dos moradores que solicitaram a proteção para o bem imóvel pelo fato deste ser um importante exemplar do modernismo na capital.

Além dos tombamentos isolados e de conjuntos, as políticas de proteção que visavam ao desenvolvimento de certas áreas, como o PCH²⁴, podem ser traduzidas em menor escala através da intervenção em processos como os citados, que demonstram a possibilidade de proteção através do tombamento aplicado à intervenção na realidade e inserção social.

²² Ao ser apresentado o pedido de tombamento de um imóvel inicia-se seu “tombamento provisório” e o mesmo fica impedido de sofrer qualquer alteração sem a autorização do órgão de preservação até a conclusão do processo. “Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta Lei, o tombamento provisório se equiparará ao definitivo” (BRASIL, 1937).

²³ O projeto é do arquiteto pernambucano Porto Lima, professor das primeiras turmas de profissionais formados na UFC (...) “A obra demarca o início da nossa profissão na Cidade, e boa parte desta produção já desapareceu por estar em bairros valorizados pela especulação imobiliária”, diz [Romeu Duarte] (BRITO, 2015, *online*).

²⁴ O Programa de Cidades Históricas (PCH) foi implementado inicialmente como “Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste” com a intenção de recuperar e desenvolver o turismo regional e assim promover o desenvolvimento de sítios com menores recursos e condições.

5. CONCLUSÃO

O objetivo inicial da pesquisa, de demonstrar a importância do acervo do CAU-UFC para a proteção do patrimônio cultural edificado cearense através da análise da sua utilização em instruções de tombamento, não só foi alcançado como trouxe à tona outras “importâncias” que merecem destaque. Ressaltamos o convênio entre as instituições de pesquisa e os órgãos de proteção para a continuidade do trabalho de identificação, documentação e proteção; a necessidade de promoção deste e de outros inventários já executados, como os desenvolvidos por esses órgãos; a necessidade de busca por registros desconhecidos, como as fotografias produzidas pelo arquiteto Francisco Veloso e os desenhos de observação do arquiteto Domingos Linheiro, que documentam nossa arquitetura cada um ao seu modo.

Através da trajetória do arquiteto Liberal de Castro, personagem que já compunha a pesquisa por ter sido o criador e condutor dos inventários, percorremos caminhos que nos possibilitaram descortinar a contribuição da UFC para além do cedimento dos levantamentos do acervo para os processos de tombamento, como a constante expansão do trabalho de identificação e documentação de bens através da sistematização dos inventários conduzidos pelos professores que seguem os passos do patrono.

A importância da documentação reconhecida desde Viollet-le-Duc e Camillo Boito é comprovada para além da função de restauração a partir do momento em que os órgãos de proteção passam a exigir informações mínimas para a avaliação dos processos de tombamento de bens e sítios históricos e existência dos levantamentos arquitetônicos do acervo construído viabiliza e agiliza o levante da documentação solicitada, além de possibilitar a reconstituição do bem se não ao seu estado primitivo, pelo menos ao tempo do seu levantamento.

A esta altura, constata-se a importância dos acervos para a preservação do patrimônio cultural edificado e a relevância da ação de identificação e documentação. No mesmo trilho, a promoção e proteção desses cadastros, bem como

a sua constante atualização, devem ser preocupações constantes dos seus gestores²⁵.

Por fim, pelas sobejas razões aqui enunciadas, propõe-se que seja solicitado o tombamento federal do Acervo de Levantamentos Arquitetônicos da Arquitetura Antiga do Estado do Ceará, pertencente ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC.

²⁵ O presente estudo aponta para o desenvolvimento de uma pesquisa que se expande para além do iconográfico, abrangendo, com efeito, a produção literária do arquiteto Liberal de Castro, incluindo um amplo e rigoroso levantamento dos seus escritos, juntamente a outros agentes importantes para a preservação do nosso patrimônio cultural edificado, como os arquitetos Francisco Veloso e Domingos Linheiro, que tanto contribuíram ao processo e que guardam vasto conhecimento sobre seu desenvolvimento no nosso estado, ainda não devidamente registrado.

Outra sugestão de trabalho a ser desenvolvido com alunos em atividade complementar é a de identificação dos imóveis levantados na cidade e sua atual situação, como exemplifica a FIGURA 69, primeiro como exercício de reconhecimento estilístico e formação de vocabulário iconográfico e em segundo para constatação da situação atual do bem, reconhecimento de valor e análise de possibilidade de proteção para posteriores medidas práticas.

Figura 69: Levantamento Av. Barão do Rio Branco, 1477, e sua atual situação



Fonte: Arquivo Central do Estado (registro da autora) / Google Earth (2019_

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eneida de. **O “construir no construído” na produção contemporânea: relações entre teoria e prática.** 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26042010-150955/pt-br.php>>. Acesso em: 19 mar.2019.

ALVES, Alexandre F. A. O tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 98, p. 65-98, jul./dez. 2008.

ANDRADE, Margarida, et al. **O Site. Inventário Cearense de Arquitetura e Urbanismo (ICAU).** O acervo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará. In: 4º SEMINÁRIO IBERO AMERICANO DE ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO. Belo Horizonte, 2015.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. **Rodrigo e seus tempos.** Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. **Rodrigo e o SPHAN.** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura: SPHAN: Fundação Nacional Pró-memória, 1987.

AZEVEDO, Paulo O. de. **Patrimônio cultural e Natural como fator de desenvolvimento:** a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 35, p. 45-64. 2017

BASTOS, Rogério L. **Ciências humanas e complexidades:** projetos, métodos e técnicas de pesquisa: o caos, a nova ciência. 2.ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BATISTA, Andreza. **Inventário Arquitetônico – Importância e Desdobramentos na Fiocruz.** In: IV CIRMARE – Congresso Internacional na “Recuperação, Manutenção e Restauração de Edifícios”. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1934.

_____. **Constituição Federal.** 1988. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf. Acessado em 05 de dezembro de 2017.

_____. Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 06 dez. 1937. Seção 1, p. 24056.

BRITO, Thaís. Moradores lamentam demolição do Residencial Iracema, no Meireles. **O POVO online**, Fortaleza, 10 de março de 2015. Cotidiano, online. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/03/10/noticiasjornalcotidiano,3404539/moradores-lamentam-demolicao-do-residencial-iracema-no-meireles.shtml>. Acessado em 16 de maio de 2019.

CAPELO FILHO, José. **Fortaleza centro: guia arquitetônico**. Fortaleza: Oficina de Projetos, 2006. 240p. : ISBN 8575631608 (Broch.)

CASTRIOTA, L. B. ; BARBOSA, Ana Aparecida ; SANTOS, Vilma Moreira dos ; SANTOS, Carla Viviane dos . **Imagens do moderno: a preservação do acervo do Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos**. In: 6. Seminário do do.co.mo.mo_brasil: Arquiteua e urbanismo: Moderno e Nacional, 2005, Niterói. Anais do 6. Seminário DOCOMOMO Brasil. Niterói : ArqUrb/UFF, 2005. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Leonardo-Barci-Castriota.pdf>

CASTRO, José L. de. **Pequena Informação Relativa à Arquitetura Antiga no Ceará**. Fortaleza: UFC, 1977.

_____. **Preservação do Patrimônio Cultural**. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, n. 122, p. 99-148. 2008.

_____. **Ceará, sua arquitetura, seus arquitetos**. In. Cadernos brasileiros de arquitetura - Panorama da Arquitetura Cearense. V.1, p.1-14. Projeto Editores Associados. 1982.

CASTRO, Sonia Rabello de. **O Estado na Preservação de Bens Culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CEARÁ, Governo do Estado do. Lei número 13.465, de 05 de maio de 2004. Disponível em: <<http://www.secult.ce.gov.br/images/Documentos/ Patrimonio Cultural/legislacaoGeral/patrimoniohistoricoartisticoceara.pdf>>. Acessado em 05 de dezembro de 2017.

CEARÁ. Secretária da Cultura e Desporto. **Guia dos bens tombados do Estado do Ceara**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1995. 166p.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2002.

CHUVA, Marcia. **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Márcia Chuva, Antônio Gilberto Ramos Nogueira (org.). Rio de Janeiro: MauadX : FAPERJ, 2012.

COSTA, Lúcio, 1902. **Lúcio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

_____. **Plano de trabalho para a divisão de estudos e tombamento da D.P.H.A.N.**. Rio de Janeiro, 1949.

CUSTÓDIO, ANTONIO. O objeto e a imagem. Exposição fotográfica. AGENDA 50 ANOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFC. Fortaleza, 2016.

DINIZ, Fernando M. L. **Levantamento Arquitetônico para intervenção no patrimônio vernacular edificado – Casos do interior beirão**. 2014. Tese (Doutorado em Arquitectura) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2014.

DUARTE JUNIOR, Romeu. **Sítios Históricos Brasileiros: monumento, documento, empreendimento e instrumento - o Caso de Sobral-CE.** 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____, Especial - **O Patrimônio Cultural Cearense e os 80 anos do IPHAN.** 2017. Disponível em: <<http://www.anuariodoceara.com.br>>

DULTRA, Karyna; VIEIRA, Márcia P. A Institucionalização do Patrimônio Cultural. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v.4, n.1, mar.2014.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira: 1986.

FONSECA, Maria C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. Lei número 9.347, de 11 de março de 2008. Disponível em: <http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/LEI-9347-2008>. Acessado em 05 de dezembro de 2017.

GHIRARDELLO, Nilson e SPISSO, Beatriz (Coord.). **Patrimônio histórico: como e por que preservar.** Bauru, SP: Canal 6, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1987.

GONÇALVES, Janice. **O SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento (1938-1972).** In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009.

GUERRA, Murilo. **Aos 80, Paulo Ormino reafirma sua trajetória pública em defesa da cidade.** Edgardigital – Universidade Federal da Bahia, 2017, online. Disponível em: <http://www.edgardigital.ufba.br/?p=1759>

IPHAN. **Instrumentos de Proteção/Bens tombados.** Disponível em <<http://portal.IPHAN.gov.br>>. Acesso em 08 de maio de 2017.

_____. **Vida e Obra: Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898 – 1969).** 2013, online. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/481/vida-e-obra-rodrigo-melo-franco-de-andrade-1898-%E2%80%93-1969>>. Acessado em 04.abr de 2019.

KALB, Christiane H.; FLORES, Maria B. R. **Tombamento, Inventário e Registro: nuances e efeitos jurídicos aos sistemas de proteção do patrimônio cultural brasileiro.** In: Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior, v.8, N.1. Juiz de Fora-MG. 2017.

KÜHL, B. M. Apresentação e tradução. **Os restauradores.** Conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884. C. Boito. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

_____. Apresentação e tradução. **Restauração.** E. E. Viollet-le-Duc. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

LEITE, Kelma P.; MIYASAKI, Julia S.; LOPES, Ingrid Q. **A arquitetura como documento histórico: o caso da Vila Vicentina da Estância em Fortaleza, CE.** In: "5º Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Documentação". Belo Horizonte, 2017.

MELENDEZ, Adilson; SERAPIÃO, Fernando. **Entrevista: Nestor Goulart dos Reis Filho.** Revista Projeto Design, online. Disponível em: <https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/entrevista/nestor-goulart-dos-reis-01-01-2004> Projeto Design edição 287

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete método lancasteriano. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil.** São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/metodo-lancasteriano/>>. Acesso em: 09 de out. 2018

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário.** In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. ISBN 978-85-7334-299-4.

MUGAYAR KÜHL, Beatriz (Org.). VIOLLET-LE-DUC, Eugène. **Restauração.** Artes & Ofícios, volume 1. 3ª Edição, Cotia SP, Ateliê Editorial, 2007.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria B. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

MOTTA, Lia e RESENDE, Maria Beatriz (orgs.). **Inventários de Identificação: um Panorama da Experiência Brasileira.** Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

NASCIMENTO, José C. do. **Um panorama da arquitetura tradicional do Ceará, a partir do relatório de João José Rescala, de 1941.** Fórum Patrimônio, Belo Horizonte, v.5, n.1, 2012.

NOGUEIRA, Antonio G. R. **Inventário e patrimônio cultural no Brasil.** In História, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

OLIVEIRA, Luiz. **O Patrimônio para além da Pedra e Cal: um estudo sobre usos e apropriações da cidade.** 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/811/1/arquivo4349_1.pdf>. Acesso em: 12 mar.2019.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OLIVEIRA, Mário M. de. **A documentação como ferramenta de preservação da memória.** Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008.

ORTÁCIO, Sabrina. **Novo livro do arquiteto Günter Weimer retrata a arquitetura de povos indígenas**. IAB-RS, 2018, online. Disponível em:

<http://www.iab-rs.org.br/noticia/novo-livro-do-arquiteto-gunter-weimer-retrata-a-arquitetura-de-povos-indigenas.aspx>

PAES, Maria T. D. **Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais** - um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SAN SOLO, D. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

PAIVA, Ricardo A.; DIÓGENES, Beatriz H. N. **A contribuição de José Liberal de Castro à arquitetura no Ceará**. São Paulo, ano 13, n.154.04, Vitruvius, mar. 2013.

PEREIRA, Juliana M. **Admiráveis insensatos: Ayrton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil**. Recife: O autor, 2012 (TESE MESTRADO)

SANT'ANNA, Márcia G. de. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Oiti Editora, 2015. 455p.: ISBN 9788560644063 (broch.).

SANTOS, Ana Carolina Melaré dos. **Viollet-le-Duc e o conceito moderno de restauração**. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 04, n. 044.01, Vitruvius, ago. 2005 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.044/3153>

SECULT. **Secretaria da Cultura do Estado do Ceará**. Disponível em: www.secult.ce.gov.br. Acessado em 26 mar. 2019.

SECULTFOR. **Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza**. Disponível em: www.fortaleza.ce.gov.br. Acessado em 26 mar. 2019.

SODRÉ, João C. de A. **Luís Saia e a formação de uma geração**. Risco revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, 2014 (*online*). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/117002>. Acessado em 28 mai. 2019.

BOITO, C. **Os restauradores**. Conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884. Tradução de Beatriz M. Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

WAISMAN, Marina. **O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. Tradução de Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WEIMER, Günter. Os Anos Escuros. Pós – R. Prog. Pós-Grad. Arquit. Urb. FAUUSP, São Paulo v.1 n.2 p .85-96 dez. 1992

SÍTIOS REFERENCIAIS

ARQUIVOS, Rede de. IPHAN. <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/>

IPHAN. www.iphan.gov.br

LEHAB. <http://www.lehab.ufc.br>

SECULT. www.secult.ce.gob.br

UFC, Repositório Institucional. <http://www.repositorio.ufc.br/>

ENTREVISTAS*

CASTRO, José L. de. Fortaleza, mar. 2018.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Fortaleza, out. 2017, mai. 2019.

FREITAS, Francisco Alexandre Veras de. Fortaleza, mai. 2019.

MENEZES, Francisco Otávio de. Fortaleza, mai. 2019.

VELOSO, Francisco. Fortaleza, out. 2017, abr. 2019.

LINHEIRO, Domingos. Fortaleza, mai. 2019.

OLIVEIRA, Rubem R. G. de. Fortaleza, mai. 2019

*Todas as entrevistas foram concedidas diretamente à autora.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o Passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Brasiliense: 1984. CONDEPHAAT.

AZEVEDO, Paulo Ormino David e CORRÊA, Elyane Lins (orgs.). **Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA/IAB-BA, 2013.

BATISTA, Andreza. **Inventário Arquitetônico – Importância e Desdobramentos na Fiocruz**. In: IV CIRMARE – CONGRESSO INTERNACIONAL NA “RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE EDIFÍCIOS. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Legislação Cultural Brasileira**. Brasília: MINC, 1997.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas e Instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **Inventários urbanos como instrumentos de conservação.** In: LIMA, Evelyn F. W. e MALEQUE, Miria R. (Orgs.) . Espaço e Cidade. 7Letras, 2007.

CASTRO, José L. de. **Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: Arquitetura e Pintura de Forro.** Fortaleza: Edições IPHAN, 2001.

_____. Bicentenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção: o caso singular de uma obra de arquitetura militar com função simbólica. **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza, n. 126, p. 7-72. 2012.

CEARÁ. Secretária da Cultura e Desporto. **Guia dos bens tombados do Estado do Ceara.** Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1995. 166p.

COSTA, Antônio Carlos Campelo Costa et al. **Sobral – A Preservação do Sítio Histórico a partir do Tombamento.** Sobral: Sobral Gráfica e Editora Ltda., 2008.

CHUVA, Márcia; Nogueira, Antonio (Org.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

DUARTE JUNIOR. Romeu. **Arquitetura Antiga no Ceará: Meio Ambiente, Projeto e Memória.** In.: Revista do Centro de Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo, dezembro de 2008. São Paulo: CPC/USP, 2008.

_____. **Ceará no Século XVIII: Icó, Aracati e Sobral.** In.: Revista Oceanos, Nº 41 (A Construção do Brasil Urbano), março de 2000. Lisboa: Comissão Oficial para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

_____. **Icó.** In.: Atlas de Centros Históricos do Brasil. PESSÔA, José e PICCINATO, Giorgio (orgs.). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

_____. **Novas Abordagens do Tombamento Federal de Sítios Históricos – Política, Gestão e Transformação: A Experiência Cearense.** (Dissertação de Mestrado – FAUUSP/CAUUFCE – 2005 – inédito).

_____. **O Ceará e o Patrimônio Cultural.** In.: Bonito pra Chover. CARVALHO, Gilmar de (org.). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2003.

_____. **Sítios Históricos Brasileiros – Monumento, Documento, Empreendimento, Instrumento: O Caso de Sobral-CE.** (Tese de Doutorado – FAUUSP/CAUUFCE – 2012 – inédito).

_____. **Sítio Histórico de Sobral – Monumento Nacional.** Fortaleza: Lumiar Comunicação e Consultoria, 2013.

IPHAN. **Instrumentos de Proteção. / Bens tombados.** Disponível em < <http://portal.IPHAN.gov.br>>. Acesso em 08 de maio de 2017.

GRANATO, Marcus; CAMPOS, Guadalupe do N. **Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos, MIDAS** [Online], 2013. Disponível em <https://journals.openedition.org/midas/131> . Acessado em 31 outubro 2018.

LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B.; ALMEIDA, Manuela. **Breve história da teoria da conservação e do restauro.** In: Revista de Engenharia Civil. N.20, p. 31-44. Miho, Portugal: Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho, 2004. Disponível em <<http://www.civil.uminho.pt/revista/artigos/Num20/Pag31-44.pdf>>. Acesso em 31 de outubro de 2017.

NASCIMENTO, José Clewton do. **(Re)descobriram o Ceará? Representações dos Sítios Históricos de Icó e Sobral:** Entre Areal e Patrimônio Nacional. Florianópolis: ANPUR, 2011.

NIEMEYER, *online*. Disponível em www.niemeyer.orb.br. Acessado em 26 mar.2019.

NOGUEIRA, Antônio G. R. **Por um inventário dos sentidos:** Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. 335 p.

PEREIRA, Maria de L. D. e MACHADO, Luciana A. V. P. **As políticas públicas para a preservação do patrimônio.** Revista FÓRUM PATRIMÔNIO – Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. v. 1, n. 2 (2008).

PESSÔA, José. **Lucio Costa: Documentos de Trabalho.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Riegl, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese.** Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

Ruskin, John. **A Lâmpada da Memória.** Tradução de Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas de preservação no Brasil.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 149.01, Vitruvius, out. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4528>>. Acessado em 09 de outubro de 2018.

_____, **O patrimônio de Mário de Andrade:** tirando o pedregulho da botina para não manquejar. In: Rev. CPC, v.13, n25 especial, p.11-47, jan./set.2018.

SILVA, Diego B. da. **Mário de Andrade e o discurso sobre a diversidade cultural na era Vargas.** In: XI ENECULT – Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. Salvador-BA, 2015.

SILVA, Maria Beatriz Setúbal de R. **Preservação na gestão das cidades.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, 1996.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

TEIXEIRA, Rubenilson B., DANTAS, George A. F. (org). **Arquitetura em cidades “sempre novas”:** modernismo, projeto e patrimônio. Natal, RN: EDUFRN, 2016.

UFSCar. **Preservação de Bens Culturais**. Aspectos conceituais sobre patrimônio cultural. Disponível em: < <http://www.parqscar.ufscar.br>>. Acessado em 12 de maio de 2017.

ANEXO 1**DECRETO-LEI Nº 25 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937**

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;
- 2) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país;
- 3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;
- 4) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
- 5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único. As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II

DO TOMBAMENTO

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluïrem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, afim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 7º Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a

anuir à inscrição da coisa.

Art. 9º O tombamento compulsório se fará de acôrdo com o seguinte processo:

1) o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, si o quisér impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação.

2) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado. que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por símples despacho que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo.

3) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, afim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único. Para todas os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

CAPÍTULO III

DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

Art. 11. As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Art. 13. O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2º Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiverem sido deslocados.

§ 3º A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 14. A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 15. Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação, para fora do país, da coisa tombada, será esta sequestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá sequestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá, nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça

ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que fôr avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que fôr julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 21. Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

CAPÍTULO IV

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 22. Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º É nula alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a sequestrar a coisa e a

impôr a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o sequestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta, enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. O Poder Executivo providenciará a realização de acôrdos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sôbre o mesmo assunto.

Art. 24. A União manterá, para a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Art. 25. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 26. Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que

possuírem.

Art. 27. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Art. 28. Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único. A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração, que exceder.

Art. 29. O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único. Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente, antes do tombamento da coisa pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.
Gustavo Capanema.

ANEXO 2

INSTRUÇÃO DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO URBANO DE ARACATI

Levantamentos arquitetônicos oriundos do acervo do CAU-UFC

Fonte: IPHAN (arquivo digital)

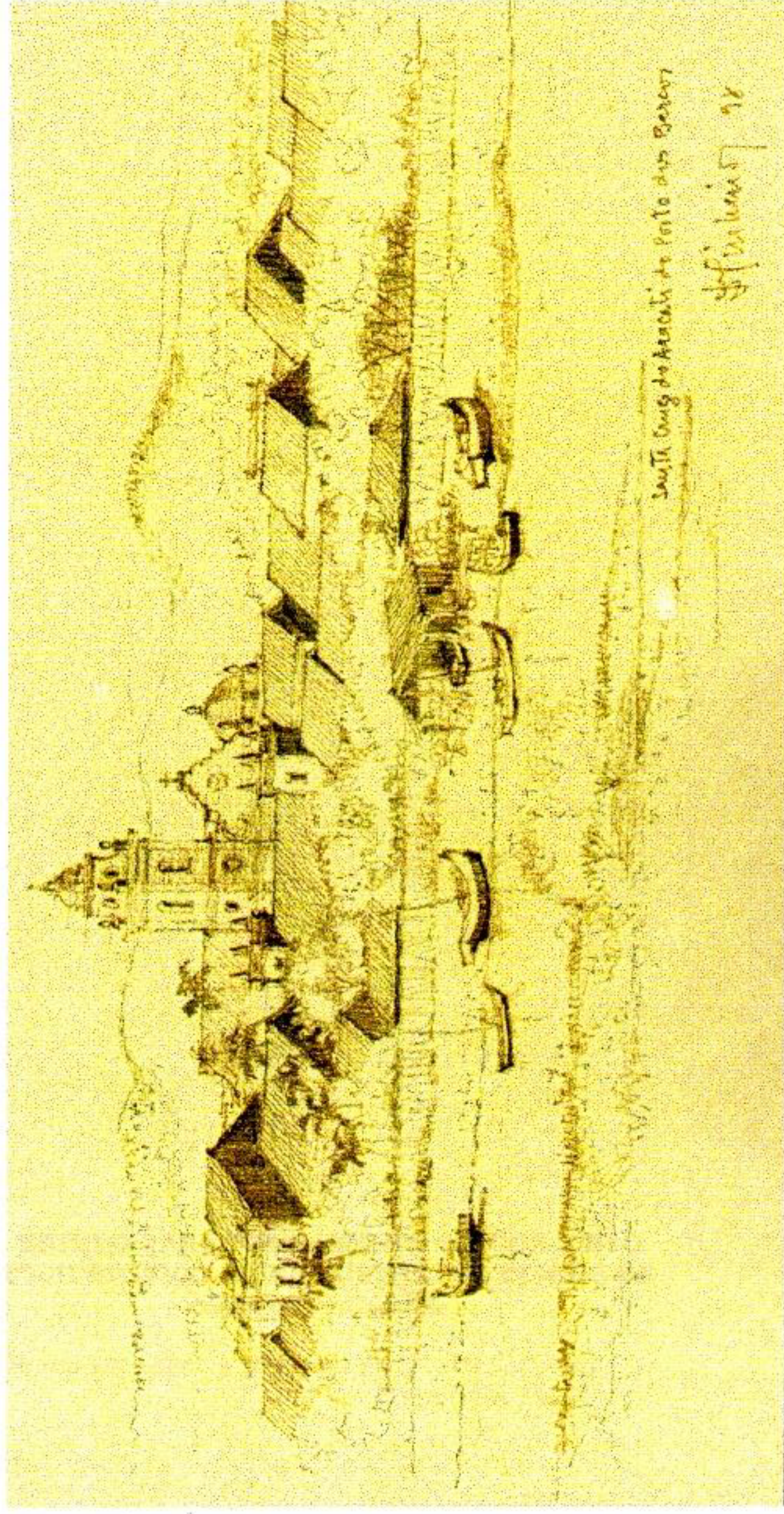
ARACATI - CE

ESTUDO PARA TOMBAMENTO FEDERAL

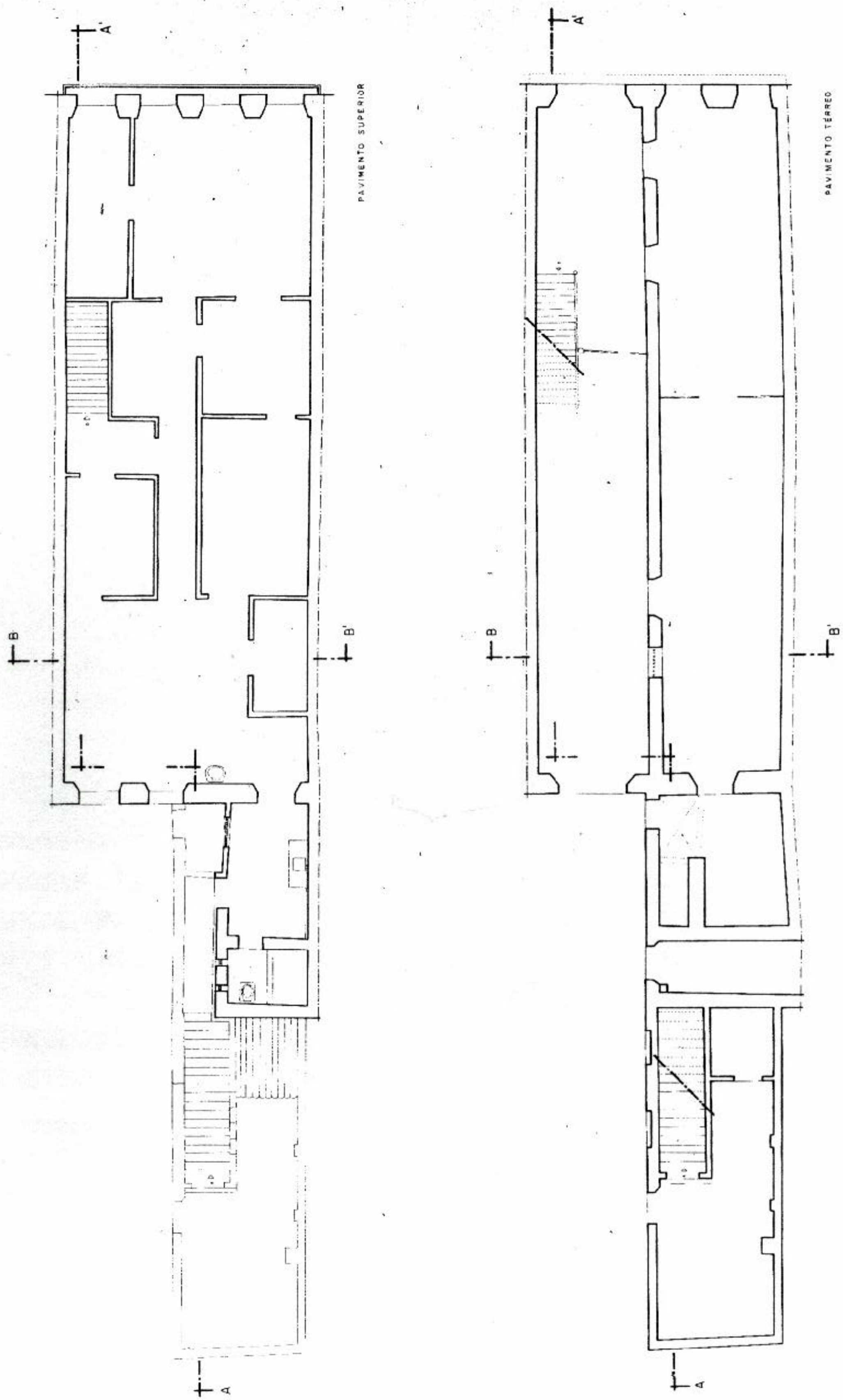
IPHAN 4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL (CE / RN)

DEZEMBRO 1998

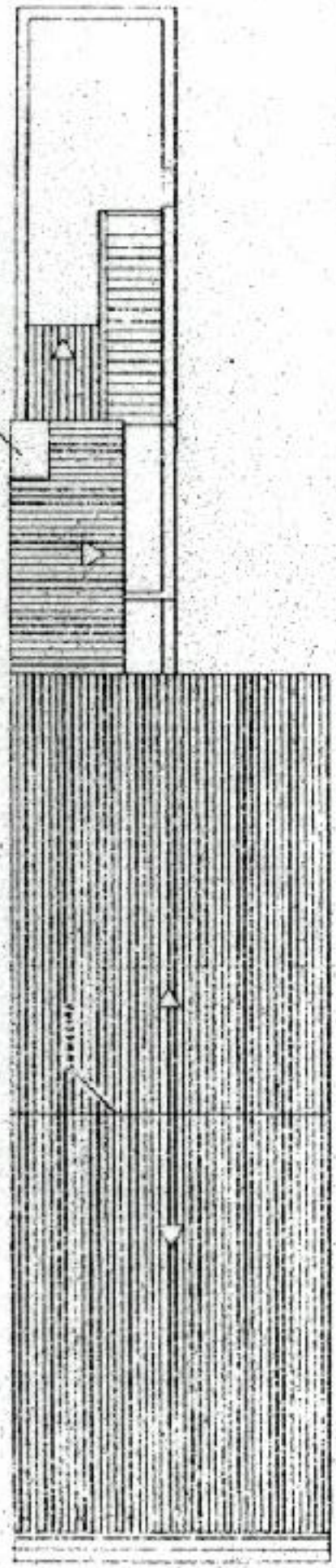
VOLUME 2



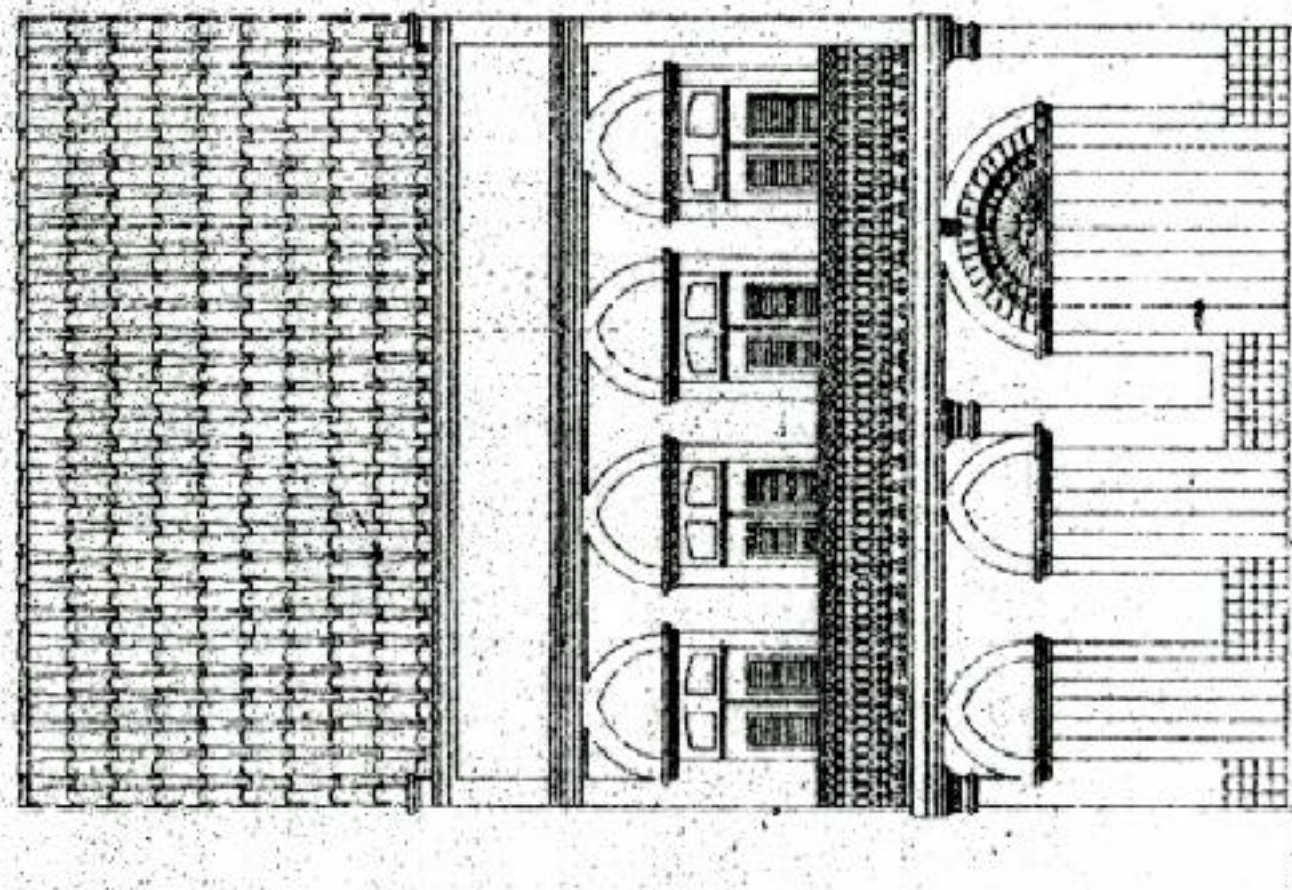
RESIDÊNCIA RUA CEL. ALEXANZITO, 1039
ARACATI - CE



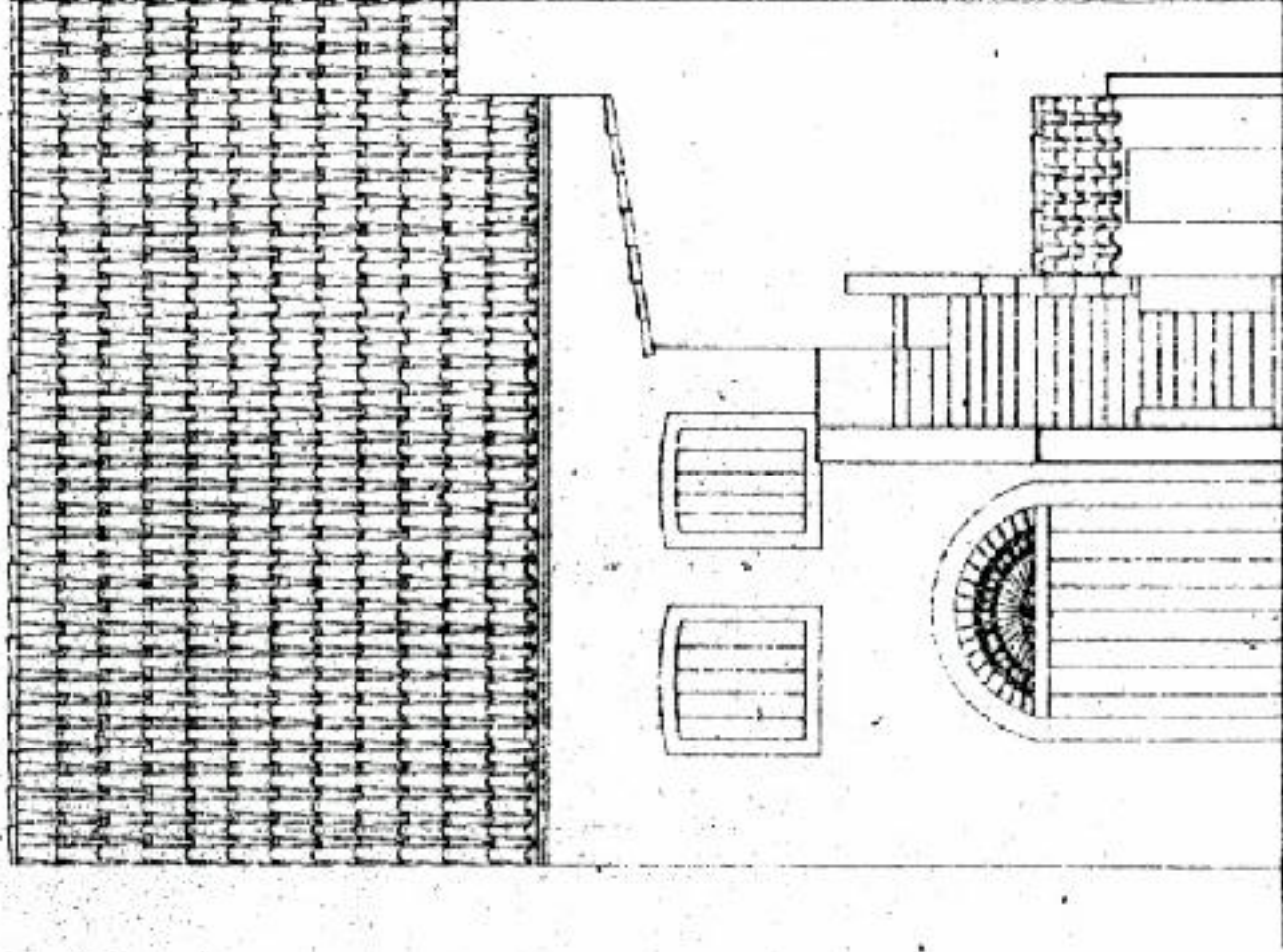
RESIDÊNCIA RUA CEL. ALEXANZITO, 1039
ARACATI - CE



COBERTA
DETALE 1:50



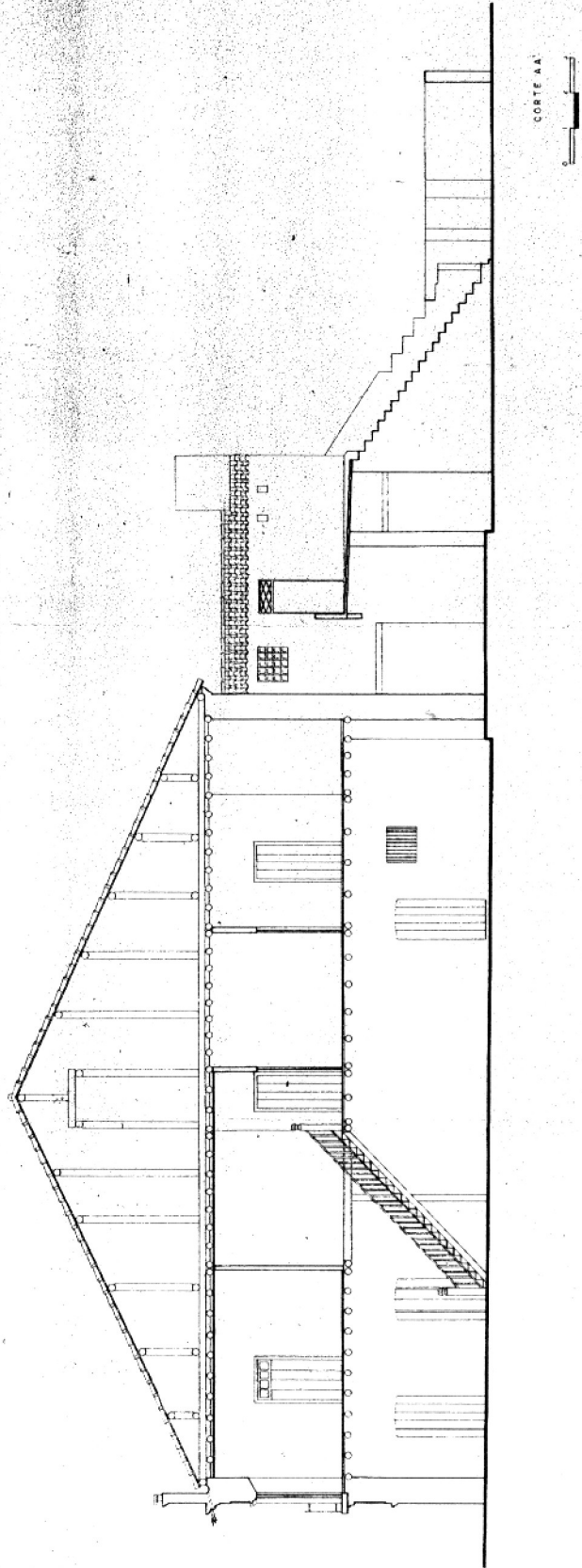
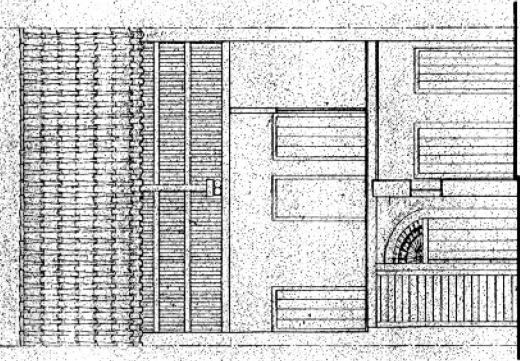
FACHADA ANTERIOR
FACHADA 1:50



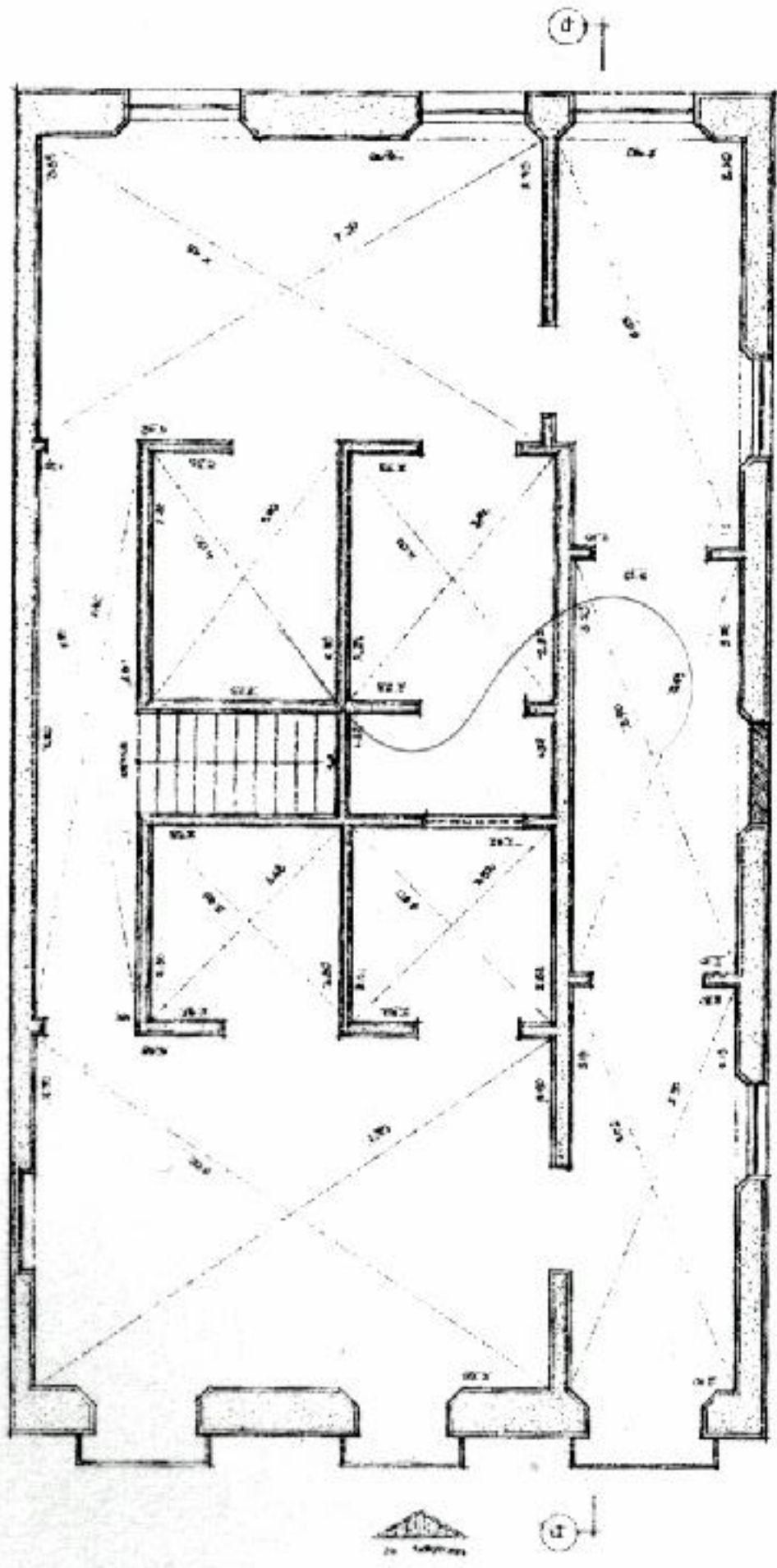
FACHADA POSTERIOR
FACHADA 1:50



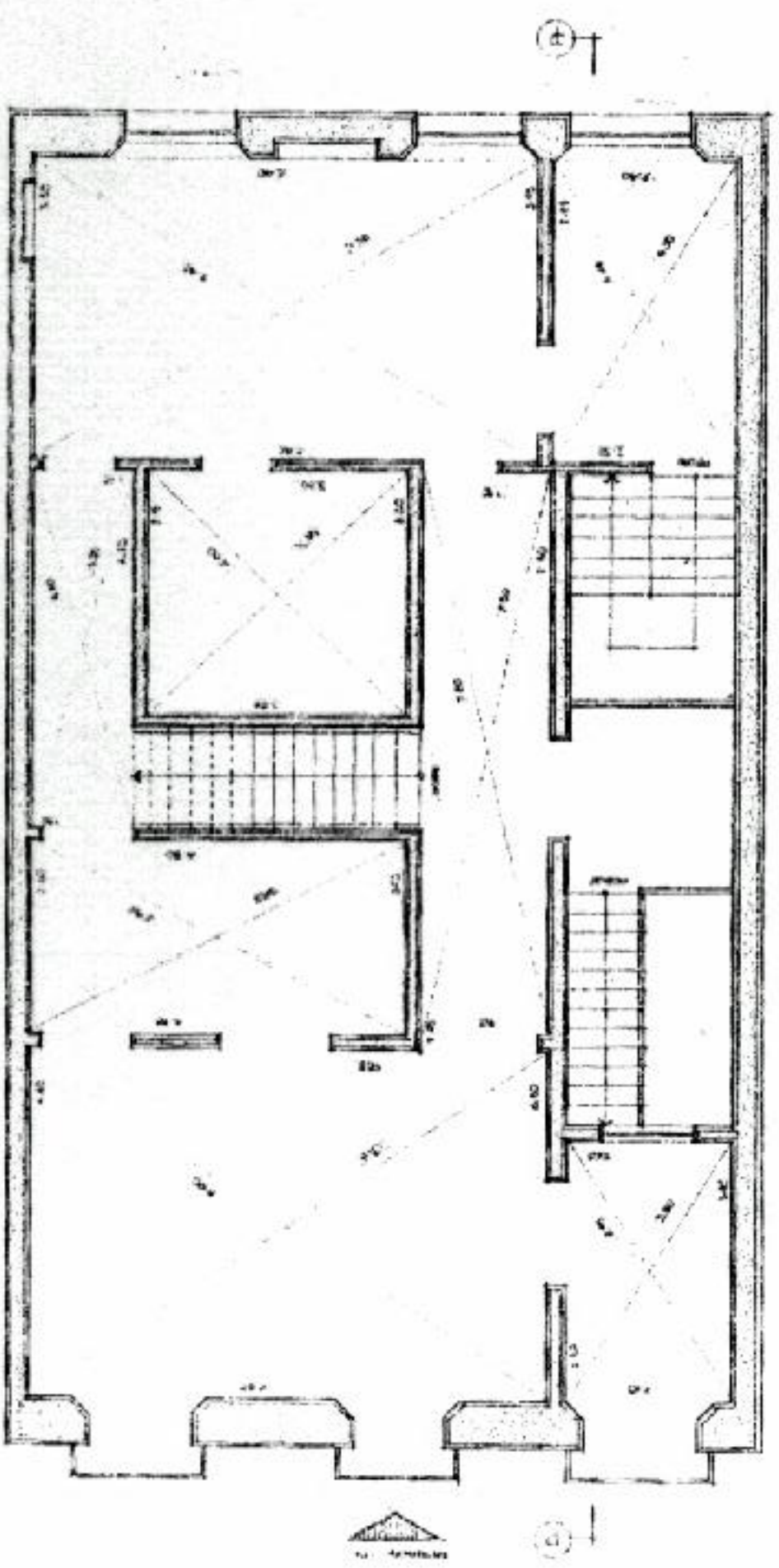
RESIDÊNCIA RUA CEL. ALEXANZITO, 1039
ARACATI - CE



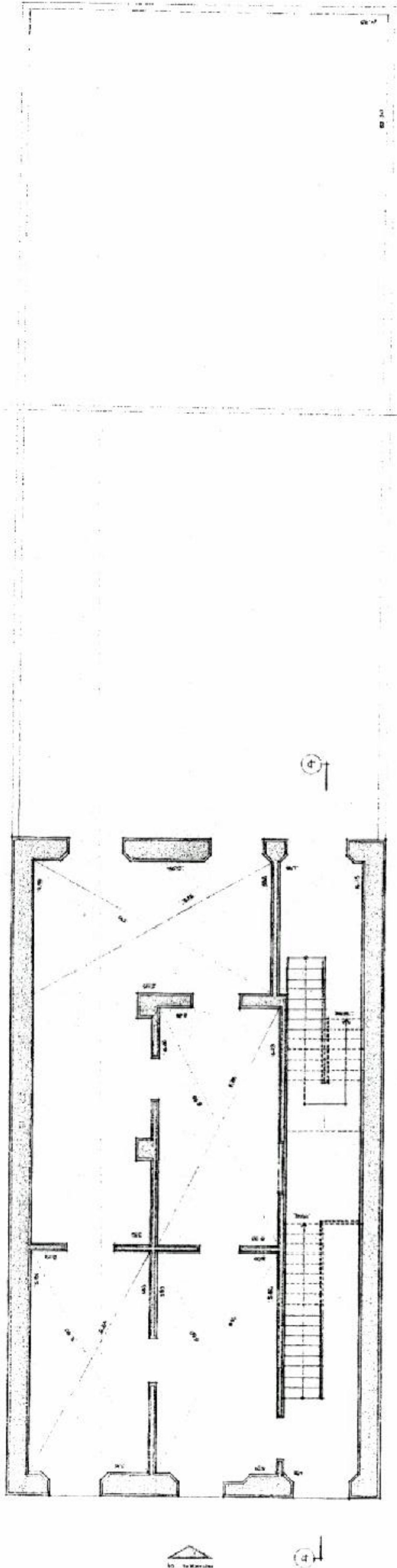
RESIDÊNCIA RUA CEL. ALEXANZITO, 353
ARACATI - CE



PLANTA 2º PAVIMENTO

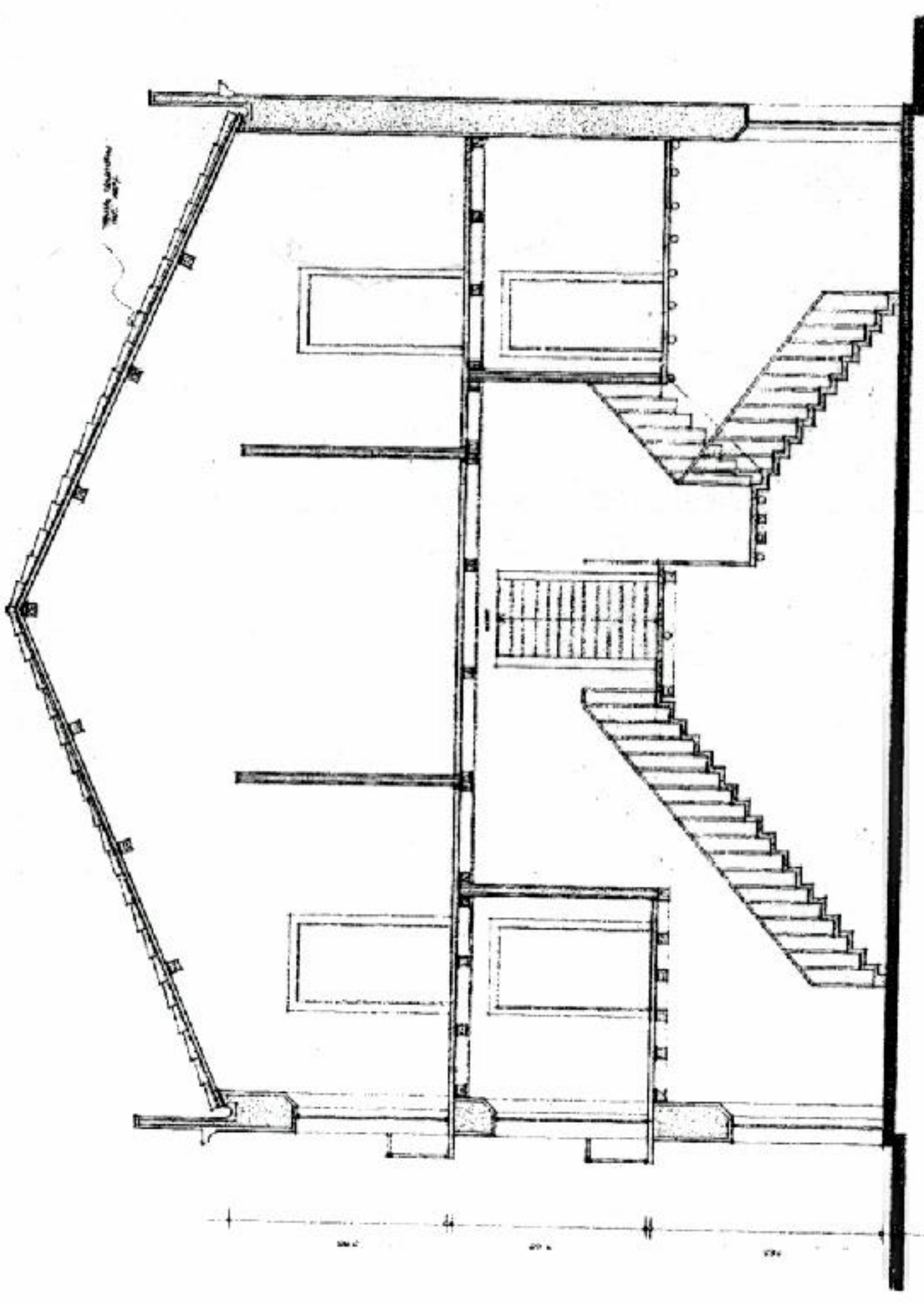
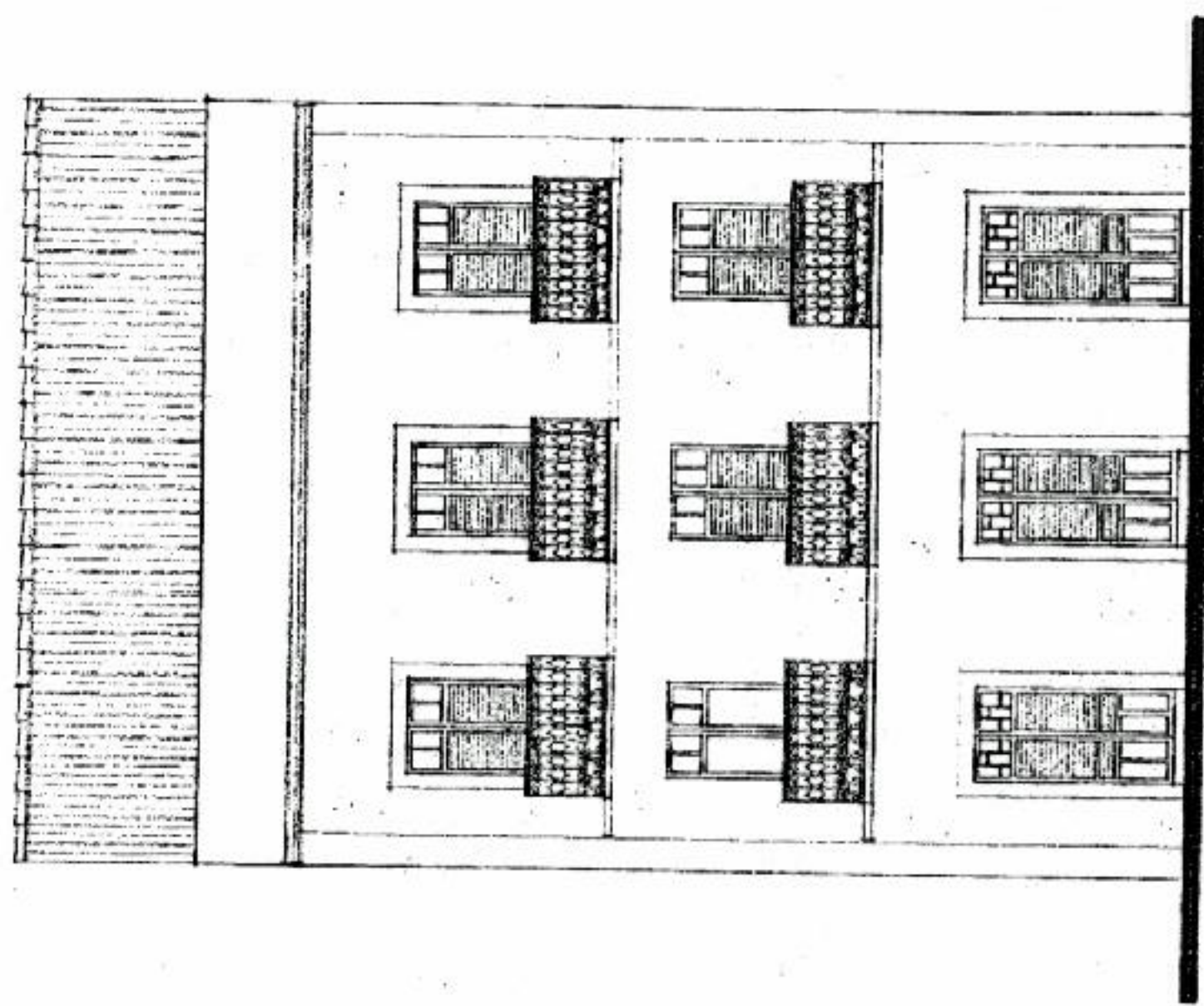


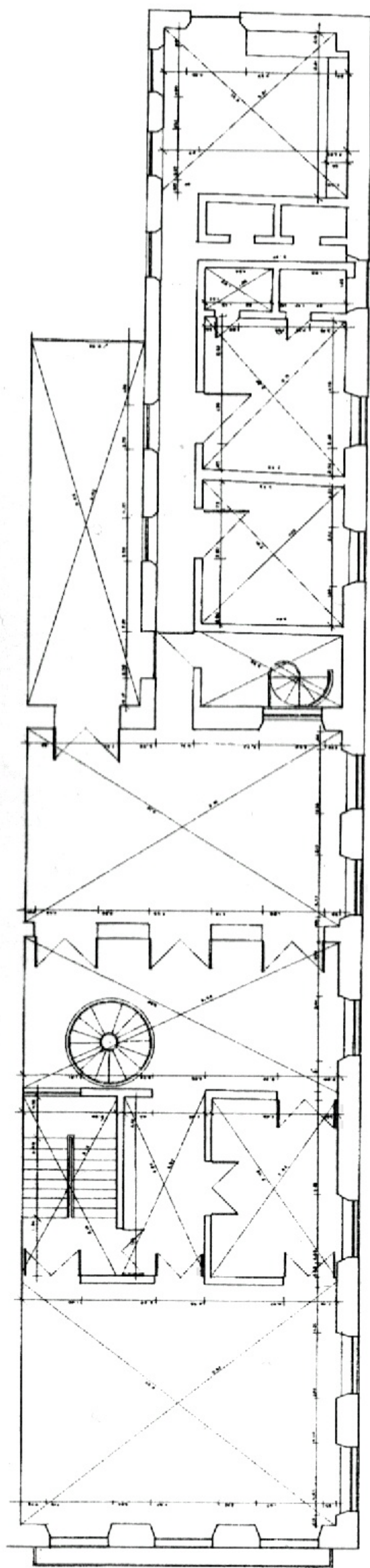
PLANTA 1º PAVIMENTO



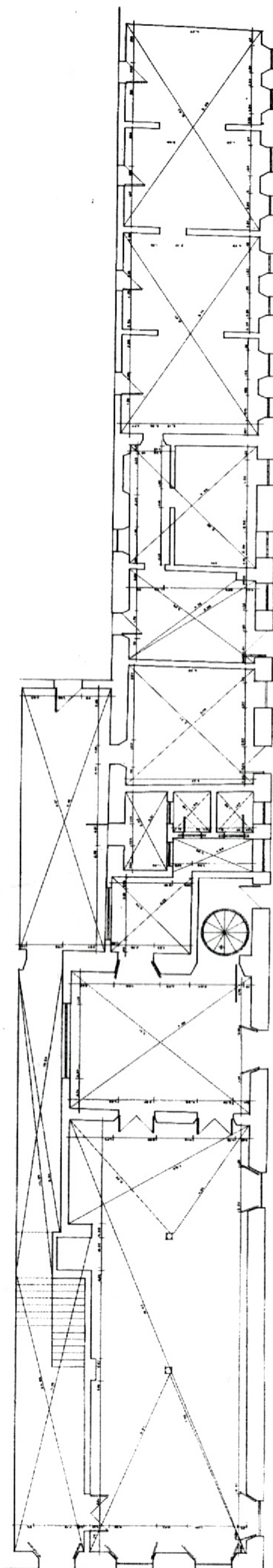
PLANTA 3º PAVIMENTO

RESIDÊNCIA RUA CEL. ALEXANZITO, 353
ARACATI - CE



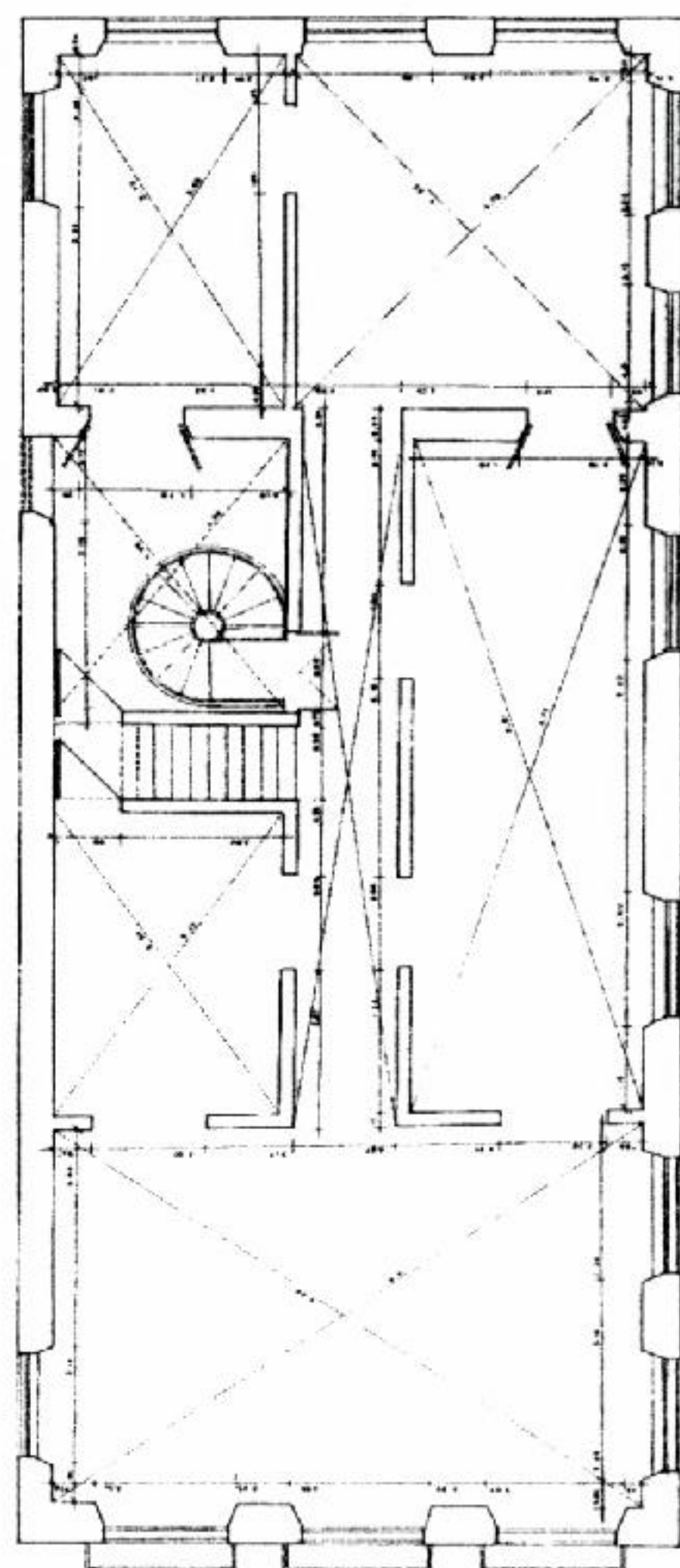
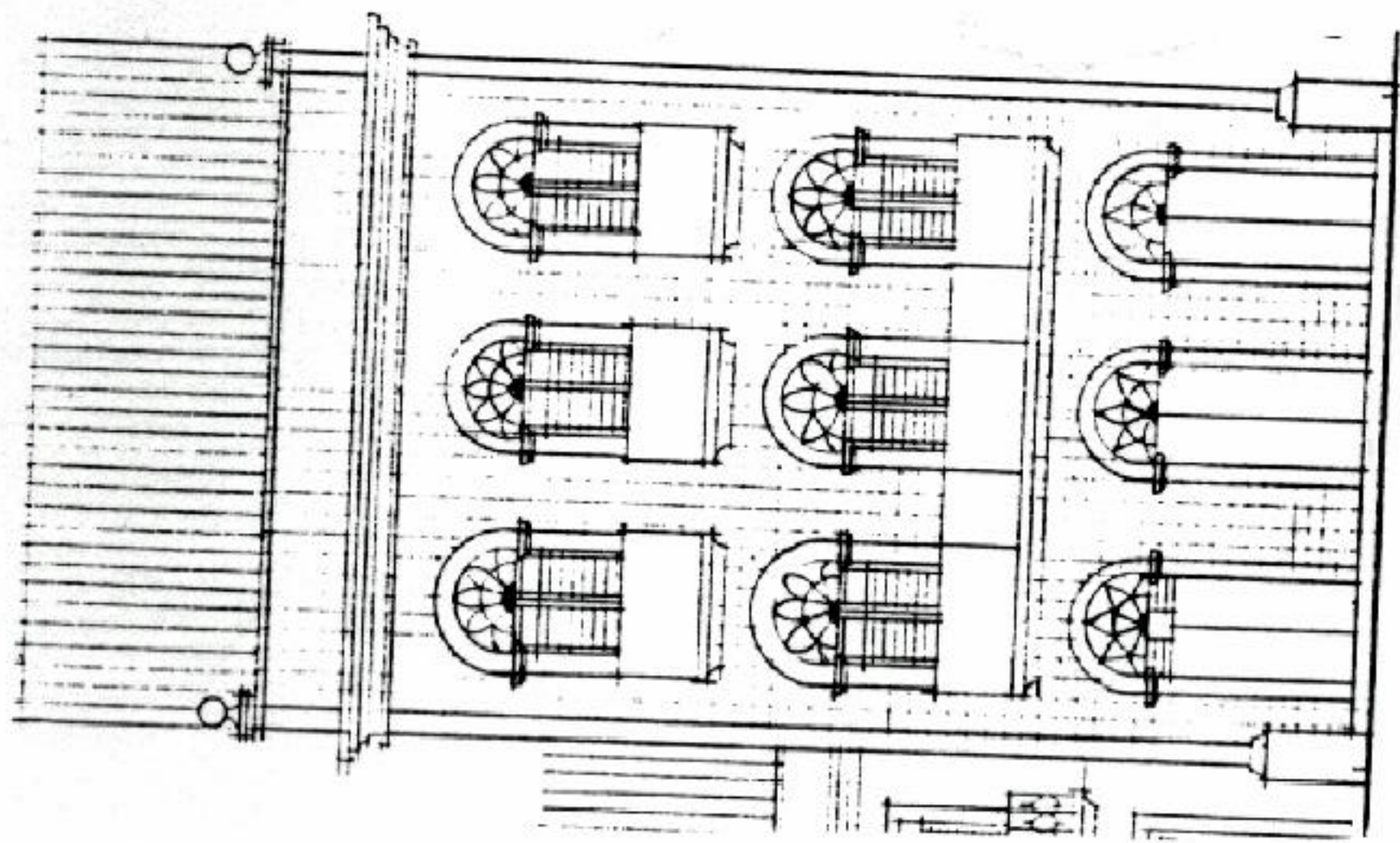


PLANTA 2º PAVIMENTO
ESC. 1:50

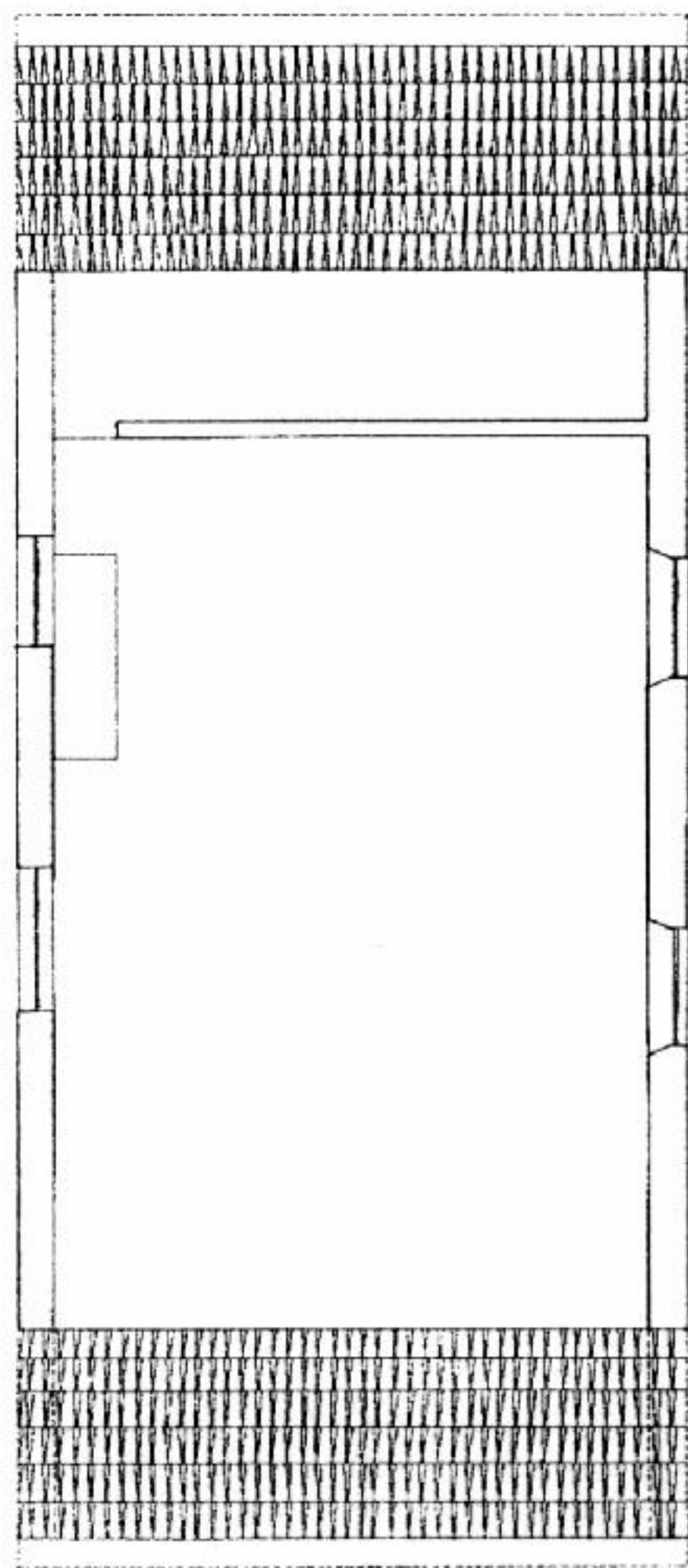


PLANTA 1º PAVIMENTO
ESC. 1:50

MUSEU JAGUARIBANO RUA CEL. ALEXANZITO, 743
ARACATI - CE

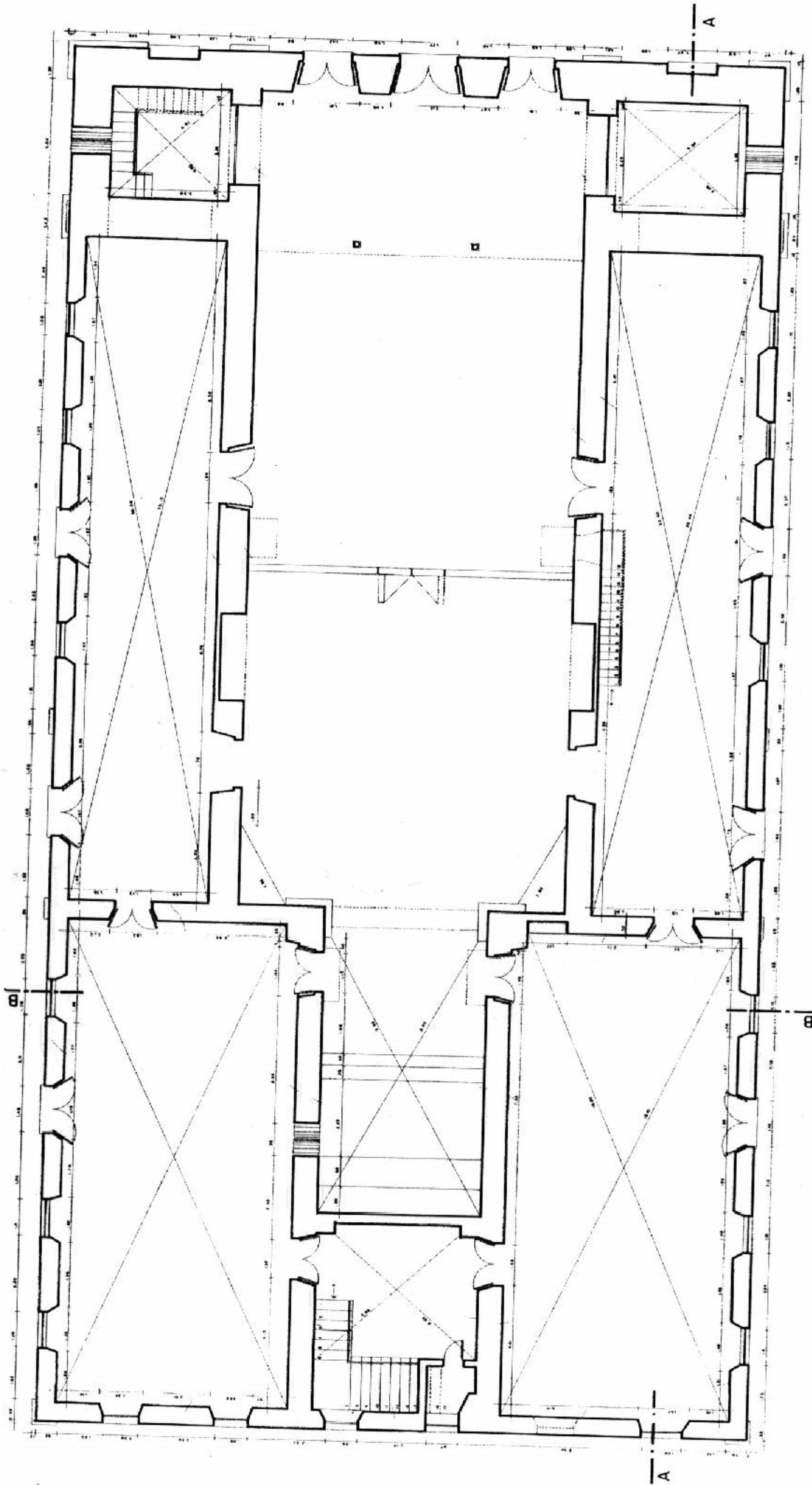


PLANTA 3º PAVIMENTO
ESC. 1/50

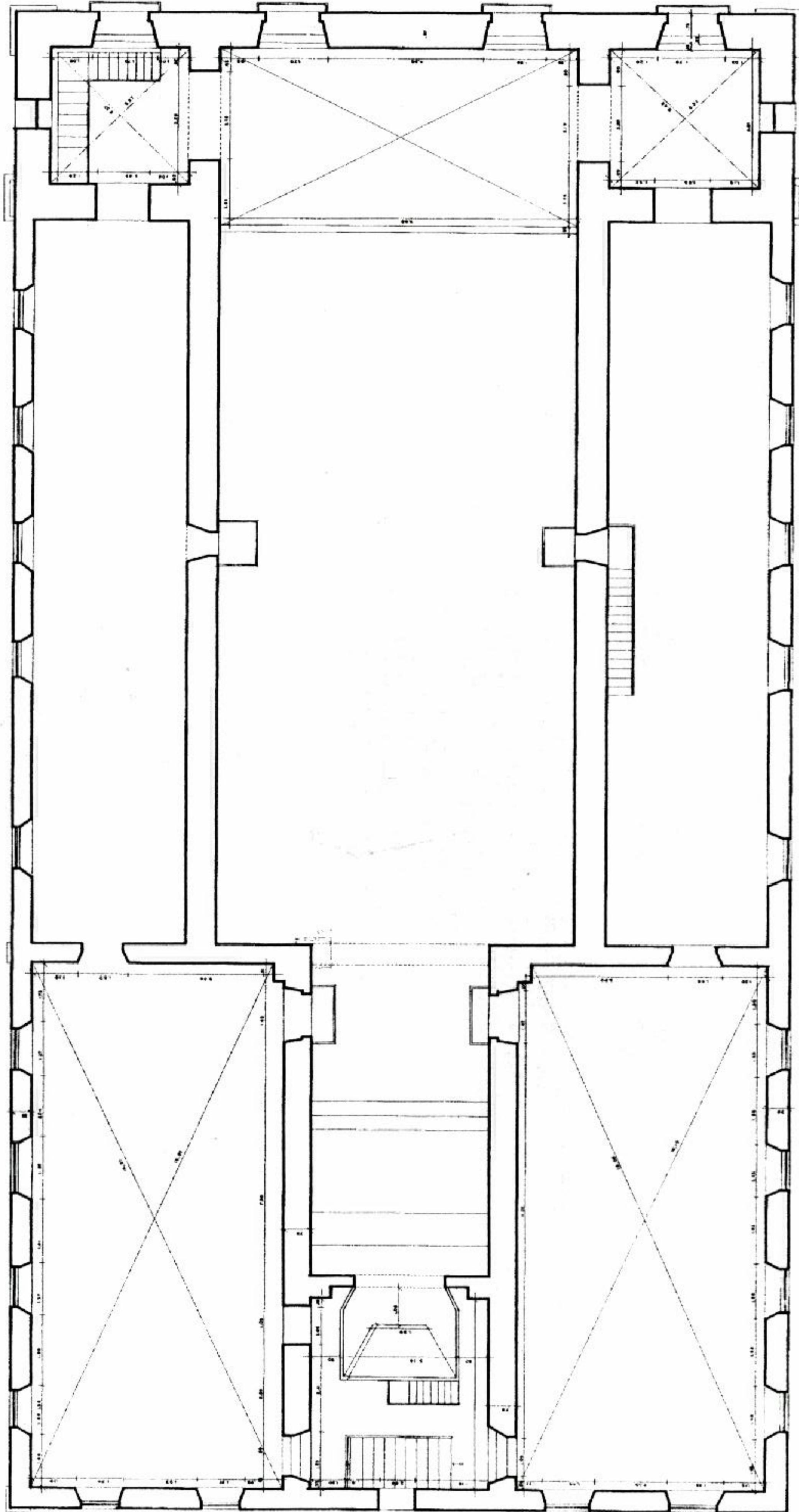


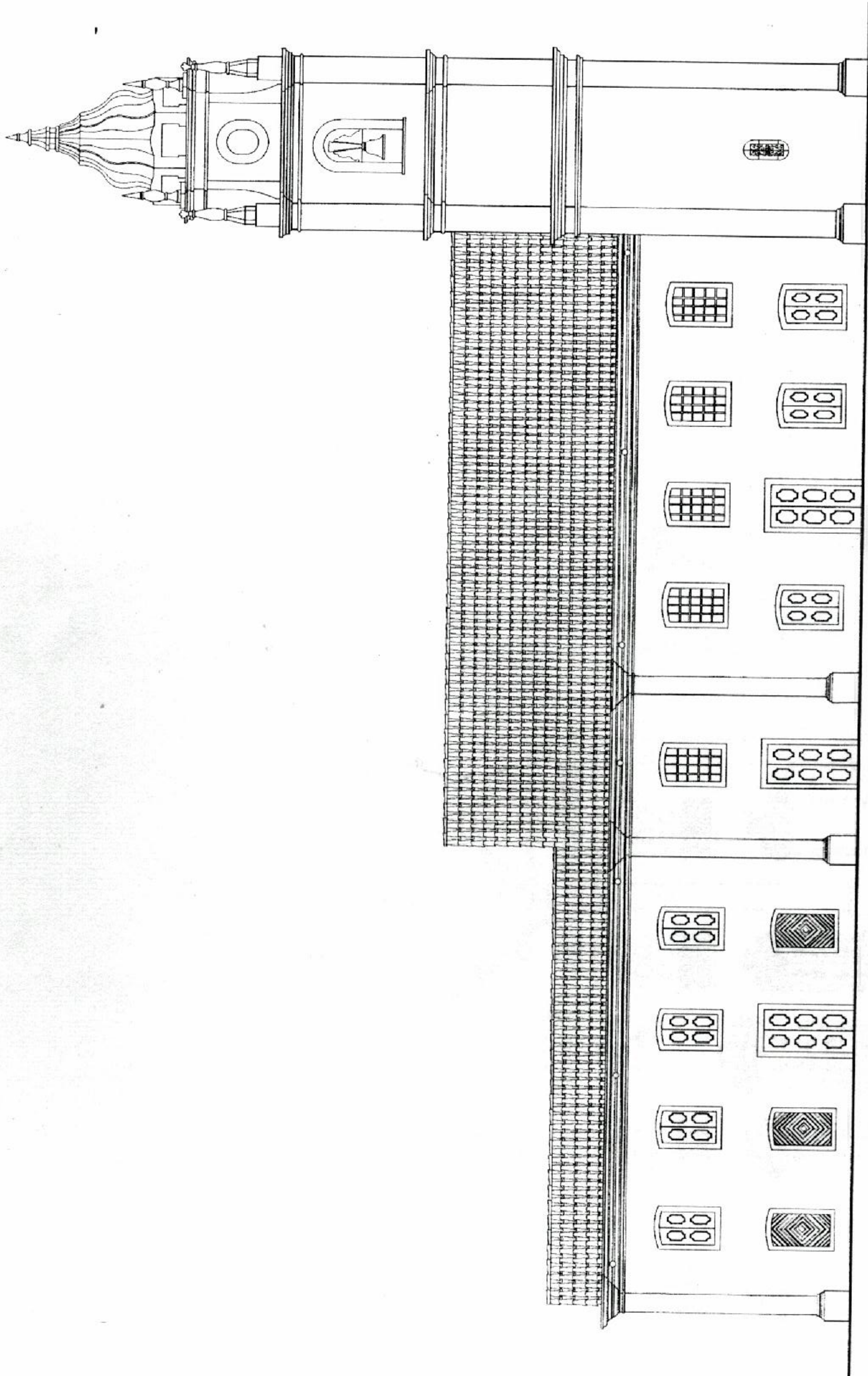
PLANTA 4º PAVIMENTO
ESC. 1/50

IGREJA MATRIZ N. S. DO ROSÁRIO RUA DRAGÃO DO MAR
ARACATI - CE

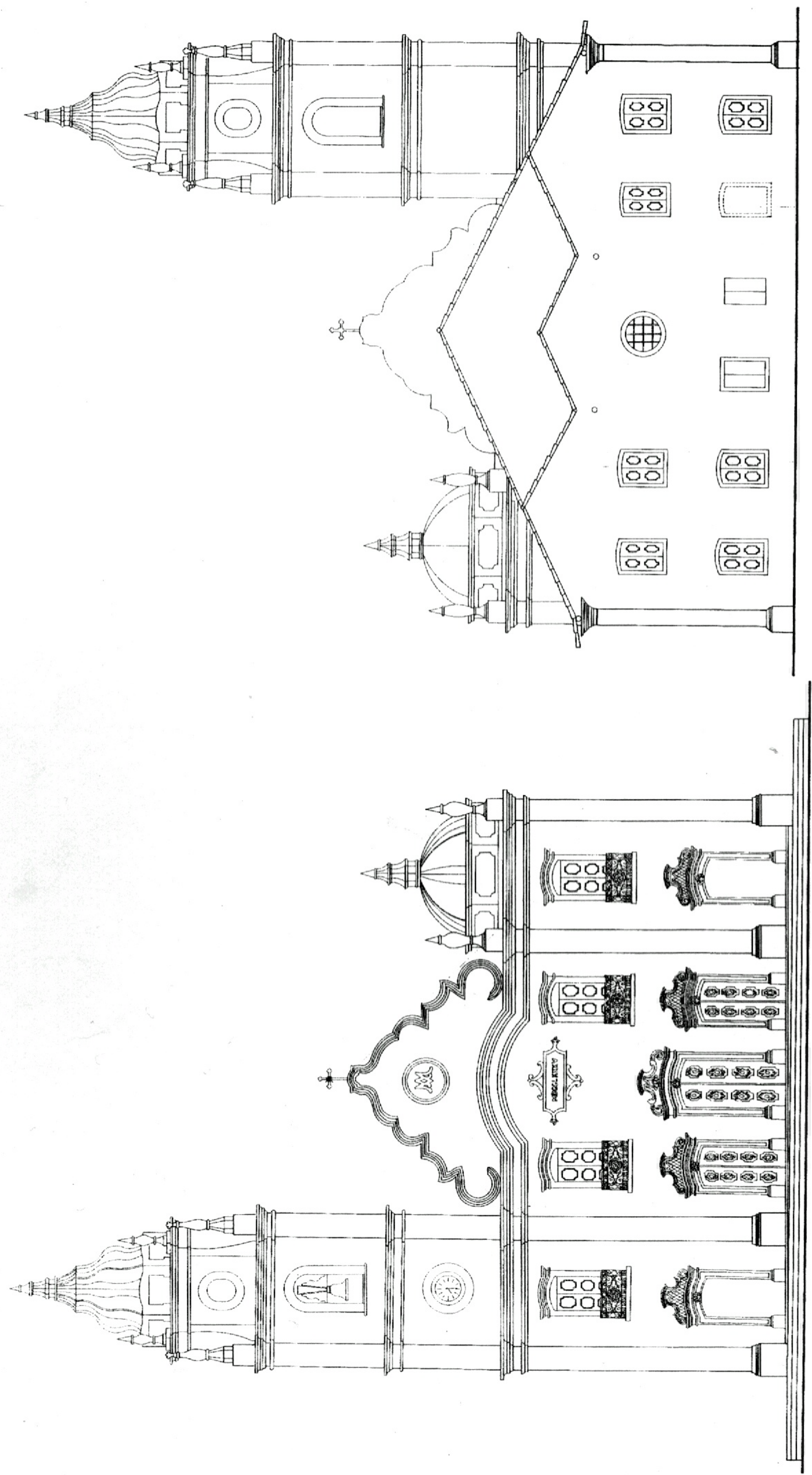


IGREJA MATRIZ N. S. DO ROSÁRIO RUA DRAGÃO DO MAR
ARACATI - CE





IGREJA MATRIZ N. S. DO ROSÁRIO RUA DRAGÃO DO MAR
ARACATI - CE



FACHADA NORDESTE

FACHADA SUDOESTE

IGREJA MATRIZ N. S. DO ROSÁRIO RUA DRAGÃO DO MAR
ARACATI - CE

ANEXO 3**INSTRUÇÃO DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO URBANO DE ICÓ**

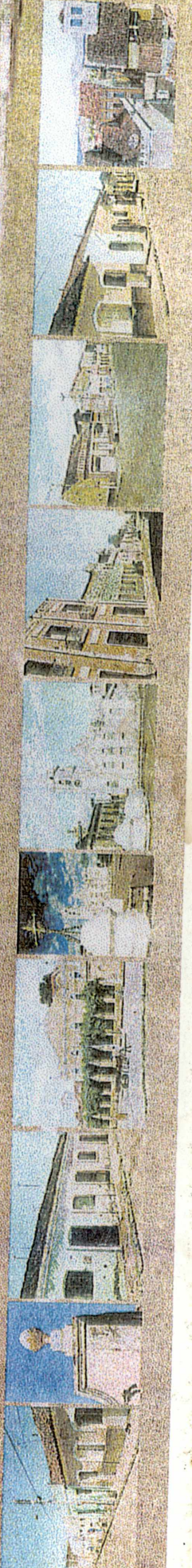
Levantamentos arquitetônicos oriundos do acervo do CAU-UFC

Fonte: IPHAN (arquivo digital)

ILQ

Estudo para tombamento
federal

VOLUME I

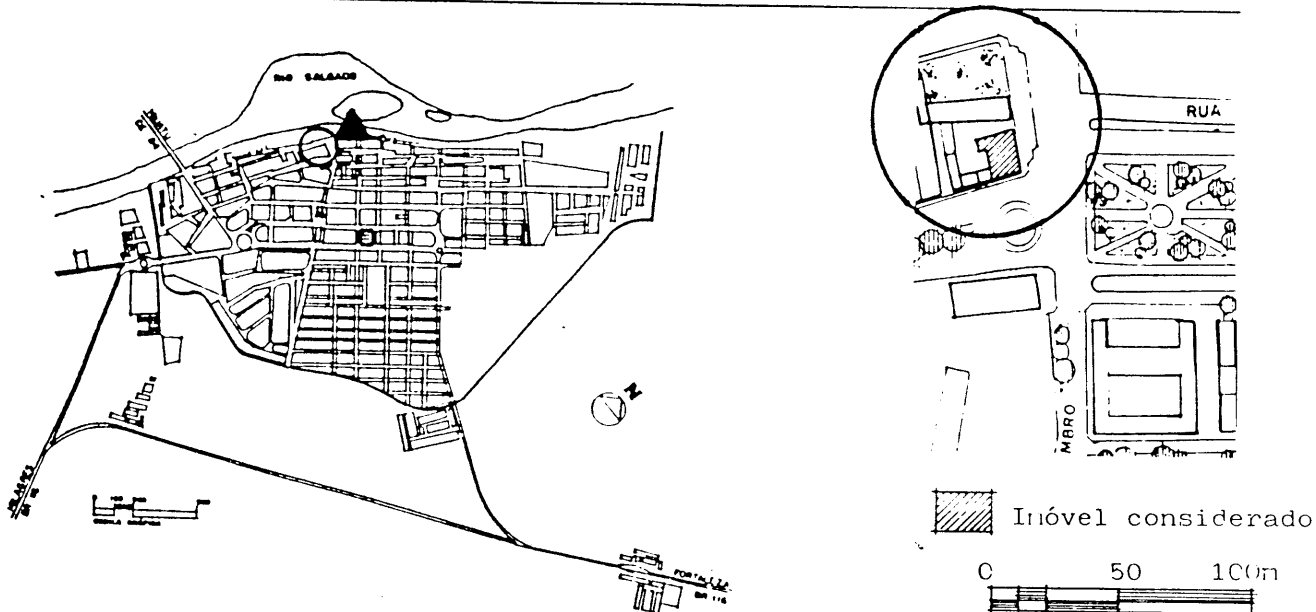


INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO	SOBRADO DO BARÃO DO CRATO	ÁREA DE CONSTRUÇÃO	340m ²
ENDEREÇO	LARGO DO THEBERGE, S/Nº	COMPLEMENTO	
PROPRIETÁRIO	MARIA CARVALHO		
ARQUITETURA	CIVIL <input type="checkbox"/>	OFICIAL <input type="checkbox"/>	RELIGIOSA <input type="checkbox"/>
AMBIÊNCIA	CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/>	BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>	
USO ORIGINAL	RESIDÊNCIA	USO ATUAL MISTO (COMÉRCIO/RESIDÊNCIA)	
PROTEÇÃO EXISTENTE	NENHUMA		

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

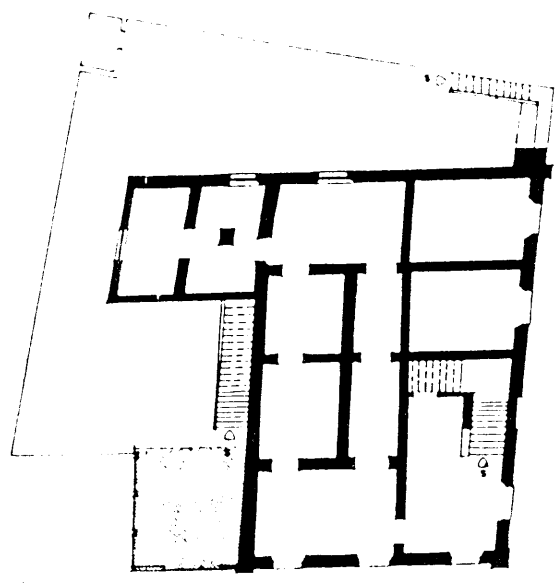
SEGUNDO RELATÓRIO DE VIAGEM ENCONTRADO NOS ARQUIVOS DO IBPC, EM 1956, ESTAVA PRESTES A SER DEMOLIDA. ABRICA HOJE ALGUMAS FAMÍLIAS E PONTOS COMERCIAIS.



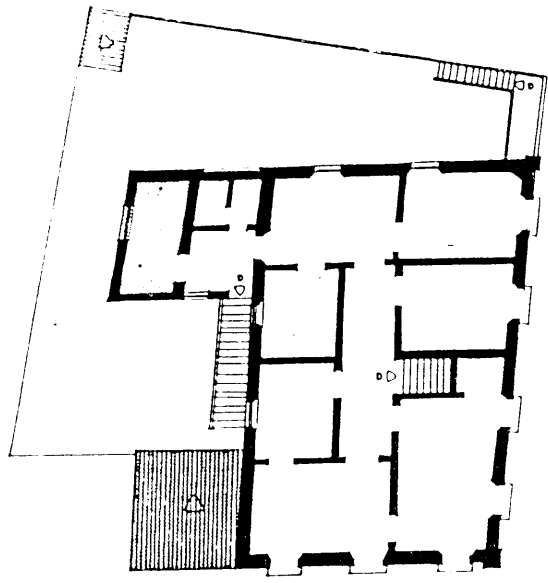
FOTOS ARQUIVO: IBPC

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICO

LEVANTAMENTO GRÁFICO

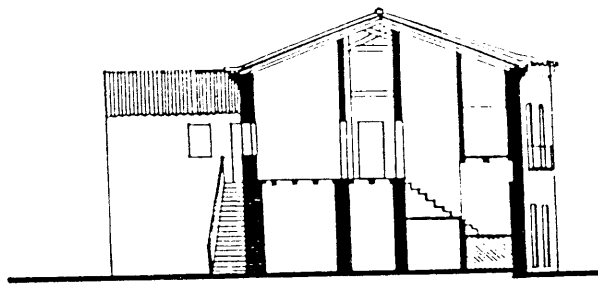


PLANTA TÉRREO - 1º NÍVEL



PLANTA 2º NÍVEL

CONSTRUÇÃO RECENTE



CORTE TRANSVERSAL



FACHADA PRINCIPAL



ESCALA GRÁFICA

LEVANTADO POR

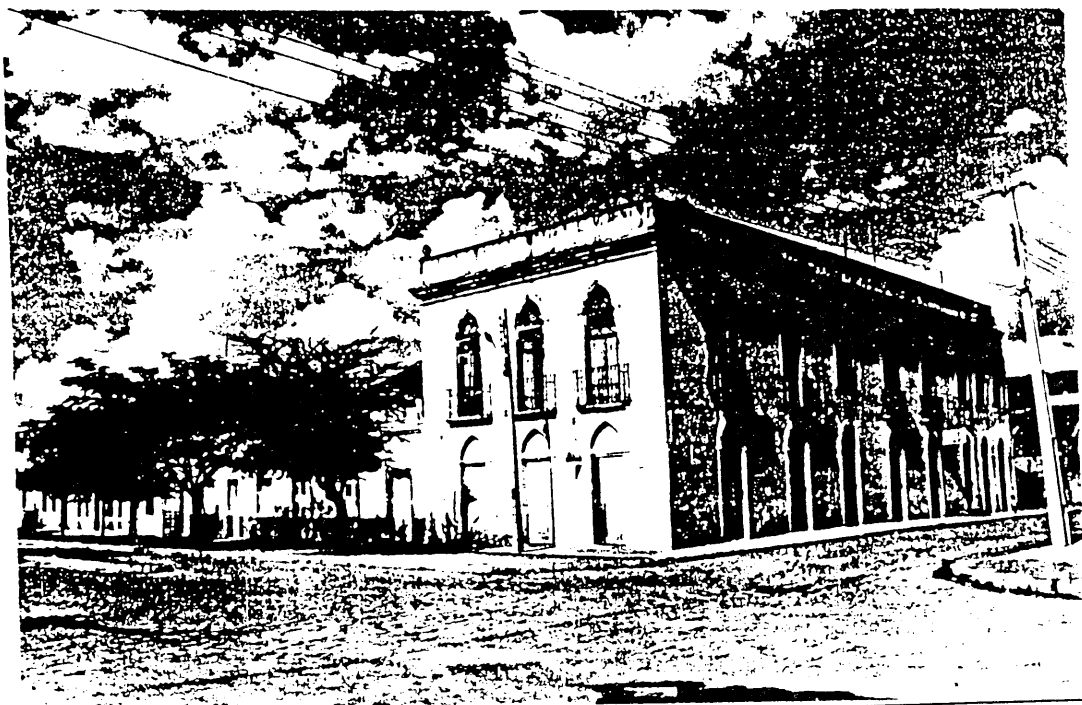
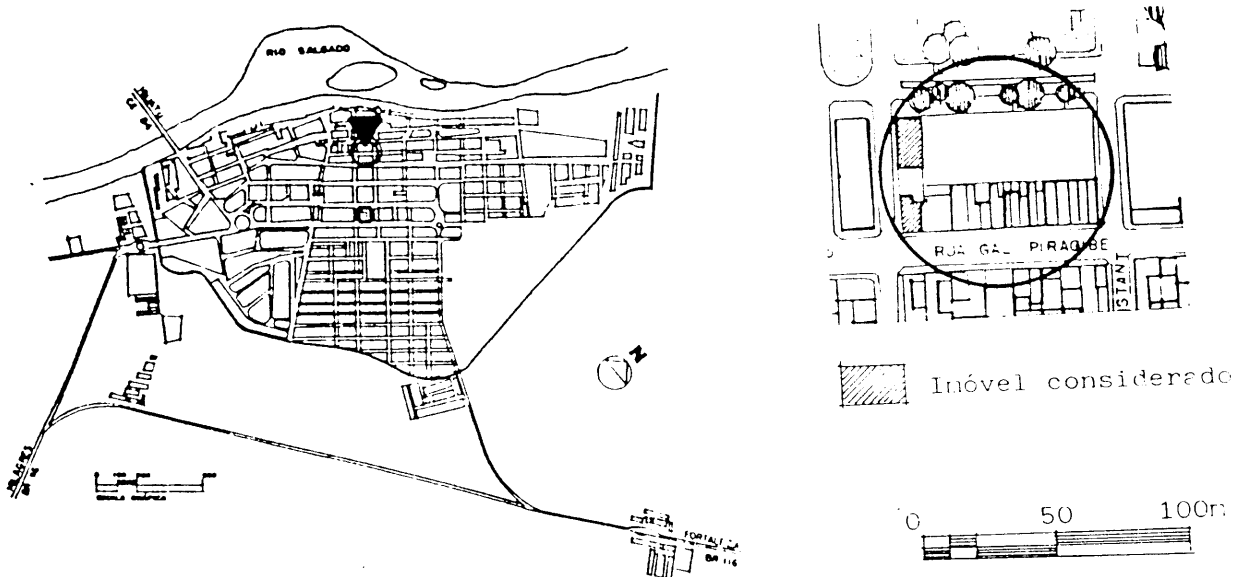
Alunos do curso de Arquitetura-UFC

DATA

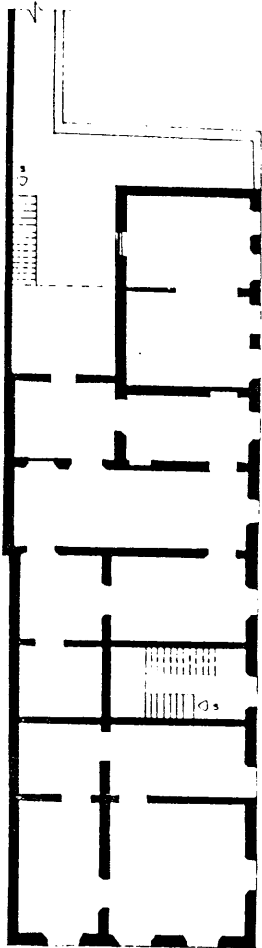
INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICO

DENOMINAÇÃO CASA DE SOBRADO DE ESQUINA		ÁREA DE CONSTRUÇÃO 490m ²
ENDEREÇO RUA INÁCIO DIAS, 2083		COMPLEMENTO
PROPRIETÁRIO		
ARQUITETURA CIVIL <input checked="" type="checkbox"/> OFICIAL <input type="checkbox"/> RELIGIOSA <input type="checkbox"/>		
AMBIÊNCIA CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/> BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>		
USO ORIGINAL RESIDÊNCIA	USO ATUAL MISTO (COMÉRCIO E RESIDÊNCIA)	
PROTEÇÃO EXISTENTE NINGUUMA		

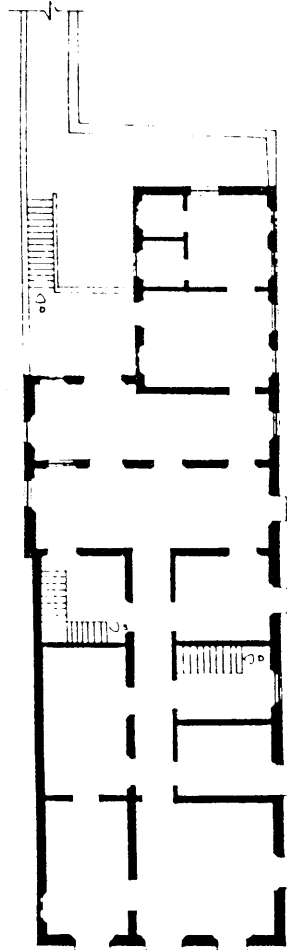
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES A PARTE POSTERIOR DO INÓVEL RUÍD, ATUALMENTE DEVIDO A FIM COMERCIAIS (BAR), POSSUI EM SUA FACHADA FRONTAL, UMA COBERTA DE PALHA.



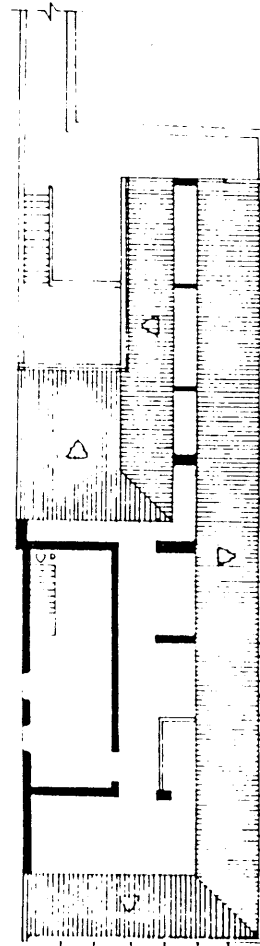
INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ
LEVANTAMENTO GRÁFICO



1º Nível



2º Nível



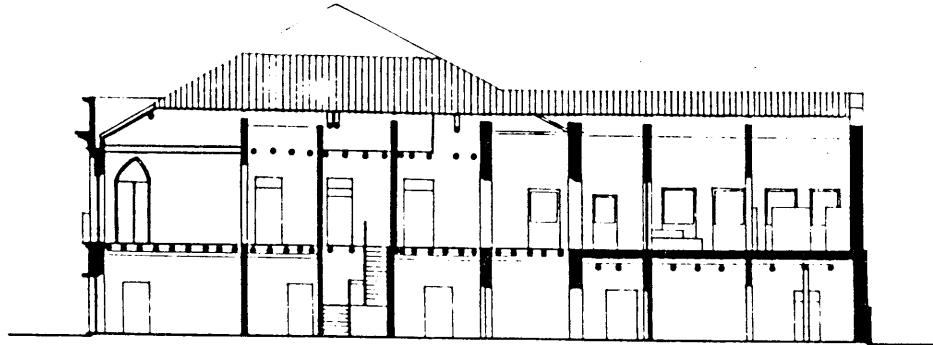
3º Nível



LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC

DATA

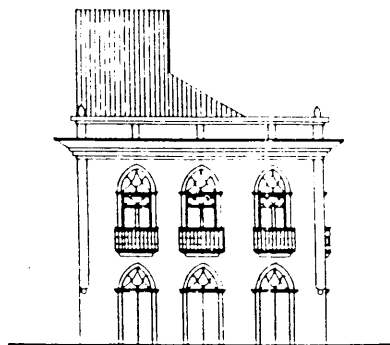
INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ
LEVANTAMENTO GRÁFICO



Corte longitudinal



Fachada secundária



Fachada principal

0 1 2 3 5 10 m
ESCALA GRÁFICA

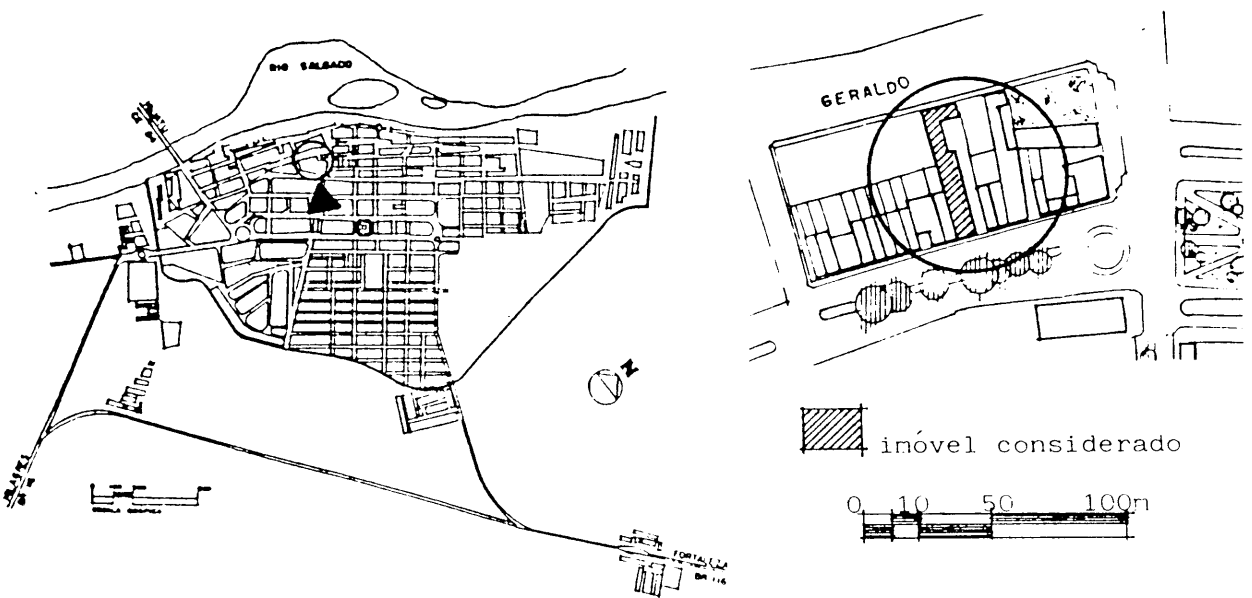
LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC

DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

DENOMINAÇÃO	CASA DE SOBRADO	ÁREA DE CONSTRUÇÃO	694m ²
ENDEREÇO	RUA DR. JOSÉ BASTOS 60	COMPLEMENTO	
PROPRIETÁRIO	RAFAEL PERREIRA DE OLIVEIRA		
ARQUITETURA	CIVIL <input checked="" type="checkbox"/>	OFICIAL <input type="checkbox"/>	RELIGIOSA <input type="checkbox"/>
AMBIÊNCIA	CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/>	BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>	
USO ORIGINAL	RESIDÊNCIA	USO ATUAL	MISTO (COMÉRCIO E RESIDÊNCIA)
PROTEÇÃO EXISTENTE	NENHUMA		

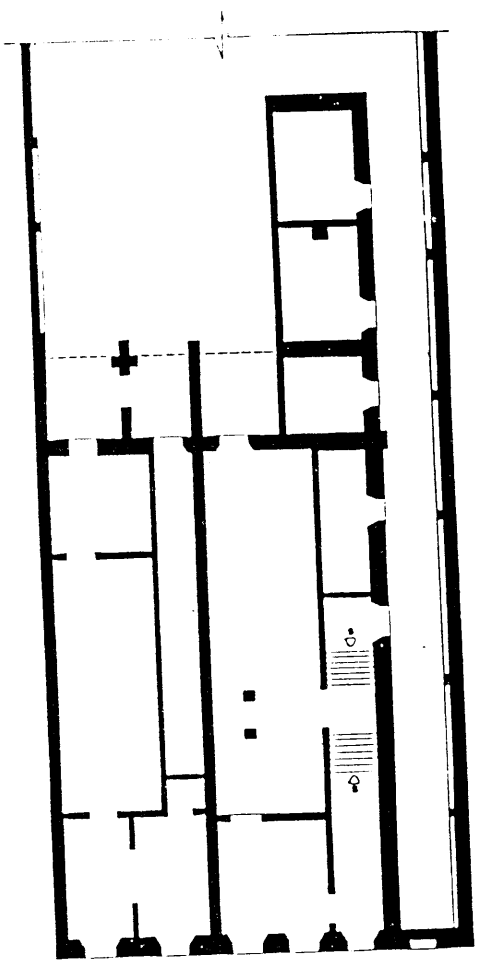
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES



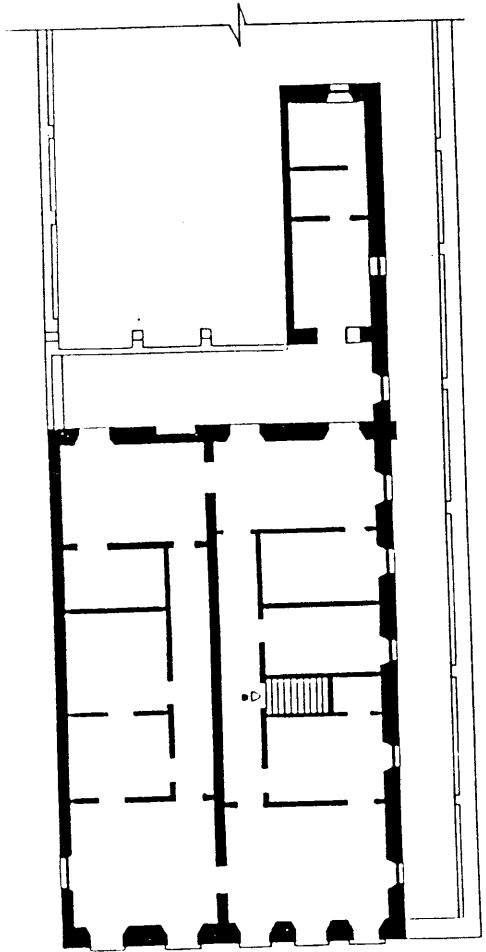
FOTOS

ARQUIVO: JOSÉ CLEWTON

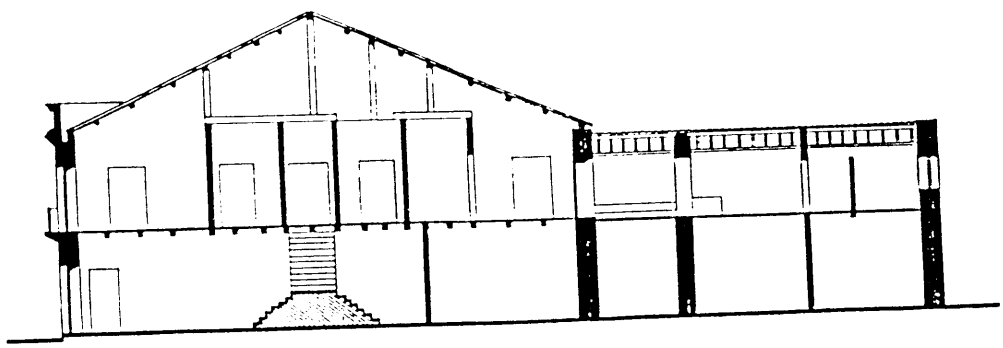
INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE ICÓ
LEVANTAMENTO GRÁFICO



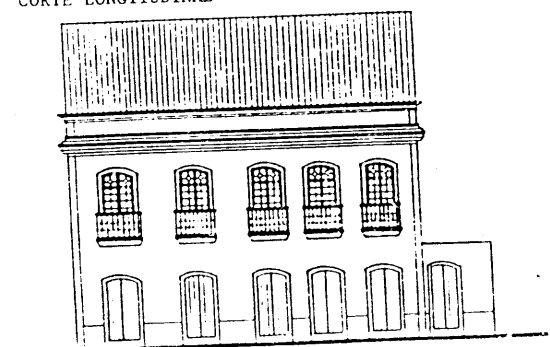
PLANTA TÉRREO - 1º NÍVEL



PLANTA - 2º NÍVEL



CORTE LONGITUDINAL



Fachada Principal

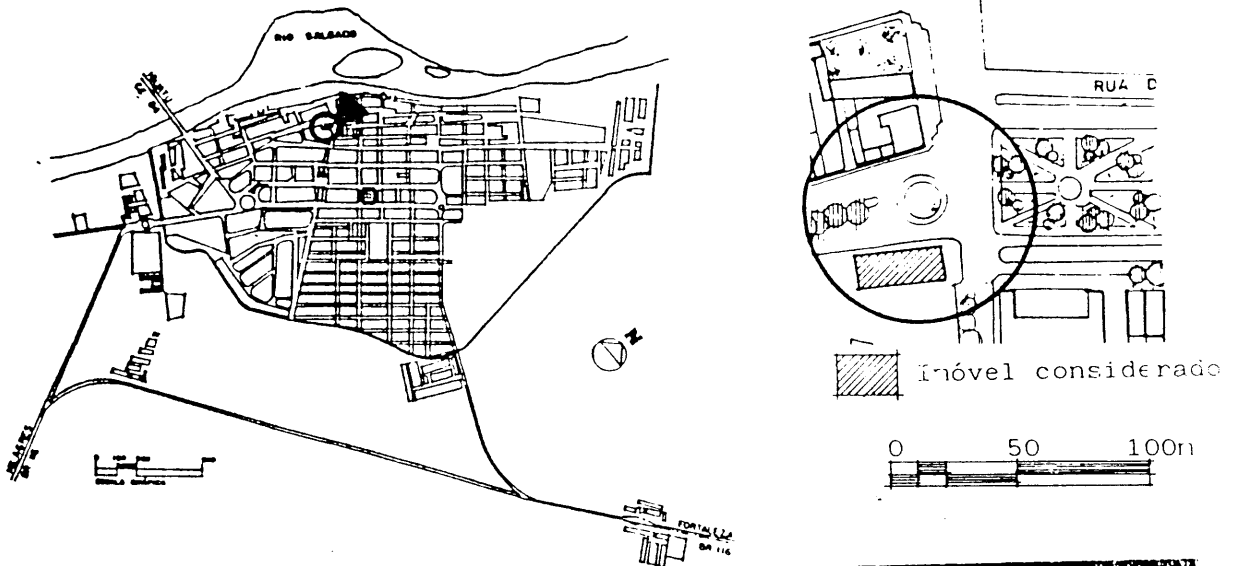


LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC

DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO	TEATRO DA RIBEIRA DAS ICÓS	ÁREA DE CONSTRUÇÃO	780m ²
ENDEREÇO	LARGO DO THEBÉRGE, S/N	COMPLEMENTO	
PROPRIETÁRIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ		
ARQUITETURA	CIVIL <input type="checkbox"/>	OFICIAL <input checked="" type="checkbox"/>	RELIGIOSA <input type="checkbox"/>
AMBIÊNCIA	CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/>	BEM CULTURAL ISOLADO	<input type="checkbox"/>
USO ORIGINAL	INST. COM FINS CULTURAIS	USO ATUAL	INSTITUCIONAL
PROTEÇÃO EXISTENTE	TOMBADO EM NÍVEL ESTADUAL INSCRITO NO LIVRO DE TOMBO LEI Nº _____ DE _____		
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES			



FOTOS ARQUIVO: IBPC

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

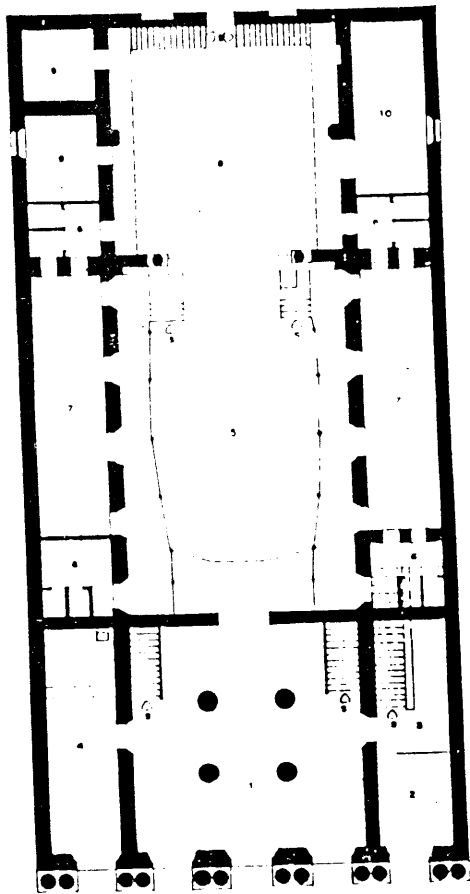
LEVANTAMENTO GRÁFICO

LEGENDA

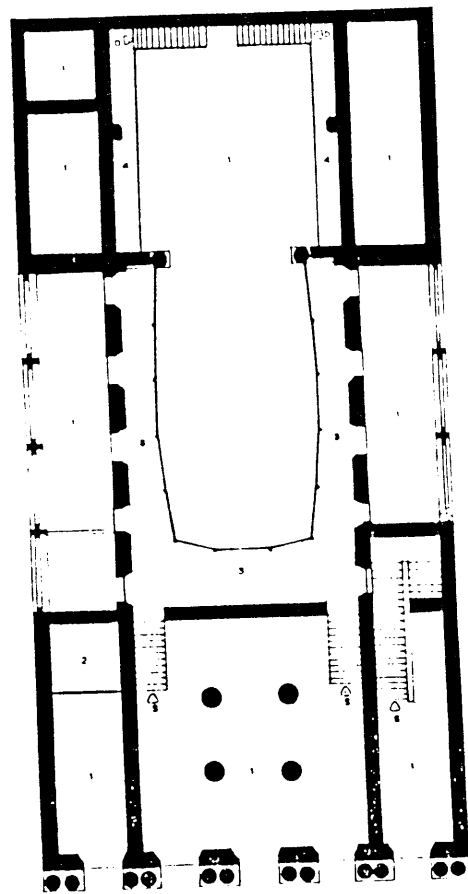
- 1 - FOYER
- 2 - BILHETERIA / ADM
- 3 - HALL
- 4 - BAR
- 5 - PLATEIA
- 6 - W.C.
- 7 - PÁTIO
- 8 - PALCO
- 9 - CAMARIM
- 10 - OFICINA

LEGENDA

- 1 - MAZ O
- 2 - DEPOSITO
- 3 - CAMAROTE
- 4 - PASSARELA



1º Nível



2º Nível

0 1 2 3 5 10 m
ESCALA GRAFICA

LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC

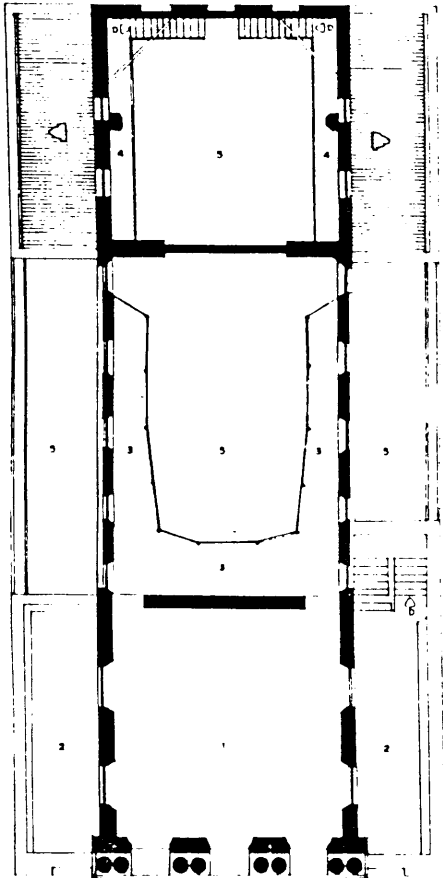
DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

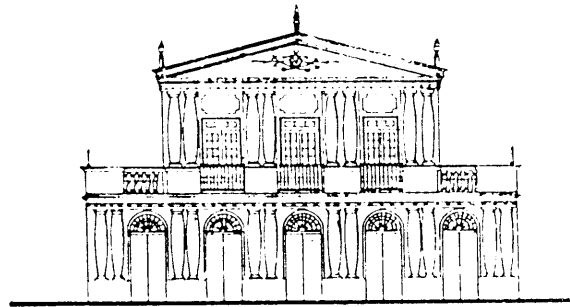
LEVANTAMENTO GRÁFICO

LEGENDA

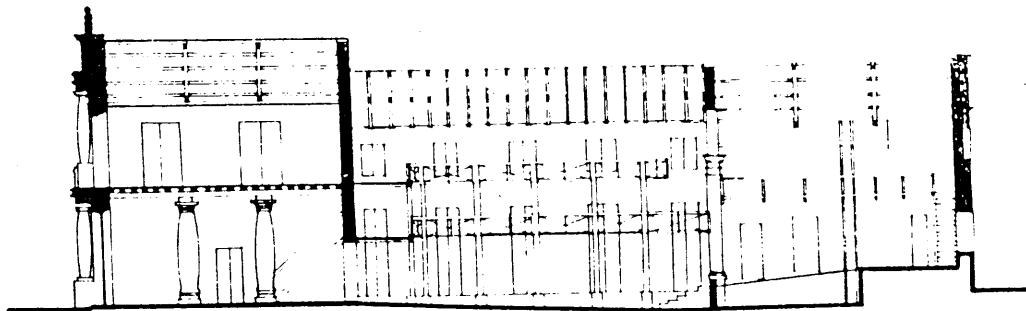
- 1 - FOYER
- 2 - TERRAÇO
- 3 - CAMAROTE
- 4 - PASSARELA
- 5 - VAZIO



3º Nível



Fachada principal



Corte longitudinal

0 1 2 3 5 10 m
ESCALA GRAFICA

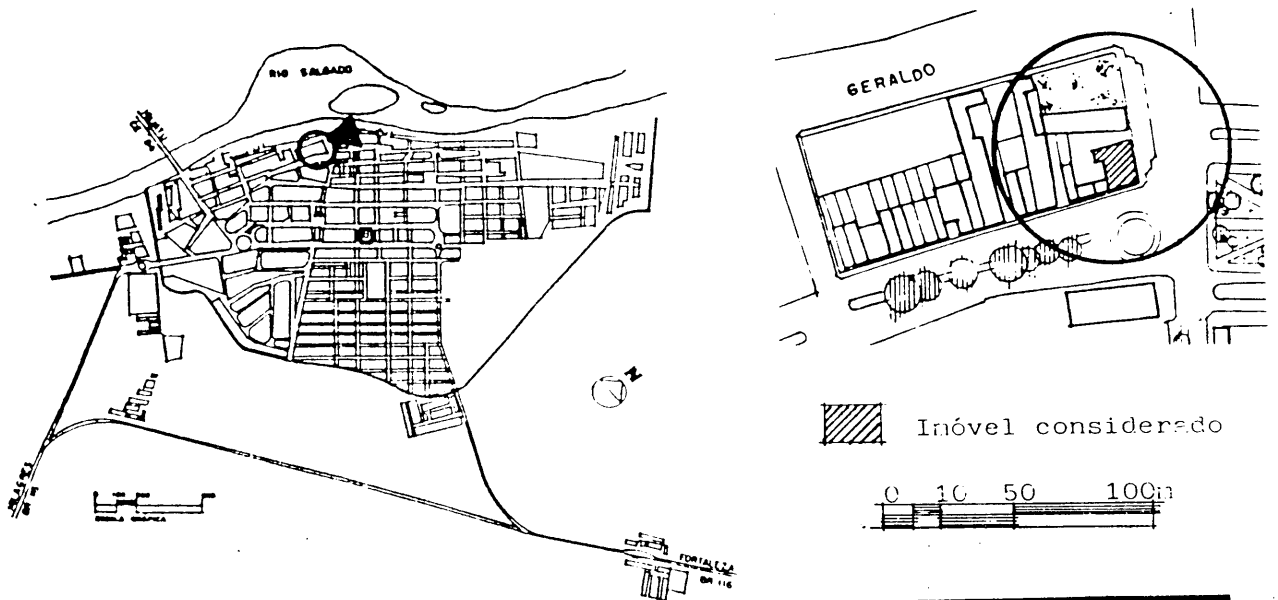
LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC

DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO		IGREJA DO SR. DO BOI-FIN	ÁREA DE CONSTRUÇÃO	412m ²	
ENDEREÇO		LARGO DO THEBÉRGE, S/N	COMPLEMENTO	PRÓXIMO AO SOBRADO DO BARÃO	
PROPRIETÁRIO					PARÓQUIA DE ICÓ
ARQUITETURA					CIVIL <input type="checkbox"/> OFICIAL <input type="checkbox"/> RELIGIOSA <input checked="" type="checkbox"/>
AMBIÊNCIA					CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/> BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>
USO ORIGINAL		RELIGIOSO	USO ATUAL		RELIGIOSO
PROTEÇÃO EXISTENTE					

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES



FOTOS

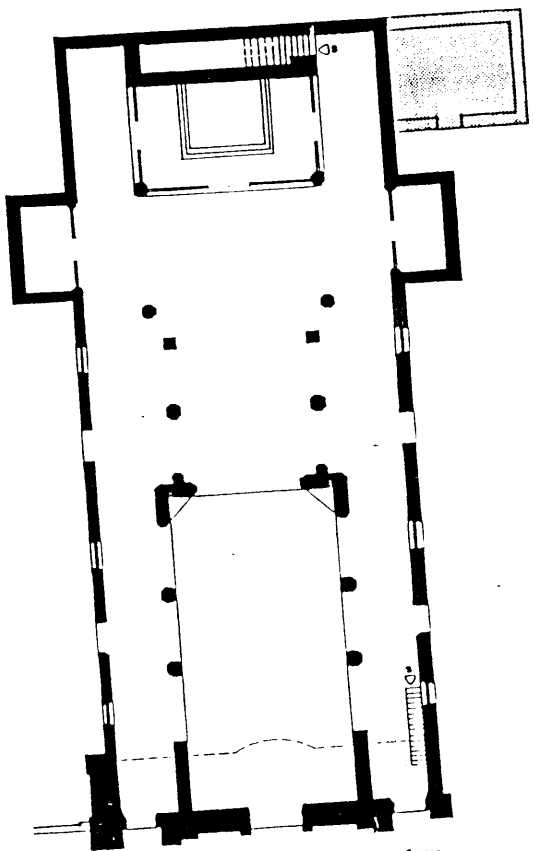
ARQUIVO IBPC

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

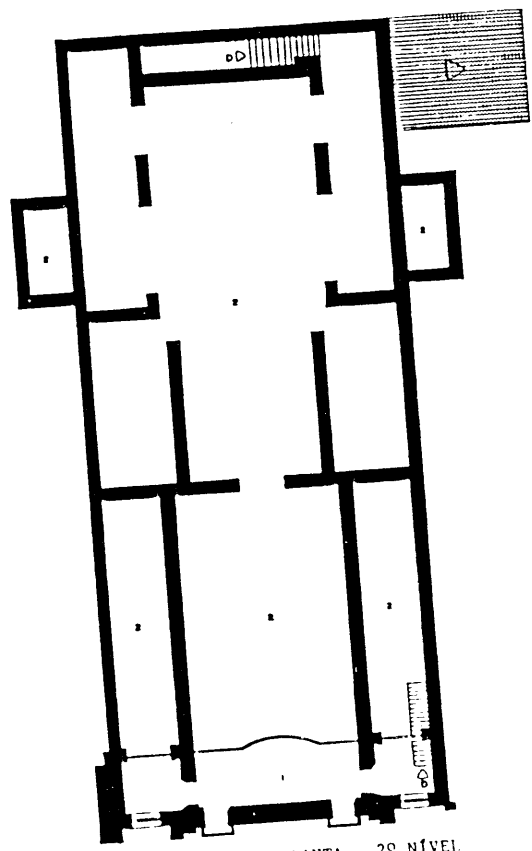
LEVANTAMENTO GRÁFICO

LEGENDA
1- NAVE CENTRAL
2- NAVE LATERAL
3- CAPEL

LEGENDA
1- CORO
2- VAZIO
3- CONSTRUÇÃO RECENTE



PLANTA TÉRREO - 1º NÍVEL



PLANTA - 2º NÍVEL



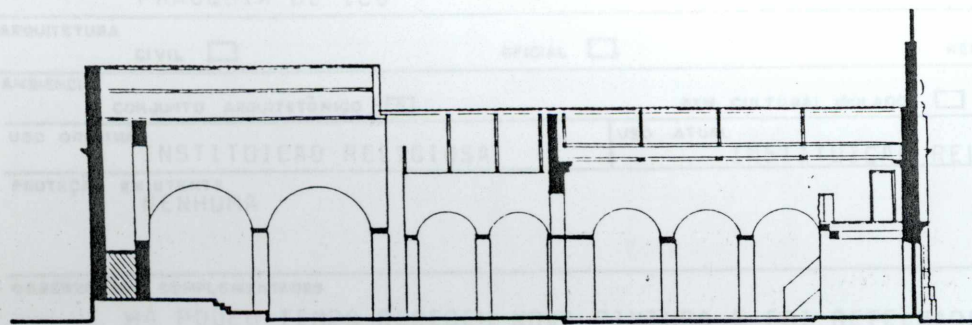
ESCALA GRÁFICA

LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC

DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICO

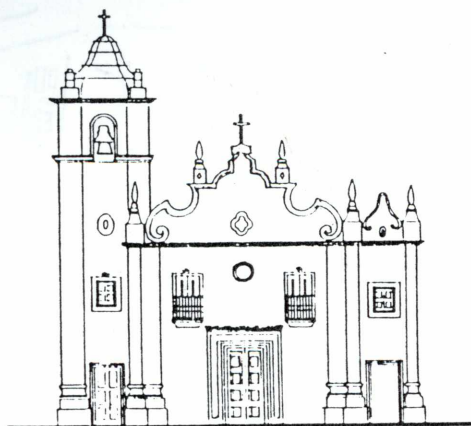
LEVANTAMENTO GRÁFICO



CORTE LONGITUDINAL



CORTE TRANSVERSAL



FACHADA PRINCIPAL



LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC

DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO MONTE	ÁREA DE CONSTRUÇÃO 230m ²
ENDEREÇO AV: PIQUET CARNEIRO, S/N	COMPLEMENTO

PROPRIETÁRIO

ARQUITETURA
CIVIL OFICIAL RELIGIOSA

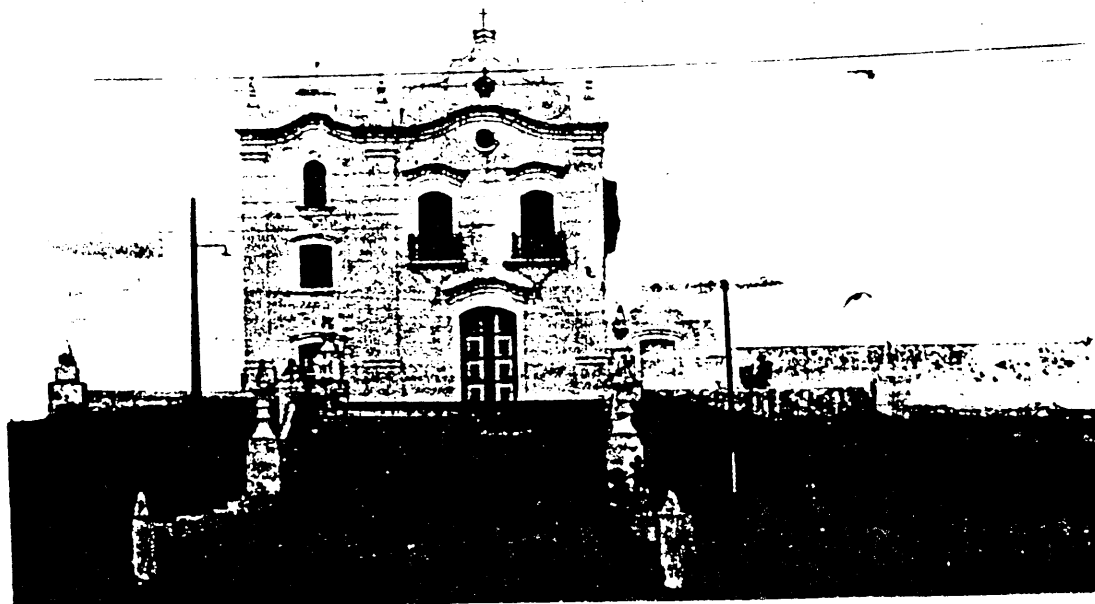
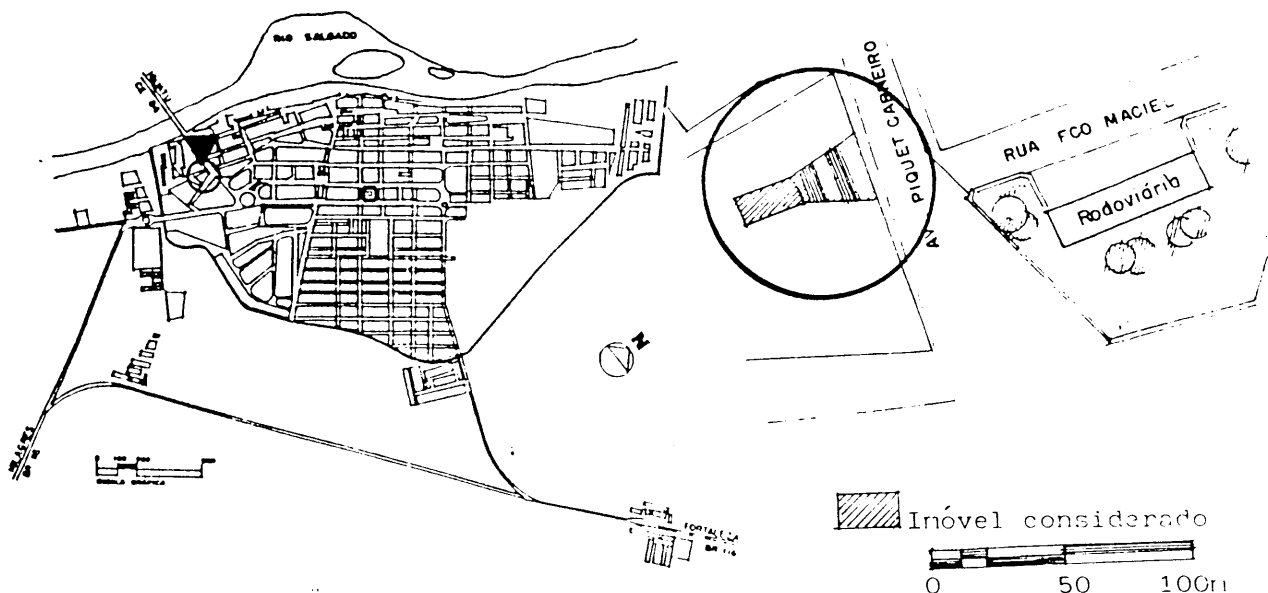
AMBIÊNCIA
CONJUNTO ARQUITETÔNICO BEM CULTURAL ISOLADO

USO ORIGINAL INSTITUIÇÃO RELIGIOSA USO ATUAL INSTITUIÇÃO RELIGIOSA

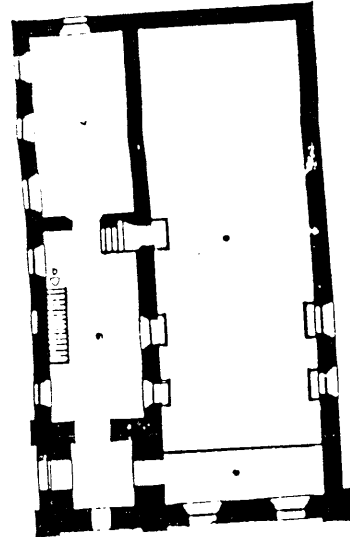
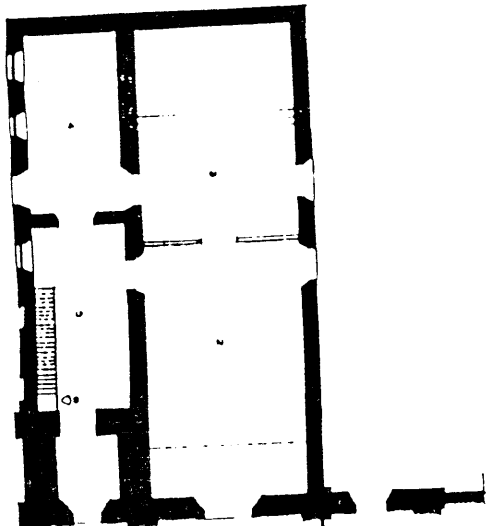
PROTEÇÃO EXISTENTE
NENHUMA

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

HOJE, ESTA IGREJA SE ENCONTRA ISOLADA DO CONTEXTO, FACE A MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS OCORRIDAS NA CIDADE (CRIAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA ICÓ/ICLATÓ; CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA NAS IMEDIAÇÕES)



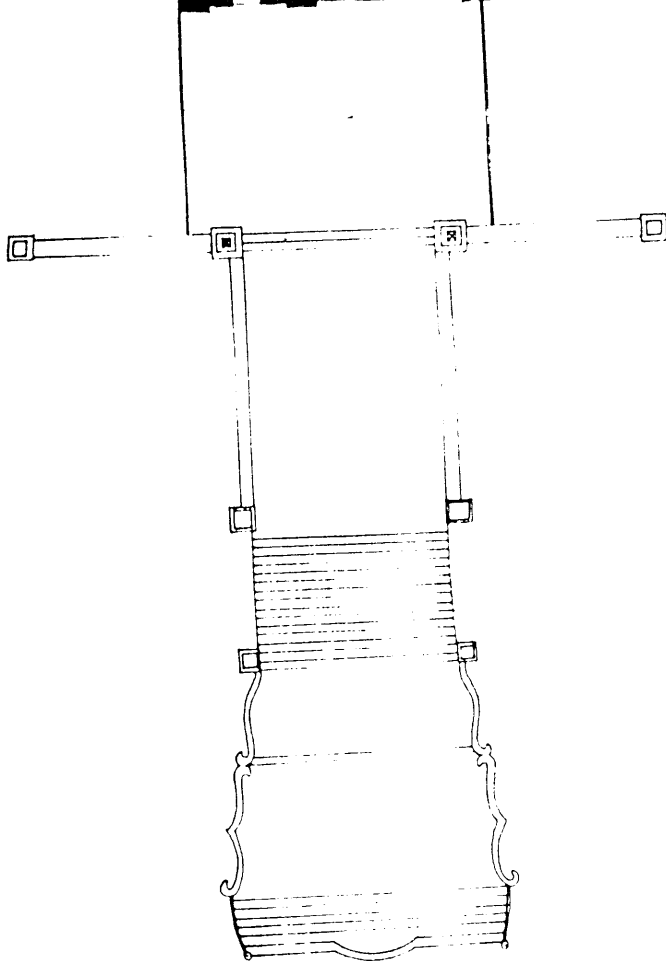
FOTOS ARQUIVO IBPC



Planta Coro

LEGENDA

- 1 - ADORO
- 2 - NAVE
- 3 - CAPELA MOR
- 4 - SACRISTIA
- 5 - CORREDOR LATERAL
- 6 - TRIBUNAS
- 7 - SALA
- 8 - COZO
- 9 - VAZIO
- 10 - DEMOLIÇÃO RECENTE



Planta baixa

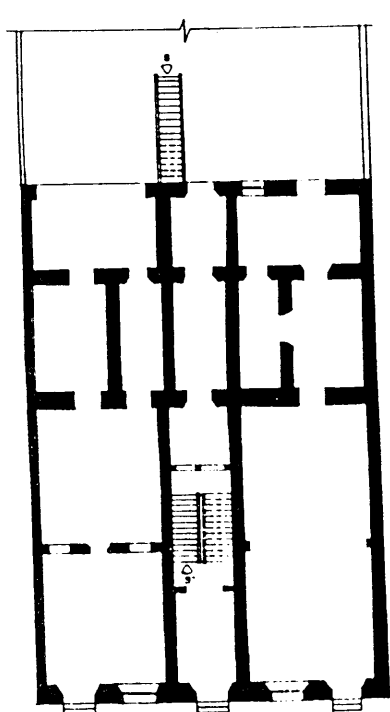


Fachada principal

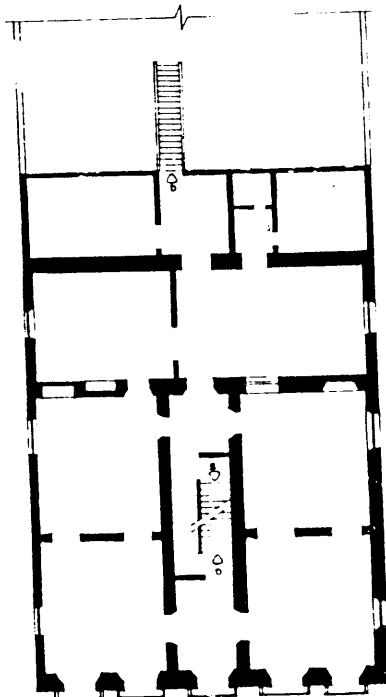


INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

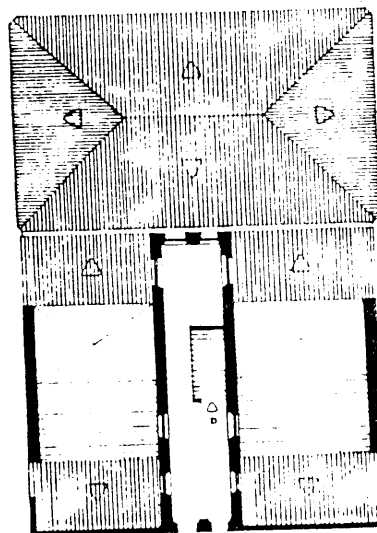
LEVANTAMENTO GRÁFICO



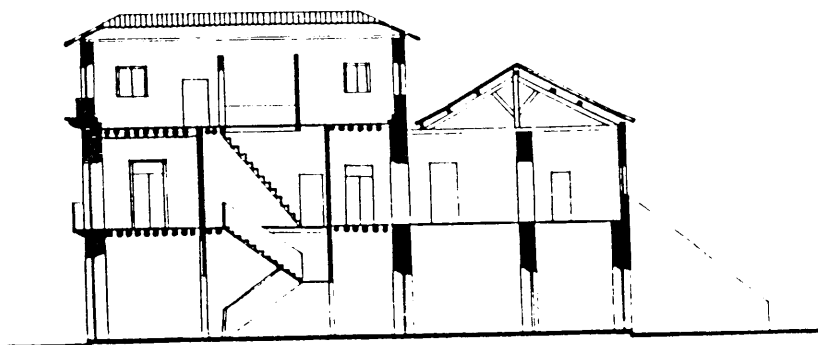
1º Nível



2º Nível



Mirante



Corte longitudinal



Fachada principal

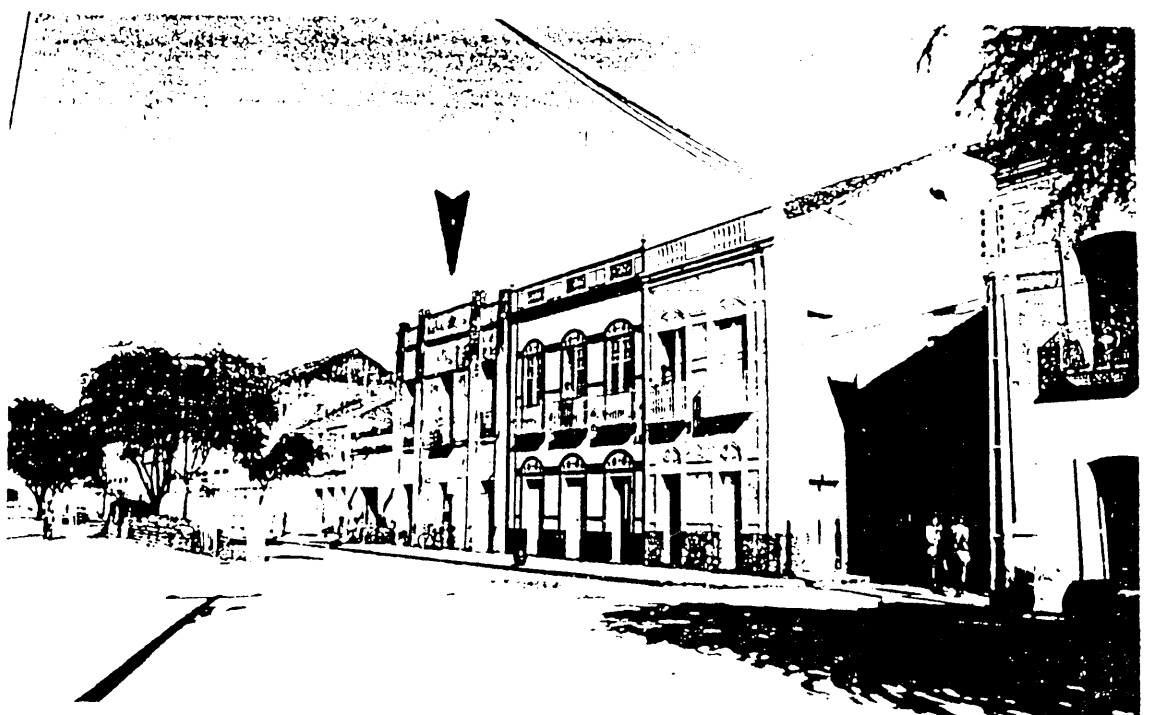
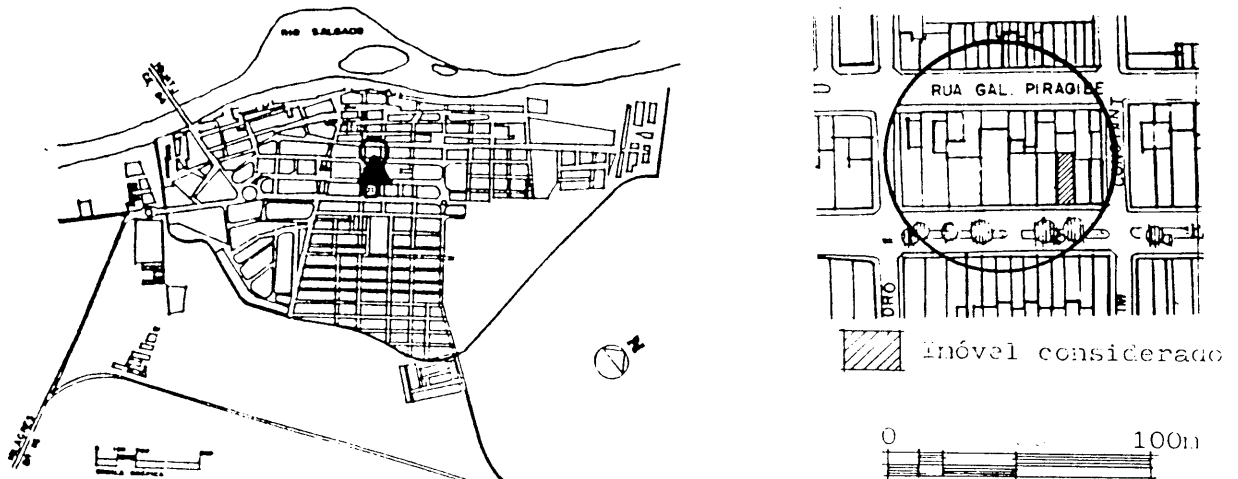


INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO	CASA DE SOBRADO	ÁREA DE CONSTRUÇÃO	440m ²
ENDEREÇO	AV. ILÍDIO SANPAIO, 2026	COMPLEMENTO	
PROPRIETÁRIO	FRANCISCO ROBALDO DA SILVA/SAMUEL ROMUALDO DA SILVA		
ARQUITETURA	CIVIL <input type="checkbox"/>	OFICIAL <input type="checkbox"/>	RELIGIOSA <input type="checkbox"/>
AMBIÊNCIA	CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/>	BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>	
USO ORIGINAL	RESIDÊNCIA	USO ATUAL	MISTO (COMÉRCIO E RESIDÊNCIA)
PROTEÇÃO EXISTENTE	NENHUMA		

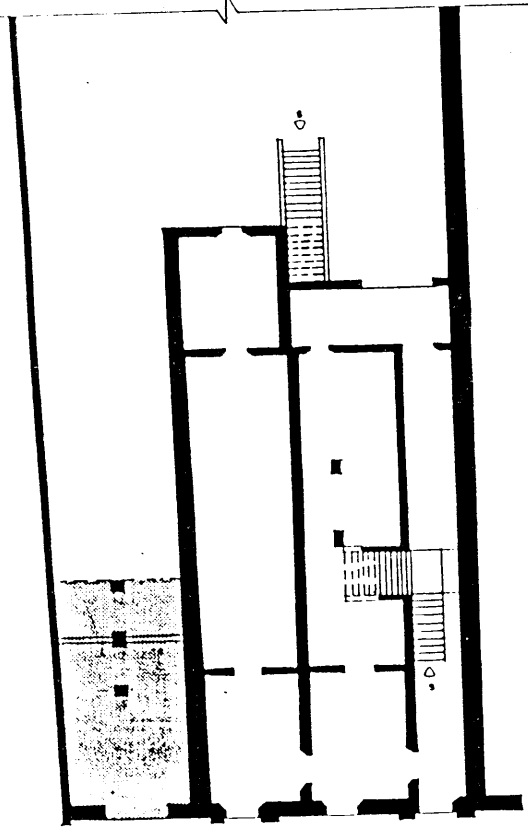
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

O INÓVEL FOI DIVIDIDO EM DOIS. O ANEXO (CONSTRUÇÃO RECENTE) POSSUI HOJE UM 2º PAVIMENTO.

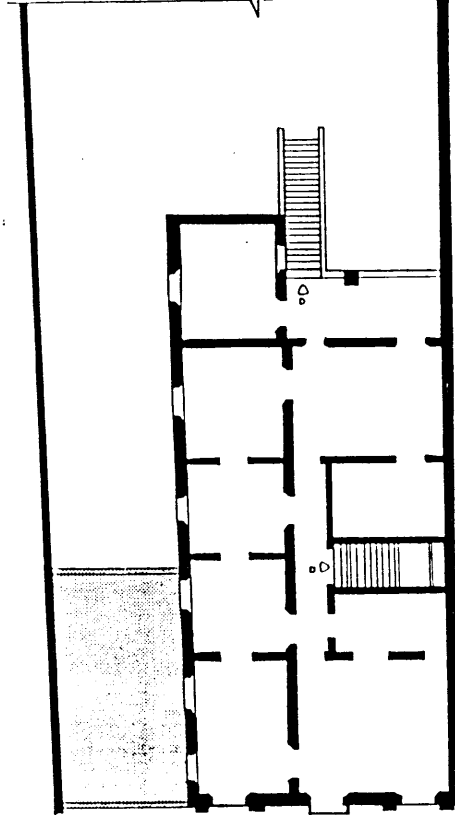


CONSTRUÇÃO RECENTE

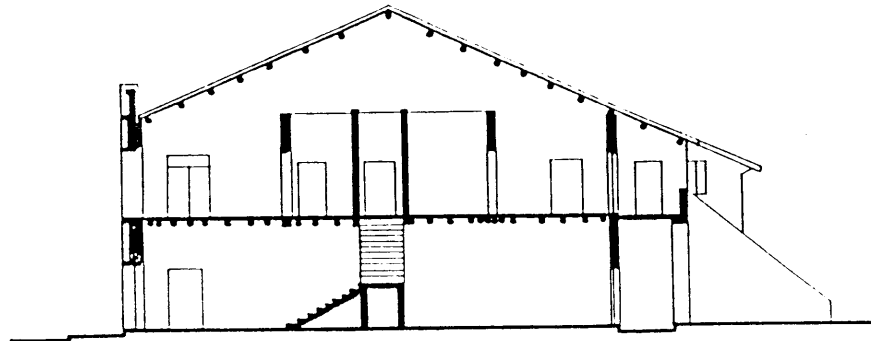
CONSTRUÇÃO RECENTE



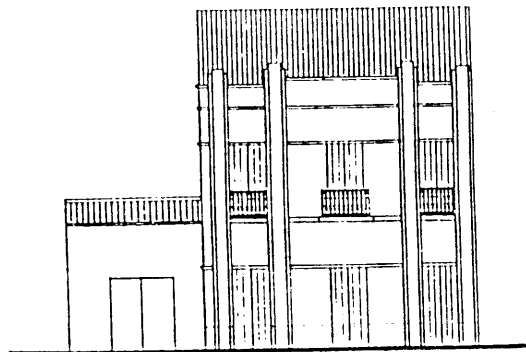
PLANTA TÉRREO - 1º NÍVEL



PLANTA 2º NÍVEL



CORTE LONGITUDINAL



FACHADA PRINCIPAL

0 1 2 3 5 10 m
ESCALA GRÁFICA

LEVANTADO POR

Alunos do curso de Arquitetura-UFC

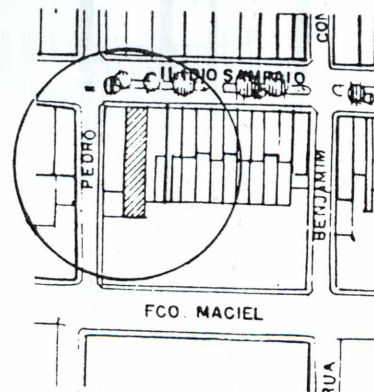
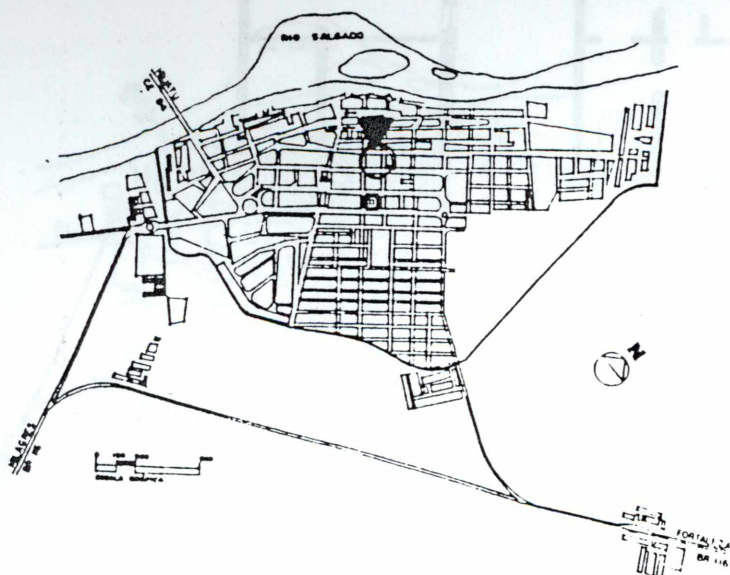
DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO CASA DE SOBRADO		ÁREA DE CONSTRUÇÃO 430m ²
ENDEREÇO AV: ILÍDIO SAMPAIO, 2073		COMPLEMENTO
PROPRIETÁRIO PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ		
ARQUITETURA CIVIL <input checked="" type="checkbox"/> OFICIAL <input type="checkbox"/> RELIGIOSA <input type="checkbox"/>		
AMBIÊNCIA CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/> BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>		
USO ORIGINAL RESIDÊNCIA		USO ATUAL FECHADA (PARTE DEMOLIDA)
PROTEÇÃO EXISTENTE NENHUMA		

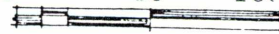
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

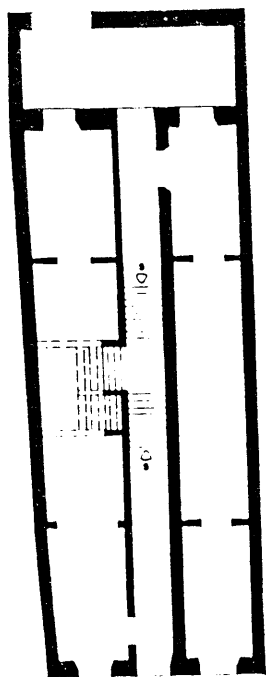
HOUE A DESAPROPRIAÇÃO POR PARTE DA PREFEITURA E EM INÍCIO DE DEMOLIÇÃO. ENTÃO, ENTÃO, ENTÃO SE OS VAOS QUE RESTAVAM, CORRINDO SE A ÁREA DESOCUPADA



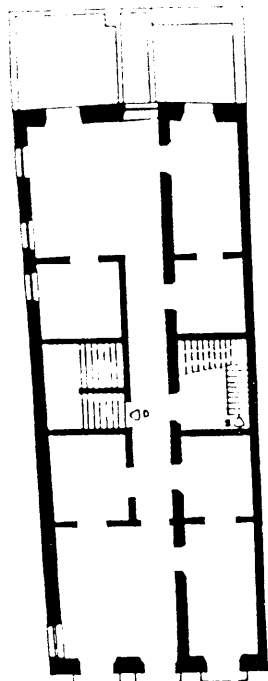
 Inóvel considerado

0 50 100m

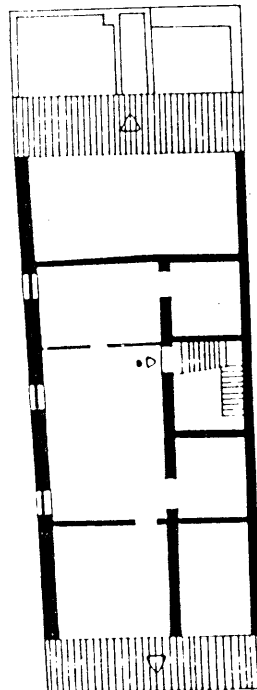




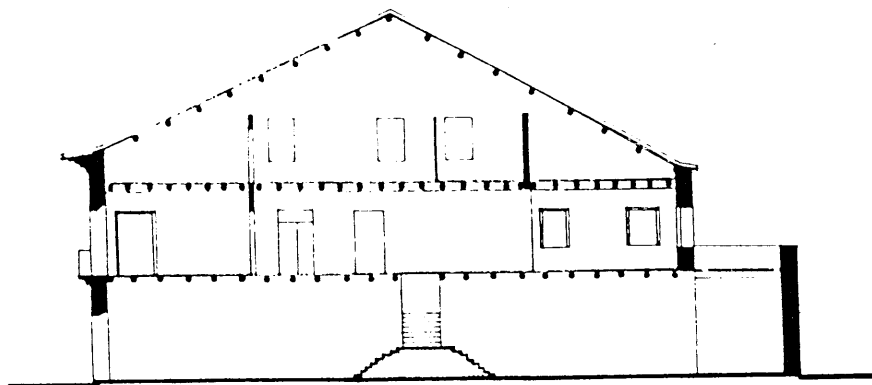
1º nível



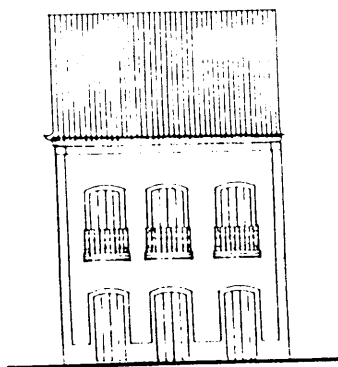
2º nível



3º nível



Corte longitudinal



Fachada principal

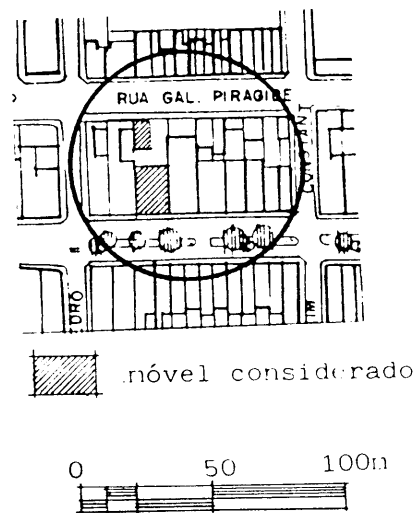
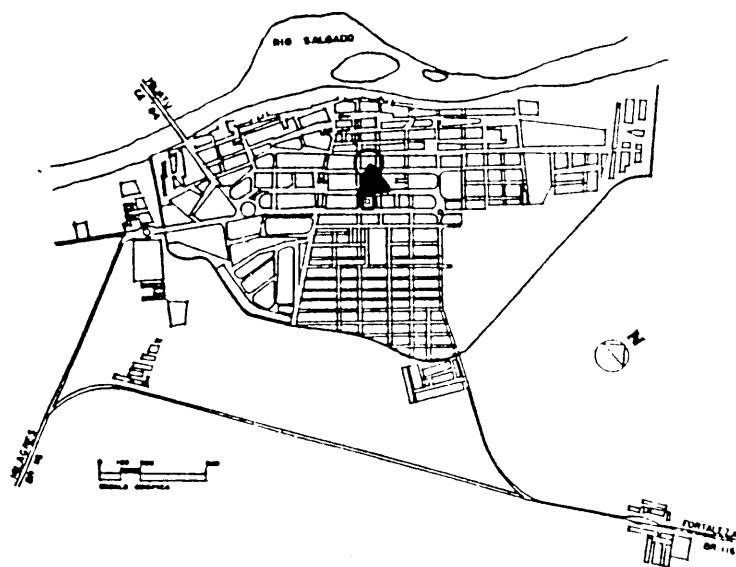


INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO CASA DE SOBRADO		ÁREA DE CONSTRUÇÃO 440m ²
ENDEREÇO AV. ILÍDIO SAMPAIO, 2048		COMPLEMENTO
PROPRIETÁRIO SEBASTIÃO PEIXOTO DE SOUSA		
ARQUITETURA CIVIL <input checked="" type="checkbox"/> OFICIAL <input type="checkbox"/> RELIGIOSA <input type="checkbox"/>		
AMBIÊNCIA CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/> BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>		
USO ORIGINAL RESIDÊNCIA		USO ATUAL RESIDÊNCIA
PROTEÇÃO EXISTENTE NENHUMA		

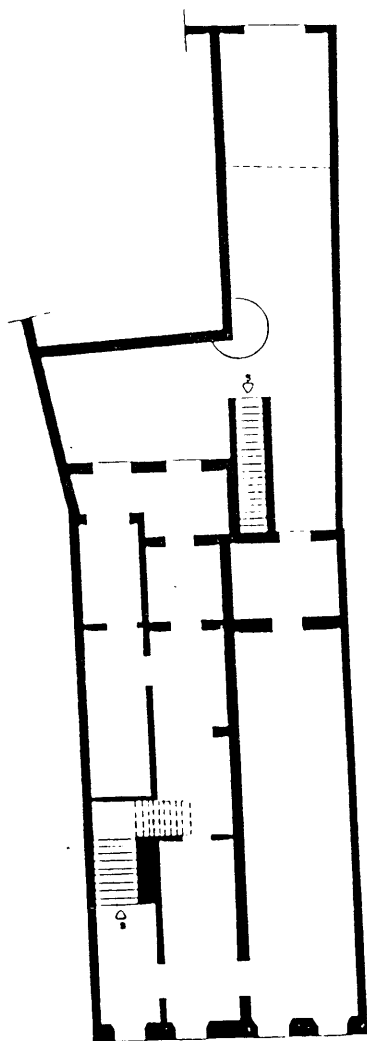
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

DIVIDIDA EM DUAS CASAS.

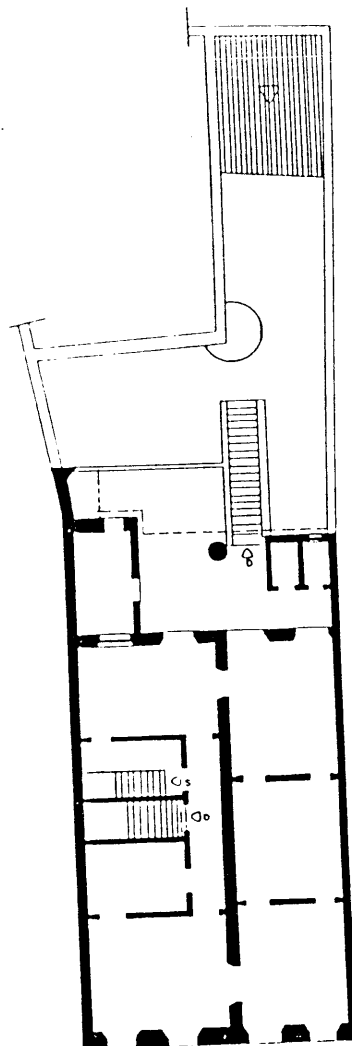


FOTOS

ARQUIVO: IBPC



PLANTA TÉRREO - 00 NÍVEL



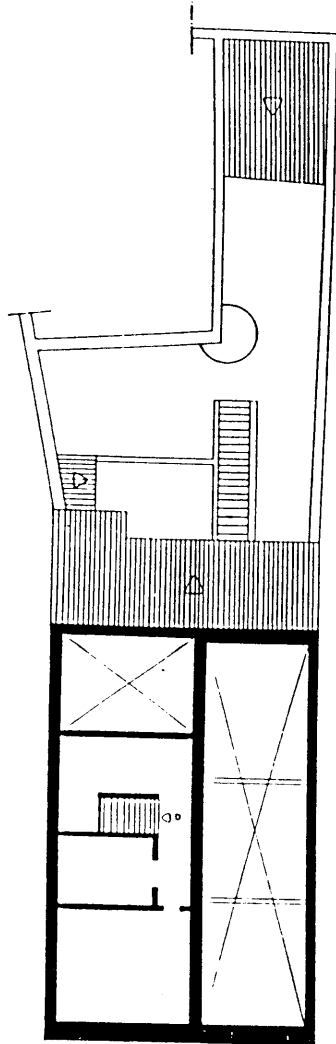
PLANTA 29 NÍVEL



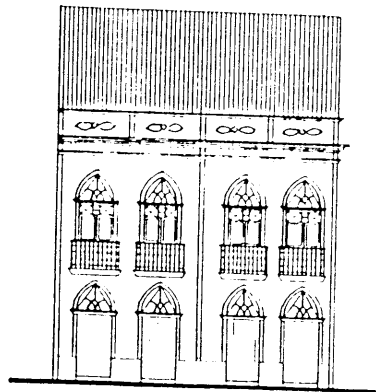
LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC

DATA

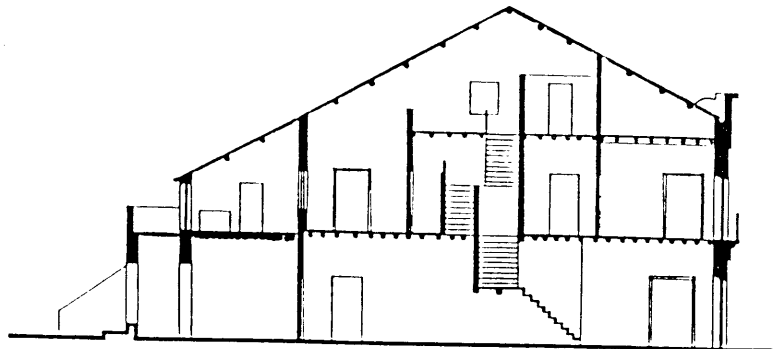
INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICO
LEVANTAMENTO GRÁFICO



PLANTA 3º NÍVEL



FACHADA PRINCIPAL



CORTE LONGITUDINAL



LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC

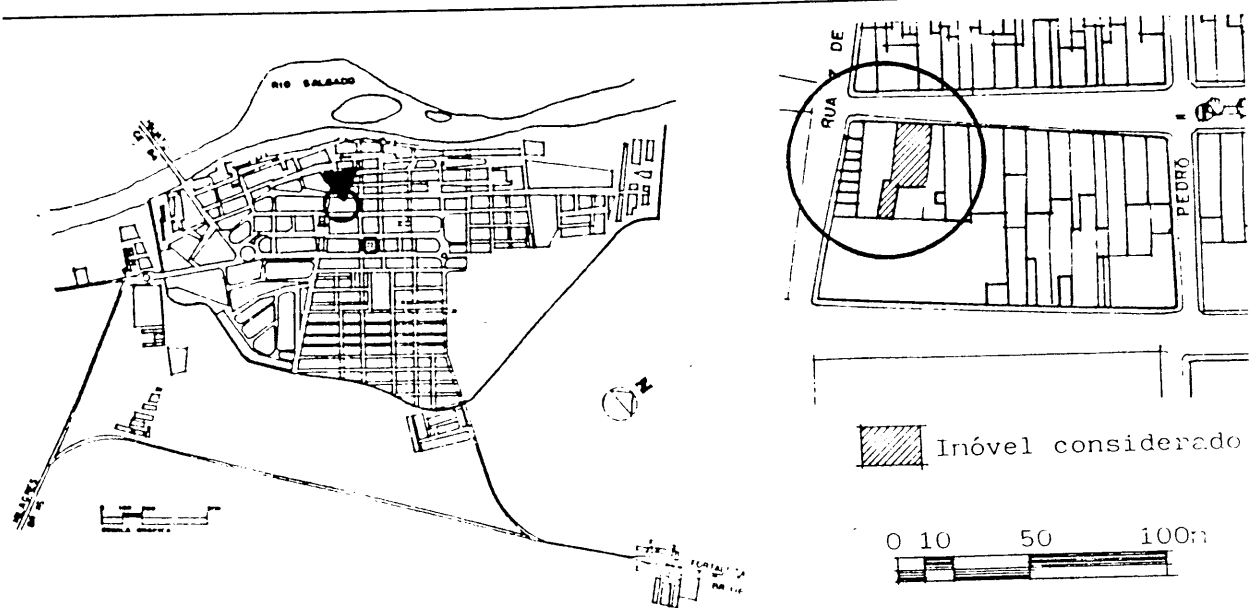
DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO	CASA TÉRREA	ÁREA DE CONSTRUÇÃO	120,00 m ²
ENDEREÇO	AV. ILÍDIO SANPAIO, 2203	COMPLEMENTO	
PROPRIETÁRIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ		
ARQUITETURA	CIVIL <input checked="" type="checkbox"/>	OFICIAL <input type="checkbox"/>	RELIGIOSA <input type="checkbox"/>
AMBIÊNCIA	CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/>	BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>	
USO ORIGINAL	RESIDÊNCIA	USO ATUAL	INSTITUCIONAL
PROTEÇÃO EXISTENTE	NENHUMA		

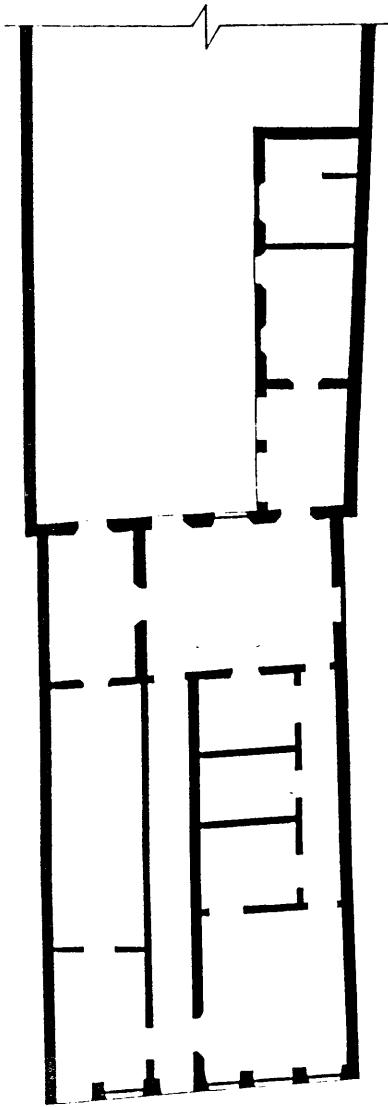
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

ATUAL SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.

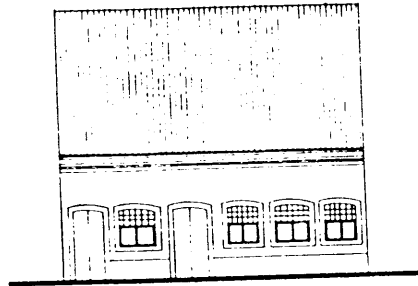


INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

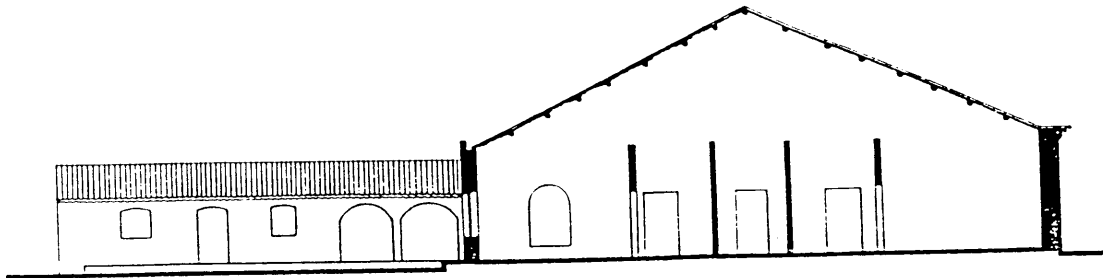
LEVANTAMENTO GRÁFICO



Térreo



Fachada principal



Corte longitudinal

0 1 2 3 5 10 m
ESCALA GRAFICA

LEVANTADO POR

Alunos de curso de Arquitetura-UFC

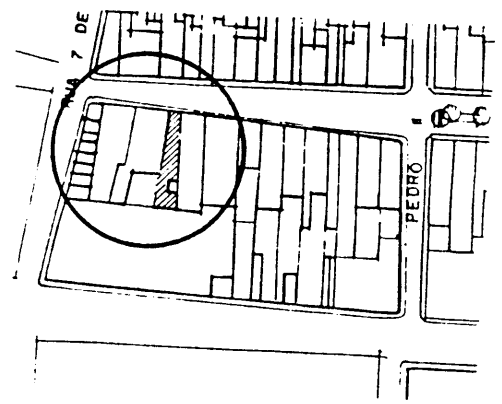
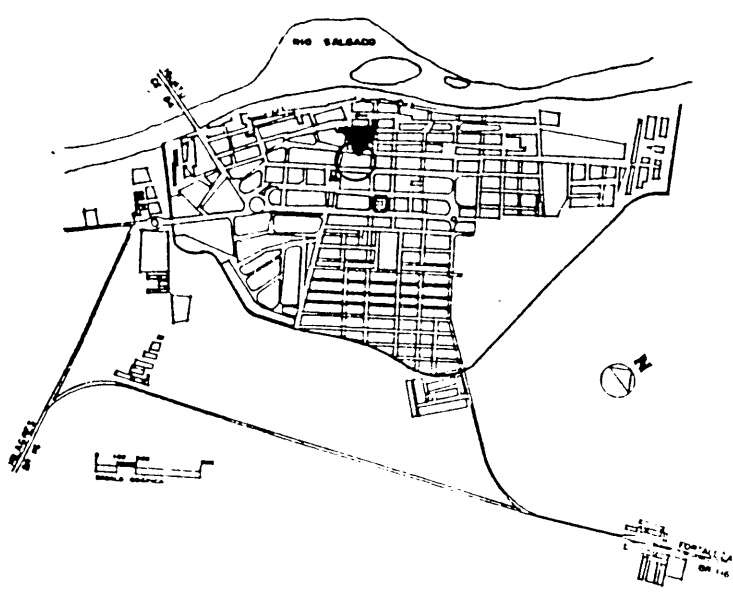
DATA


INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

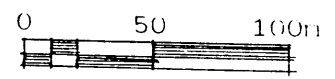
DENOMINAÇÃO CASA DE SOBRADO		ÁREA DE CONSTRUÇÃO 372m ²
ENDEREÇO AV. ILÍDIO SAIPAIO, 2193		COMPLEMENTO
PROPRIETÁRIO FRANCISCO IVO FERREIRA		
ARQUITETURA CIVIL <input checked="" type="checkbox"/> OFICIAL <input type="checkbox"/> RELIGIOSA <input type="checkbox"/>		
AMBIÊNCIA CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/>		BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>
USO ORIGINAL RESIDÊNCIA	USO ATUAL RESIDÊNCIA	
PROTEÇÃO EXISTENTE NENHUMA		

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

O PROPRIETÁRIO ALUGOU O PAVIMENTO TÉRREO, RESIDINDO APENAS NO PAVIMENTO SUPERIOR.



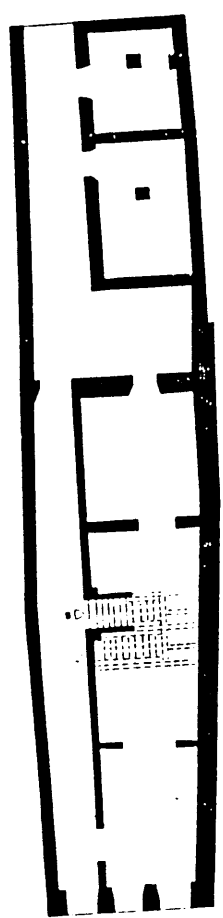
 Imóvel considerado



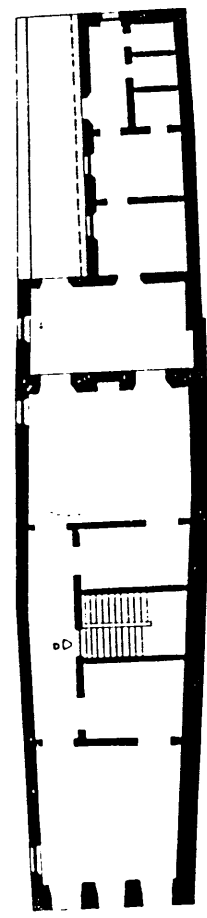
FOTOS ARQUIVO: JOSÉ CLEWTON

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

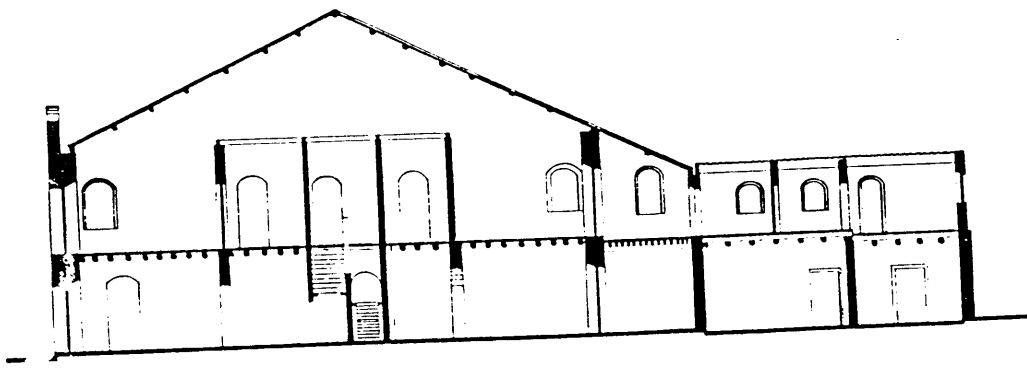
LEVANTAMENTO GRÁFICO



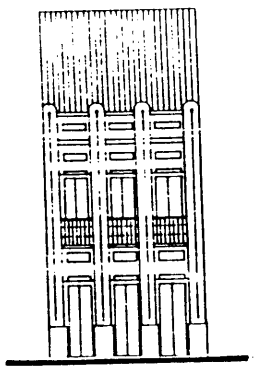
1º nível



2º nível



Corte longitudinal



Fachada principal



ESCALA GRÁFICA

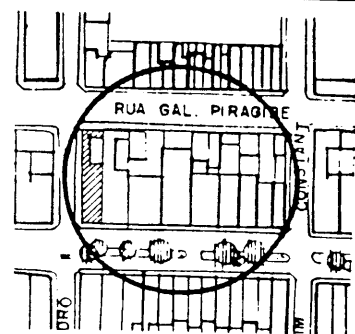
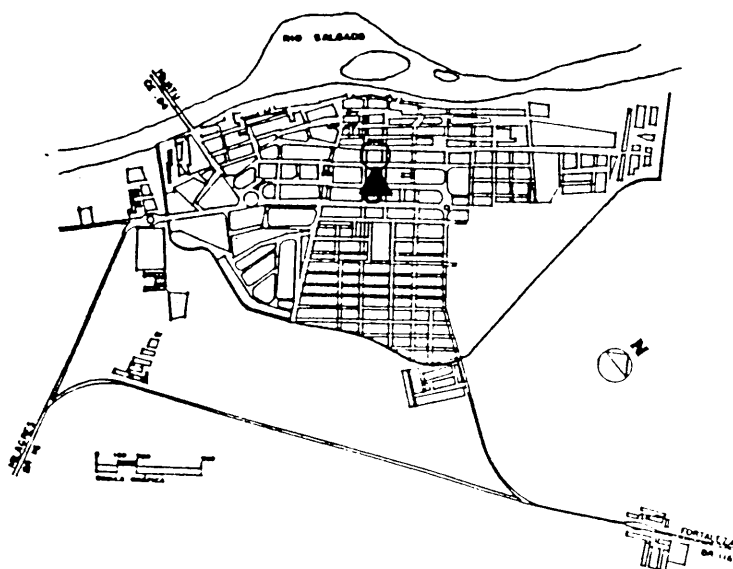
LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC


DATA

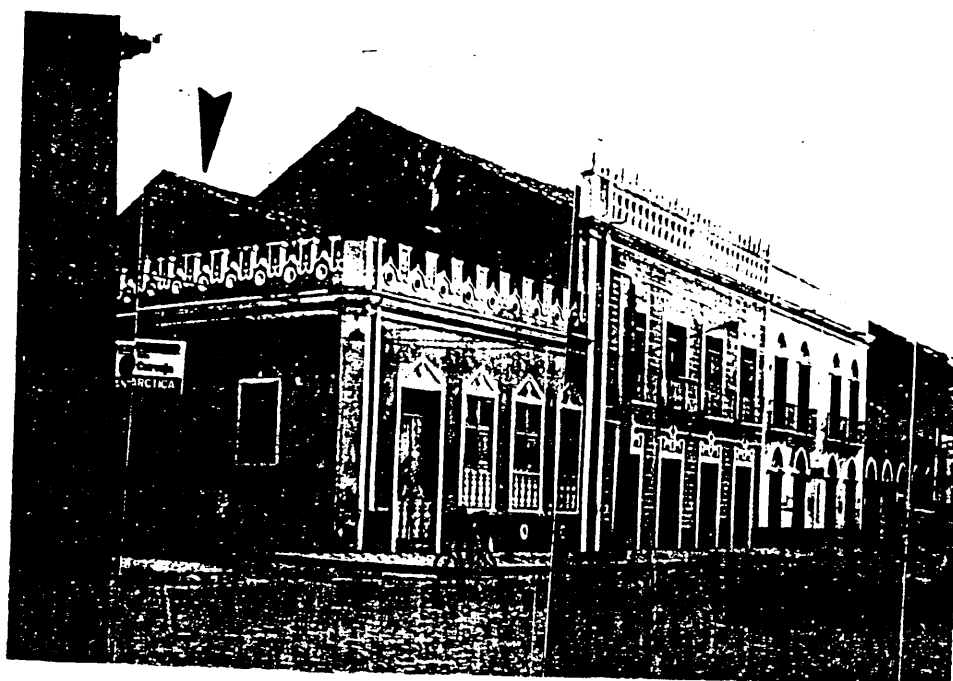
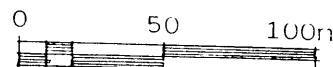
INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO	CASA TÉRREA, ELEVADA DO SOLO E DE ESQUINA	ÁREA DE CONSTRUÇÃO	290m ²
ENDEREÇO	AV. ILÍDIO SANPAIO, 2066	COMPLEMENTO	
PROPRIETÁRIO	HERDEIROS DE JOÃO FARIAS DOS SANTOS		
ARQUITETURA	CIVIL <input checked="" type="checkbox"/> OFICIAL <input type="checkbox"/> RELIGIOSA <input type="checkbox"/>		
ANEXIAÇÃO	CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/> SEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>		
USO ORIGINAL	RESIDÊNCIA	USO ATUAL	RESIDÊNCIA
PROTEÇÃO EXISTENTE	NENHUMA		

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES



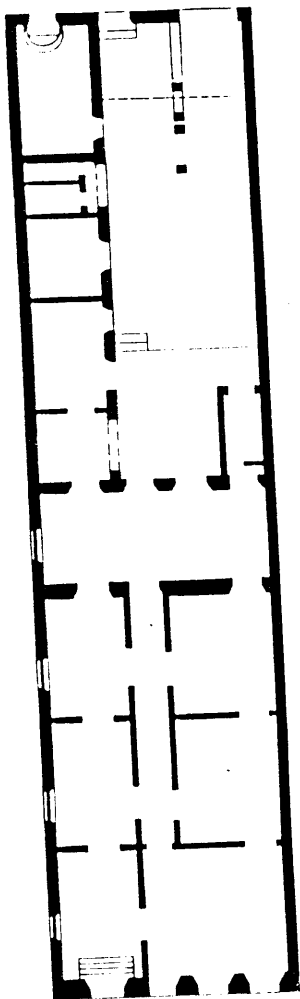
 Inóvel considerado



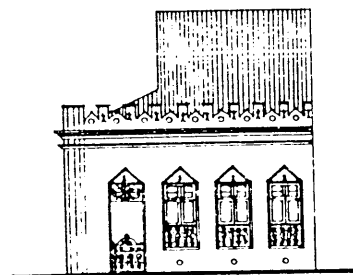
FOTOS ARQUIVO: JOSÉ CLEWTON

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

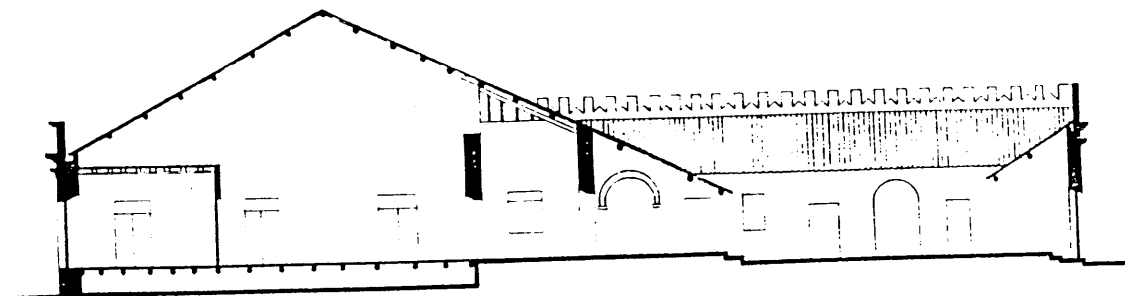
LEVANTAMENTO GRÁFICO



Planta baixa



Fachada principal



Corte longitudinal



LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC

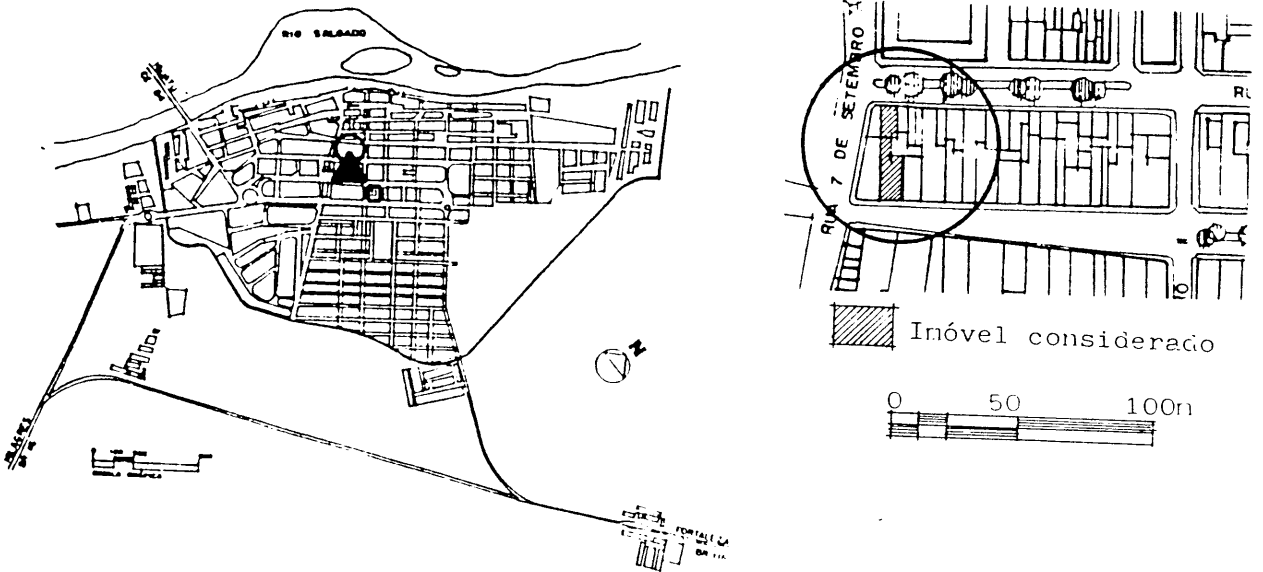
DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

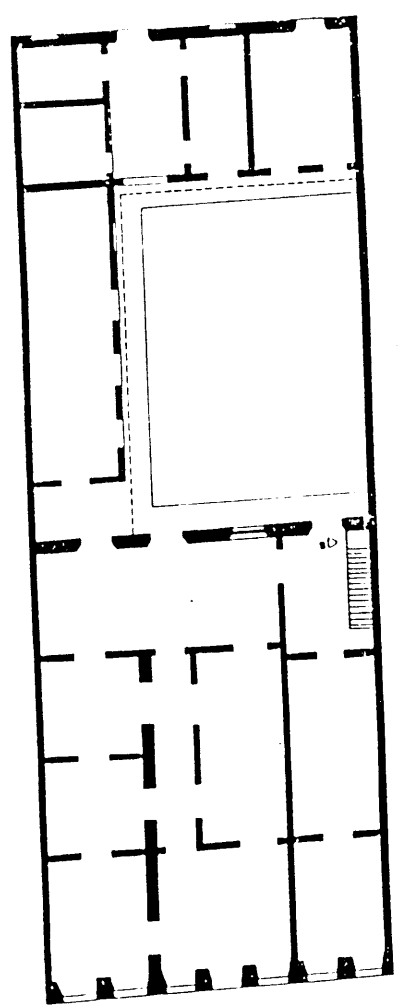
DENOMINAÇÃO		ÁREA DE CONSTRUÇÃO
CASA TÉRREA COM CAMARINHA		235m ²
ENDEREÇO		COMPLEMENTO
AV. ILÍDIO SAMPAIO 2180		
PROPRIETÁRIO		
MARIA RIBEIRO SOARES		
ARQUITETURA		
CIVIL <input checked="" type="checkbox"/> OFICIAL <input type="checkbox"/> RELIGIOSA <input type="checkbox"/>		
AMBIÊNCIA		
CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input type="checkbox"/> BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>		
USO ORIGINAL		USO ATUAL
RESIDÊNCIA		RESIDÊNCIA
PROTEÇÃO EXISTENTE		
NINGUUMA		

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

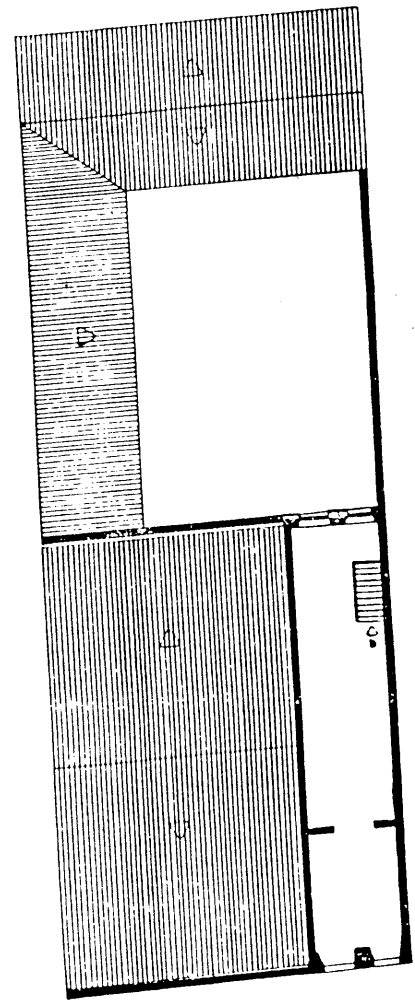
A RESIDÊNCIA FOI DIVIDIDA EM 3, ONDE MORAM OS FAMILIARES DA PROPRIETÁRIA.



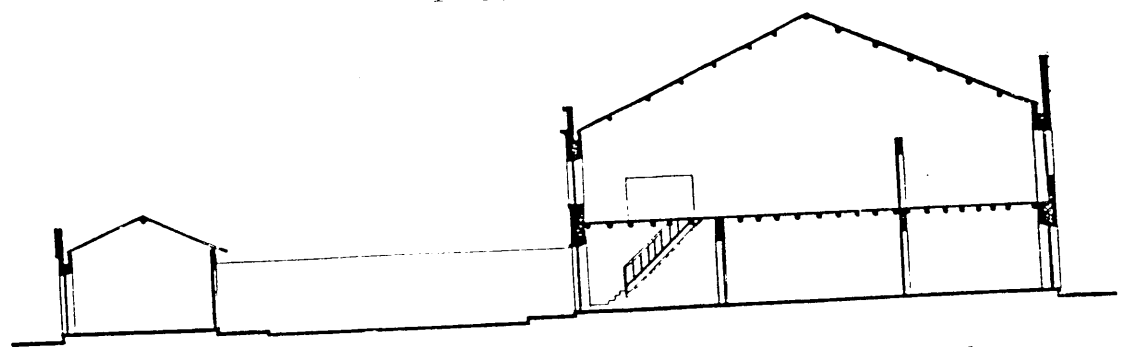
INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ
LEVANTAMENTO GRÁFICO



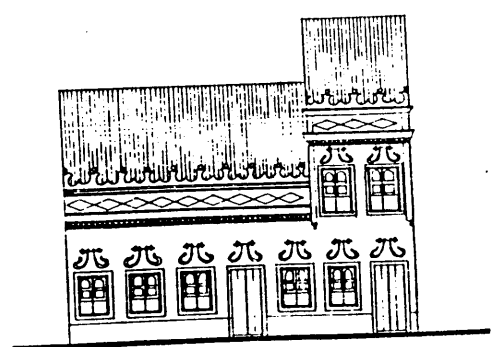
1º Nível



2º Nível



Corte longitudinal



Fachada principal



LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC

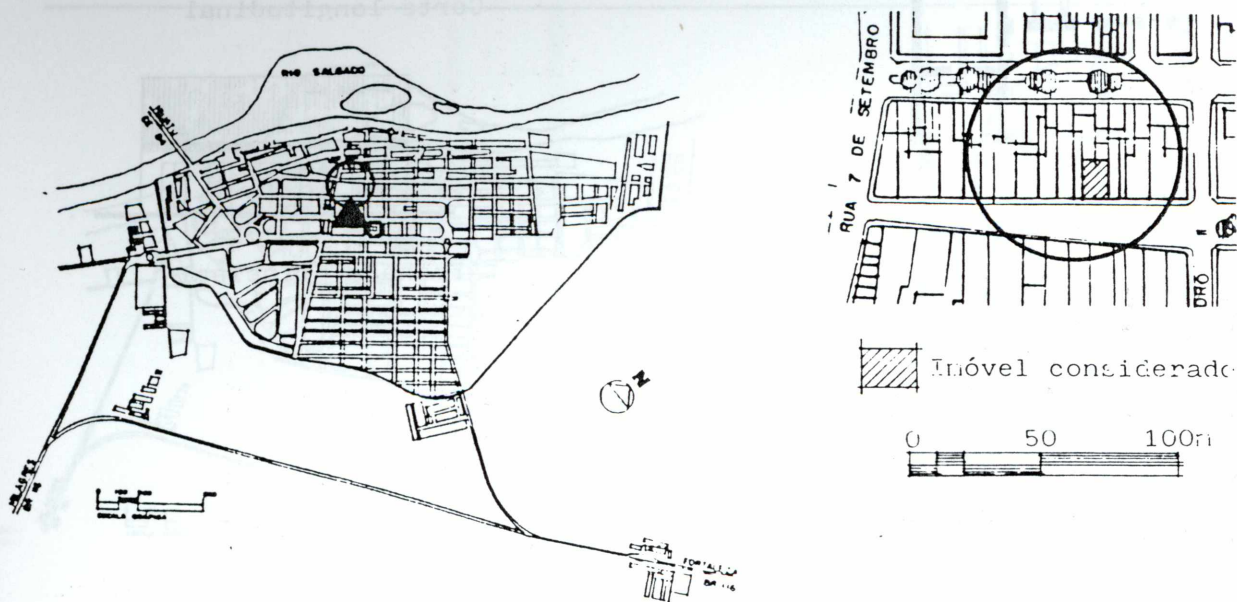
DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

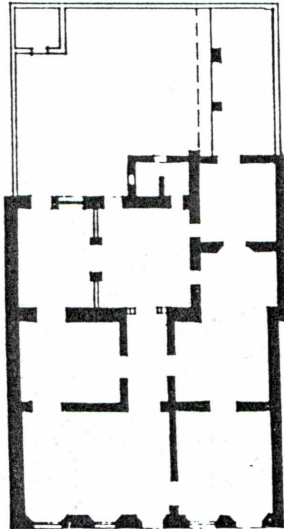
DENOMINAÇÃO CASA TÉRREA		ÁREA DE CONSTRUÇÃO 140m ²
ENDEREÇO AV. ILÍDIO SANPAIO, 2122		COMPLEMENTO
PROPRIETÁRIO		
ARQUITETURA CIVIL <input checked="" type="checkbox"/> OFICIAL <input type="checkbox"/> RELIGIOSA <input type="checkbox"/>		
AMBIÊNCIA CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/> BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>		
USO ORIGINAL RESIDÊNCIA	USO ATUAL RESIDÊNCIA (REFORMADA)	
PROTEÇÃO EXISTENTE NENHUMA		

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

A RESIDÊNCIA SOFREU REFORMAS QUE MODIFICARAM POR COMPLETO OS ASPECTOS INTERNOS E EXTERNOS.



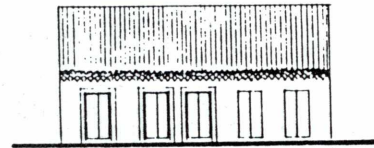
INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ
LEVANTAMENTO GRÁFICO



Planta baixa



Corte longitudinal



Fachada principal

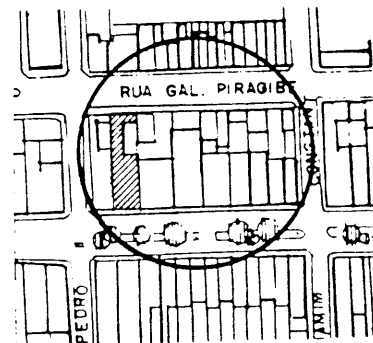
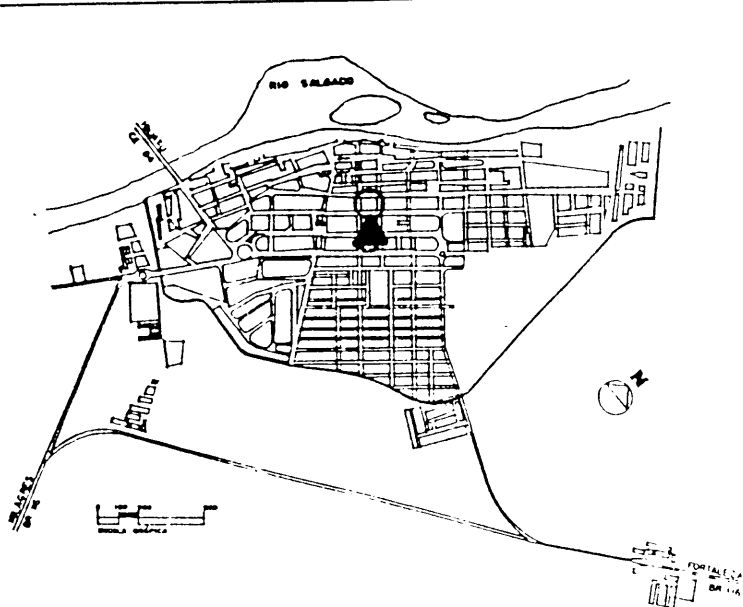



INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

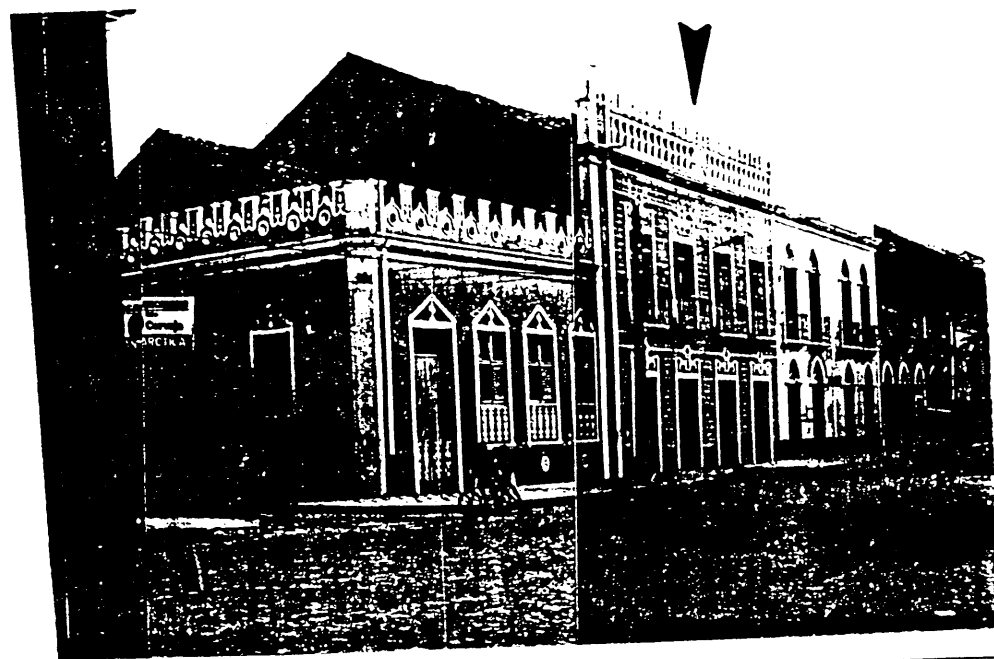
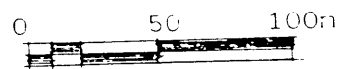
DENOMINAÇÃO CASA DE SOBRADO		ÁREA DE CONSTRUÇÃO
ENDEREÇO AV. ILÍDIO SAIPAIO, 2056		COMPLEMENTO
PROPRIETÁRIO JOSÉ BARRETO		
ARQUITETURA CIVIL <input checked="" type="checkbox"/> OFICIAL <input type="checkbox"/> RELIGIOSA <input type="checkbox"/>		
AMBIÊNCIA CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/> BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>		
USO ORIGINAL RESIDÊNCIA		USO ATUAL FECHADA
PROTEÇÃO EXISTENTE NENHUMA		

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

COM ESTUDOS PARA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO COMO
"DELEGACIA DO MENOR".



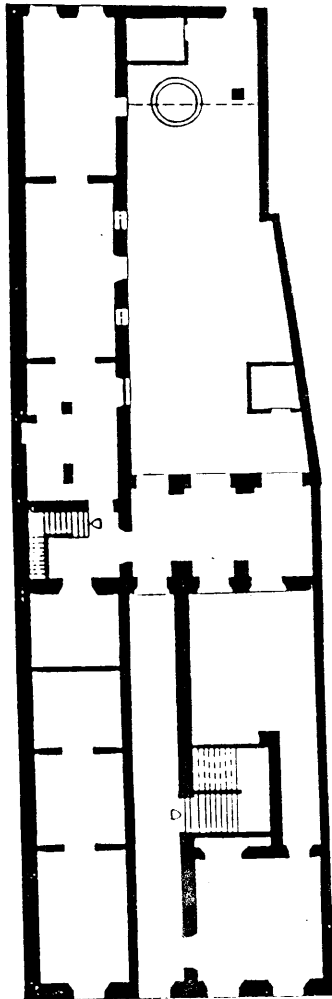
 Imóvel considerado



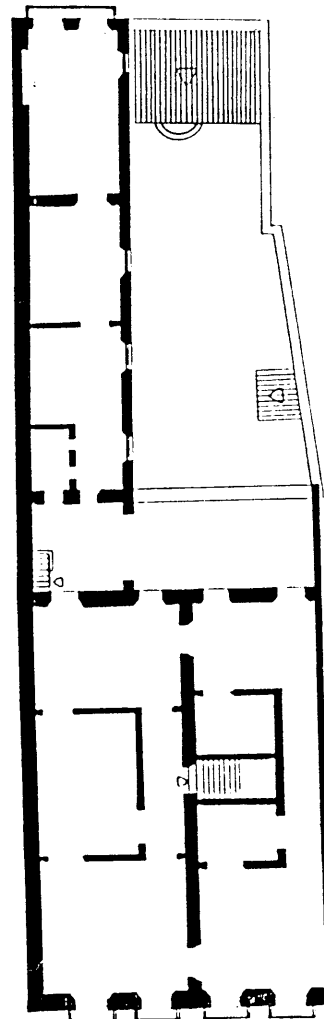
FOTOS

ARQUIVO: JOSÉ CLEWTON

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ
LEVANTAMENTO GRÁFICO



PLANTA TÉRREO - 1º NÍVEL.



PLANTA 2º NÍVEL.

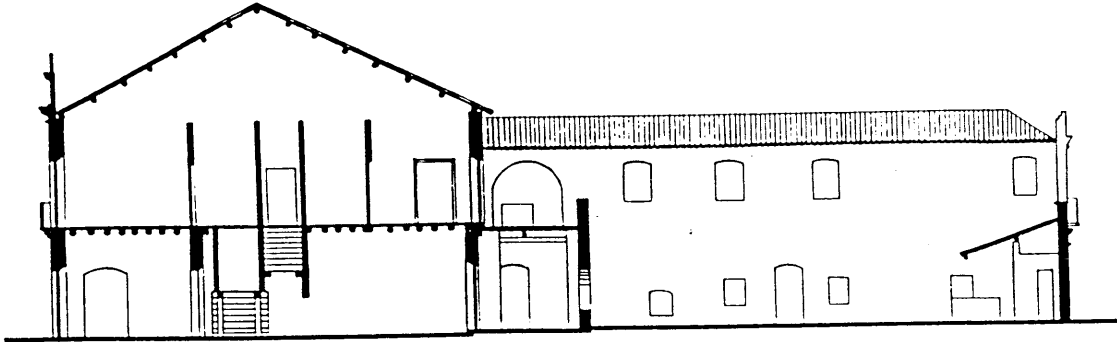
0 1 2 3 5 10
ESCALA GRÁFICA

LEVANTADO POR

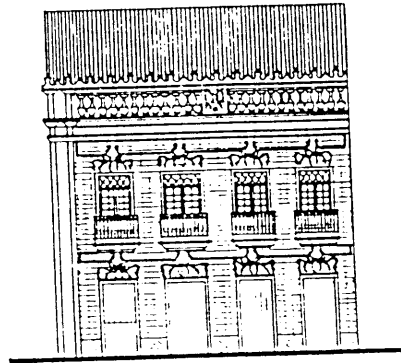
Alunos do curso de Arquitetura-UFC

DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ
LEVANTAMENTO GRÁFICO



CORTE LONGITUDINAL



FACHADA PRINCIPAL



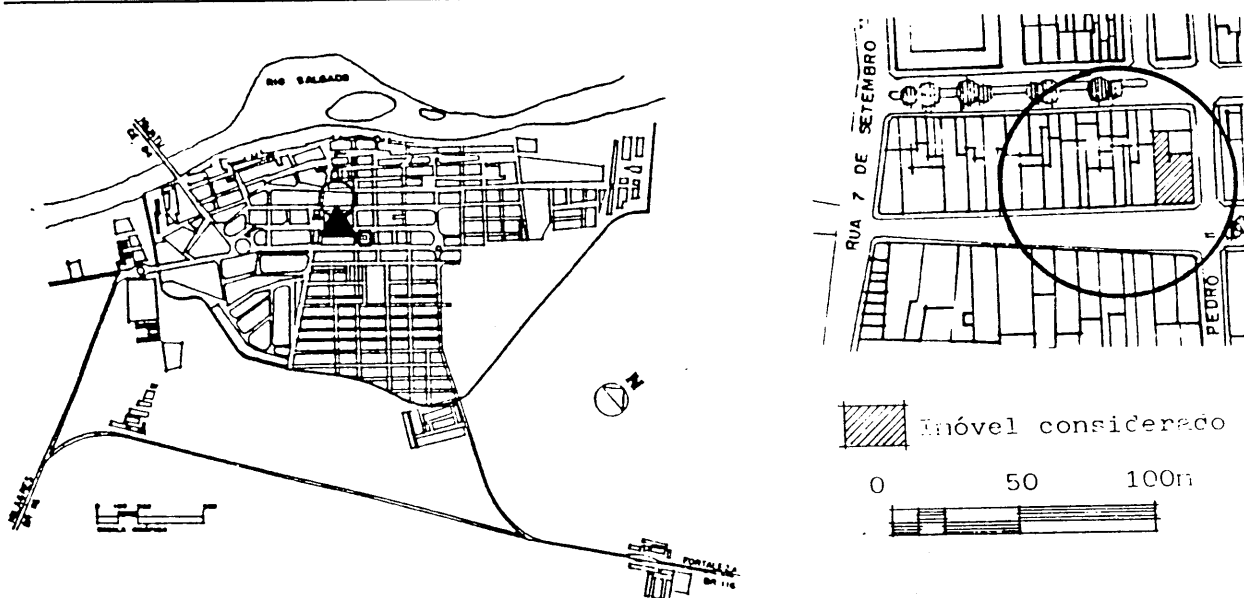
LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC

DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO CASA DE SOBRADO COM MIRANTE		ÁREA DE CONSTRUÇÃO 640m ²
ENDEREÇO AV. ILÍDIO SAMPAIO, 2076		COMPLEMENTO
PROPRIETÁRIO JOSÉ DE ALENCAR NACLIHÃES		
ARQUITETURA CIVIL <input checked="" type="checkbox"/> OFICIAL <input type="checkbox"/> RELIGIOSA <input type="checkbox"/>		
AMBIÊNCIA CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/> BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>		
USO ORIGINAL RESIDÊNCIA		USO ATUAL MISTO (RESIDÊNCIA E COMÉRCIO)
PROTEÇÃO EXISTENTE NENHUMA		

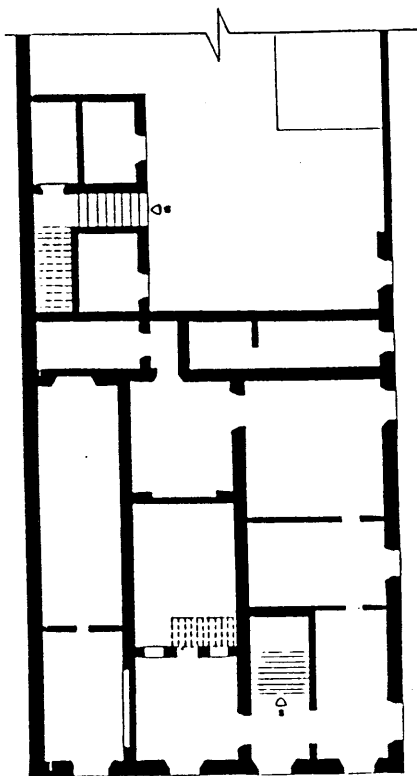
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES



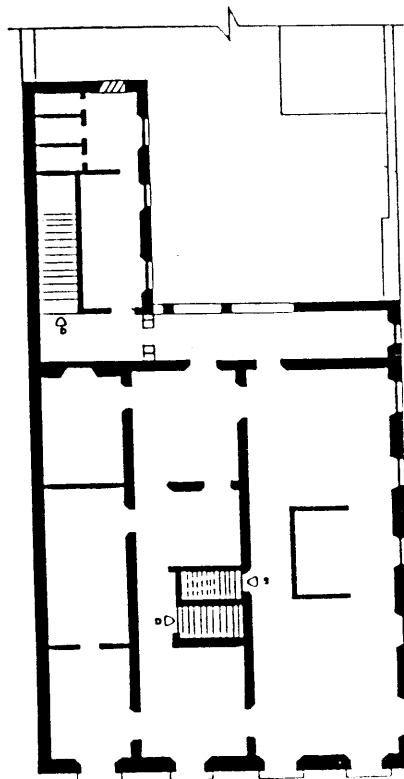
FOTOS ARQUIVO: IBPC

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

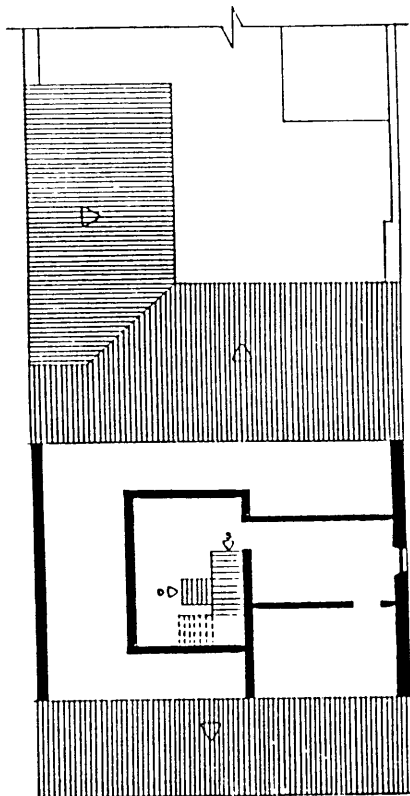
LEVANTAMENTO GRÁFICO



PLANTA TÉRREO - 1º NÍVEL



PLANTA 2º NÍVEL



PLANTA 3º NÍVEL

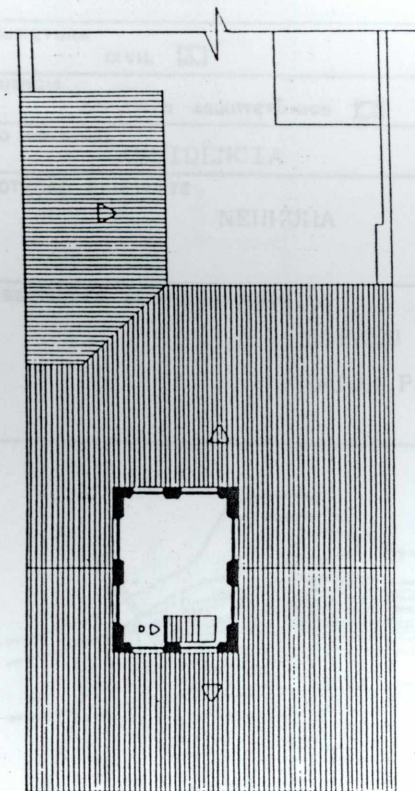
0 1 2 3 5 10 m
ESCALA GRÁFICA

LEVANTADO POR

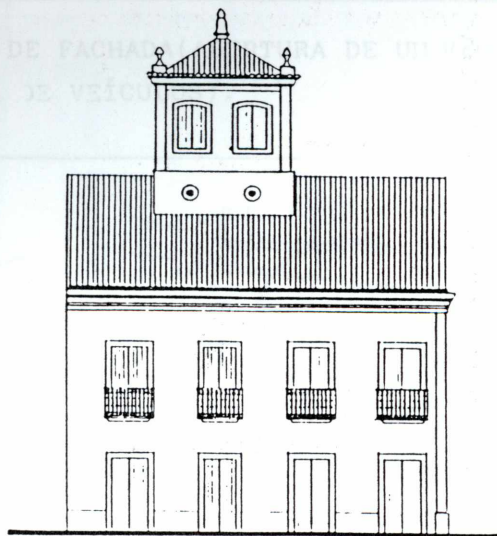
Alunos do curso de Arquitetura-UFC

DATA

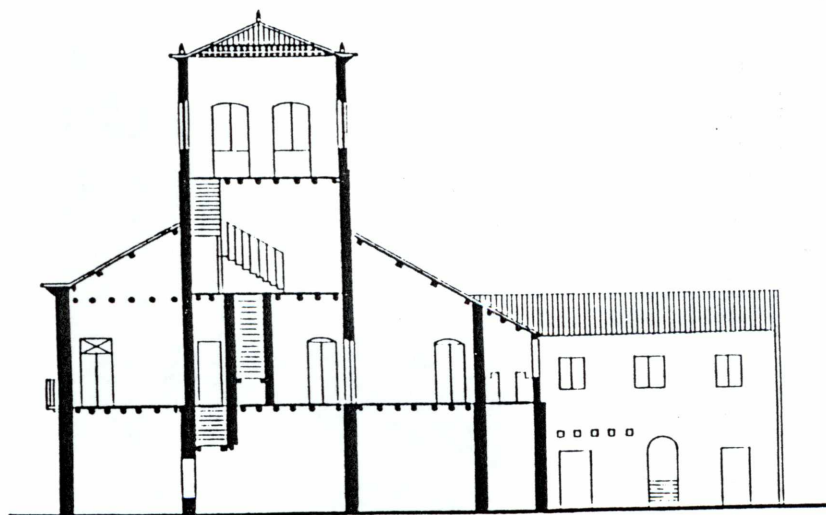
INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ
LEVANTAMENTO GRÁFICO



PLANTA MIRANTE - 4º NÍVEL



FACHADA PRINCIPAL



CORTE LONGITUDINAL

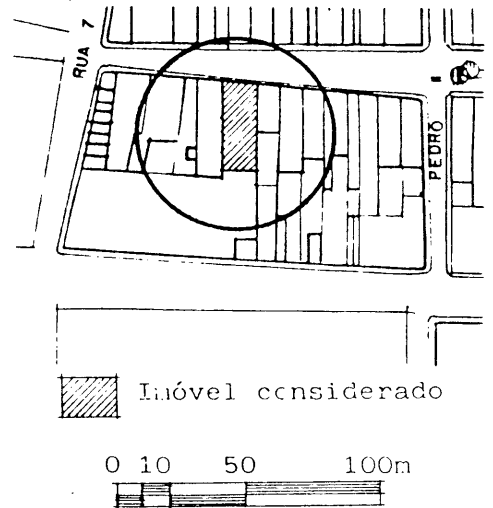
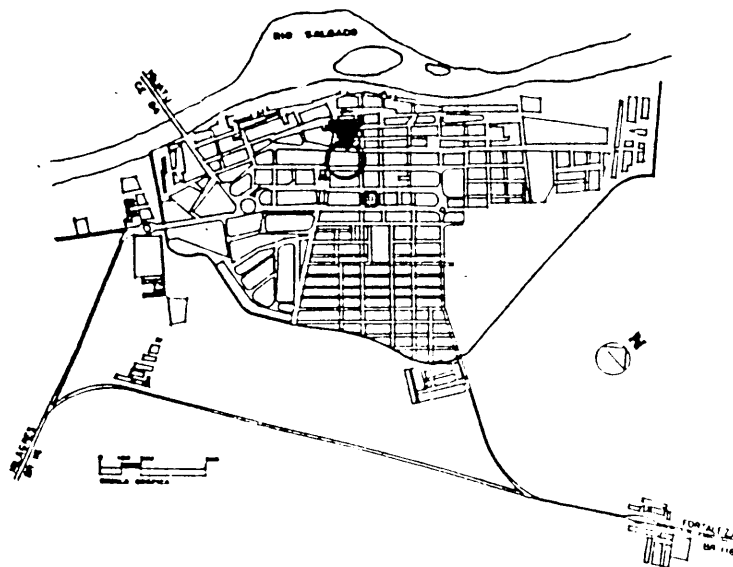


INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO	CASA DE SOBRADO	ÁREA DE CONSTRUÇÃO	540m ²
ENDEREÇO	AV. ILÍDIO SALPAIC. 2173	COMPLEMENTO	
PROPRIETÁRIO			
ARQUITETURA	CIVIL <input checked="" type="checkbox"/>	OFICIAL <input type="checkbox"/>	RELIGIOSA <input type="checkbox"/>
AMBIÊNCIA	CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/>	BEM CULTURAL ISOLADO	<input type="checkbox"/>
USO ORIGINAL	RESIDÊNCIA	USO ATUAL	RESIDÊNCIA
PROTEÇÃO EXISTENTE	NENHUMA		

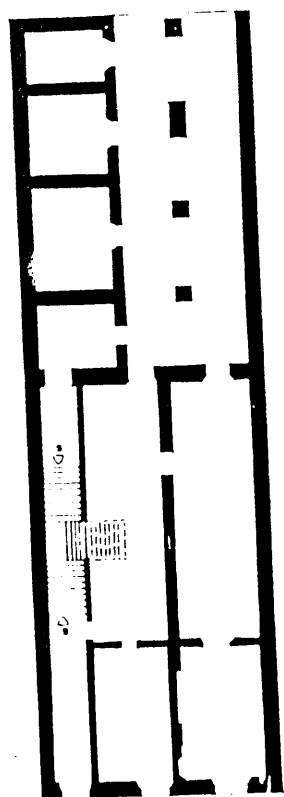
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

SOFREU ALTERAÇÕES DE FACHADA (ABERTURA DE UM VÃO MAIOR PARA ENTRADA DE VEÍCULOS).

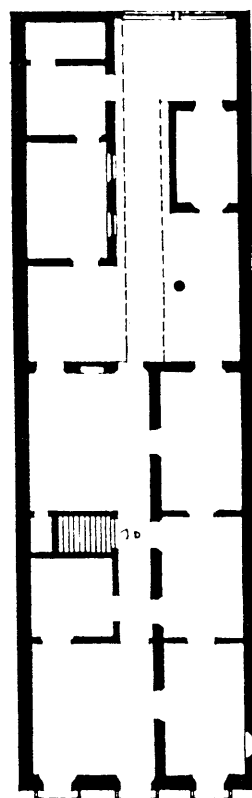


INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

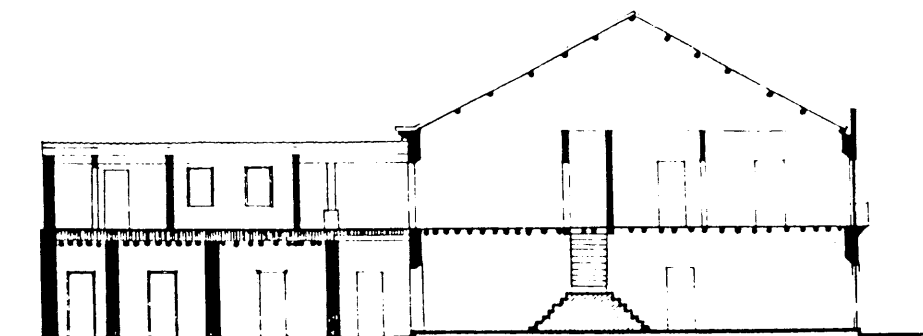
LEVANTAMENTO GRÁFICO



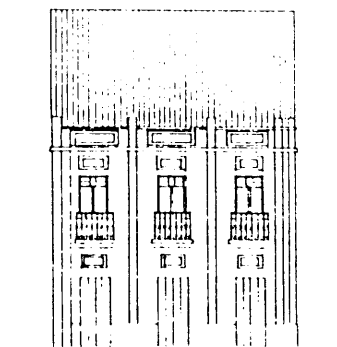
1º Nível



2º Nível



Corte longitudinal



Fachada principal



LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura-UFC

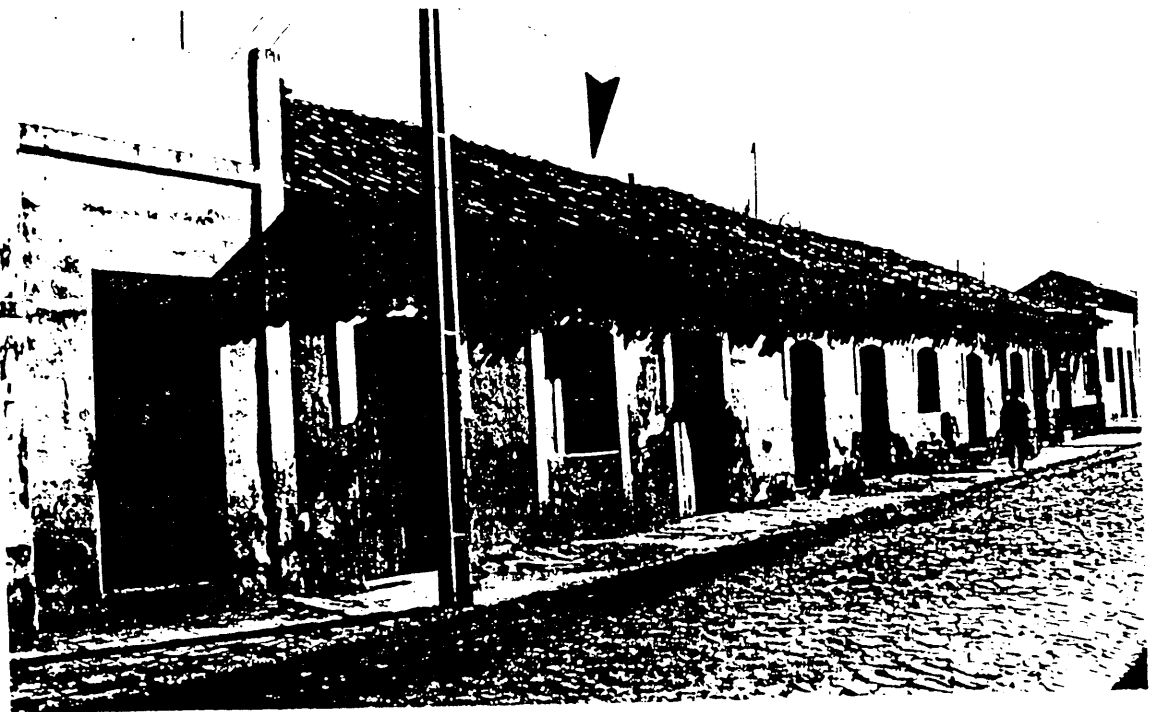
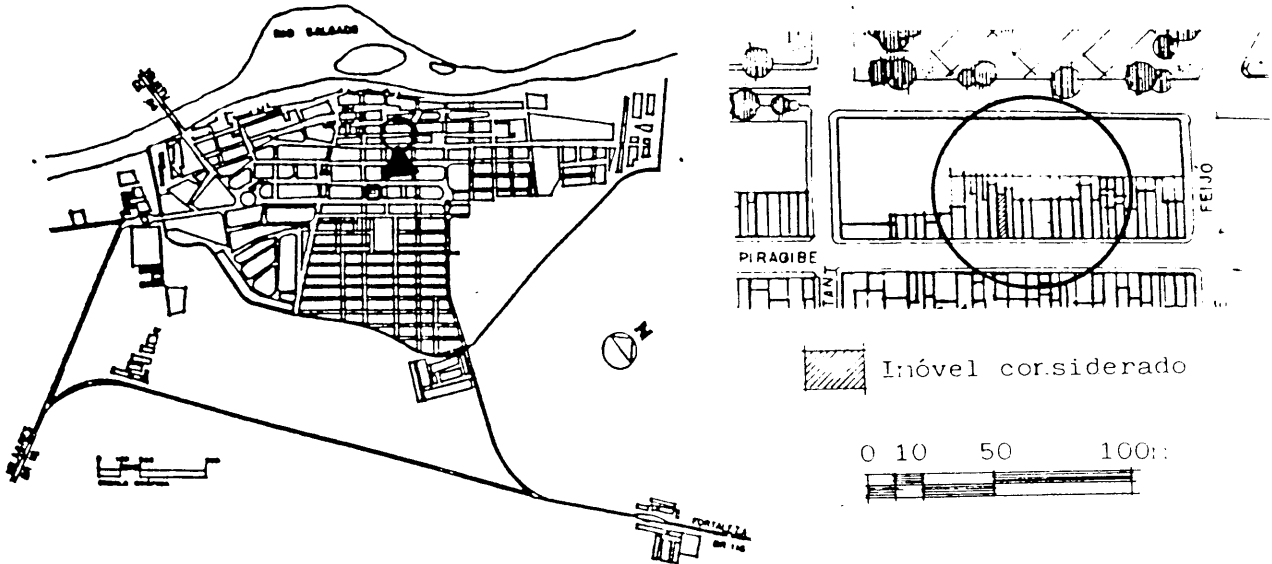
DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO	RESIDÊNCIA TERREA COM CARÁTER POPULAR	ÁREA DE CONSTRUÇÃO	105m ²
ENDEREÇO	RUA GENERAL PIRAGIBE, 1924	COMPLEMENTO	
PROPRIETÁRIO			
ARQUITETURA	CIVIL <input checked="" type="checkbox"/>	OFICIAL <input type="checkbox"/>	RELIGIOSA <input type="checkbox"/>
AMBIÊNCIA	CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/>	BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>	
USO ORIGINAL	RESIDÊNCIA	USO ATUAL	RESIDÊNCIA
PROTEÇÃO EXISTENTE	NENHUMA		

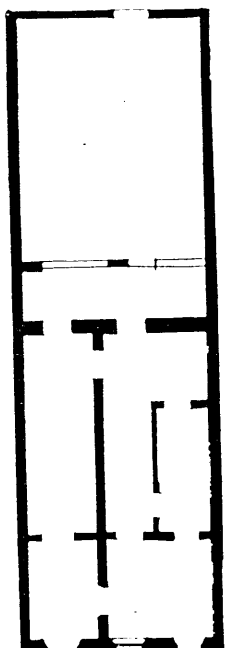
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

INSERIDA EM UM CONJUNTO INTERESSANTE DE EXEMPLARES DE EDIFICAÇÕES POPULARES.



INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

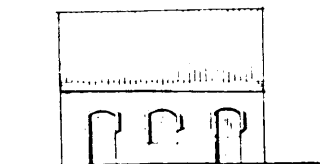
LEVANTAMENTO GRÁFICO



Planta baixa



Corte longitudinal



Fachada principal

0 1 2 3 5 10 m
ESCALA GRÁFICA

LEVANTADO POR Alunos do curso de Arquitetura UFG

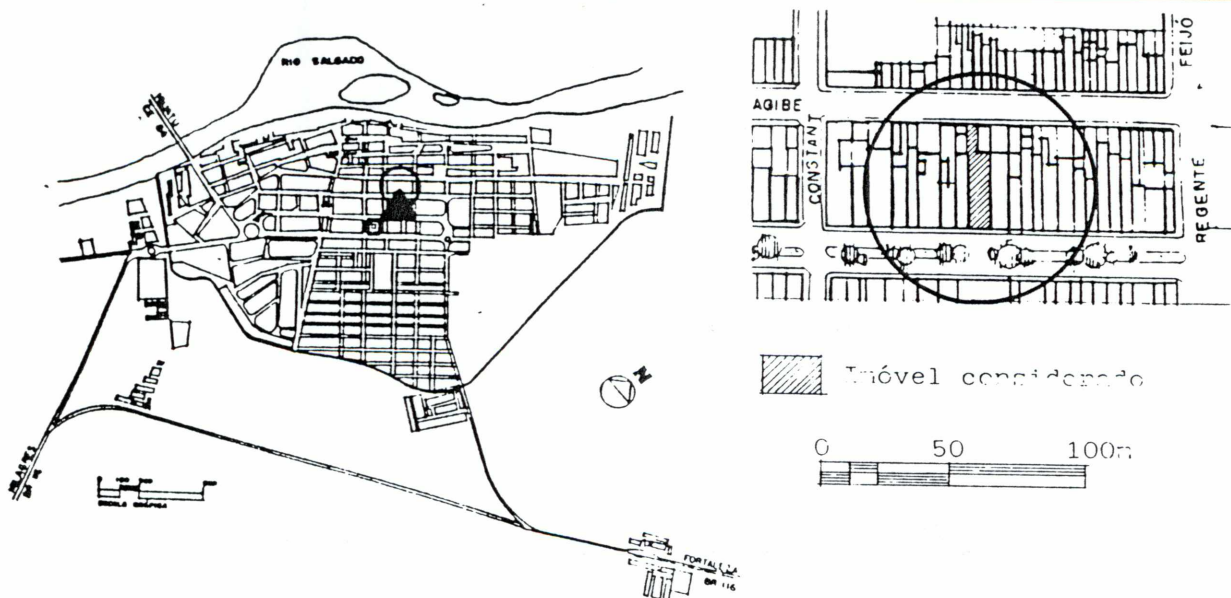
DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO	CASA DE SOBRADO	ÁREA DE CONSTRUÇÃO	423m ²
ENDEREÇO	AV. ILÍDIO SAMPAIO, 1928	COMPLEMENTO	
PROPRIETÁRIO			
ARQUITETURA	CIVIL <input checked="" type="checkbox"/> OFICIAL <input type="checkbox"/> RELIGIOSA <input type="checkbox"/>		
AMBIÊNCIA	CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/> BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>		
USO ORIGINAL	RESIDÊNCIA	USO ATUAL	RESIDÊNCIA (REFORMADA)
PROTEÇÃO EXISTENTE	NENHUMA		

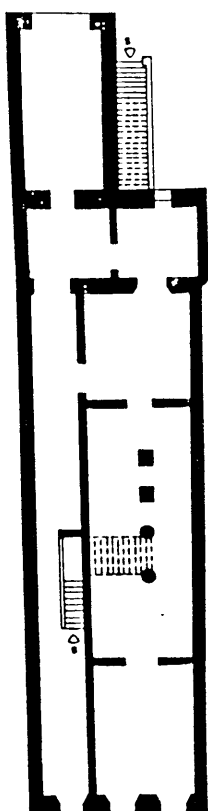
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

A RESIDÊNCIA SOFREU REFORMAS QUE VIRIAM A DESCARACTERIZÁ-LA POR COMPLETO.

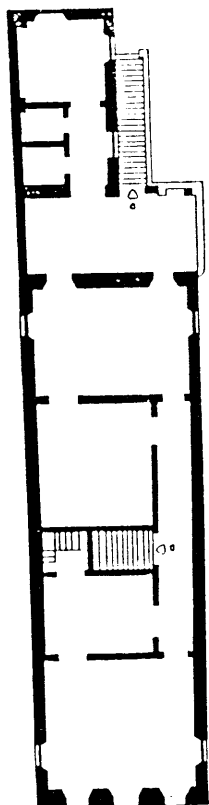


INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

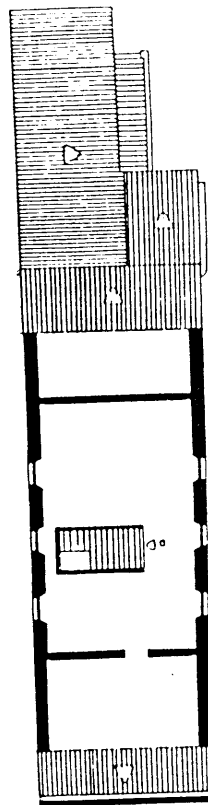
LEVANTAMENTO GRÁFICO



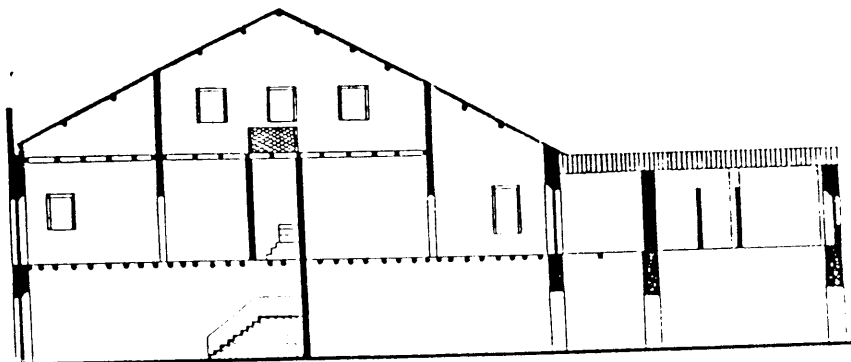
1º Nível



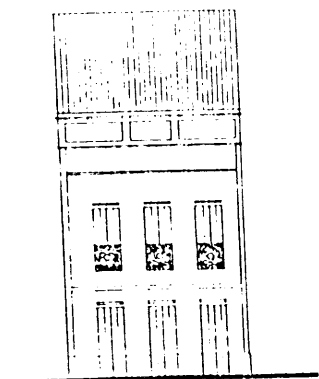
2º Nível



3º Nível



Corte longitudinal



Fachada principal



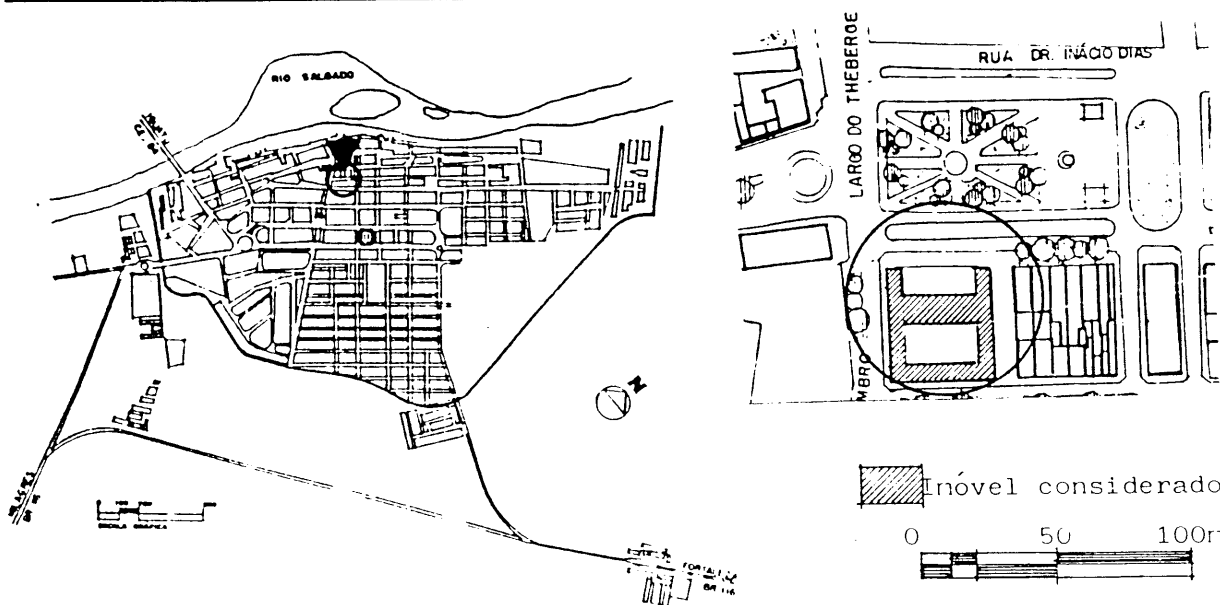
LEVANTADO POR

Alunos do curso de Arquitetura-UFC

DATA

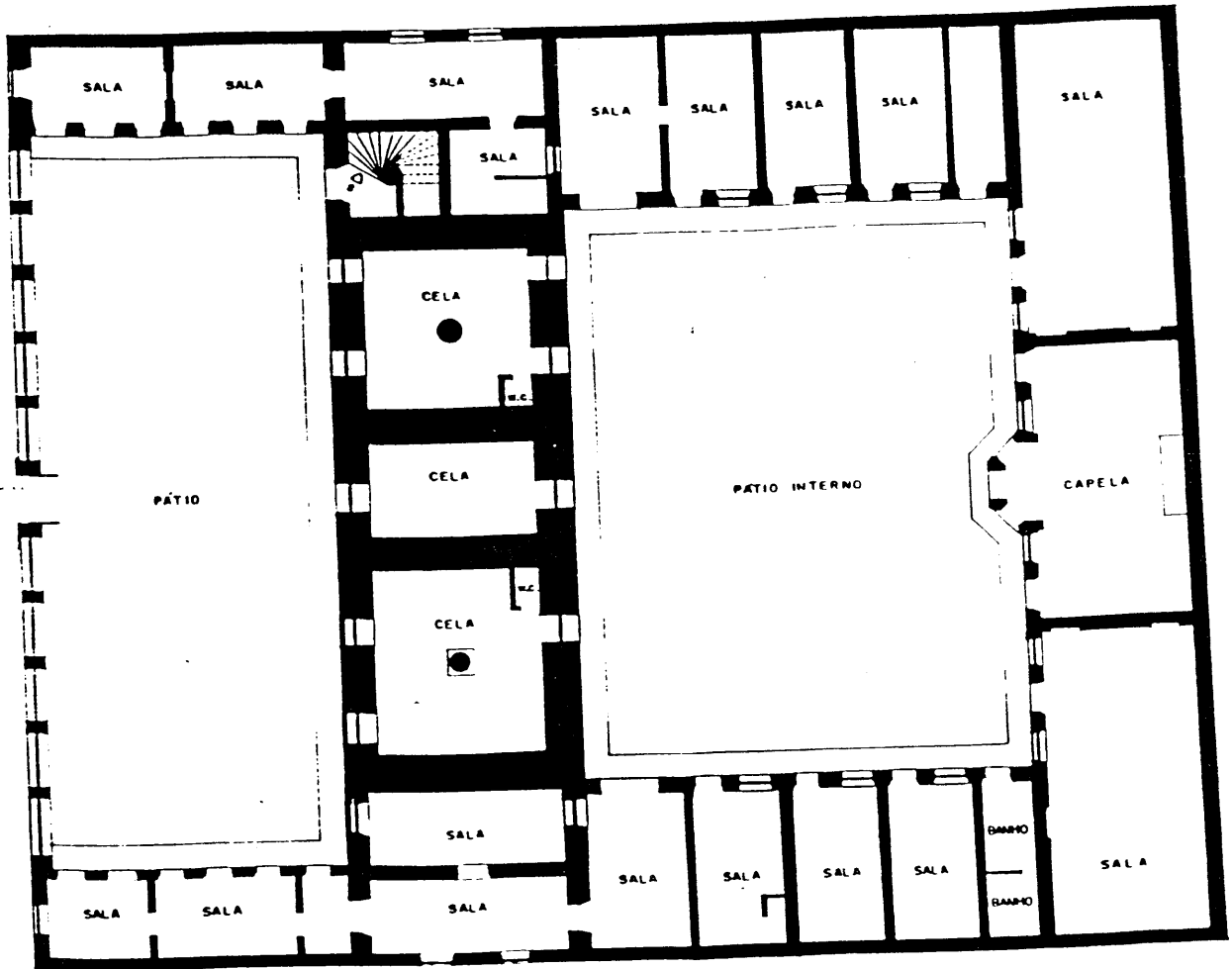
INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

DENOMINAÇÃO CASA DE CAMARA E CADEIA		ÁREA DE CONSTRUÇÃO 1050m ²
ENDEREÇO LARGO DO THEBERGE		COMPLEMENTO
PROPRIETÁRIO PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ		
ARQUITETURA CIVIL <input type="checkbox"/> OFICIAL <input checked="" type="checkbox"/> RELIGIOSA <input type="checkbox"/>		
AMBIÊNCIA CONJUNTO ARQUITETÔNICO <input checked="" type="checkbox"/> BEM CULTURAL ISOLADO <input type="checkbox"/>		
USO ORIGINAL CASA DE CAMARA E CADEIA	USO ATUAL CADEIA PÚBLICA	
PROTEÇÃO EXISTENTE TOMBADA PELO PATRIMONIO HISTÓRICO A NÍVEL FEDERAL INSCRITO NO LIVRO DE TOMBO, LEI Nº		
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES SOFREU MODIFICAÇÕES, SENDO AS MAIS RELEVANTES O ENTAIFAMENTO DE VAOS E ABERTURAS DE NOVOS VAOS (ESPAÇO PARA ABRIGAR A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA) E APLICAÇÃO DE FORRO DE GESSO NO PAV. SUPERIOR		

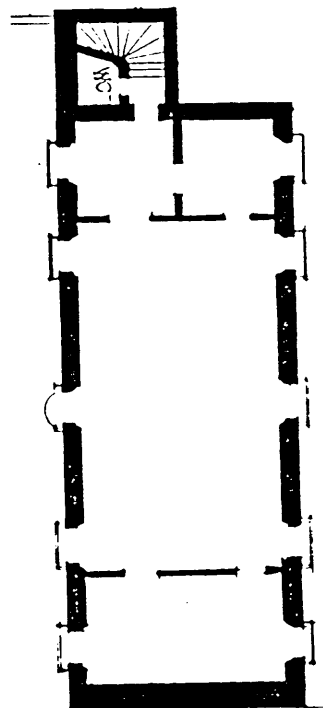


FOTOS Arquivo José Clewton

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICO
LEVANTAMENTO GRÁFICO



Planta pavto. térreo



Planta pavto. superior



LEVANTADO POR

Alunos do curso de Arquitetura-UEC Redução: IBPC

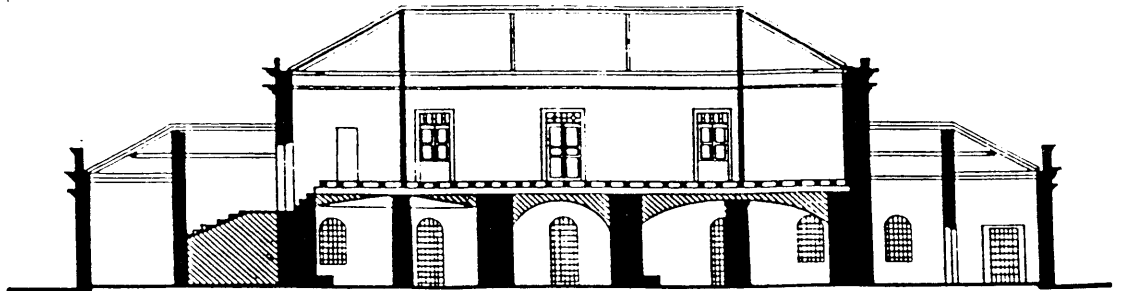
DATA

INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE ICÓ

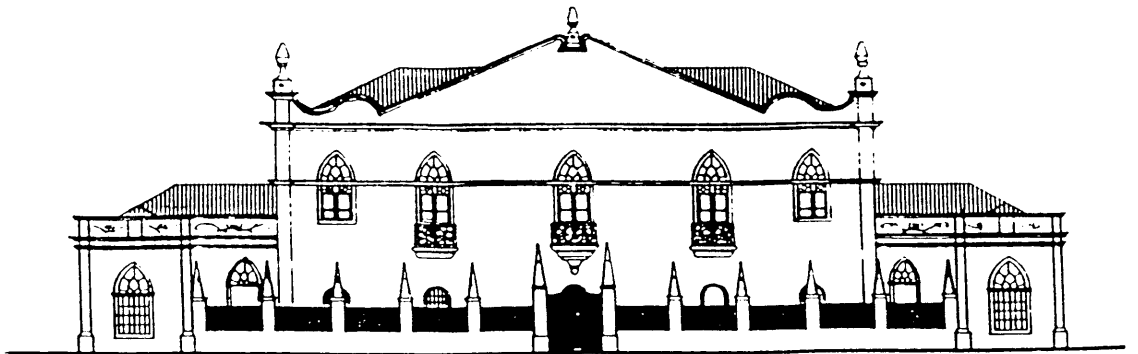
LEVANTAMENTO GRÁFICO



Corte longitudinal



Corte transversal



Fachada principal

0 1 2 3 5 10 m
ESCALA GRÁFICA

LEVANTADO POR
Alunos do curso de Arquitetura-UFC Redução:IBPC

DATA